

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**NARRATIVA, MEMÓRIA E LUTA POR RECONHECIMENTO: TRAJETÓRIA
DE MULHERES DIRIGENTES SINDICAIS DA FETRAF-RS/CUT**

PORTO ALEGRE

2021

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**NARRATIVA, MEMÓRIA E LUTA POR RECONHECIMENTO: TRAJETÓRIA
DE MULHERES DIRIGENTES SINDICAIS DA FETRAF-RS/CUT**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural do Instituto de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Rumi Regina Kubo

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na publicação

Silva, Tamara Raíza Bubanz
Narrativa, memória e luta por reconhecimento:
trajetória de mulheres dirigentes sindicais da
FETRAF-RS/CUT / Tamara Raíza Bubanz Silva. -- 2021.
240 f.
Orientador: Rumi Regina Kubo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Desenvolvimento Rural. 2. Agricultura familiar.
3. Memória. I. Kubo, Rumi Regina, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

TAMARA RAÍSA BUBANZ SILVA

**NARRATIVA, MEMÓRIA E LUTA POR RECONHECIMENTO: TRAJETÓRIA
DE MULHERES DIRIGENTES SINDICAIS DA FETRAF-RS/CUT**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural do Instituto de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Pâmela Marconatto Marques - UFRGS

Profa. Dra. Flávia Charão Marques -UFRGS

Prof. Dr. Irio Luiz Conti - IFIBE

Dedico este trabalho à minha mãe, Sandra. Ao meu pai, Jorge e ao meu irmão Luis Henrique. Gratidão por vocês serem meus maiores incentivadores.

AGRADECIMENTOS

Não se constrói um trabalho sozinha. Ao longo desse processo tive a honra de contar com o apoio de várias pessoas. A todos e todas que, de uma forma ou de outra, fizeram parte dele, registro minha mais profunda gratidão.

Inicialmente agradeço à ‘porta de entrada’ aos estudos do desenvolvimento rural, obrigada Plageder e a toda comunidade acadêmica. Quando ingressei na 2ª edição do curso, lá no município de Três de Maio/RS, não imaginava chegar até aqui.

Agradeço aos colegas, profissionais, professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), pelo ambiente acolhedor, estimulador e sempre aberto ao diálogo. Aproveito para manifestar minha gratidão à universidade pública brasileira pela oportunidade e pela estrutura disponibilizada aos estudantes. Também sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos durante determinado período, o que viabilizou a realização da presente pesquisa.

Neste sentido, sou grata à minha orientadora, Profa. Dra. Rumi Regina Kubo, por compartilhar seu conhecimento e aceitar o desafio de me orientar, primeiramente, sem bolsa, depois realizar o estudo aliado ao trabalho e, por último, à distância. Também sou grata aos colegas do grupo de pesquisa Desma, pelas discussões e contribuições oportunas.

Agradeço as contribuições da banca avaliadora e as excelentes reflexões realizadas. Sou grata por terem realizado leitura criteriosa e sensível, Profa. Dra. Pâmela Marconatto Marques, Profa. Dra. Flávia Charão Marques e Prof. Dr. Irio Luiz Conti.

Da mesma forma, sou grata a todos e todas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-RS/CUT), por me concederem a oportunidade de aliar trabalho e pesquisa, e pela compreensão e apoio que me possibilitaram cursar o doutorado. Sou grata, especialmente, à Cleonice Back, coordenadora geral na época, pelo apoio e conversas. Também sou grata a todos os dirigentes sindicais, funcionários, agricultores e agricultoras familiares e agroindústrias familiares.

Assim, agradeço a todas as participantes da pesquisa, por compartilharem comigo suas histórias, dores, alegrias e superações. Gratidão especial por me acolherem em suas casas, pelas caronas, pernoites, refeições, conselhos, cuidados, chás e afetos. Gratidão à Cleonice, Ivete, Eni, Hilga, Dilva, Cleusa, Adriana, Delma, Vera, Andréia, Juraci, Taíse, Marlene, Márcia e Janete, bem como ao Rui e o Vilson.

Agradeço imensamente aos colegas, amigos e família da *F House*, Vinícius Barth, Lucas Amorim e Camila Schreiner. Os tempos que moramos juntos foram os mais felizes de Porto Alegre/RS e olha que “já morei em tanta casa que nem me lembro mais”. Falando em moradia, o último lar que habitei em Porto Alegre foi tão curador em vários aspectos, obrigada pelo afeto e o apoio Luciana Lauermann e Camila Pereira.

À minha amiga Katiucia Peres, por sempre estar ao meu lado, nos momentos mais difíceis e desafiadores me apoiando, incentivando e dando suporte. Gratidão a você por não ter me deixado desistir.

À Marielen Costa, pela valiosa ajuda, apoio e orientação. Também pela excelente ideia de transformar nossas pesquisas em projeto, originando assim o nascimento do Projeto Margaridas do Campo. Estendo meu agradecimento à Anelise Schinaider e à Alessandra Schinaider, pela construção de conhecimentos, participação em eventos e a produção de conteúdo e assessoria.

Ao João Ernesto, amigo querido que me incentivou a estudar licenciatura em Geografia. Fruto do seu apoio também tornei-me professora substituta no IFRS campus Bento Gonçalves/RS.

Às amigas e colegas Jaqueline Silveira e Tamires Bieger, pela amizade, em especial ao apoio necessário no período da qualificação, vocês foram fundamentais. À amiga de Bento Gonçalves, Marjana Sodré de Souza, pelo acolhimento e amizade.

Aos professores e colegas do IFRS, campus Bento Gonçalves, digo-lhes que cresci profissionalmente inspirada em vocês, em especial no incentivo da Aline Hentz.

Aos colegas da Turma de Doutorado ano 2016, pela troca de conhecimentos multiculturais. Agradeço especialmente à Letícia Chechi, Andréia Lourenço e Tanise Pedron da Silva, pelo apoio na reta final.

À minha mãe, Sandra, por me incentivar, ajudar e sempre estar ao meu lado. Ao meu pai, Jorge, por me ensinar que a educação é o melhor caminho a ser seguido. Ao meu irmão, Luís Henrique, pelo apoio, afeto e ajuda na edição dos vídeos. Só foi possível trilhar essa caminhada com vocês ao meu lado.

À Amora, minha filha de quatro patas, sou grata pela companhia e alegria diária, que foram extremamente importantes para manter a sanidade mental durante a escrita no período da pandemia.

Por fim, agradeço infinitamente a todos os espíritos de luz, por me guiaram até aqui. Gratidão à ancestralidade feminina, às curandeiras e ao poder das plantas medicinais, por me darem forças. Gratidão!

RESUMO

Esta tese está voltada para a memória coletiva de agricultoras familiares do movimento sindical no estado do Rio Grande do Sul, em contexto de luta por reconhecimento social e de representatividade. Analisa a trajetória de mulheres dirigentes sindicais e como ocorreu o processo de constituição destas lideranças, contemplando as questões subjacentes. Para tanto, faz-se uso da narrativa biográfica como instrumento analítico para a abordagem da memória coletiva das atrizes sociais, tendo por objeto empírico a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS/CUT). Visando analisar a narrativa das agricultoras familiares enquanto dirigentes sindicais, fez-se uso de aportes teóricos do Reconhecimento Social, Representatividade e Redistribuição, os quais forneceram conceitos para compreender a luta contra as injustiças sociais e dimensões das relações de poder, através da subjetividade. Esses procedimentos permitiram evidenciar as táticas de resistência mobilizadas pelas mulheres, os desafios de sua representatividade e as materialidades do seu cotidiano. Desta forma, a emergência de novos significados para a luta por reconhecimento teve efeitos sobre a construção dos problemas no meio rural, fazendo com que as problemáticas de gênero ganhassem espaço acadêmico e mobilizassem os segmentos sociais e políticos nos quais se inserem as agricultoras familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Narrativa. Memória. Reconhecimento Social.

ABSTRACT

This thesis is focused on the collective memory of family farmers in the union movement in the state of Rio Grande do Sul, in a context of struggle for social recognition and representativeness. It analyzes the trajectory of women as union leaders and how the process of constituting these leaders took place, considering the underlying issues. For this purpose, the biographical narrative is used as an analytical tool to address the collective memory of social actresses, with the empirical objective of the Federation of Workers in Family Agriculture of Rio Grande do Sul (FETRAF-RS / CUT). In order to analyze the narrative of family farmers as union leaders, theoretical contributions from Social Recognition, Representativeness and Redistribution were used, which provided concepts to understand the fight against social injustices and dimensions of power relations through subjectivity. These procedures made it possible to highlight the resistance tactics mobilized, the challenges of representativeness and the materialities of daily life. In this way, the emergence of new meanings for the struggle for recognition had effects on the construction of problems in rural areas, making the subject of gender issues gain academic space, as well as mobilizing the social and political segments.

Keywords: Family farming. Narrative. Memory. Social Recognition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa da localização dos municípios onde foi realizado o trabalho de campo	39
Figura 2 Esquema Teórico Reconhecimento Social.....	74
Figura 3 Área de abrangência da FETRAF-SUL (2001-2013)	96
Figura 4 Base sindical da FETRAF-RS/CUT (2014-2018)	102
Figura 5 Mística de Abertura do II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares	167
Figura 6 Mulheres em Marcha pelo centro de Erechim/RS	170
Figura 7 Bandeira em homenagem a Paulinha Balen.....	172
Figura 8 Homenagem a família de Paulina Balen realizada pelo SUTRAF-AU	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Perfil das Entrevistadas	35
Quadro 2 Esquema conceitual: Reconhecimento e Redistribuição	79
Quadro 3 Esquema temporal das principais entidades e políticas mencionadas.....	106
Quadro 4 Ponto de partida das narrativas biográficas	154
Quadro 5 Motivos para realização da luta sindical.....	205

LISTA QR CODE

QR Code 1. Memória Coletiva do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS	67
QR Code 2. A Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar	115
QR Code 3. Coletivo de Mulheres	121
QR Code 4. As Farmacinhas Alternativas.....	130
QR Code 5. Legado sindical de pai para filha.....	156
QR Code 6. Agricultora Familiar e Dirigente Sindical	159
QR Code 7. O ‘sentido’ de ser dirigente sindical.....	163
QR Code 8 Mulheres em Marcha.....	165
QR Code 9. Acampamento da Resistência.....	182
QR Code 10. Agroindústria Slongo.....	200
QR Code 11. COOPERFAMÍLIA.....	201

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
APL	Arranjo Produtivo Local
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ASSAF	Associação dos Agricultores Familiares
ASSINTRAFS	Associação dos Pecuaristas de Agricultores Familiares
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CGT	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
COHAF	Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAC	Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina
COOPAFS	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares de Sarandi e Região
COOPERFAMÍLIA	Cooperativa de Desenvolvimento Regional Ltda
COOPERHAF	Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREHNOR	Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos
CRESOL	Crédito Rural com Interação Solidária
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEFRAF-BRASIL	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF-RS/CUT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul
FETRAF-SUL/CUT	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
JSTS	Juventude Semeando Terra Solidária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PHR	Programa de Habitação Rural
PHRRS	Programa de Habitação Rural do Rio Grande do Sul
PLAGEDER	Curso Superior Tecnologia em Desenvolvimento Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Agricultura Familiar
SOF	Organização Sempre Viva Feminista
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPM-PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SR	Sindicato Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STR	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUTRAF-AU	Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ELEMENTOS METODOLÓGICOS: AS DIRIGENTES SINDICAIS, SUAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS, IMAGENS E O LUGAR	29
2.1	NARRATIVAS VISUAIS DAS INTERLOCUTORAS	37
2.2	O UNIVERSO EMPÍRICO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL	38
3	AS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL E O RECONHECIMENTO SOCIAL	52
3.1	O FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL	52
3.2	SINDICALIZAÇÃO DAS MULHERES	57
3.3	INFLUÊNCIA DAS IGREJAS NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO	61
3.4	CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL.....	67
3.5	LUTA POR RECONHECIMENTO SOCIAL, REPRESENTATIVIDADE E REDISTRIBUIÇÃO.....	73
4	MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES NO MOVIMENTO SINDICAL NO RIO GRANDE DO SUL	85
4.1	PARA COMEÇO DE CONVERSA: O CONTATO INICIAL COM AS DIRIGENTES SINDICAIS.....	85
4.2	NOVO SINDICALISMO: O CASO DA FETRAF-SUL E DA FETRAF-RS.....	93
4.3	PROJETO TERRA SOLIDÁRIA: EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO	107
4.4	MUTIRÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	111
4.5	COOPERHAF: A COOPERATIVA QUE NASCEU NO PORÃO DO SINDICATO.....	115
4.6	COLETIVO DE MULHERES.....	121
5	MEANDROS PARA TORNAR-SE DIRIGENTE SINDICAL	133
5.1	AS PIONEIRAS E INSPIRADORAS	133
5.1.1	Adriana.....	133

5.1.2	Hilga.....	133
5.1.3	Marlene.....	134
5.1.4	Márcia.....	134
5.1.5	Táise.....	134
5.2	AS DIRIGENTES SINDICAIS E SUAS NARRATIVAS.....	135
5.2.1	Cleonice.....	135
5.2.2	Ivete.....	138
5.2.3	Eni.....	140
5.2.4	Delma.....	141
5.2.5	Cleusa.....	143
5.2.6	Dilva.....	146
5.2.7	Andréia.....	148
5.2.8	Vera.....	150
5.2.9	Juraci.....	152
5.3	PONTO DE PARTIDA DA ANÁLISE BIOGRÁFICA.....	154
6	LUTA POR RECONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÃO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES A PARTIR DA MEMÓRIA COLETIVA....	163
6.1	POTÊNCIA DAS NARRATIVAS E BIOGRAFIAS DE MULHERES.....	164
6.2	PAULINA BALEN: “SEU SANGUE SE DERRAMA E ALIMENTA NOSSA LUTA”.....	172
6.3	MOTIVOS PARA LUTAR: JUSTIÇA SOCIAL PARA AS AGRICULTORAS FAMILIARES.....	178
6.4	BARREIRAS QUE NÃO FORAM ROMPIDAS.....	188
6.5	O ‘SENTIDO’ DE SER DIRIGENTE SINDICAL E OS DESAFIOS ATUAIS.....	198
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
	REFERÊNCIAS.....	218
	APÊNDICE A: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM.....	235
	APÊNDICE B: RESUMO SEQUÊNCIA NARRATIVA BIOGRÁFICA.....	236
	APÊNDICE C: LINKS DE ACESSO NARRATIVAS VISUAIS.....	240

1 INTRODUÇÃO

“As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e viviam...”
(Michelle Perrot, 2005, p. 11).

A presente tese centra-se na compreensão da trajetória de mulheres da agricultura familiar enquanto dirigentes sindicais, a partir da narrativa biográfica. As reflexões teórico-metodológicas foram orientadas pela compreensão de que falar das mulheres é procurar dar voz às mulheres, através de um elo verbal e visual. Desta forma, foram desenvolvidas de forma transversal, além das narrativas descritivas, narrativas visuais.

Como ponto de partida destaco algumas “vivências” importantes, narrativas da minha¹ trajetória acadêmica e profissional na área do desenvolvimento rural, até o momento de encontro com o tema de pesquisa a ser desenvolvido nesta tese.

A minha inserção e interesse na área do desenvolvimento rural vem desde o início do curso superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), realizado em Três de Maio/RS, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em convênio com a UFRGS. Sempre foi um sonho realizar minha formação profissional numa das melhores universidades do país, no entanto, sua concretização parecia ser algo distante, até que a interiorização da educação pública proporcionou a 2ª edição do Curso e sua 1ª edição no Polo Federal de Três de Maio. Vale ressaltar que o curso foi ofertado na modalidade de Ensino a distância (EaD), nos anos 2009-2013, superando todos os desafios inerentes a esta metodologia de ensino, que se consolida nos tempos atuais.

Cada disciplina e discussão do rural despertavam em mim uma paixão até então desconhecida. Sou filha de pais urbanos e a vivência cotidiana do trabalho na agricultura era uma realidade distante para mim. No entanto, a cada trabalho disciplinar e de diagnóstico da agricultura local e regional realizado, passei a compreender aspectos que ultrapassam a produção de alimentos e alcançam a dimensão da heterogeneidade sociocultural e ambiental que abrange o rural brasileiro.

¹ Por mais que a maior parte desta tese seja escrita em linguagem impessoal, em alguns momentos será utilizada a linguagem na primeira pessoa do singular para tratar, especificamente, de assuntos referentes à vida e trajetória da autora desta tese e de sua relação com as interlocutoras.

Ainda durante a realização das disciplinas, os assuntos que despertavam meu interesse eram relacionados às questões socioculturais e ambientais, de modo que meus esforços foram direcionados para a compreensão destes aspectos. A região que abrange a Fronteira Noroeste², território onde o Polo Federal de Três de Maio está inserido, possui forte integração da indústria e do comércio com o setor agropecuário. É produtora de grãos, sobretudo, soja, milho e trigo, e possui uma significativa bacia leiteira, com agricultura familiar diversificada, agroindústrias e uma beleza cênica ligada ao Rio Uruguai, com pesca e potencial para o turismo rural.

Assim, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvi um estudo para identificar e analisar o processo participativo de certificação de agricultores agroecológicos na região Missões/RS, sob o título “A Rede Ecovida e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Núcleo Missões/RS”, sob orientação do professor Dr. Jalcione de Almeida e coorientação do Dr. Lívio Claudino. A partir deste estudo minha visão sobre o desenvolvimento rural ampliou-se e passei a enxergar a produção sustentável e em harmonia com a natureza, respeitando e valorizando os conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras.

A vontade de continuar os estudos e aprofundar os conhecimentos na área do desenvolvimento rural levou-me a realizar seleção para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Na dissertação de Mestrado busquei identificar as dinâmicas dos atores sociais relacionadas à temática das plantas medicinais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul (RS), utilizando a Perspectiva Orientada aos Atores (POA). A dissertação “Plantas medicinais no Noroeste do Rio Grande do Sul: desdobramentos das práticas e da ação social”, contou com a orientação da professora Dra. Flávia Charão Marques. A pesquisa estava inserida no projeto “Mulheres e Biodiversidade: plantas medicinais, conhecimento e aprendizagem coletiva no Sul do Brasil”, com financiamento do CNPq³.

A temática das plantas medicinais me aproximou dos estudos de gênero e mulheres rurais, sobretudo, pelo cuidado da saúde de suas famílias como da comunidade,

² Para fins de definição territorial adota-se a aquela utilizada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) da região Fronteira Noroeste, composta por 20 municípios, sendo eles: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

³ Projeto que contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) – Edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA - N° 32/2012.

muitas vezes, ser realizado pelas mulheres. A justificativa estava atrelada a uma consciência ecológica, pela tradição que vem de suas mães, pela responsabilidade com a saúde da família, envolvimento com a comunidade e mobilização política (CHARÃO-MARQUES, 2008). Por outro lado, as mulheres são reconhecidas como as guardiãs da tradição e do conhecimento sobre as plantas medicinais, pois são “detentoras de conhecimento” e “capazes”, resolvem os problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais e monitoram suas próprias ações (GIDDENS, 1997, p. 1-6).

Para além do conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais, existem questões de gênero atreladas ao papel de cuidado assumido pelas mulheres, sobretudo ao analisar-se as relações internas na agricultura familiar. Segundo Carvalho *et al.* (2008), mesmo com todos os esforços para explicar o papel de cuidadoras das mulheres sob distintas abordagens, o fato é que cuidar do outro continua pragmaticamente ligado ao universo feminino, mesmo nas sociedades contemporâneas e mais democráticas em termos de avanços nos direitos e de tratamento igualitário entre homens e mulheres.

Paralelamente, ao final do curso de graduação e no início do doutorado atuei como funcionária⁴ na Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-RS/CUT), assessorando os sindicatos filiados no Rio Grande do Sul. Na oportunidade tive contato direto com o sindicalismo da agricultura familiar, com a operacionalização de políticas públicas na agricultura familiar, com suas pautas e lutas de reivindicações, participação em feiras de agroindústrias familiares, além de acompanhar a rotina das dirigentes sindicais.

Nessa trajetória de inserção presenciei dois momentos da Federação sindical. Inicialmente, enquanto FETRAF-SUL/CUT, constituída em 2001, e que se consolidava como representante da categoria social da agricultura familiar do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), originária do novo sindicalismo, conhecido como os “Rurais da CUT” – Central Única dos Trabalhadores. E, posteriormente, no ano de 2014, quando por decisão política a entidade se desmembrou e cada Estado passou a ter sua federação, vindo a tornar-se a FETRAF-RS/CUT. Naquele momento a Federação contava com uma mulher agricultora familiar na condução de sua Coordenação Geral.

As indagações para a elaboração desta tese surgiram no acompanhamento da rotina, sobretudo das mulheres dirigentes sindicais. Com frequência eu observava que para elas alguns ambientes eram “hostis”, sobretudo, em alguns espaços de discussões

⁴ Atuei como secretária na Secretaria Geral da FETRAF-SUL, nos anos 2011-2012 e na mesma função, já na FETRAF-RS, nos anos 2016-2017.

institucionais, como em salas onde havia a participação de uma única mulher. Ou então, quando as mulheres dirigentes sindicais mudavam sua postura para serem respeitadas, em meio à sobrecarga de trabalhos, para darem conta de suas atividades produtivas, de cuidados, ainda atuar no sindicalismo e na militância partidária.

Além de observar as desigualdades e tensionamentos de gênero internos nas relações na agricultura familiar, também me indagava sobre a trajetória destas mulheres. Para além da compreensão do “mito heroico” da mulher que dá conta de tudo, conforme reflete Cornwall *et al.* (2007), quando as mulheres costumam aparecer em narrativas de gênero e políticas de desenvolvimento, hora como heroínas ou como vítimas. Heroínas por sua capacidade de luta, na firmeza com a qual carregam as cargas das desvantagens de gênero em seu exercício de autonomia. E vítimas, como aquelas com escolhas reduzidas, com tripla carga de trabalho e receptoras da opressão e da violência masculina.

Diante disso, indagava-me sobre a trajetória que constituiu estas mulheres enquanto dirigentes sindicais, quais eram as relações sociais e familiares que as cercavam, o que as motivava para lutar pelos espaços de poder e de representatividade, desconstruindo o dualismo de heroína e/ou vítima, e olhando para a emoção humana que transforma a realidade social numa entidade de representação mista⁵ da agricultura familiar composta por homens e mulheres. Afinal, quais seriam as narrativas que poderiam emergir?

Vale ressaltar que, enquanto pesquisadora, a percepção destas particularidades no universo das dirigentes sindicais se dá pela percepção *do ser mulher*, possuindo um método particular de investigação e com implicações que orientam as formas de pensar. Quando optamos por um método de investigação, excluimos outras opções que poderiam ser úteis para analisar aquela realidade social. No entanto, a opção deve estar atrelada de forma coerente ao caso a ser estudado e à escolha da pesquisadora.

Com a icônica frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, Simone de Beauvoir (1980) inaugura o segundo volume de sua obra mais famosa, *O segundo sexo*, com provocações instigadoras ao longo da obra, como estas que estão intrínsecas nesta afirmação. Ao encontro desta afirmação, as indagações foram levantadas por uma mulher/pesquisadora, olhando para a realidade social de uma entidade de representação da agricultura familiar. Desta forma, me posiciono ao afirmar que optei por uma

⁵ O termo utilizado refere-se a organizações formadas tanto por homens quanto por mulheres, tais como o movimento sindical rural, no qual a FETRAF se inclui.

investigação feminista e que minhas opções teórico-metodológicas buscaram colocar em evidência a voz das mulheres.

Diante disto, as reflexões da sociologia rural sobre a categoria agricultura familiar se fazem necessárias para compreender o campo de estudo da presente tese. Entretanto, também foram mobilizados outros referenciais para darem conta dos objetivos da tese, tais como as teorias do reconhecimento social, de Axel Honneth e de redistribuição, reconhecimento e representação de Nancy Fraser.

A agricultura familiar enquanto categoria social reúne, ao menos, três elementos que são o tripé gestão, propriedade e trabalho (WANDERLEY, 1999; ABRAMOVAY, 1998; GASSON; ERRINGTON, 1993). A combinação desses elementos permite identificar, não só um estabelecimento familiar, como também, de uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social. A análise implica tratar a família como uma unidade, que apresenta uma estreita relação entre a posição social, profissional e familiar de agricultores e agricultoras (BRUMER; ANJO, 2008).

Tal aspecto corrobora com a cooperação entre os membros da família, tanto na atividade agrícola como nas demais que incluem o trabalho doméstico, de cuidado, sociabilização e lazer, bem como de outros, indicando uma harmonia e equilíbrio familiar. Segundo Abramovay (1992), isso se deve ao fato de que a agricultura familiar usufrui da mão de obra dos membros da família que mantém entre si laços de sangue ou de casamento.

As pesquisas que envolvem a família, enquanto unidade, acarretam analisar um todo coeso, pensando-se no bem-estar de todas e todos. Esforços que colaboram para ampliar as perspectivas analíticas que consideram a unidade familiar, como também, espaços de disputa, tensões, dominação e relações hierárquicas, entre os membros da família, como dos homens sobre as mulheres e dos pais sobre as filhas e filhos, podendo ser encontrados nos estudos de Abramovay *et al.* (1998), Paulilo (1987; 2004; 2010; 2016); Stropasolas (2006); Menezes (2012), dentre outros.

Refletir sobre a unidade familiar e as tensões que a permeiam requer a incorporação das perspectivas de gênero na análise. De acordo com Herrera (2019, p. 21), “a incorporação das perspectivas de gênero e geração no campo da sociologia rural, as análises sobre a organização familiar, seguem sendo tratadas como marginais às abordagens dominantes”.

Uma das origens da desigualdade de gênero se dá pela divisão público/privado, ou seja, o homem participa da esfera pública, representada pela responsabilidade do

trabalho produtivo, e a mulher participa da esfera privada, local do trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados. Isso reforça a representação de que quem detém o poder de fala e de representatividade da agricultura familiar são os homens. Outra reflexão que corrobora com o panorama histórico e sociocultural do trabalho das mulheres rurais é que elas desenvolvem atividades produtivas, porém, consideradas tradicionalmente como trabalho leve e de ajuda às tarefas feitas pelos homens (PAULILO, 1987).

Nas últimas décadas observa-se uma ampliação da participação das mulheres na sociedade, apontando mudanças nas relações de gênero, especialmente com sua entrada no mercado de trabalho, nas universidades e assumindo postos de poder, por exemplo. Porém, de acordo com as autoras Hirata e Kergoat (2007, p. 597), “nessa matéria, tudo muda, mas nada muda”.

Conforme pesquisas empíricas e análises sobre o aumento da participação das mulheres na esfera pública, isso não reduz suas obrigações na esfera privada, pois elas continuam sendo responsabilizadas pelas atividades do âmbito reprodutivo (MELO; CASTILHO, 2009). Deve-se reconhecer os avanços no nível educacional e na inserção no mercado de trabalho pelas mulheres, mas apesar dos avanços persistem as evidências de desigualdades salarial e na família (MELO; THOMÉ, 2018, p. 10).

Diante disso, gênero não é um conceito que descreve apenas as relações entre homens e mulheres, mas uma categoria teórica que se refere ao conjunto de significados e símbolos construídos sobre a percepção da diferença sexual, sendo utilizados para a compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais (SCOTT, 1995). Para a autora, na perspectiva de gênero, o seguinte trecho corrobora essa compreensão.

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida (SCOTT, 1994, p. 13).

Desta forma, evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres na agricultura familiar apenas pela diferença biológica seria um equívoco. O conceito de gênero expressa outros entendimentos, evidencia como as diferenças são socialmente construídas e como estes papéis sociais construídos historicamente podem ser modificados. Também é um conceito relacional, por compreender que os papéis sociais masculino e feminino não existem isolados, mas um é construído na relação com o outro.

A presença das mulheres no movimento sindical rural é fruto de uma luta histórica, que convida a compreender quais foram as condições sociais que favoreceram a emergência de tal ação e imersão. A década de 1980 representou uma ampliação das lutas por direitos e pela participação das mulheres nas diferentes esferas da sociedade, tanto no sindicalismo urbano como rural, nos partidos políticos e em outros espaços da esfera pública. O movimento feminista da década de 1970 teve forte influência no processo que foi marcado pela ampliação de perspectivas para as mulheres urbanas e rurais. Salienta-se que o governo brasileiro assinou, em 1975, a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), comprometendo-se a eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher. Também, em 1985, o Ministério da Agricultura criou o Programa de Apoio à Mulher Rural, dentre outras ações que reforçam a ideia que as mulheres reivindicavam direitos, como também políticas públicas.

A condição feminina no âmbito rural passa a ser o centro das lutas, praticamente durante toda a década de 1980, marcada pela reivindicação do reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais pelos sindicatos e como sujeitos de direitos.

Segundo Carneiro (1987), a mobilização feminina é motivo de interesse para os partidos políticos, sindicatos e igrejas, uma vez que a adesão raramente é individual. Ou seja, ela repercute de forma decisiva sobre a família e a comunidade, dois universos nos quais as mulheres, pelas suas funções reprodutivas, exercem uma grande influência – laços de parentesco, relações de solidariedade e reciprocidade.

Paulilo (2004) chama atenção para uma questão fundamental que diz respeito a não confundir sindicalização com militância política e emancipação das mulheres.

A luta das mulheres para serem consideradas “produtoras rurais” não significa necessariamente uma busca de mudança nas relações entre marido e mulher, do mesmo modo que, o trabalho fora de casa não torna as mulheres automaticamente mais independentes de seus maridos e atuantes politicamente. Mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros (PAULILO, 2004, p. 12).

Assim, dar voz às mulheres da agricultura familiar tornava-se uma ação necessária para compreender as vivências diante das desigualdades de gênero. A partir desse contexto abordado emerge a questão orientadora desta pesquisa que busca compreender como mulheres agricultoras familiares se constituíram dirigentes sindicais.

Trata-se de compreender as experiências vivenciadas por mulheres agricultoras familiares que fazem parte do movimento sindical e que desempenham a função de

dirigentes sindicais. Este tema torna-se relevante por contribuir para a pesquisas sobre mulheres rurais e o engajamento social, neste caso, a partir do sindicalismo rural. Além disso, este estudo poderá provocar reflexões acerca do próprio sindicalismo rural e a participação feminina nos espaços de poder. Pode-se considerar uma das facetas de um movimento mais amplo das mulheres rurais pela conquista de seus direitos e do deslocamento do âmbito do privado para o público.

No que se refere às pesquisas sobre a federação sindical, “FETRAF”, foram identificados três trabalhos que contribuem para o arcabouço teórico sobre movimento sindical e suas interfaces, quais sejam: Picolotto (2011), Bolter (2013) e Conti (2016). No entanto, nenhum deles aborda como centro as discussões de gênero ou a trajetória das mulheres dirigentes sindicais. Outro elemento interessante é incorporar a noética⁶ de vídeos para ilustrar, a partir da imagem, as narrativas das dirigentes sindicais que foram trazidas de forma transversal no texto.

Incorporar as discussões de gênero ao analisar a agricultura familiar é perceber que as relações sociais entre os membros se estabelecem com desigualdade de poder, da mesma forma que as necessidades, desejos e interesses são disputados e negociados. Esta percepção se dá tanto no núcleo familiar como nas entidades representativas, apesar de todos os avanços em termos de direitos e conquistas. Desta forma, trazer ao centro da discussão tais questões a partir da narrativa das dirigentes sindicais se torna um desafio, ao mesmo tempo em que incorpora à subjetividade a análise sobre as pessoas que integram as organizações sociais.

Vale ressaltar que a proposta de pesquisa que deu origem a esta tese foi desenhada a partir de minha atuação profissional, a qual oportunizou minha aproximação com as atrizes sociais e aos acontecimentos que são relatados. Ao longo dessa atuação passei a perceber a atuação das dirigentes sindicais como parte integrante de uma pauta coletiva, traduzida pelas organizações e movimentos sociais das mulheres rurais. Isso constitui uma arena política de busca por reconhecimento e representatividade, como também, de emergência de conflitos e laços de afeto, que são aqui considerados como parte das relações sociais.

⁶ A palavra carrega consigo uma discussão dentro da Antropologia sobre os princípios e lógicas subjacentes e as interações entre oralidade e escrita, como também, da inserção do texto visual (filme ou vídeo). Quando o vídeo é usado como complemento sobre o mesmo tema, suscita reações animadas, possuindo o poder de transmitir algo que a escrita não foi capaz de comunicar (FONSECA, 1995).

A orientação que atribui sentido a essa reflexão busca compreender, a partir das histórias de vida, elementos para desvendar a luta das agricultoras familiares no movimento sindical e o que este tema traz de novo para o debate acadêmico. Meu argumento é que são mobilizadas diferentes estratégias no que se refere às organizações sociais do campo, mas existe uma questão de fundo que não se revela na coletividade, que remete aos esforços individuais em interface com a coletividade e envolve uma série de elementos importantes para serem analisados.

Desta forma, a partir das indagações mencionadas surge a pergunta de pesquisa, como mulheres agricultoras familiares se constituem dirigentes sindicais?

Para dar conta de responder a esta indagação, esta tese como objetivo geral investigar o sentido de ser dirigente sindical para mulheres agricultoras familiares, mais precisamente da FETRAF-RS/CUT, levando em consideração a luta por reconhecimento e representatividade no movimento sindical, a partir das narrativas de mulheres dirigentes sindicais. E para concretizá-la, ainda mais, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear a configuração e o surgimento dos principais movimentos sociais de mulheres rurais do estado do Rio Grande do Sul;
- b) Analisar a emergência do novo sindicalismo rural e a construção da federação sindical;
- c) Examinar as principais pautas dos sindicalistas da agricultura familiar e a constituição das lideranças femininas neste processo;
- d) Verificar, através das narrativas biográficas, a expressão das lutas de gênero na agricultura familiar;
- e) Contribuir para a ampliação do conhecimento em torno de temas relacionados ao desenvolvimento rural no que se refere às discussões de gênero.

A tese constitui-se de seis capítulos, além desta parte introdutória e das considerações finais, nas quais se reflete sobre o percurso da pesquisa e suas contribuições para a construção de conhecimentos e a compreensão dos processos sociais, especialmente aqueles voltados à participação das mulheres na configuração de novas relações sociais e de gênero desde a agricultura familiar.

O segundo Capítulo elucida os elementos metodológicos que guiaram a elaboração da tese, bem como a delimitação dos locais onde foi realizada a pesquisa. Inicialmente é apresentada a escolha metodológica com as diferentes técnicas adotadas na pesquisa, sendo elas, pesquisa documental, revisão da literatura, observação

participante, entrevistas narrativas biográficas e entrevistas em profundidade. Há uma breve exposição sobre as narrativas visuais, com a adoção de registros imagéticos e sonoros que foram incorporados de forma transversal no trabalho, realizando elos entre a escrita verbal e o visual. Por último, fornece-se uma contextualização do universo empírico que compreende o Território Norte do Rio Grande do Sul, designação geral atribuída ao presente trabalho sobre os locais da pesquisa, mas que não é proveniente da delimitação de alguma proposta de divisão regional ou territorial específica.

O terceiro Capítulo apresenta o aporte teórico mobilizado sobre as mulheres no movimento sindical e o reconhecimento social. Inicialmente é realizado um resgate da configuração da organização das mulheres da agricultura familiar no sul do Brasil. Discute-se o feminismo enquanto movimento social, como marcador histórico das conquistas sociais e de direitos. Na sequência discorre-se sobre a sindicalização das mulheres, sua inserção no mercado de trabalho, suas lutas no campo sindical pela representatividade e como tais ações impactaram a luta das mulheres rurais, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de lideranças sindicais no campo. Contempla-se, nesta etapa, a referência à influência das igrejas nas organizações sociais do campo, movidas pela visão da Teologia da Libertação, com os tensionamentos e o apoio não apenas na constituição dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, como também, na trajetória da luta dos camponeses e agricultores familiares em geral. Também é realizado um breve resgate do processo de conformação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul (MMTR-RS), seguido da revisão teórica sobre o reconhecimento, representatividade e redistribuição, à luz dos autores Axel Honneth e Nancy Fraser.

O quarto Capítulo apresenta as interlocutoras da pesquisa através do relato do contato inicial da pesquisadora com as dirigentes sindicais, com base no princípio da abertura. A seguir aborda-se o contexto e a conjuntura geral aos quais as narrativas das mulheres remetem, por meio da discussão sobre a federação sindical e as principais estratégias de organização das lutas que emergiram das narrativas biográficas. Inicialmente é realizada a discussão sobre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul, em um primeiro momento enquanto FETRAF-SUL/CUT e, posteriormente, como FETRAF-RS/CUT. As seções seguintes abordam as estratégias de organização e lutas adotadas pelo sindicalismo combativo, tais como, o Projeto Terra Solidária, o Mutirão da Agricultura Familiar, a Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar e os Coletivos de Mulheres.

O quinto Capítulo contempla as narrativas biográficas das mulheres dirigentes sindicais e remete à identidade narrativa das dirigentes sindicais, com o detalhamento de cada trajetória pessoal. Por fim, é realizada análise dos dados narrativos e biográficos, buscando enfatizar o processo de constituição identitária dessas mulheres como dirigentes sindicais.

Já no sexto Capítulo é discutida a memória social da luta por reconhecimento, elucidando as motivações que as agricultoras familiares acionam para realizar a mobilização social. Desta forma, inicialmente busca-se apresentar a potência do universo do movimento das mulheres trabalhadoras rurais e a importância das narrativas biográficas imersas neste universo, a partir do II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares do SUTRAF-AU, realizado no ano de 2017, na cidade de Erechim/RS. Após é apresentada a trajetória da Paulina Balén, liderança sindical, comunitária, religiosa e política assassinada no ano de 1996 e, como sua luta ecoa no movimento sindical atualmente. Na continuidade discutem-se os motivos para lutar, acionando aspectos da justiça social para as agricultoras familiares e são analisadas as barreiras que não foram rompidas no movimento sindical, apresentando as estratégias e táticas acionadas pelas agricultoras familiares. Para concluir é discutido o sentido de ser dirigente sindical e os desafios atuais que emergem desses espaços de construção do sindicalismo e das conquistas sociais nas quais as mulheres estão envolvidas.

Para finalizar apresenta-se as conclusões do estudo realizado, buscando responder às questões que foram levantadas ao longo do trabalho. Através da evidência das narrativas biográficas, como poder de representatividade no campo do movimento sindical da agricultura familiar e as questões de pano de fundo quanto à luta por reconhecimento na questão de gênero.

Espera-se que esse estudo contribua para a compreensão da trajetória das mulheres da agricultura familiar e para a ampliação desse segmento social tão significativo para a sociedade e espaços rurais. Ao mesmo tempo que é um estudo que aciona a memória de períodos relevantes das lutas por mudanças da realidade, carregando consigo a esperança que impulsiona sonhar com novas transformações que se fazem necessárias para avançar em todas as formas da emancipação social das mulheres rurais.

2 ELEMENTOS METODOLÓGICOS: AS DIRIGENTES SINDICAIS, SUAS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS, IMAGENS E O LUGAR

Para dar conta dos objetivos propostos, inicialmente, foi realizada uma exploração prévia, com revisão da literatura, pesquisa documental e em matérias de veículos de comunicação, sites e páginas nas redes sociais. A exploração permitiu levantar informações relevantes para traçar o “estado da arte” sobre a atuação do movimento sindical e das mulheres agricultoras familiares no Rio Grande do Sul, que foram conduzindo para a escolha de métodos qualitativos adequados aos objetivos da pesquisa, como será relatado a seguir.

A escolha das participantes para realização da tese inicialmente deu-se por meio do convívio estabelecido anteriormente à pesquisa, mediante a identificação das dirigentes sindicais que atuavam na coordenação geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS/CUT). Um elemento relevante para o estabelecimento de laços de confiança e empatia para realização do presente estudo foi a apresentação da proposta para a entidade sindical, visando obter a anuência institucional. Conforme Minayo (2001, p. 61), “as capacidades de empatia e de observação por parte do investigador e a aceitação dele por parte do grupo são fatores decisivos”, nas pesquisas qualitativas.

Contudo, no andamento da investigação, as próprias entrevistadas foram indicando outras mulheres, pelo reconhecimento de sua importância desde o ponto de vista da memória coletiva da luta. Cabe ressaltar que a pesquisa não possui caráter historiográfico clássico, desta forma, os caminhos que percorridos pela pesquisadora a levaram ao encontro das mulheres que reconhecidamente fazem e fizeram parte do movimento sindical, as quais apresentaram dois perfis de mulheres agricultoras familiares: i) as que persistem na luta desde as décadas de 1980 e 1990 e; ii) as jovens mulheres que fazem parte do processo mais recente do sindicalismo da agricultura familiar, dos anos 2000 em diante.

A participação nos diferentes momentos da Federação possibilitou o acesso a um arcabouço de questões referentes à atuação das mulheres agricultoras familiares. Isso, reforçado pelas vivências do pré-campo, a opção pelo entrecruzamento entre as vivências, experiências e narrativas foi se descortinando como um método para a elucidação dos contextos da pesquisa. Desta forma, inspirada na definição de Ricoeur (1997), que problematiza sobre a narrativa como a mediação entre o tempo vivido e a ação social, foi

definida a narrativa como metodologia, por considerar que “as entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional” (MUYLAERT *et al.*, 2014, p. 194). Incorre também em assumir de forma deliberada que os atores/atrizes sociais são intérpretes dos processos sociais (SANTOS *et al.*, 2014). Outra característica da abordagem a partir de narrativas é o aspecto colaborativo e de cumplicidade, uma vez que a história emerge da interação, troca, diálogo e do comprometimento entre a entrevistadora/pesquisadora e os participantes. É neste encontro que se lança o desafio aos interlocutores de configurarem temporalmente suas existências, por meio de uma narrativa que sintetiza a sucessão de acontecimentos vividos ou que conformam os seus universos de referência de mundo (RICOEUR, 2014).

A escuta das diferentes narrativas, de certa forma, contempla a trajetória individual, assim como a coletiva relacionadas à Federação, trazendo perspectivas diversas para incorporar na análise, seja do tempo passado ou presente. Isto porque, além das motivações mencionadas acima, uma das preocupações foi incorporar narrativas que remetessem à inserção das agricultoras no movimento sindical, como também, as que relataram a participação na nova geração de políticas públicas para a agricultura familiar.

De forma complementar às narrativas, foram incorporadas diferentes técnicas de pesquisa, como a observação participante (II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares do Alto Uruguai/RS, no ano de 2017, plenárias e reuniões da Federação e conversas com dirigentes sindicais homens, com anotações em caderno de campo, durante os anos 2017 a 2019.

Para a compreensão dos meandros da constituição da FETRAF foi realizada uma pesquisa documental e a revisão da literatura. Somado a este processo de pesquisa, a câmera foi companheira durante a realização do trabalho de campo, realizado no final do ano de 2018 e início de 2019. Além da gravação em vídeo dos depoimentos das mulheres, foram propostas filmagens do cotidiano, assumidas como narrativas visuais das interlocutoras, a partir da construção performática das agricultoras familiares. Essas narrativas, na forma de vídeos, além de fonte de análise para o trabalho, originaram pequenas crônicas visuais, que são parte constituinte da tese.

A aproximação com o tema de pesquisa deu-se ao longo da atuação profissional da pesquisadora, conforme relatado na parte introdutória. A atuação na secretaria estadual da FETRAF-RS/CUT oportunizou o contato direto com as lutas sociais da categoria e a

luta pelo reconhecimento e representatividade das agriculturas familiares no “universo”⁷ sindical.

Devido à trajetória de estudos, sobretudo da área da sociologia rural, tanto sobre a emergência de um novo sindicalismo rural, como de organizações e movimentos sociais de mulheres rurais e camponesas no Rio Grande do Sul, alguns termos acompanharam a trajetória da pesquisa, tais como mobilização social e políticas públicas. Ao longo deste estudo os termos foram ganhando amplitude e o foco direcionou-se para os atores sociais, ou, melhor dizendo, para as atrizes sociais, que fazem parte deste processo de mobilização e luta social. O interesse foi de compreender não apenas as conquistas coletivas, mas quem são as pessoas que realizam tais ações, direcionando o foco para suas trajetórias de vida a partir da proposição de narrativas biográficas. E ao acompanhar suas narrativas buscou-se compreender não só como se constitui a narrativa da memória coletiva de lutas, os desafios e conquistas, mas, sobretudo, como elas se entrelaçam com reminiscências e vivências individuais destas mulheres, com seus anseios e expectativas.

Para compreender a condição narrativa, que torna efetiva a formulação de memória(s) e identidade(s) utilizou-se a reflexão do filósofo francês Paul Ricoeur (1997), que conceitua uma identidade narrativa como resultante dos entrecruzamentos entre diferentes registros (história/ficção, leitor/autor, indivíduo/sociedade). Nesta noção, a identidade narrativa se aplica tanto à comunidade quanto ao indivíduo, sendo que ambos constituem-se em suas identidades ao receberem tais narrativas, que se tornam para um e para outro sua história efetiva.

Segundo Siqueira (2009), a noção de identidade narrativa, para Ricoeur, postula que “o tempo narrado é como uma ponte lançada sobre a brecha que a especulação não cessa de abrir entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico” (RICOEUR, 1997, p. 420). A solução ou superação desse impasse, aos poucos, vai-se delineando e o primeiro passo importante advém da intuição do

[...] entrecruzamento dos dois diferentes tipos de atividade mimética a que dão lugar a narrativa de ficção e a narrativa histórica, ou seja, dessa fecundação mútua nasce um frágil rebento, que é a atribuição a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos chamar de identidade narrativa (RICOEUR, 1997, p. 424).

⁷ As dirigentes sindicais não atuam apenas no movimento sindical em questão, mas acabam abrangendo um conjunto de organizações que estão direta ou indiretamente ligadas, tais como cooperativas de crédito, produção, habitação, partidos políticos e conselhos de políticas públicas.

A história narrada diz o quem da ação, “a identidade do quem é, apenas, portanto, uma identidade narrativa”. Sem este recurso, reconhece Ricoeur, a identidade é ou pura mesmidade ou pura alteridade (SIQUEIRA, 2009, p. 110). Portanto, a dimensão temporal é tanto da narrativa como da própria existência pessoal, sem dúvida é esta constatação que faz Ricoeur se endereçar para uma “hermenêutica do si-mesmo” (SIQUEIRA, 2009, p. 111).

Sobre a identidade narrativa do personagem/atriz social, o autor explicita que “é personagem aquele que faz a ação narrativa”. A categoria de personagem é, portanto, ela, também, uma categoria narrativa, e seu papel na narração depende da própria inteligência narrativa, que o enreda a si mesmo (RICOEUR, 1991, p. 170). É, portanto, na narrativa que se constrói a identidade do personagem, conseqüentemente, a concordância da unidade singular de uma vida, que tende a ser rompida pela discordância dos acontecimentos fortuitos, os quais, por outro lado, são a condição para a continuidade da história (SIQUEIRA, 2009).

Falar das mulheres sem dar voz às mulheres levaria a questionar o ponto de partida nas pesquisas que buscam refletir sobre o universo feminino. Desta forma, ao adotar as entrevistas narrativas biográficas, o pano de fundo deve apoiar-se numa hermenêutica capaz de dar este suporte. Contudo, ao adotar a noção de identidade narrativa de Ricoeur – que não era mulher – é necessário adotar uma hermenêutica crítica feminista.

A autora Costa (2015) problematiza esta questão trazendo elementos importantes para a reflexão. Ela parte do pressuposto de que a modernidade foi estudada por homens brancos de cultura europeia e as mulheres, enquanto mulheres, vêm em segundo lugar; que o momento histórico não foi favorável às mulheres, uma vez que elas se concentraram na crítica às ideologias que imperam e governam no momento; que o estruturalismo, juntamente com as múltiplas formas - pós-modernas e pós-estruturalistas - negam a especificidade da produção de sentidos, privando os estudos feministas de um imenso campo de representação do feminino, no qual as mulheres possam se reconhecer livremente.

Para levar em consideração uma metodologia feminista, antes de mais nada é preciso reconhecer que a escolha é de uma mulher e, para tanto, precisa assumir uma perspectiva que aplique modelos analíticos que não sejam neutros e que não se meçam

pelas idealidades da neutralidade sexual, tampouco que se percam no discurso de afirmação da diferença e da alteridade⁸. Nesse sentido, cabe

[...] mostrar que a identificação da leitora não é diretamente com a autora, sequer com a personagem feminina, e sim com a possibilidade de refigurar femininamente e por aplicação analógica aquilo que o texto traz em sua configuração, ela mesma sustida pela verossimilhança de certa prefiguração que também pode ser feminina. O que remete o problema da identidade para o campo da prática existencial da leitora onde está em jogo sua própria identidade narrativa (COSTA, 2015, p. 398).

A partir do exposto, trabalhar com narrativas é criar um campo fértil para que as mulheres agricultoras familiares (compreendidas na presente tese, também, como dirigentes sindicais) possam falar e narrar para poderem se reconhecer, através da análise interpretativa à luz da hermenêutica de si e da crítica feminista, conforme reflete Costa (2015).

Para a ‘operacionalização’ das narrativas propôs-se às interlocutoras da pesquisa uma entrevista narrativa biográfica sobre suas trajetórias como dirigentes sindicais (SHÜTZ, 1983; ROSENTHAL, 2014). Esse tipo de entrevista rege-se por um princípio de abertura e constitui-se em três fases: na primeira realiza-se uma pergunta aberta que possibilita um relato das experiências importantes da vida, constituindo assim a sua biografia; nesse momento não são realizadas inserções ou comentários para evitar influenciar as falas; nessa etapa constitui-se a narrativa principal. Na segunda fase são realizadas perguntas internas, baseadas nas anotações feitas na primeira fase, visando à verificação ou à comprovação dos eventos abordados; nessa fase é respeitada a sequência das anotações feitas durante o relato principal. Na terceira fase são realizadas perguntas externas, ou seja, questões de interesse da pesquisadora que não tinham sido mencionadas ainda, mas que estavam relacionadas ao contexto de vida da entrevistada (ROSENTHAL, 2014).

As narrativas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra para subsidiar a análise. Já, as narrativas em vídeo foram decupadas por temas e o respectivo tempo de gravação, posteriormente foram selecionados os vídeos para edição e corte. A última etapa constituiu-se do carregamento dos vídeos no site *YouTube* e criação dos *QR Code*.

Para a realização da análise buscou-se não reproduzir as narrativas biográficas, mas, sim, interpretar suas falas a partir do sentido atribuído aos relatos. Sendo assim,

⁸ Simone de Beauvoir (1980) acentua que a diferença e a alteridade devem ser apenas ponto de partida nas reflexões sobre o universo feminino.

transcreveu-se as narrativas biográficas, seguidas da construção da sequência narrativa⁹ e da constituição de núcleos narrativos a partir das temáticas que foram surgindo das próprias narrativas.

Para Susin (2014), a entrevista narrativa biográfica busca orientar-se para o sistema de relevâncias dos sujeitos em seu cotidiano, refletindo também na postura do investigador e no ambiente de confiança que por ele precisa ser criado no momento da entrevista.

Na análise dos dados biográficos foram analisadas informações que se relacionam de forma indireta à pesquisa, sempre considerando a configuração e o ordenamento dos acontecimentos narrados pelas entrevistadas. Estes dados obtidos na entrevista foram complementados com dados de outras fontes disponíveis, tais como, observação participante, documentos e bibliografias (ROSENTHAL, 2014). Assim, foram incluídas informações de caráter histórico, econômico e social para contextualizar a vida das dirigentes sindicais.

A composição da amostra constituiu-se da realização de 14 entrevistas. Nove foram no formato de entrevistas narrativas biográficas, conforme acima relatado, com as agricultoras familiares que desempenham a função de dirigentes sindicais; e cinco foram entrevistas em profundidade, com mulheres indicadas pelas próprias dirigentes sindicais como referências importantes para a configuração da trajetória de lutas das mulheres rurais.

O universo empírico analisado foi composto por mulheres de idades variadas. A mais jovem tem 25 anos e a mais idosa 82 anos. Sete das interlocutoras são casadas, quatro são viúvas, uma é separada e duas são solteiras. Com relação à origem étnica, a maioria se declara de origem italiana ou alemã. Quanto aos municípios de sua residência, todas fazem parte do Território Norte do Estado do RS. A seguir o Quadro 1 apresenta uma síntese do perfil e o resumo da biografia das mulheres agentes desta pesquisa.

⁹ A análise das narrativas biográficas encontra-se nos Capítulos 4 e 5. A sequência das narrativas está disposta no Apêndice B.

Quadro 1 - Perfil das Entrevistadas

	Entrevistada	Estado Civil	Idade	Origem Étnica	Ocupação	Cidade	Método Entrevista
1	Andréia Corso	Casada	39	Italiana	Dirigente sindical. Agricultora e coordenadora federação	Ibiaçá	Entrevista Narrativa Biográfica
2	Cleonice Back	Casada	36	Alemã	Dirigente sindical Agricultora e Primeira Suplente ao Senado	Tiradentes do Sul	Entrevista Narrativa Biográfica
3	Cleusa Tomazelli	Casada	41	Italiana	Dirigente Sindical Agricultora e vereadora	Constantina	Entrevista Narrativa Biográfica
4	Delma Zaparoli	Casada	51	Italiana	Dirigente Sindical Coordenadora do Sintraf	São João da Urtiga	Entrevista Narrativa Biográfica
5	Dilva Durante	Viúva	75	Italiana	Dirigente Sindical. Coordenadora da farmacinha e vereadora	Novo Xingu	Entrevista Narrativa Biográfica
6	Eni Back	Viúva	59	Alemã	Dirigente Sindical. Coordenadora do Sintraf	Humaitá	Entrevista Narrativa Biográfica
7	Ivete Ulrich	Solteira	44	Alemã	Dirigente sindical Coordenadora do Sintraf	Tenente Portela	Entrevista Narrativa Biográfica
8	Juraci Zambon	Viúva	45 anos	Italiana	Dirigente Sindical Coordenadora do Coletivo de Mulheres e presidente da Cooperfamiliar	Viadutos	Entrevista Narrativa Biográfica
9	Vera Fracasso	Separada	53	Italiana	Dirigente Sindical Coordenadora do Sintraf	Sananduva	Entrevista Narrativa Biográfica
10	Adriana Grando	Casada	42	Italiana	Foi a primeira mulher a coordenar a Cooperhaf	Sarandi	Entrevista em Profundidade
11	Hilga Ana Almeida	Viúva	82	Alemã	Aposentada. Atuou no início dos anos 80 no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	Sede Nova	Entrevista em Profundidade
12	Márcia Matte	Casada	48	Italiana	Gestora na área da saúde. Narra a trajetória de sua mãe Paulina Balén.	Aratiba	Entrevista em Profundidade

13	Marlene Pasquali Slongo	Casada	53	Italiana	Agricultura e possui agroindústria familiar. Foi liderança sindical nos anos 80	Erechim	Entrevista em Profundidade
14	Táise Paza	Solteira	25	Italiana	Liderança jovem, atua no Sutraf-AU e no Coletivo de Mulheres	Barão de Cotegipe	Entrevista em Profundidade

Fonte: Elaboração da autora partir dos dados empíricos (2018-2019).

2.1 NARRATIVAS VISUAIS DAS INTERLOCUTORAS

A câmera foi um dos elementos presentes na realização do trabalho de campo da tese, iniciando minha experimentação com uso de imagens no campo exploratório no município de Erechim, durante a realização do II Encontro das Agricultoras Familiares do Alto Uruguai. No momento, estava me familiarizando com o equipamento que mais tarde reconheceria como meu anexo – no sentido de um braço (câmera) no corpo (narrativa). O registro audiovisual (vídeo, áudio e fotografia) foi utilizado em diferentes momentos, tanto para registrar e refletir sobre os processos vividos, como para apresentar os dados da pesquisa (GURAN, 2000), mas também como um mecanismo de composição ou complementação das narrativas biográficas por parte das interlocutoras.

Isto porque todas as entrevistas narrativas biográficas foram propostas sob a forma de gravação somente em áudio, cujo local e momento de realização eram escolhidos pelas interlocutoras, já que tal condição pode se constituir-se em uma condicionante importante para a configuração da narrativa.

Ademais, na adoção da narrativa como método central neste trabalho, buscou-se problematizar o conhecimento logocentrado ou do “discurso erudito” (SAMAIN, 1995), em detrimento de formas sensíveis pautadas pela experiência. A noção de narrativa ancora-se na centralidade da experiência, portanto, a reflexão sob a forma de narrativa aciona, organiza e busca uma lógica temporal calcada nas vivências das lutas das mulheres, impressas e veiculadas a partir de seus corpos e sentimentos.

A narrativa na forma de depoimentos retém fortes traços performativos. Para amplificar estas possibilidades narrativas do sensível propôs-se às interlocutoras, complementarmente à entrevista narrativa biográfica (que foi registrada somente em áudio), a gravação de pequenas sequências de vídeos, com temas, locais e depoimentos conforme suas escolhas, constituindo-se no que passou a ser designado de narrativa visual das interlocutoras. Os locais, as imagens e o que seria relatado foram escolhidos pelas interlocutoras em combinação com a entrevistadora.

A adoção de registros imagéticos e sonoros se dá no sentido da construção das narrativas de forma amplificada. Quiçá, acionando “outras operações lógicas, outros modos de cognição, outros códigos de memorização, outras maneiras de se organizar socioculturalmente neste único planeta” (SAMAIN, 1994, p. 292).

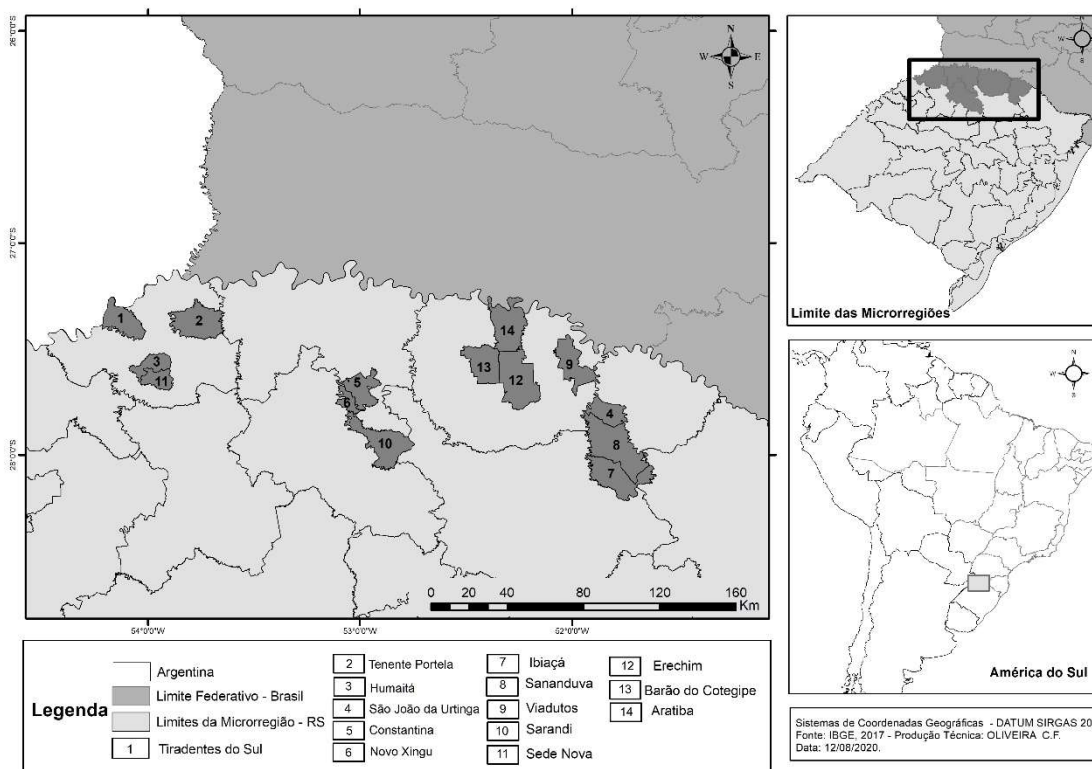
As diferentes linguagens mobilizadas para a construção de um sentido para o mundo vivido provocam o surgimento de diversos 'estilos cognitivos'. Elas possibilitam a criação de meios de comunicação e ambos têm, nesse processo, um papel fundamental na formação das diferentes formas de conhecer. Os diferentes estilos cognitivos seriam construídos com base em várias formas de pensar. 'Pensamos' diferente, por exemplo, se mobilizamos imagens ou palavras. É impossível construir o mesmo olhar sobre o mundo com ou sem a câmera (MACDOUGALL, 2009, p. 74).

Os registros imagéticos, além de serem fonte potente para as análises da pesquisa, foram incorporados ao trabalho de forma transversal, na forma de pequenas crônicas, construídas a partir da seleção de trechos das gravações de vídeo, realizando elos entre a escrita, o verbal e o visual. Deste modo, convida-se o leitor/leitora (também ouvinte) a instalar o aplicativo "*QR Code Reader*" em seu *smartphone*, para que possa ler a imagem que o direcionará para o vídeo, seguindo os seguintes passos: 1) conecte-se à internet; 2) baixe o aplicativo "*QR Code Reader*" através do "*Play Store*" (sistema Android) ou do "*App Store*" (iOS) no seu *smartphone*; 3) clique no ícone do aplicativo; 4) posicione o celular com a câmera direcionada ao código, para que seja lido pelo aplicativo; 5) selecione a opção "*browse website*"; 6) clique no ícone "*play*". Em cada seção será indicado o *QR Code* correspondente ao vídeo a ser assistido.

2.2 O UNIVERSO EMPÍRICO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Para compor as narrativas das dirigentes sindicais, mobilizadas na análise, partiu-se da identificação das lideranças femininas que estavam atuando na Coordenação Geral da FETRAF-RS/CUT, até 2018. Na sequência foi realizado um contato prévio para apresentar a proposta da pesquisa e convidá-las para comporem o quadro de entrevistadas. Disso resultou um total de 14 entrevistadas, entre dirigentes sindicais e outras mulheres que contribuíram para o movimento sindical e o movimento de mulheres trabalhadoras rurais. O trabalho de campo foi realizado nos seguintes municípios do Rio Grande do Sul: Tiradentes do Sul, Tenente Portela, Humaitá, São João da Urtiga, Constantina, Novo Xingu, Ibiaçá, Sananduva, Viadutos, Sarandi, Sede Nova, Erechim, Barão de Cotegipe e Aratiba, visualizados na Figura 1.

Figura 1 - Mapa da localização dos municípios onde foi realizado o trabalho de campo



Fonte: Produção Técnica OLIVEIRA (2020).

A escolha dos locais não levou como critério a distribuição espacial das entrevistadas no estado do Rio Grande do Sul, mas sim a sua residência. Desloquei-me para os respectivos municípios para a realização da pesquisa, em alguns casos pernoitei na casa das entrevistadas, o que foi um elemento muito importante para estabelecer laços e vivenciar o cotidiano familiar e produtivo das dirigentes que também são agricultoras familiares.

Apesar desta escolha, ao observar a localização dos municípios, percebe-se que boa parte deles se concentram no Território Norte do RS, o que leva a problematizar três questões centrais. A primeira diz respeito à denominação “Território Norte”, que parte da designação geral no presente trabalho sobre os locais da pesquisa e não da delimitação proveniente de alguma proposta de divisão regional ou territorial específica. A segunda diz respeito ao foco: é importante ressaltar que a pesquisa não teve por objetivo entrevistar todo o corpus de mulheres agricultoras familiares da base sindical da FETRAF-RS, mas, sim, aquelas que desempenham o papel de dirigentes sindicais, sobretudo, com forte atuação durante a realização desta pesquisa, além daquelas que as próprias dirigentes

foram indicando por terem marcado a trajetória da Federação. A terceira e última questão diz respeito à ausência de mulheres entrevistadas da região centro e sul. Isso pode ser explicada porque o Território Norte concentra a maior parte da base histórica e social do sindicalismo combativo, no qual a FETRAF consolidou sua base sindical. Enquanto a região centro e sul é abrangida pelo sindicalismo articulado em torno da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS).

A heterogeneidade das configurações de mulheres entrevistadas assegura uma interessante forma de compreender a variedade de trajetórias pessoais e do próprio movimento sindical da agricultura familiar. A escolha por mulheres agricultoras familiares de diferentes contextos regionais não se deu de forma passiva, mas sim, por entender-se que o sentido de ser dirigente sindical se dá pelo pertencimento de diferentes conformações familiares e territoriais.

A amplitude geográfica que se desenhou a partir das mulheres que compuseram o corpo da pesquisa permitiu que a investigação se estendesse para mais de uma região. Portanto, as agentes da pesquisa residem em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, com distintas características demográficas, econômicas e culturais. Apesar de algumas assimetrias, estes municípios podem ser compreendidos como integrantes do grande ‘Território Norte’, por apresentarem algumas características comuns como: configuração a partir da colonização; produção agrícola diversificada; baixo grau de concentração fundiária; intensa presença e influência das igrejas com cunho libertador; e forte atuação dos movimentos sociais. Esse conjunto de fatores contribuiu para que, a partir do final da década de 1970, este Território se constituísse como uma espécie de “embrião e celeiro” de uma diversidade de organizações e movimentos sociais, dentre eles: MAB, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores, sindicalismo rural combativo, movimento de mulheres, cooperativas e outros. Vários deles cresceram e gradualmente alcançaram abrangência em nível estadual e nacional, como foi o caso do movimento de mulheres e outros.

Apesar de um território compor uma totalidade, esse todo ao ser constituído por várias regiões não é apenas reflexo ou junção das diferentes partes que o constituem. Nesta perspectiva analítica, segundo a geógrafa Sandra Lencioni, uma região “possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais” (LENCIONI, 1999, p. 100).

O Norte do estado do Rio Grande do Sul e o campo empírico da pesquisa são compostos por diferentes regiões. Segundo o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE)¹⁰, a região abrange os Coredes Celeiro, Nordeste, Rio da Várzea e Norte. No início dos anos 2000 a região teve nova configuração e passou-se a chamar de territórios, mediante a constituição dos Colegiados do Desenvolvimento Territorial (CODETER), sendo constituídos o Território Noroeste Colonial, Território Nordeste, Território da Produção, Território Médio Alto Uruguai e Território Alto Uruguai, com esforços para construir Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)¹¹.

Cabe destacar que os Coredes e o Codeter se aproximam nos seus objetivos, porém se diferenciam em algumas características. De acordo com Bonnal e Kato (2001, p. 121), “[...] enquanto o Corede se enquadra nos moldes da democracia representativa, o Codeter faria parte de um processo de democracia participativa, com sua ênfase num público muito específico e na participação de pessoas e de movimentos sociais em detrimento das instituições oficiais”. Em alguns casos, a criação dos territórios se deu a partir das organizações da sociedade civil que se sentiam marginalizadas pelos Coredes, como a criação do Território Noroeste Colonial. Outro elemento importante a ser ressaltado é a sobreposição de fóruns de governança¹² no planejamento de políticas públicas participativas.

¹⁰ A oficialização dos Coredes se deu através da Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994. O objetivo dos mesmos é “[...] a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente” (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

¹¹ A política se estabeleceu em 2004 pela esfera federal, a partir do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que implicou na criação de Territórios Rurais. A base pedagógica das estratégias de apoio ao desenvolvimento territorial consiste em estimular a participação na gestão social, através do Colegiado do Desenvolvimento Territorial (CODETER). Este busca promover a superação de processos pelo diálogo, através de objetivos, produtos e resultados que são estabelecidos e compartilhados pela coletividade. No Rio Grande do Sul foram estabelecidas 18 unidades territoriais (DECKERT, 2017).

¹² De acordo com Teixeira e Coelho-de-Souza (2018), no Rio Grande do Sul coexistem duas importantes políticas públicas que se baseiam em processos de governança para o desenvolvimento, o que acaba evidenciando uma sobreposição de espaços de planejamento, relacionando-a aos recortes espaciais delineados a partir dessas políticas públicas.

Os municípios de Tiradentes do Sul, Tenente Portela, Humaitá e Sede Nova fazem parte do Corede Celeiro¹³, que se localiza na fronteira do Brasil com a Argentina. Os referidos municípios também fazem parte do Território Noroeste Colonial¹⁴.

No Território Noroeste Colonial se encontram diferentes públicos, que são indígenas, assentados da reforma agrária, agricultores familiares e pescadores artesanais. Segundo Zimmermann e Delgado (2009), os municípios do território apresentam uma economia agrícola, com agricultura de base familiar e as comunidades indígenas têm peso significativo na formação social da população.

A configuração do espaço agrário, conjuntamente com a dinâmica econômica e política, incitou a presença de distintas organizações sociais, tais como:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, Sindicato Rural - SR, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento das Mulheres Camponesas - MMC, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST e Movimento dos Atingidos de Barragens - MAB. Porém, a distribuição desses atores não é homogênea em todos os municípios (DECKERT, 2017, p. 415).

Apresenta grande participação da população rural e da agropecuária na sua economia, com a criação de bovinos e suínos, cultivo de grãos, como trigo, milho e soja. Outra característica relevante é que a região possui um Arranjo Produtivo Local (APL), fruto de uma política local ligado à Agroindústria Familiar, criado através da forte cultura associativa e presença de cooperativas (COREDE, 2015).

Quanto ao aspecto natural, na região localiza-se parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Parque Estadual do Rio do Turvo, local onde se encontra o maior salto horizontal do planeta o Salto do Yucumã. Também possui as reservas indígenas do Guarita, nos municípios de Redentora e Tenente Portela (com indígenas das etnias Kaingang e Mbyá-guarani) e a reserva do Inhacorá com indígenas Kaingang, em São Valério do Sul (COREDE, 2015).

¹³ É composto por 21 municípios no total, sendo eles: Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Chiapeta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguaí, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

¹⁴ O Território Noroeste Colonial abrange 34 municípios que são: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos, Vista Gaúcha e Bozano. Compreende os Coredes Noroeste Colonial e Celeiro e, ainda, os municípios de Cruz Alta e Boa Vista do Cadeado, pertencentes ao Corede Alto Jacuí.

Quanto ao aspecto demográfico o Território Noroeste Colonial apresenta um esvaziamento populacional, principalmente na área rural. Segundo o Censo (2010), no município de Tiradentes de Sul a população total é de 6.461, sendo 2.098 urbana e 4.363 rural. No município de Tenente Portela, a população total é de 13.719, com 8.847 urbana e 4.872 rural. No município de Humaitá, a população total é de 4.919, sendo 2.911 urbana e 2.008 rural. No município de Sede Nova, a população total é de 3.011, com 1.581 urbana e 1.430 rural de. Dos municípios mencionados, Tiradentes do Sul é o único com maior parte de sua população residindo na área rural.

Os municípios de São João da Urtiga, Sananduva e Ibiaçá fazem parte do Corede Nordeste¹⁵ e pertencem ao Território Rural Nordeste¹⁶. Com produção agropecuária voltada para o cultivo de grãos, como soja, milho e trigo, e a criação de gado e aves. Já a estrutura industrial está vinculada ao setor, com destaque ao abate e fabricação de produtos de carne e laticínios. Os municípios destacam-se pela produção de lavouras temporárias, principalmente de batata inglesa (Ibiraiaras) e fruticultura, com cultivo de maçã, uva e caqui (Lagoa Vermelha e Caseiros) (COREDE, 2015).

No período de 2000-2010 houve um crescimento populacional levemente inferior à média nacional, este processo pode estar vinculado às dificuldades de geração de renda. Quanto aos indicadores sociais, a educação preocupa devido ao alto índice de adultos com Ensino Fundamental incompleto. Também apresenta baixos indicadores de saneamento, envelhecimento populacional - faixa etária acima de 65 anos maior que a média estadual - e fragilidades ambientais, devido ao surgimento de clareiras que marcam o avanço das áreas de cultivo de soja, principalmente, no interior das áreas de matas remanescentes, como topos de morros e colinas. A região conta com uma Unidade de Conservação o Parque Estadual do Espigão Alto, no município de Barracão e terras indígenas “que possibilitam a preservação de alguns resquícios de vegetação original do vale do Rio Pelotas” (COREDE, 2015, p. 34).

Um fator relevante a ser mencionado é que no Corede Nordeste se encontra a usina hidrelétrica de Machadinho, localizada entre os municípios de Maximiliano de Almeida

¹⁵ O Corede Nordeste é composto por dezenove municípios no total, sendo: Água Santa, Barracão, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Sananduva, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tapejara, Tupanci do Sul e Vila Lângaro.

¹⁶ O Território Rural Nordeste-RS é composto por 20 municípios: Água Santa, Barracão, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Ibiaçá, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Muitos Capões, Paim Filho, Pinhal da Serra, Sananduva, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tapejara, Tupanci do Sul e Vila Lângaro.

(RS) e Piratuba (SC), no Rio Pelotas, com capacidade instalada de 1.140 MW e reservatório de 79 km² de área utilizada para a produção de energia. Este foi um fator que impulsionou forte mobilização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹⁷, pois vários agricultores tiveram que ser removidos de suas terras para dar espaço para o empreendimento. Um fator ambiental que tem agravado na região diz respeito à disponibilidade de água, ocorrendo recorrentes episódios de escassez hídrica¹⁸, com registros elevados, entre 1991 a 2010, destacando ocorrências de estiagem e seca, como também inundações bruscas, vendavais, ciclones e granizo.

Quanto aos aspectos demográficos dos municípios do trabalho empírico, a população total de São João da Urtiga é de 4.726, com 2.291 na área urbana e 2.435 na área rural de. Já, no município de Sananduva a população total é de 15.373, sendo 10.697 na urbana e 4.676 na rural de. Ibiaçá possui população total de 4.710, sendo 2.849 na urbana e 1.861 na área rural (IBGE, 2010).

Os municípios de Constantina, Sarandi e Novo Xingu fazem parte do Corede Rio da Várzea¹⁹. Quanto aos territórios, os municípios de Constantina e Novo Xingu fazem parte do Território Médio Alto Uruguai²⁰ e o município de Sarandi faz parte do Território Rural da Produção²¹.

O Território Médio Alto Uruguai apresenta fortes características do seu meio rural, com destaque para a agricultura familiar que é o alicerce para o desenvolvimento territorial. Conforme diagnóstico realizado com os atores sociais locais, apresenta como potencialidades a mão de obra familiar, entidades organizadas, como cooperativas,

¹⁷ No Sintraf de Sananduva historicamente os movimentos sociais, tais como MMTR, MST e MAB se reúnem para discutir as ações coletivas, conforme será abordado na narrativa da dirigente sindical Vera, no capítulo 5, seção 5.2.8.

¹⁸ ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS 1991 A 2010: VOLUME RIO GRANDE DO SUL. CPED UFSC, 2011 (Tab. 9: Registros de desastres naturais por evento nos municípios do RS no período de 1991 a 2010. p. 88)

¹⁹ O Corede Rio da Várzea é composto por 20 municípios, sendo eles: Sarandi, Barra Funda, São Pedro das Missões, Novo Barreiro, Ronda Alta, Lajeado do Bugre, Constantina, Sagrada Família, Boa Vista das Missões, Chapada, Novo Xingu, Três Palmeiras, Palmeira das Missões, Cerro Grande, São José das Missões, Rondinha, Jaboticaba, Nova Boa Vista, Liberato Salzano e Engenho Velho.

²⁰ Território Médio Alto Uruguai é composto por trinta e quatro municípios, sendo eles: Alpestre, Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engelho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Irai, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio do Índio, Rodeio Bonito, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.

²¹ Território Rural da Produção/RS é composto por dezessete municípios, sendo eles: Almirante Tamandaré do Sul, Barra Funda, Carazinho, Chapada, Coqueiros do Sul, Coxilha, Mato Castelhanos, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pontão, Ronda Alta, Rondinha, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto e Sarandi.

sindicatos e ONGS, agroindústrias, acesso à comunicação, tecnologia e informações, dentre outros. Dentro da construção do PTDRS foram estabelecidas diferentes diretrizes e objetivos, dentre elas, estimular ações de gênero, tais como: promover e fortalecer o empoderamento e a autonomia das mulheres; fortalecer e consolidar as experiências de organização da economia feminista do Território; incentivar a documentação das mulheres do campo e da cidade; fortalecer o trabalho com plantas medicinais; viabilizar farmácias alternativas de fitoterápicos; e combater a violência contra as mulheres. Isso reflete a organização das mulheres nas diferentes entidades que compõem o território que são FETRAF-RS, MST, MPA e Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) (FLORES; PRESTES, 2010).

O Território Rural da Produção do qual Sarandi faz parte caracteriza-se pelo forte cultivo de grãos, devido às condições de solo e clima serem propícias, acarretando numa cadeia produtiva estruturada acerca das culturas de soja, milho e trigo. Em paralelo há uma agricultura familiar com produção diversificada, mas com desafios na produção e comercialização dos seus produtos. Mas isto não é homogêneo no Território, devido alguns municípios possuírem atores sociais articulados e a agricultura familiar ter mais força para diversificar sua produção (HANAUER; TEIXEIRA, 2016).

Os municípios da região possuem como base econômica a agropecuária, com destaque para a produção de grãos, como soja, trigo e milho, criação de bovinos de leite e de corte, lavouras temporárias de mandioca e fumo, criação de suínos e o cultivo de frutas cítricas. A região apresenta um perfil com maior participação da agropecuária em relação à média do Estado, na qual a produção se dá em pequenas propriedades (COREDE, 2015).

As questões que apresentam pontos frágeis referem-se à infraestrutura de transportes deficiente, com oito municípios sem acesso asfáltico, o que dificulta o acesso e o escoamento da produção; e o avanço das culturas temporárias, como milho, trigo e soja, principalmente, sobre as áreas de florestas remanescentes, promovendo os processos de degradação dos solos (COREDE, 2015).

Segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), Sarandi conta com uma população total de 21.285, sendo a urbana de 17.940 e a rural de 3.345. Constantina possui uma população total de 9.752, sendo a urbana de 6.510 e a rural de 3.242. Já, em Novo Xingu, a população total é de 1.757, sendo a urbana de 554 e a rural é de 1.203 habitantes. Dos municípios mencionados, Novo Xingu é o único com maior parte de sua população residindo na área rural.

Os municípios Aratiba, Barão de Cotegipe, Erechim e Viadutos fazem parte do Corede Norte²² e pertencem ao Território Alto Uruguai²³. De modo geral, o território Alto Uruguai possui forte organização social no meio rural, que inicia de forma mais expressiva a partir da década de 1970, período que o sindicalismo rural retomou sua capacidade de articulação com o apoio da Igreja Católica. Também neste período a região participou através de suas lideranças da luta pela terra no Rio Grande do Sul, articulada pela democratização do país e na luta por políticas públicas para aos pequenos agricultores. Na mesma época os governos militares planejaram a construção de diversas usinas hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, que acarretaria no desalojamento de um contingente expressivo de agricultores. A reação dos movimentos foi bastante expressiva, originando uma Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (BRANCHER; ALMEIDA, 2006).

Na década de 1980 as organizações sociais se consolidaram com a criação da CUT, em 1983, que desenvolveu um processo de articulação com as lutas dos trabalhadores do campo. Também articulou-se o MMTR, com lutas das mulheres trabalhadoras rurais por direitos como a documentação e aposentadoria rural. As organizações sindicais passaram por profundas transformações, com tensionamentos com as lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em nível regional e passaram a construir uma nova organização, que se consolidou com a criação da FETRAF-SUL/CUT, no ano de 2001. Em 2003 foi criado o Sindicato Unificado dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (SUTRAF/AU), que passou a ter sua base em praticamente todos os municípios do território. Além de outras organizações sociais que passaram a se consolidar no meio rural, como cooperativas de produção e comercialização, cooperativas de crédito do Sistema Cresol, cooperativa de habitação, cooperativa de consumo, associações comunitárias, dentre outras (BRANCHER; ALMEIDA, 2006).

A base agropecuária da região é composta pela criação de aves, bovinos e suínos, e a produção de grãos corre em menor escala. Ela apresenta boa disponibilidade de recursos hídricos, uma vez que está localizada próxima da Bacia do Uruguai, com a

²² O Corede Norte é composto por trinta e dois municípios, sendo eles: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

²³ Compõem o Território Alto Uruguai os 32 municípios pertencentes ao Corede Norte.

presença das sub-bacias dos rios Passo Fundo – Várzea e Apuaê-Inhandava. Conta com a presença de três usinas hidrelétricas, a de Itá²⁴, nas cidades de Itá/SC e Aratiba/RS, a Usina Hidrelétrica de Passo Fundo, localizada na cidade de Entre Rios do Sul/RS e a Usina de Monjolinho localizada em Faxinalzinho/RS.

Essa região há presença de três terras indígenas: da etnia Kaingang, com 5.977 ha de extensão; de Mato Preto, de etnia Guarani, com 4.230 há; e de Ligeiro, de etnia Kaingang, com 4.566 ha. A região faz parte da Zona Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que constitui o Parque Florestal Estadual Nonoai, localizado próximo ao Corede e pertencente ao Corede Médio Alto Uruguai (COREDE, 2015).

Essa região apresentou perda populacional no período compreendido de 2000-2010, principalmente nas áreas rurais, seguindo o padrão estadual, com mudança na estrutura etária, ocorrendo menor proporção de crianças e jovens e maior participação de adultos e idosos na composição da população. Quanto à população das cidades das entrevistadas, Aratiba conta com uma população total de 6.565, com 3.316 na área urbana e 3.249 na área rural; no município de Barão de Cotegipe a população total é de 6.529, com 3.966 na área urbana e 2.563 na área rural; Erechim possui um total de 96.087 habitantes, sendo que 90.552 são urbanos e 5.535 vivem na área rural; Viadutos tem o total de 5.311 habitantes, com 2.643 na área urbana e 2.668 na área rural (IBGE, 2010).

O vasto Território Norte, que abrange as diferentes regiões e aspectos supramencionados, possui um traço cultural marcado pela imigração de origem europeia. Inicialmente os navios levavam imigrantes alemães e italianos para o litoral, a depressão central e as serras, chamadas de colônias velhas. No norte do estado, a partir de 1900, iniciou o processo de formação de novas colônias, em terras consideradas devolutas pelo Estado (MARTINAZZO, 2011).

O termo “colônia” designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo “colônia” também é usado para designar a propriedade agrícola do colono (WEBER, 2002, p. 12).

²⁴ De acordo com Cruz *et al* (2020), a hidrelétrica de Itá, atingiu 3.560 famílias, sendo que 827 delas sofreram deslocamento compulsório e o restante permaneceu residindo no entorno do reservatório da barragem. O reservatório, resultado do alargamento do rio Uruguai e de seus afluentes, atingiu terras de onze municípios: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul (RS), e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba, em Santa Catarina (SC). Entre os onze municípios que tiveram seus territórios atingidos pelo empreendimento, foram afetados, total ou parcialmente, duas sedes municipais e 32 núcleos.

O estado do Rio Grande do Sul, diferente do que ocorreu nos demais estados do país, teve como propósito povoar as terras não aproveitadas pelo latifúndio pecuarista, estabelecendo pequenas e médias propriedades. Os núcleos coloniais constituíam uma sociedade camponesa com peculiaridades bastante distintas das áreas de ocupação tradicional, por serem colônias multiétnicas formadas por imigrantes de várias nacionalidades (SEYFERTH, 1990). Somado ao fato de que o Território Norte era habitado pela população indígena, de diferentes etnias, o que gerou uma luta de colonizadores contra indígenas²⁵.

As unidades familiares coloniais se caracterizavam por sua força de trabalho manual, constituída pelo casal e seus filhos - que na maioria dos casos constituíam famílias numerosas que chegavam até 14 filhos. Também a organização produtiva ocorreu simultaneamente com a construção social dos espaços públicos, com a produção baseada no sistema de policultura destinada ao sustento das famílias para abastecer o comércio regional. O trabalho familiar precisava ser transformado em dinheiro, para pagar as chamadas “dívidas coloniais”, oriundas da aquisição do lote de terra, ou até mesmo, dos instrumentos de trabalho (TEDESCHI, 2007).

Como a produção estava ligada à subsistência, o trabalho da mulher era fundamental, uma vez que ela preparava e transformava os alimentos, realizava trabalhos manuais como costura, trançava chapéus e cestos, cultivava a horta, colhia as plantas medicinais, fazia e aplicava os remédios tanto na família, como nos animais, além de realizar o trabalho na lavoura juntamente com os homens (FAVARO, 2002).

A produção agrícola baseava-se no uso intenso do solo, com utilização de técnicas rudimentares de cultivo, associadas à derrubada da densa floresta e queimada para o cultivo de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, erva-mate, etc. Isso levou a um rápido esgotamento do solo, requerendo a recuperação de sua fertilidade natural, uma vez que não era praticado, até então, o sistema de rotação de culturas. O milho era o produto agrícola em maior área plantada, mas o cereal acabou perdendo espaço para a suinocultura, na década de 1940, quando os preços da carne e derivados eram mais lucrativos (ZARTH, 2009).

²⁵ Desde sua gênese os indígenas viram sua população diminuir drasticamente. De acordo com Sponchiado (2005), a demarcação das terras indígenas foi iniciada em 1910, com o confinamento da população em reservas. A colonização do Norte do Estado se baseou em torno de uma política pública que favoreceu um modelo de produção excludente, agravado pelos aspectos culturais e sociais, baseada numa visão etnocêntrica.

Outra mudança que ocorreu, influenciada por políticas internacionais e nacionais, remete ao período em que a policultura para comercialização no mercado interno foi substituída pelo binômio trigo-soja, por volta da década de 1960. Aí ocorreu uma modificação da força de trabalho nas colônias, convertendo as terras em mercadorias e obrigando muitos pequenos agricultores a seguirem as regras do mercado internacional, causando dependência financeira e alçando as famílias a simples reprodutoras do ciclo da monocultura soja-trigo (LANDO, 1996).

Nas décadas de 1950 e 1960 o processo de industrialização impactou diretamente a estrutura agrária, intensificado pelo processo da modernização da agricultura. De acordo com Saffioti (1976), o termo “modernização” caracteriza o processo mais amplo que o da industrialização, ocorrendo no campo a entrada de novas tecnologias derivadas da agricultura de livre mercado. Fator que atingiu profundamente as famílias rurais que viviam sob o regime de trabalho coletivo e economia familiar como forma de sustento, modificando e levando a uma fragmentação do trabalho familiar. A autora reflete que o conjunto de regras morais e culturais que determinavam a conduta da família, baseada na autoridade do pai/marido deu lugar a outras fontes de poder, como novas tecnologias e relações financeiras com o banco, acentuando ainda mais a invisibilidade feminina no campo.

O trabalho que a mulher desempenhava na produção de subsistência foi afetado diretamente pela modernização, uma vez que, nas famílias de colonos, as mulheres e crianças participavam das atividades produtivas e econômicas. Com a modificação das relações de poder, somadas às condições adversas, a situação social de subordinação e desvalorizado do trabalho foram se acentuando. Pois, historicamente a mulher vinha sendo responsável pelos afazeres domésticos, mas com a modernização da agricultura, o espaço doméstico foi separado do espaço produtivo, ocorrendo a divisão entre trabalho produtivo e não-produtivo (SAFFIOTI, 1976).

De acordo com Wanderley (2015), o processo de modernização acarretou profundas transformações em duas dimensões: a primeira refere-se à subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, incentivadas pela aquisição de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial para a produção agrícola; a segunda diz respeito à ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que contaram com incentivo de políticas públicas.

Como consequência direta e imediata desse processo ocorreu a expulsão massiva de trabalhadores do campo, iniciada a partir de 1960 e acentuada na década de 1980,

ocorrendo uma modificação da população brasileira, quando 70% da população do Estado era urbana, contra pouco mais de 30% rural (ALONSO; BANDEIRA, 1990). A migração atingiu os pequenos agricultores de forma diferenciada, afetando mais as mulheres jovens, devido à mecanização da agricultura absorver o trabalho masculino.

Os agricultores não sofreram passivamente o processo desencadeado pela modernização da agricultura. O movimento sindical de oposição nascia e se fortalecia, juntamente com outras organizações sociais, como as Ligas Camponesas e movimentos pela reforma agrária. Cada movimento, ao seu modo, reinscreve na sociedade a atualidade da questão agrária e fundiária, com as lutas pela terra por parte de camponeses expropriados ou com pouca terra (WANDERLEY, 2014). Esses movimentos tiveram alguns aliados, como o fator religioso exercia forte influência na vida comunitária dos colonos, um setor da Igreja Católica somou-se no apoio ao movimento em curso.

Esse cenário atraiu nova força na disputa pela organização da luta camponesa, a Igreja Católica, que historicamente estivera alinhada com os poderosos, mas que a partir da década de sessenta passa a atuar de forma decisiva junto aos trabalhadores rurais. É nesse período que a mesma se manifesta mais sensível aos problemas sociais e se lança na defesa da sindicalização do campo, contribuindo com a formação de líderes sindicais e pressionando o Estado para a regulamentação dos sindicatos e realização da Reforma Agrária (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 123-124).

O avanço das monoculturas fez com que quatro culturas aumentassem no Território Norte do Estado, sendo soja, milho, trigo e mandioca, mas em declínio e queda da produção como um todo (ALONSO; BANDEIRA, 1990). Somada às crises econômicas, no final dos anos 1980 e início dos 1990, a inexistência de incentivo à produção da pequena unidade familiar, acarretou no empobrecimento das famílias que permaneceram na atividade agrícola. Novamente o trabalho das mulheres contribuiu com a manutenção do núcleo familiar - a trabalhadora rural, como mãe e dona de casa - passou a desempenhar papel importante. A produção de leite e derivados, fabricação caseira de geleias e conservas, costura e artesanato passaram a ser alternativas às monoculturas impostas pela modernização agrícola. Este trabalho, chamado de “fundo de quintal” (TEDESCHI, 2007) ou das “miudezas” (MENASCHE *et al.*, 2008), desempenhado pelas mulheres garantiu a reprodução social das famílias rurais.

Somada ao processo em curso, ocorreu a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963), primeiro texto legal que reconhece os trabalhadores rurais como sujeitos de direitos trabalhistas e passíveis de serem

reclamados em justiça. No entanto, os conflitos pela terra aumentavam no país devido à ausência da titulação das terras ocupadas pelos posseiros²⁶.

O movimento sindical, que existia desde os anos 1960, se fortaleceu, sob a liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Também durante este período ocorreram algumas conquistas como o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) que foi promulgado na vigência do primeiro governo militar e, posteriormente, o I Plano Nacional da Reforma Agrária, lançado em 1985 (WANDERLEY, 2014). Gradualmente, com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu a (re)emergência dos movimentos sociais, que em oposição às visões até então dominantes e impositivas, passaram a formular suas análises e demandar políticas públicas.

Somado a este processo, as questões feministas ganhavam espaço no país, inicialmente com os movimentos de mulheres urbanas, com diferentes demandas e motivações, que tinham entre suas prioridades o combate ao autoritarismo e às desigualdades entre homens e mulheres. No contexto sociocultural rural as relações de poder se davam de forma diferenciada e se materializavam em diferentes frentes, como pelo conservadorismo atrelado à religião, pelo poder exercido pelo pai e depois o marido, pelas condições de pobreza rural e desigualdade, dentre outras. O surgimento das organizações de mulheres rurais - aqui abrangendo os diferentes movimentos e nomenclaturas - deu início a um marco na trajetória das agricultoras e camponesas, forjando na luta diferentes lideranças e dirigentes sindicais.

Foi nesse contexto regional, cultural, socioeconômico e político que as agricultoras familiares iniciaram suas trajetórias de lutas, marcadas por inúmeros momentos históricos que configuraram a memória individual e coletiva do movimento sindical, aqui especificamente, da FETRAF-RS.

²⁶ “Não houve, na década de 70, um único estado da Federação onde a luta pela terra não estivesse presente, de forma mais ou menos aguda” (MEDEIROS, 1989, p. 110).

3 AS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL E O RECONHECIMENTO SOCIAL

O presente capítulo busca localizar as mulheres no movimento sindical e suas lutas por reconhecimento social a partir de seus contextos de vida e ação nos processos sociais. Inicialmente traz-se o debate sobre gênero e discute-se o feminismo enquanto movimento social, através da compreensão histórica das conquistas sociais e de direitos. Após, discute-se a sindicalização das mulheres, como este processo ocorreu na agricultura e a contribuição da influência religiosa nos movimentos sociais de mulheres rurais. De forma mais específica traça-se o histórico do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e apresenta-se uma revisão teórica sobre reconhecimento, representatividade e redistribuição, abordados pelos autores Axel Honneth e Nancy Fraser.

3.1 O FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL

A luta das mulheres por seus direitos fundamentais acompanha a trajetória da humanidade, como mostra a história brasileira através do testemunho de mulheres como Margarida Alves²⁷, entre outras. Segundo a autora Pinto (2010), no mundo ocidental sempre houve mulheres que lutaram por liberdade, pagando muitas vezes com sua vida. No entanto, a autora destaca que a primeira onda do feminismo surgiu nas últimas décadas do século XIX, com a articulação de mulheres pela busca por seus direitos. Assim, o feminismo caracteriza-se como um movimento moderno, resultante dos preceitos do iluminismo na busca pelos direitos sociais e políticos no século XVIII (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna (SILVA, 2008, p. 2).

²⁷ Margarida Alves foi uma sindicalista e defensora dos direitos humanos no município de Alagoa Grande, Paraíba. Uma das primeiras mulheres a exercer o cargo de direção sindical no país, foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983, com 50 anos. Seu legado permanece vivo tendo inspirado, no ano de 2000, a Marcha das Margaridas, manifestação realizada por mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, que integra uma agenda permanente de lutas e reivindicações específicas das mulheres rurais.

Neste sentido, a autora Garcia (2017) argumenta que essa primeira onda de feminismo ocorreu no contexto europeu conhecido como “tempo dos direitos”. Já a segunda onda do feminismo, que ocorreu entre o final do século XVIII e início do século XIX, ficou conhecida como a luta sufragista, com bandeiras que buscavam o direito à cidadania das mulheres. Segundo a autora, foi na Inglaterra que o movimento sufragista mais “radical” aconteceu, contando com a atuação de mulheres filiadas ao Partido Trabalhista Independente que criaram, em 1903, a União Social e Política das Mulheres e o Jornal Votos para Mulheres (que mais tarde se chamaria *Suffragette*). Embora o Movimento Sufragista tenha sido muito criticado por concentrar-se apenas na problemática das mulheres da classe média, é importante destacar sua contribuição para o direito ao voto das mulheres nos países ocidentais.

Após um grande período sem muitas mobilizações o feminismo internacional ganhou novo viés na década de 1960. Para as autoras Oliveira e Cassab (2014), o movimento ressurgiu unindo-se ao movimento *hippie*, com questionamentos sobre os parâmetros políticos impostos na sociedade. Corroborando com esta ideia, Garcia (2017) afirma que nesse período emergiu o feminismo contemporâneo, com novas problemáticas a serem discutidas e uma mudança radical nas escalas de valores. Para a autora Aguilera (2009), o lema que caracterizou o feminismo desse período foi “O pessoal é político”, dando ênfase às causas da opressão feminina, como o patriarcado. Para as autoras acima, o feminismo no século XX passou por muitas fases, com maior e às vezes menor aceitação da sociedade, no entanto com uma nova consciência e conquistas importantes em todas as esferas da sociedade.

No contexto latino-americano o feminismo emergiu sob a influência de mulheres participantes de outros movimentos políticos e sociais, como as guerrilhas, o movimento estudantil e os partidos políticos progressistas, focando seu projeto na reforma social associada à inclusão da participação popular juntamente com os direitos da mulher (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

Já, no cenário nacional, o papel expressivo das mulheres no âmbito político ocorreu no início do século XX, por meio da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (1918), quando iniciou a luta pelo direito ao voto das mulheres (TEDESCHI, 2007). De acordo com Pinto:

A história da Federação Brasileira para o Progresso Feminino está relacionada à volta ao Brasil de Bertha Lutz (1894-1976), em 1918. Pioneira do feminismo no Brasil, destacou-se como líder feminista, ao fundar em 1919 a Liga para a

Emancipação Intelectual da Mulher, em favor do voto feminino. Em 1920, foi nomeada para o cargo de inspetora do ensino secundário, atuando no Ginásio Masculino de Lorena, em São Paulo. Em 1922, representou o Brasil na assembleia-geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, quando foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Ao retornar ao Brasil fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que substituiu a liga de 1919. Em 1922, como delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação, conseguiu que as meninas tivessem acesso ao Colégio Pedro II. Em 1923, participou da Conferência Internacional da Mulher, realizada em Roma. Dois anos mais tarde, esteve na Conferência Pan-Americana da Mulher, reunida em Washington. Esta teve um papel revelador no que tange à luta pelos direitos negados pelo Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais” (PINTO, 2003, p. 23).

Ainda, de acordo com o autor Tedeschi (2007), mesmo após a conquista do direito ao voto pelas mulheres no governo de Getúlio Vargas, a participação política da mulher não teve continuidade. Embora mantendo uma tradição trabalhista, assegurando direitos como o salário maternidade urbano²⁸, a legislação progressista não saiu do papel, nem mudou a realidade das mulheres brasileiras.

Sem ações de grande relevância por um longo período, nos anos que antecederam à ditadura militar, as mulheres uniram-se em um movimento de defesa dos valores das famílias brasileiras, reforçando a imagem da mulher promovida pelo patriarcado. Com a consolidação do golpe militar, em 1964, o movimento feminista, assim como todos os demais movimentos sociais, foi proibido de manifestar-se (TEDESCHI, 2007; OLIVEIRA; CASSAB, 2014). Neste sentido, Pinto destaca que,

[...] enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970 (PINTO, 2010, p. 16).

²⁸ A licença maternidade para as trabalhadoras urbanas surgiu no Brasil em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Inicialmente era de apenas 84 dias e tinha que ser paga pelo empregador, o que causava uma restrição considerável na contratação de mulheres. Com a ampliação do espaço profissional das mulheres nas décadas seguintes, a Organização Internacional do Trabalho recomendou que os custos da licença maternidade passassem a ser pagos pela Previdência Social. No Brasil, isso se deu a partir de 1973, mas a gestante ainda não tinha garantia de emprego e muitos empregadores dispensavam as grávidas. O papel dos movimentos sindicais na mobilização para a garantia de mais direitos para as mulheres foi fundamental, tanto na luta para assegurar maior estabilidade como para ampliação do período de licença. Com a Constituição de 1988 foram estabelecidas garantias como a estabilidade para todas as empregadas gestantes, além da ampliação do período da licença de 84 para 120 dias. Vale ressaltar que este direito se aplica às mulheres urbanas (ANSILIERO; RODRIGUES, 2017).

Para o autor Carvalho (1998), é nesse contexto de ditadura militar que se forma a gênese do feminismo brasileiro “radical”. Para o autor a participação das mulheres na luta armada contra a ditadura alcançou representatividade política e também significou uma transgressão do que se esperava do papel da mulher na sociedade.

A partir de 1974, com a gradual e lenta abertura política do governo Geisel e as péssimas condições econômicas, novos movimentos sociais passaram a surgir e se articular, e a participação feminina no cenário político passou a ganhar maior expressividade. Com a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Mulher, em 1975, fortaleceram-se as ações do movimento feminista brasileiro, oportunizando o surgimento de novos grupos de mulheres, como o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento Feminista Brasileiro (CARVALHO, 1998). A partir desse período ganharam espaço na sociedade as discussões acerca das relações de gênero e questões feministas, assim como a reivindicação de políticas públicas para as mulheres (PINTO, 2003; SARTI, 2001). Nesta perspectiva, Oliveira e Cassab afirmam:

Novos grupos de mulheres foram formados por todo o país, alguns apenas para estudos e reflexões, já outros se voltaram para a própria ação feita a partir dos estudos realizados, em busca de seu direito de autonomia dentro da sociedade, conflitando com a política vigente. Esta nova fase se deu através da modernização, através das influências de novos comportamentos afetivos e sexuais, maior aprofundamento de recursos terapêuticos, psicológicos e psicanalistas, entre outros, implicando na maior participação das mulheres no mercado de trabalho. [...] No período pós ditadura militar, o período de redemocratização deu nova ênfase às lutas sociais. Há um despertar democrático, possibilitando à sociedade exigir seus direitos. Com o período de redemocratização, os movimentos sociais e o feminismo passaram a ter um caráter reivindicatório mais forte, com o apoio internacional de forma a pressionar o Estado a viabilizar políticas públicas, incluindo nessas, um vínculo com as organizações não governamentais feministas (OLIVEIRA; CASSAB, 2014, p. 4-5).

De acordo com a autora Pinto (2010), os inúmeros grupos e coletivos femininos que efervesciam em todas as regiões do país no período da redemocratização, organizavam-se de modo muito próximo aos movimentos populares de mulheres que lutavam por educação, saneamento, habitação e saúde. Ela acentua que esse encontro entre o movimento feminista brasileiro - com origem na classe média intelectualizada - com movimentos mais populares permitiu o despertar de novas percepções e ações para ambos os grupos. Por sua vez, Tedeschi (2007) salienta que a institucionalização do movimento e o direcionamento das questões para as prioridades das agências financiadoras promoveram uma substituição das feministas por mulheres não engajadas,

o que resultou em diversidades limitantes para o movimento feminista na defesa do interesse das mulheres.

Embora, por vezes, as múltiplas correntes presentes no movimento feminista brasileiro tenham dificultado o encontro de ponto de coesão do mesmo, foi neste contexto de redemocratização - com o fortalecimento dos movimentos sociais e do feminismo, associado ao apoio internacional, que foram criados em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), assim como as primeiras delegacias da mulher e o Programa de Atenção à Saúde da Mulher, colocando em pauta temas como a violência contra a mulher, sexualidade, planejamento familiar e o aborto (OLIVEIRA; CASSAB, 2014; OTTO, 2004). Apesar desses esforços terem resultado em uma Constituição (1988) das que mais garante direito às mulheres no mundo, nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardosos o CNDM perdeu totalmente sua importância (PINTO, 2010).

As décadas de 1990 e 2000 foram caracterizadas no cenário nacional pela inserção dos direitos humanos na perspectiva dos movimentos feministas, com destaque para a criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), voltadas à busca por maior inserção das mulheres na política e o desenvolvimento de políticas públicas para a proteção e combate à violência contra as mulheres. A maior conquista desse período concentra-se na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (PINTO, 2010).

O avanço da luta das mulheres por seus direitos no âmbito nacional e internacional evidencia que o feminismo não se resume apenas a uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação da mulher, mas sim, que se consolida como um movimento social de luta por transformações individuais e coletivas (SILVA, 2013). Segundo a autora, em sua dimensão organizativa o feminismo prima pela luta por direitos, mudanças, igualdade e justiça. No entanto, tais transformações só serão possíveis em uma sociedade livre do patriarcado e do capitalismo. Dessa forma, a autora Silva (2013 p. 12) argumenta que “[...] o feminismo é um movimento que confronta o sistema de dominação e propõe a transformação social, pois quer transformar a vida das mulheres e toda a sociedade”. Corroborando com esta ideia, as autoras Tavares, Bento e Magalhães (2004) destacam o movimento social como um conjunto de atores que clamam por reconhecimento e por ações que expressem de maneira explícita suas reivindicações, sendo as características das intervenções feministas típicas dos chamados “novos movimentos sociais”. Para o autor Castells (2003), o feminismo tem se manifestado como um movimento social

transformador, que desafia o patriarcalismo, ao mesmo tempo que esclarece a diversidade das lutas feministas.

3.2 SINDICALIZAÇÃO DAS MULHERES

Desde a superação da comuna primitiva a sociedade é marcada pela luta de classes entre explorados e exploradores. No entanto, somente no contexto do capitalismo que essa luta alcançou sua plenitude e passaram a emergir organizações e movimentos representativos das classes trabalhadoras, como os sindicatos. Na luta por sobrevivência e melhores condições de trabalho, ainda no século XVIII, os sindicatos se tornaram centros de organização dos assalariados contra a exploração capitalista, como salienta o autor Borges (2006). Com as transformações e avanços ao longo da história, as relações trabalhistas também mudaram e passaram a exigir novos posicionamentos dos trabalhadores e suas organizações, abrindo espaços dentro dos sindicatos para as questões políticas.

No Brasil o sindicalismo surgiu ainda no século XIX, mas foi nas décadas de 1970 e 1980, associado à redemocratização, que o movimento viveu seu auge, com o chamado Novo Sindicalismo (BERTOLIN; KAMADA, 2012). Segundo o autor Lopes (2009), o sindicalismo brasileiro do final da década de 1970 sofreu grandes transformações - como a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, o aumento de índices de sindicalização – passando a incorporar novas lutas sindicais, além de incluir trabalhadores no processo político, ganhando o nome de Novo Sindicalismo.

Frente a este cenário de transformações do capitalismo, avanço da globalização econômica, incorporação de novas tecnologias, surgiu a chamada “nova proletarização”, intensificada com o trabalho parcial e terceirizado, atingindo fortemente a mão de obra feminina (BORBA; FABRINI, 2016; BERTOLIN; KAMADA, 2012). Associado a esse processo, a redemocratização e o surgimento dos novos movimentos sociais, bem como a expansão da urbanização e da industrialização nacional, abriu espaço para que as mulheres – agora trabalhando fora de casa – se sentissem como parte do coletivo e passassem a participar dos movimentos, reivindicando melhores condições de trabalho e questionando as desigualdades de gênero nos locais de trabalho (BORBA; FABRINI,

2016). “As mulheres participando de movimentos populares sejam urbanos ou rurais, com reivindicações em nível do atendimento das necessidades básicas começam também a perceber as relações de desigualdades a que estão submetidas” (SILVA, 2000, p. 5).

Neste sentido, segundo Bertolin e Kamada:

Os movimentos sociais que surgiram e tomaram corpo no período, sobretudo os de mulheres, surgiram autonomamente e movidos por preocupações autênticas e concretas, como a luta contra o custo de vida ou em favor da anistia a presos políticos. Surgiram da tomada de consciência de seus direitos e adotaram forma diversa do clientelismo que costumava caracterizar as relações entre as classes subalternas e o poder (...) No contexto do Novo Sindicalismo, a luta das mulheres começou a ganhar espaço no campo sindical, passando a constar das pautas, orientada pela convicção de que uma ação sindical dirigida à classe trabalhadora precisa considerar não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas (BERTOLIN; KAMADA, 2012, p. 34 - 35)

Na mesma linha Leone e Teixeira complementam:

O princípio que orienta a organização das mulheres por dentro do movimento parte da compreensão de que uma ação sindical, efetivamente voltada para o conjunto da classe trabalhadora, deve considerar a divisão sexual no mercado de trabalho, articulando a produção, o mundo doméstico e o exercício da cidadania. Significa voltar-se para o modo de vida de trabalhadores e trabalhadoras, porque só a partir desse ponto de vista é possível articular uma pauta que possa refletir essa complexidade; produção econômica e reprodução social. É nesse contexto, de surgimento de um novo sindicalismo, que emerge a luta das mulheres no campo sindical. Nas pautas sindicais ganham força a luta por creche, ampliação da licença maternidade, licença paternidade entre outras. Por outro lado, há formas de discriminação indireta, para as quais não existem mecanismos de contenção. Ou seja, não basta identificar que as mulheres são minorias em determinadas áreas ou estão concentradas em nichos, é preciso verificar quais são os mecanismos que as isolam nesses postos e reivindicar medidas que os superem (LEONE; TEIXEIRA, 2010, p. 4).

Embora corroborando com a perspectiva de interação entre os movimentos populares nas décadas de 1970-1980, bem como enfatizando o papel do movimento feminista brasileiro no processo de sindicalização das mulheres, Cappellin (1994) destaca que apesar de passarem a ocupar espaço dentro do movimento sindical, as mulheres passaram a lutar contra as práticas patriarcais presentes também nesses espaços. Para a autora,

É sobretudo no interior do movimento feminista que se constroem, após a comemoração do Ano Internacional da Mulher em 1975, reflexões sobre a especificidade da condição da mulher e da luta contra a discriminação de sexo. No interior das organizações sindicais as trabalhadoras introduzem uma dupla angulação. Assumem relevância, por um lado, o cotidiano do trabalho, a desvalorização do salário, a segregação ocupacional, a ausência de infraestrutura de assistência à trabalhadora gestante, e por outro lado são detectados os estrangulamentos internos à participação sindical. Neste momento as condições de exploração parecem informar explicitamente a ênfase na denúncia da discriminação sexual que vem sendo acompanhada pelas

fortes pressões em conseguir a ausência generalizada de participação sindical (CAPPELLIN, 1994, p. 278).

De acordo com essa autora, por 10 anos os movimentos de trabalhadoras conseguiram fazer uma reflexão articulada entre a luta contra a discriminação do sexo nas relações de trabalho e as assimetrias de poder dentro das organizações sindicais. Ainda na década de 1980 novas discussões passaram a permear a luta das mulheres. Nesse contexto de fortalecimento dos movimentos feministas e de inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas organizações sindicais que se ampliaram os debates sobre as desigualdades de gênero para além das relações trabalhistas, alcançando também nas relações sociais e familiares, com destaque para o enfoque sobre a cidadania feminina (SOUZA – LOBO, 1991; CAPPELLIN, 1994).

No final da década de 1980 as mulheres obtiveram algumas importantes conquistas, entre elas a promulgação da Constituição de 1988 - que assegurou direitos como a licença maternidade, introduziu a licença paternidade e o fim do impedimento ao trabalho noturno da mulher, entre outros – colocando as mulheres como protagonistas políticas, fruto das demandas articuladas através da interação de diferentes movimentos sociais (BERTOLIN; KAMADA, 2012; LEONE; TEIXEIRA, 2010, CAPPELLIN, 1994). No entanto, de acordo com os autores, as conquistas obtidas no período constitucional foram limitadas, refletindo as assimetrias nas relações de produção e reprodução, e na questão da cidadania feminina. Neste âmbito, destacam que,

A “velha” divisão sexual do trabalho e os encargos das atividades reprodutivas para as mulheres, naturalizados e socialmente difundidos, intrínsecos ao texto constitucional, estabelecem limites à cidadania e à participação das mulheres nos espaços públicos. [...] A Constituição de 1988 avançou na construção da cidadania social das mulheres. Passou de uma cidadania de “segunda categoria” para uma cidadania de trabalhadoras e de mães. [...] é preciso que a cidadania política também seja reconhecida como representação de uma nova cidadania, ocupando as mulheres os espaços públicos da sociedade (BERTOLIN; KAMADA, 2012, p.37-38).

Embora a participação das mulheres nos movimentos sociais, nos sindicatos e até mesmo em algumas demandas políticas já ocorresse efetivamente no final da década de 1980 e início de 1990, os desafios a serem enfrentados pelas mulheres ainda eram muitos. Em alguma medida, os movimentos sindicais passaram a reproduzir os processos de exclusão e marginalização que as mulheres enfrentam no ambiente de trabalho (LEONE; TEIXEIRA, 2010). Segundo Cappellin (1994), o que passou a estar em pauta nesse cenário foi o espaço limitado das mulheres nas diretorias e instâncias políticas de decisão dos movimentos sindicais.

Dentre as ações realizadas para incentivar o aumento da representatividade feminina nos sindicatos, em 1993 foi aprovada a cota de gênero na Central Única dos Trabalhadores (CUT), na Força Sindical, com a criação da Secretaria da Mulher, em 1991, e na Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGT), em abril de 1986. De 1995 até 2000 a Plenária Nacional da CUT desenvolveu ações voltadas à campanha intitulada “Cidadania: Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical”, cujo objetivo era ampliar e garantir a participação e representatividade das mulheres no movimento (BERTOLIN; KAMADA, 2012; LEONE; TEIXEIRA, 2010).

Apesar das “medidas afirmativas” realizadas a fim de minimizar esta situação, Bertolin e Kamada (2012) salientam a falta de representatividade das mulheres no movimento sindical, presente ainda nas últimas duas décadas. Conforme os autores, o prolongamento dessa falta de representatividade, mesmo diante dos esforços do movimento e da implementação de políticas de igualdade de gênero, como a de cotas, é fruto de um processo de invisibilidade das mulheres na vida pública, sendo um reflexo, por exemplo, da não efetiva participação das mulheres na representação política do país.

No campo sindical os números também são similares. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2009, também apresentados por Bertolin e Kamada (2012), o percentual de trabalhadores sindicalizados é maior nos setores da agricultura, indústria, construção, comércio, transporte e administração pública. As mulheres são maioria apenas nas áreas de educação, saúde, serviços sociais e na área de trabalhos domésticos. Da mesma forma, o número de mulheres à frente de cargos de “poder, mando e decisão” em 2009 era de apenas 21,18%, mesmo após o projeto “Formação de Mulheres Negociadoras”, que buscou aumentar o número de mulheres presidentes de sindicatos de 93, em 2001, para 242, em 2010.

Tais indicadores demonstram os limites da participação das mulheres enquanto protagonistas políticas dentro do movimento sindical. Para Leone e Teixeira (2010), mesmo no movimento sindical, a correlação de forças está sempre presente e nem sempre a igualdade defendida é realmente praticada. Para os autores, o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho e sua desproporção enquanto presença e participação em espaços de poder e de representação sindical, reforçam a reprodução da desigualdade e exclusão das mulheres das esferas sociais dos movimentos de organização sindical, na contramão do compromisso democrático e igualitário do “novo sindicalismo”.

Neste sentido, é necessário que os debates acerca da igualdade de gênero nas relações de trabalho e sociais, assim como a superação da invisibilidade das mulheres na liderança das organizações sindicais, sejam aprofundados. Para tal, é fundamental que as organizações se libertem da ideia da “fragilidade feminina” e deem voz e espaço às demandas femininas em todos os âmbitos do espaço público. Da mesma forma, é essencial que seja discutida a inserção dos homens nos espaços da vida privada (SOUZA-LOBO, 1991; CAPPELLIN, 1994; LEONE; TEIXEIRA, 2010; BERTOLIN; KAMADA, 2012).

Esta breve revisão possibilitou identificar os principais elementos da luta feminista no âmbito internacional e nacional que, em certa medida, influenciaram a luta das mulheres rurais e criaram um ambiente favorável para o desenvolvimento de lideranças sindicais. A seguir será realizado um resgate histórico do movimento sindical da agricultura familiar e como as mulheres se organizaram nessa luta, iniciando com a forte influência religiosa nas organizações sociais do campo.

3.3 INFLUÊNCIA DAS IGREJAS NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO

No contexto brasileiro, a luta do movimento feminista buscava conquistar ou ampliar direitos para todas as mulheres. Eram construídas pautas de reivindicações relacionadas à discriminação, direitos sexuais e reprodutivos e direito à diferença. No entanto, no universo rural a realidade era muito distinta. Na atuação em meio aos colonos imigrantes no Rio Grande do Sul, setores da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil desempenhavam um papel central na organização das mulheres rurais. Entretanto, dada a construção social do próprio termo “feminismo” e de alguns temas por ele defendidos, a relação entre o movimento feminista e essas igrejas por vezes era truncada e, por extensão, também ressoava na relação com as agricultoras, estende-se até os tempos atuais.

Para compreender o contexto do surgimento dos movimentos de mulheres, mais especificamente do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), que iniciou oficialmente sua atuação em 1986, é necessário levar em conta o papel exercido pelas Igrejas, especialmente a Católica e a Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, na vida comunitária das famílias dos colonos. De acordo com Tedeschi (2007), o discurso da Igreja Católica se dava como a maior autoridade na

comunidade, com vigilância moral das práticas comuns das sociedades rurais. Muitos assuntos da comunidade também eram decididos pelo padre e os colonos eram meros ouvintes desse poder.

Para Azevedo (1975), que estuda a colonização italiana no Rio Grande do Sul, a capela constituía-se em um símbolo fundamental na identidade cultural, uma vez que funcionava como centro organizador de reuniões e de recreação, juntamente com o pavilhão anexo e a copa, locais onde alguns colonos se juntavam para conversar e jogar carta, conformando-se como um dos locais com poder de controle social, da moral, da cooperação e da atribuição de *status*.

A vida religioso-espiritual de muitas famílias de colonos era seguida por códigos escritos sobre o noivado, casamento e reprodução, baseados na ética católica. Ou seja, a Igreja exercia formas de controle e de disciplina, sobretudo sobre o corpo feminino, cuja autoridade tem suas raízes na tradição judaico-cristã. Com a entrada de novas congregações religiosas no Brasil, a partir do início do século XX até 1950, constroem uma nova cultura de inserção apostólica. Com o surgimento de escolas congregacionais, surgiram muitas vocações femininas e masculinas, com forte viés de recrutamento no Sul país (TEDESCHI, 2007).

De acordo com Grossi (2012), os conventos e seminários desempenharam importante papel na manutenção e na reprodução da estrutura familiar na pequena propriedade no sul do país, caracterizados por três momentos: O primeiro foi o da expansão das ordens religiosas (1920-1950), ligado diretamente ao esgotamento das terras dos pequenos agricultores. O segundo, de crise, com muitas freiras abandonando o hábito e poucas ingressando nas ordens (1960-1970), período em que as indústrias se desenvolviam ocorrendo migração para as cidades. E o terceiro momento foi o de “volta aos conventos”, que se iniciou nos anos 1980.

Para a autora, as congregações religiosas se desenvolvem no sul do Brasil paralelamente à imigração europeia, iniciada com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, em 1822 e ampliada com a vinda dos imigrantes italianos, poloneses e outros grupos étnicos, nos séculos XIX e XX (GROSSI, 2012). Um fator marcante na época era o valor positivo atribuído à “vocação religiosa”, em relação ao casamento, opinião prevalecente entre as próprias mulheres. De acordo com Nunes (1998), a vocação religiosa era atribuída pelas futuras freiras a uma independência no sentido da cultura patriarcal moralista do meio rural, acesso à educação formal e prestígio social.

Na década de 1950 inspirados no movimento da Ação Católica internacional com sua expansão no Brasil, alguns teólogos brasileiros voltaram sua atenção para à pobreza que imperava no campo e viam a necessidade de promover a educação, fortalecer as famílias e ensinar a lidar com a modernização agrícola que estava em curso. Na sequência do período de crise de vocações vivido até a década de 1970, novas visões e dinâmicas se estabeleceram nas igrejas e nos conventos, que resultaram no crescimento vocacional e de sua inserção social, conforme a afirmação que segue:

Cresceu durante as décadas seguintes, o número de freiras e padres do Rio Grande do Sul adeptos da teologia da libertação, a qual lhes conferia uma identidade radicada nas comunidades locais. Estavam, portanto, em uma posição privilegiada para entender o *pessoal* como *político*, assim como religiosos, e ensinaram a seus paroquianos e paroquianas que a política residia na forma como viviam seu dia a dia, e não apenas nas campanhas eleitorais e nos gabinetes dos governos (RUBIN; SOKOLOFF-RUBIN, 2017, p. 38).

No início da década de 1950, com base na inspiração da Ação Católica, um setor popular da Igreja Católica²⁹ iniciou um processo de alfabetização e conscientização, passando a incentivar a organização dos pequenos agricultores e agricultoras em sindicatos.

No país o cenário político passou por modificações abruptas, com a ditadura militar em 1964, e a Igreja Popular, que estava na sua fase inicial, recuou diante das investidas do regime militar. Inclusive, amplos setores tradicionais da Igreja Católica passaram a colaborar com o regime militar. Inclusive, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que havia sido criada em 1962, retirou seu apoio aos movimentos de renovação, pouco antes promovidos pela Ação Católica e suas lideranças. Entretanto, internamente, muitos padres e freiras iniciaram um processo de oposição ao regime militar, estimulando a rearticulação e a organização de movimentos sociais incipientes. Dentre eles estavam teólogos e teólogas que se articulavam e criavam as bases para a expansão da Teologia da Libertação (TEDESCHI, 2007).

²⁹ Essa vertente popular da Igreja estava ligada a grupos da Ação Católica e baseava suas ações na metodologia do Ver-Julgar-Agir. Estes três elementos serviam para incentivar o processo de conscientização das pessoas sobre a própria situação, e, ao mesmo tempo, motivá-las para a ação e a mudança. Cabe ressaltar que o método era usado por operários na Bélgica e sistematizado pelo Cardeal Cardijn, que foi utilizado como recurso de formação e nas pesquisas de ação (RUIZ, 1997). Também naquele período, em 1968, Paulo Freire lançou a obra “Pedagogia do Oprimido”, que refletia uma atitude crítica perante o mundo e propunha a alfabetização de adultos.

Nesse período, Gustavo Gutiérrez³⁰ e Leonardo Boff³¹ se destacaram como uns dos principais expoentes da Teologia da Libertação. Estavam engajados, cada um de seu modo, com a luta em favor das massas pobres que não tinham voz nem vez na América Latina. Em suas visões teológicas faziam leituras e análises críticas dos mecanismos de dominação e opressão nas sociedades, ao mesmo tempo que conclamavam a organização dos pobres e oprimidos a se organizarem na busca de sua libertação dessas mazelas históricas. Segundo Catão, “A teologia da libertação é resposta à problemática pastoral da Igreja, especialmente colocada no contexto latino-americano, em que a luta pela libertação constitui uma exigência fundamental do Evangelho e uma antecipação do Reino de Deus” (CATÃO, 1986, p. 63).

A renovação da Igreja, iniciada com o Concílio Vaticano II e levada a efeito na América Latina a partir de 1968, fez com que a hierarquia eclesial se reaproximasse das classes populares. O Estado desassistia os mais pobres, a conjuntura política do regime militar era de repressão e o povo buscava por novos espaços para se organizar. A Igreja passou a ser o local de denúncia às torturas e de defesa dos direitos humanos (BETTO, 1983). Nesse contexto, dentre as iniciativas de reação ao regime opressor, emergiram Comunidades Eclesiais e Base (CEBs) no Brasil, com forte expressão de um jeito novo de ser e se organizar como Igreja.

Segundo Betto (1983), as CEBs são grupos organizados em torno da capela, no rural, por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Surgiram na década de 1960, na arquidiocese de Natal³², segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda³³, para outros. Essas comunidades reúnem pessoas com a mesma fé, pertencentes à mesma igreja e motivadas pela união em torno de seus problemas de sobrevivência, como moradia, luta por melhores condições de vida, com anseios e esperanças libertadoras. Cavalcante acentua que:

Organizadas nacionalmente – aos milhares – as CEBs procuram justificar teologicamente a sua existência na doutrina do “Povo de Deus” conforme entendida pelo Concílio Vaticano II. Funcionando paralelamente às paróquias (com direção e atividade próprias) elas não possuem, no entanto, nem status jurídico canônico, nem vínculo formal com a instituição eclesiástica. Essa

³⁰ Nasceu em Lima, Peru, em 1928. É sacerdote dominicano e Doutor em Teologia.

³¹ Natural de Santa Catarina, nasceu em 1938, ingressou na ordem dos franciscanos em 1959 e renunciou do ministério em 1992, após forte pressão da ala conservadora da Igreja e de inquirições do Vaticano. É Doutor em Teologia e Filosofia.

³² O então arcebispo de Natal era Dom Eugênio de Araújo Sales.

³³ O bispo da Diocese de Volta Redonda era Dom Valdir Calheiros, um dos grandes estimuladores das CEB's e da Teologia da Libertação. A Dom Eugênio e Dom Valdir comumente se atribui o protagonismo da hierarquia eclesial no estímulo à criação das CEB's.

“igreja do povo” ou “igrejas dos pobres” (em contraste com a “igreja tradicional”) tem funcionado como instrumento de mobilização e organização popular ao nível local, e de lugar de encontro para a reflexão em torno dos problemas comunitários. Ali, em geral, esses problemas se constituíam em ponto de partida para a leitura do Evangelho, em típico exercício da Teologia da Libertação (CAVALCANTI, 1988, p. 197-198).

As CEBs, ao assimilar uma postura no contexto cultural latino-americano, introduziram um novo modo de ser Igreja, com trabalho comunitário e profunda comunhão com os problemas sociais como suas características fundamentais (BOFF, 1992). Com o início de uma posição mais crítica da Igreja perante o regime militar, muitos documentos e movimentos pastorais surgiram na década de 1970, sobretudo nas áreas rurais, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário. Já no início dos anos 1980, a prática social em defesa dos pobres e oprimidos ampliou-se com a entrada mais firme da Igreja em conflitos sociais e seu posicionamento político em defesa dos pobres (CATÃO, 1986).

A nova linha de atuação das pastorais sociais da Igreja teve grande influência na vida e organização das mulheres rurais. Mesmo que no documento³⁴ que orientava as pastorais não estivesse explícito o processo de emancipação das mulheres, pois utilizava uma linguagem androcêntrica, por outro lado, abordava todos os pobres e oprimidos, reforçando o compromisso com a justiça e a solidariedade (AQUINO, 1997).

No meio rural a atuação da Igreja e das pastorais nas áreas rurais do Rio Grande do Sul ocorria por meio da atuação das freiras e padres, que incentivavam as mulheres a exigirem seus direitos, por meio da participação em nos sindicatos que começaram a desenvolver trabalhos numa perspectiva crítica ao regime militar. O incentivo partia de religiosas que haviam vivenciado a exclusão de mulheres de meninas nos lares rurais, assim como a posição subordinada das mulheres à Igreja Católica. Como consequência desse trabalho de freiras e padres, com senso crítico sobre as injustiças que as mulheres jovens sentiam, muitas mulheres saíram de suas residências, nos anos 1980, para demandar direitos para si e para suas famílias nos espaços públicos, como os sindicatos e as capelas locais (RUBIN; SOKOLOFF-RUBIN, 2017).

A partir da década de 1970 houve esforços no sentido fazer novas leituras dos próprios textos bíblicos em uma perspectiva libertadora e da teologia feminista, com contribuições valiosas como as da teóloga Ivone Gebara e outras. Mesmo assim, autora

³⁴ O Documento de Puebla, 1979, expressa o compromisso entre a ideia de uma Igreja que se constitui a partir da luta contra a injustiça (posição conciliar Igreja-no-mundo) e de uma Igreja instalada, que, porém, encara favoravelmente e apoia a luta pela justiça (CATÃO, 1986).

Aquino (2002) chama atenção para a crítica feminista ao apontar que certos textos não vão às causas que sustentam a dominação das mulheres, por não realizar uma análise crítica da realidade histórica de profunda desigualdade sexual que embasa as relações de dominação.

No Documento de Puebla, que faz menção ao trabalho da Igreja na evangelização dos pobres, encontram-se algumas referências às mulheres, como, sobre a “marginalização da mulher” e a “sobrecarga de trabalho”. No entanto, o documento não questiona as causas e as raízes que produzem tais práticas, bem como, o modelo de família que construiu esses papéis, fazendo referências às mulheres como “mães, defensoras da vida e educadoras do lar” (AQUINO, 1997).

Na década de 1980 houve uma efervescência de organizações e movimentos sociais com suas múltiplas bandeiras de lutas. Inclusive, um movimento de convergência importante foi o que culminou no processo de ações populares em todo o país, com encontros locais³⁵ e nacionais, cuja culminância foram marchas rumo a Brasília para formular e defender uma nova Constituição. As ações vinham da cidade e do campo, por uma nova democracia brasileira, exigiam a garantia de direitos econômicos e políticos, bem como processos institucionalizados de participação popular no governo (RUBIN; SOKOLOFF-RUBIN, 2017).

A transição da ditadura militar para a democracia, no ano de 1985, inaugurou uma nova fase de intensificação de lutas pela democratização no país. Um sinal evidente disso foi a instituição de condições livres de participação e contestação, uma vez que foram revogadas todas as medidas que limitavam o direito ao voto e de organização política. Acima de tudo, aí se iniciava uma refundação da estrutura constitucional brasileira, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (KINZO, 2001).

Ao longo desse processo de mudanças diversos ativistas populares acreditavam que a democracia só traria reais mudanças se as necessidades e a voz das pessoas pobres estivessem presentes nos debates. Dentre as ações emergiu a fundação de um partido político³⁶ de esquerda, mas também a criação de coalizões de grupos de mulheres que trabalharam para assegurar que a constituição garantisse que as trabalhadoras tivessem os

³⁵ Entre 1987 e 1988 constituiu-se um movimento forte que resultou da soma de inúmeras organizações e movimentos sociais, denominado “Constituinte da Roça”, no qual os movimentos de mulheres e o movimento sindical tiveram uma participação ativa na discussão e formulação de propostas das bases para comporem o texto da nova Constituição Federal de 1988.

³⁶ O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo. Dentre os participantes de seu Congresso de fundação estavam militantes da esquerda católica, sobretudo das CEBs e ligados à Teologia da Libertação (REIS, 2007).

mesmos direitos que os homens. Por sua vez, nos sindicatos rurais os novos grupos de mulheres demandavam que a designação de “trabalhadora rural” fosse aplicada às mulheres rurais, já que até então elas eram simplesmente consideradas “domésticas” ou “do lar”.

O momento político era de mudança, em contrapartida, a realidade de muitas mulheres no interior do Rio Grande de Sul era complexa. Muitas encontravam dificuldades para conseguir autorização do pai e/ou marido para sair de casa para participar de reuniões e das organizações de mulheres. Os religiosos, sobretudo as freiras, foram fundamentais neste processo, especialmente no suporte moral e na criação de estratégias sutis que publicamente ajudassem a justificar tais ações. Dentre as estratégias adotadas para conseguir tal autorização constavam a participação em encontros e estudos bíblicos, que de fato foram fundamentais para que algumas mulheres conseguissem a permissão necessária para participar, mas também se fortalecessem na condição de sujeitos protagonistas de suas histórias. Sobre a organização das mulheres rurais, este será o assunto do tópico a seguir.

3.4 CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

QR Code 1. Memória Coletiva do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS



A realidade de muitas mulheres rurais entrou no foco das discussões públicas, sobretudo, a partir da década de 1980. Aquele momento político passava por um processo de redemocratização, cresciam as mobilizações no país a fora e ocorreriam mudanças nas estruturas sindicais, criando um ambiente de lutas por melhores condições de vida dos diferentes atores da sociedade.

As mulheres urbanas avançavam em suas reivindicações por meio da participação do Movimento Nacional contra a Carestia³⁷, em 1968, o Movimento de Luta por Creches, em 1970, o Movimento Brasileiro pela Anistia, em 1975, da criação de alguns centros de mulheres em 1975, dentre outras ações.

Já, no rural, surgia o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que foi fundado no Rio Grande do Sul, em 1989. Muitas mulheres já vinham atuando ativamente desde 1986, quando decidiram transformar a organização num movimento estadual e autônomo de agricultoras. O foco das mulheres rurais era a luta por sua emancipação (SCHAAF, 2001).

Um marco importante a ser destacado, tanto do ponto de vista organizativo como dos desdobramentos e tensões desencadeados, refere-se ao “I Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais”, realizado em 1985, no Ginásio Gigantinho, em Porto Alegre, com a participação de cerca de 10 mil mulheres oriundas de todas as regiões do Estado³⁸. O encontro marcou a fundação do primeiro movimento estadual de mulheres rurais, mas bastante identificado com a linha sindical da FETAG, cujas mulheres ligadas à FETAG foram majoritárias e imprimiram o seu ritmo e dinâmica, de modo que algumas mulheres já retornaram do evento descontentes pela supremacia da linha fetagueana no direcionamento do encontro e das bandeiras de lutas do movimento que nascia.

Entre as chamadas de descontentes havia dois grupos: um com as mulheres mais alinhadas à Democracia Socialista e que se articulavam por dentro da CUT e dos rurais da CUT, com forte perspectiva feminista; outro setor se articulava a partir das igrejas e, mais especificamente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O primeiro grupo, por mais que tenha tentado, não prosperou enquanto movimento autônomo. O segundo grupo, sob a assessoria da CPT e de ONGs³⁹, passou a trabalhar pela constituição de um movimento autônomo, o que veio a consolidar-se em 1989, com a fundação do Movimento Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

³⁷ Conhecido também como Movimento do Custo de Vida (MCV), emergiu em 1970 e mobilizou milhares de pessoas em torno de reivindicações contrárias a política econômica defendida pelo regime militar. Para saber mais, consultar o livro “Como pode um povo viver nesta carestia: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)”, de Thiago Nunes Monteiro.

³⁸ A FETAG-RS continuou realizando os encontros com este nome até o ano 2000, quando realizou o V Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com cerca de 20 mil mulheres, no Gigantinho em Porto Alegre. Ver: FETAG. Mulheres Trabalhadoras Rurais. 2021. Disponível em: <http://fetags.org.br/tipo_departamento/mulheres/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

³⁹ O Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) contribuiu ao longo de vários anos com assessoria, seguido pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), que assessorou o movimento até aproximadamente 2003, quando o MMTR foi transformado em Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), com caráter e abrangência nacional.

Pode-se observar que o campo da organização das mulheres rurais desde sua origem foi marcado por tensões que alternam e perpassam as organizações de mulheres ao longo do tempo e, obviamente, perpassam a discussão de gênero e feminismo no interior do sindicalismo rural, impactando internamente na FETAG e na FETRAF, com diversos níveis de tensionamentos e desdobrando-se em distintas perspectivas de ação. Daí, inclusive, decorre que as mulheres trabalhadoras rurais articuladas no sindicalismo da FETAG e as mulheres agricultoras familiares articuladas na FETRAF convivem com um tensionamentos entre ser movimento autônomo ou ser um coletivo de mulheres no interior do sindicalismo. Em ambos os casos prevalece a definição de continuar como coletivo de mulheres no interior das estruturas sindicais.

Inicialmente, o MMTR-RS se organizava em três regionais oriundas de associações locais de mulheres, chamadas Mulheres da Roça, das regiões do Alto Uruguai, Altos da Serra e Planalto. Os grupos estavam ligados à oposição sindical e às igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Aqui cabe observar que os grupos faziam parte da mesma localização geográfica das atuais dirigentes sindicais interlocutoras nesta pesquisa, compreendidas como do Território Norte do estado do RS. Muitas lideranças femininas da FETRAF são originárias deste processo de participação que originou o movimento e atualmente desempenham a função de dirigentes sindicais⁴⁰. Sobre a estrutura organizacional do MMTR, ela se constituía a partir da participação direta, mas o movimento inovava.

A inovação principal do movimento foi o estabelecimento da igualdade social e política na vida das agricultoras para que pudessem realizar a sua emancipação através da conscientização adquirida pelo convívio com o conjunto de outras mulheres. Com a aspiração de ser uma organização igualitária, anti-autoritária e democrática, que aposta nas mudanças nos valores e estilos de vida, na vida política e social, no que se refere às pequenas agricultoras, o movimento apresenta grande semelhança com os surgidos no período da abertura política, os chamados “novos movimentos sociais” (SCHAAF, 2001, p. 413).

O movimento recém formado vinha de um processo cuja nova Constituição brasileira reconhece as mulheres da agricultura como “trabalhadoras rurais” e concede-lhes os mesmos direitos à previdência social, licença maternidade e assistência à saúde, já garantidos a homens e mulheres urbanas. Elas também associavam suas convicções relativas ao compromisso com a igualdade de classe e direitos das mulheres (RUBIN; SOKOLOFF-RUBIN, 2017).

⁴⁰ Este assunto será desenvolvido no Capítulo 5, com a biografia as dirigentes sindicais.

O MMTR estabeleceu relações com movimentos de mulheres de outros estados do país, sobretudo com Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo (RUBIN e SOKOLOFF-RUBIN, 2017). No contexto geral percebe-se a formação em nível nacional de várias organizações de mulheres que se consolidaram a partir da década de 1980. A participação nos “espaços da política” tem o marco principal na década de 1980 e não é possível deslocar esse período das lutas históricas dos trabalhadores rurais (DEERE, 2004; STEPHEN, 1997; NAVARRO, 1996).

De acordo com a autora Bordalo (2011), que realizou um levantamento dos principais movimentos de mulheres rurais que despontaram a partir da década de 1980, é possível identificar o surgimento dos seguintes movimentos:

Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985⁴¹, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/ FETAGRO) em 1985, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu em 1989 (AMQCM e atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu- MIQCB), e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR/CONTAG) em 1995 (BORDALO, 2011, p. 58-59).

No campo do Rio Grande do Sul as reivindicações femininas se davam devido à expansão das forças modernizadoras nas décadas de 1960-1970, que expulsaram grande parte dos pequenos agricultores do campo e deram lugar aos empresários rurais. Mas não foi somente isto que modificou.

A modernização também alterou a organização interna dos pequenos estabelecimentos, onde, diretamente relacionadas à posição social da mulher, ocorreu a perda da autoridade masculina, o que teve uma enorme influência no espaço da mulher. Essa nova situação foi uma pré-condição essencial para o surgimento e expansão do movimento. A forma rígida como as mulheres tinham desempenhado suas funções se flexibilizou, e a ideia de que os padrões tradicionais de gênero talvez fossem mutáveis e variáveis germinou (SCHAAF, 2003, p. 145).

⁴¹ Nos documentos oficiais do MMTR-RS é possível identificar o surgimento oficial do movimento de mulheres rurais no ano de 1986, quando formaram associações locais chamadas de Mulheres da Roça. As mesmas integrantes das associações, então, fundaram em âmbito estadual o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), em 1989, pouco depois da conquista das mulheres de seu reconhecimento pela nova Constituição brasileira, como mulheres trabalhadoras rurais.

A autora destaca o papel dos “intermediários” que auxiliaram na emancipação das agricultoras, as religiosas, que destacavam a valorização e o trabalho das mulheres, davam consolo e esperança àquelas que enfrentavam desigualdades no cotidiano, fornecendo-lhes argumentos bíblicos para embasar suas posições no cotidiano. Foram as religiosas que incentivaram as agricultoras a participarem ativamente da renovação sindical (SCHAAF, 2003).

Mas foi entre os anos 1984 e 1987, que o sindicalismo trocou o discurso religioso por um discurso socialista, e, de acordo com SCHAAF (2003), desapareceram da base ideológica do sindicato os assuntos femininos. Foi nesse período que foi fundado a Central Única dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul (CUT-RS), com apoio da base sindical do campo.

O papel das mulheres na renovação dos sindicatos de cunho combativo deve ser ressaltado, uma vez que estava proibido o sindicalismo livre e somente permitida a criação do sindicato de uma mesma categoria profissional a partir do referendo pelo voto. As mulheres foram as principais incentivadoras no processo de convencimento dos votos dos maridos para as chapas de cunho mais combatido. Uma vez instalados os sindicatos com novas perspectivas nos municípios em oposição aos da FETAG que se apresentavam com um cunho assistencialista, as mulheres passaram a enfrentar novos desafios, tais como sua participação formal no sindicato, como sócias e como membros da direção. Por um lado a forte resistência masculina e, por outra, a forte atuação das mulheres levou-as a reivindicarem uma organização autônoma. Alguns acontecimentos deram respaldo para essa decisão, tais como o reconhecimento profissional e a concessão de direitos sociais pela Constituição de 1988 (SCHAAF, 2003).

Cabe ressaltar que no Rio Grande do Sul a luta das mulheres rurais segue diferentes tendências, tais como:

[...] uma de dentro dos sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à CUT; outra, era político-eleitoral, contudo, este momento não pode ser separado de um contexto geral de organização popular pela reabertura democrática. Outrossim, não separa-se, também, das contestações desencadeadas em resistência e rebeldia desde a invasão colonial. No caso, o surgimento do atual MMC no Rio Grande do Sul, se dá a partir do Movimento das Mulheres da Roça (OMR), que, por sua vez, data de 1983. A então OMR surgiu em parte com algum apoio de alguns STR's, mas muito mais, com o incentivo de pastorais sociais ancoradas na Teologia da Libertação e, assim primou-se por ir se constituindo em Movimento autônomo (com autonomia dos sindicatos e também dos setores eclesiais) (CONTE; WESCHENFELDER, 2012, p. 14).

Apesar dos diferentes contextos de surgimento dos movimentos de mulheres rurais e camponesas, a exclusão feminina era algo presente e que passou a ser combatida. Nas bases da FETRAF isto se materializa da seguinte forma, da Organização das Mulheres da Roça origina-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/RS), parte das mulheres permanecem construindo por dentro dos sindicatos – caso das dirigentes sindicais da FETRAF, interlocutoras do presente trabalho - e outra parcela passou a constituir-se em Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)⁴² a partir do ano de 2004, independente da estrutura sindical e alinhado à Via Campesina. Na prática, em alguns lugares há mulheres que, ao mesmo tempo, participam do MMC e do sindicalismo da FETRAF, o que, para elas, ainda que haja tensionamentos, não chega a ser contraditório.

A narrativa da dirigente sindical de Sananduva evidencia essa ruptura no campo sindical da agricultura familiar.

E para as mulheres, o movimento também se deu nesse processo, um pouco mais tarde que o sindical, ocorreu a ruptura. Que começou não haver aquele entendimento, aquela cumplicidade e o MMTR deixou de ter esse nome e passou a ser chamado de MMC, um pouco depois, passou a compor a Via Campesina. Nós aqui na região, tivemos Ibiraiaras que foi para o MPA e as mulheres se articularam via MMC. O município de Paim Filho também criou MMC e também uma parte de Ibiaçá. Esses três municípios basicamente foram para essa estratégia de criação do MMC. Os demais municípios, no qual Sananduva me incluo, a gente permaneceu na estratégia muito próxima do movimento sindical, tendo o MMTR. Como o MMTR deixou de existir, sua direção na grande maioria optou em criar o MMC, então nós ficamos assim sem pai e sem mãe. A gente acabou se apoiando no movimento sindical cutista. Eu já estava entrando no movimento sindical (ENTREVISTA COM VERA, 2019).

O trecho da narrativa de Vera explicita as diferentes estratégias adotadas pelas mulheres agricultoras, que até um determinado momento lutaram unificadas. A partir das diferentes visões de condução do próprio movimento e de linhas de atuação decidiram trilhar caminhos e movimentos distintos. Desta forma, uma parte decidiu seguir na luta feminista em um movimento específico de mulheres, mesmo existindo diferenças claras com as feministas urbanas e, a outra parcela segue no movimento sindical, travando as lutas de gênero no interior do sindicalismo, com as vantagens e limites decorrentes desta

⁴² O MMC/RS formalizou-se no congresso nacional do movimento ocorrido em Brasília, de 05 a 08 de março de 2004. Com este Congresso, o MMC passou a ser um Movimento Nacional e na ocasião, em 2004, contava com a presença de mulheres de quatorze estados da Federação. O movimento chegou a estar organizado em vinte e dois estados, com maior ou menor intensidade, segundo as possibilidades organizativas. Na atualidade encontra-se com redução de sua base, seguindo a tendência dos demais movimentos sociais do campo.

decisão política. Obviamente, essa é a perspectiva defendida pelo sindicalismo da FETRAF, por entender que desta forma ele abrange e contempla toda família agricultora.

Apesar do histórico do movimento social das mulheres rurais no Rio Grande do Sul e as rupturas políticas, na sua gênese, sob múltiplas visões e perspectivas, todas lutavam por emancipação. Tal discussão perpassa pela busca do reconhecimento social na sociedade, bem como, de representatividade nas organizações sociais, espaços de poder e redistribuição na formulação de políticas públicas, temas que serão tratados a seguir.

3.5 LUTA POR RECONHECIMENTO SOCIAL, REPRESENTATIVIDADE E REDISTRIBUIÇÃO

A sociedade pode ser interpretada de diferentes formas. Uma delas é proposta por Axel Honneth, a partir da teoria crítica, na qual o autor busca interpretar a sociedade através de uma única categoria, isto é, a do **reconhecimento**. Uma de suas obras mais conhecidas é a obra “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, na qual demonstra a inserção dos indivíduos e grupos sociais na sociedade atual, motivados por uma luta por reconhecimento intersubjetivo. Conforme o autor, o reconhecimento pode ser explicitado pela passagem progressiva pelas seguintes formas, **o amor, o direito e a solidariedade/eticidade**. Se houver alguma forma de desrespeito ou violência contra essas três formas emergirá uma luta por reconhecimento.

Para introduzir os elementos de sua teoria é necessário contextualizar de onde o filósofo e sociólogo alemão partiu para desenvolver suas análises. Honneth é o atual representante da tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt e sua teoria foi desenvolvida em dois momentos distintos. No primeiro, ele procura mostrar as insuficiências da versão da teoria crítica de Jürgen Habermas, sustentando “[...] que a teoria habermasiana da sociedade precisa ser criticada do ponto de vista do horizonte da dimensão de intersubjetividade social, na qual as instituições estão inseridas” (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p. 9). Num segundo momento, o autor desenvolve sua própria versão da teoria crítica, afirmando que “[...] a primeira versão da teoria habermasiana da sociedade poderia ser melhor desenvolvida a partir do conceito hegeliano de luta por reconhecimento” (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p. 9). Deste modo, Honneth procura mostrar que uma teoria crítica da sociedade deveria estar

preocupada em interpretá-la a partir de uma única categoria, propondo, assim, a teoria do reconhecimento.

De acordo com Salvadori (2011), Honneth inspirado no conceito de reconhecimento de Hegel (jovem), busca fundamentar sua própria versão da teoria crítica, na qual explica as mudanças sociais por meio da luta por reconhecimento e propõe uma concepção normativa de eticidade. Ressalta que os indivíduos e os grupos sociais somente podem formar sua identidade à medida que forem reconhecidos intersubjetivamente, através das três formas: no âmbito privado do ‘amor’, nas relações jurídicas, o ‘direito’, e na esfera da ‘solidariedade’ social, também chamada de eticidade. Na Figura 2, elaborada a partir da obra de Hegel, o autor explicita os pilares de sua teoria.

Figura 2. Esquema Teórico Reconhecimento Social

Objeto de reconhecimento\	Indivíduo	Pessoa	Sujeito
Modo de reconhecimento	(carências concretas)	(autonomia formal)	(particularidade individual)
Intuição (afetivo)	Família (amor)		
Conceito (cognitivo)		Sociedade civil (direito)	
Intuição intelectual (afeto que se tornou racional)			Estado (solidariedade)

Fonte: HONNETH (2003, p. 61).

Conforme mencionado, Honneth desenvolve sua análise sobre o reconhecimento ao referir-se a uma destas três formas (amor, direito e eticidade/solidariedade na diagonal). Antes de tudo, parece importante resgatar que para desenvolver essas conclusões ele introduz os primeiros elementos de sua teoria, para explicar o amor (família), a partir da categoria da dependência absoluta, desde a psicologia infantil (de Donald Winnicott). Nela esta categoria designa a primeira fase do desenvolvimento infantil, na qual a mãe e o bebê se encontram num estado de relação simbiótica, ou seja, a dependência do bebê é total e o direcionamento da atenção é completo para a criança, para atender suas necessidades e para que não haja nenhum tipo de limite de individualidade e ambos se sintam como uma unidade.

Aos poucos, com o desenvolvimento da criança e o retorno gradativo dos afazeres diários, o estado de simbiose vai se dissipando por meio da ampliação da individualidade de ambos. Essa ampliação é considerada uma nova fase, a relativa dependência, na qual a criança precisa se acostumar com a ausência da mãe, reconhecendo que ela não é mais uma parte do seu mundo subjetivo e sim um indivíduo com direitos próprios, o que ocorre quando a criança tem cerca de seis meses de vida (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008).

Para Honneth, somente quando a criança fica sozinha ela alcança a criatividade com os objetos transicionais (brinquedos, travesseiro, polegar), possível com a dedicação emotiva da mãe, mesmo estando distante da criança. A dedicação materna faz com que a criança desenvolva a autoconfiança. Segundo Spinelli (2016), a transição da criança, para Honneth, remete a dois mecanismos denominados por Winnicott como “destruição” e “fenômenos transicionais”. A “destruição” é marcada por uma postura agressiva da criança, que atua como um mecanismo de defesa perante a percepção de que a mãe não está sempre disponível para atender suas demandas, reconhecendo-a como um ser independente. Já, o segundo mecanismo tece sobre a relação afetiva que a criança desenvolve com os objetos que compõem o seu meio material. Em outras palavras, esse “apego” é consequência da separação de ligação entre mãe e filho, pois a segurança do amor materno permite criar novas relações com novos objetos de satisfação.

Nesse sentido, o ponto que Honneth conceitua é o da autoconfiança, visto que mesmo distante do seu objeto de afeto o indivíduo se sente seguro e amparado.

Todavia, não é a ampliação intersubjetiva do quadro explicativo psicanalítico como tal o que faz a teoria das relações de objeto parecer especialmente apropriada para os fins de uma fenomenologia das relações de reconhecimento; ela só permite uma ilustração do amor como uma forma determinada de reconhecimento em virtude do modo específico pelo qual o sucesso das ligações afetivas se torna dependente da capacidade, adquirida na primeira infância, para o equilíbrio entre a simbiose e a autoafirmação (HONNETH, 2003, p. 163).

Dessa forma, o amor é fundamento da autoconfiança, pois permite que os indivíduos conservem sua identidade e desenvolvam a autoconfiança para a sua autorrealização. O amor se diferencia do direito, pois nele ocorre o reconhecimento da autonomia do outro, possível através da dedicação emotiva, enquanto no direito ele ocorre através do respeito, conforme será exposto na segunda forma de reconhecimento.

A etapa do reconhecimento através do direito ocorre a partir da reciprocidade, contudo ocorre através do reconhecimento dos outros como portadores de direitos independente de tendências e gostos pessoais (SPINELLI, 2016). De acordo com

Salvadori (2011), a história do direito ensina que o século XVIII foi marcado pela ênfase nos direitos liberais de liberdade, o século XIX, pelos direitos políticos de participação, e o século XX, pelos direitos sociais de bem-estar. Essa evolução mostra a integração dos indivíduos na comunidade e a ampliação de suas capacidades.

Ademais, segundo Saavedra e Sobottka (2008), a análise honnethiana baseia-se nas seguintes questões: a) qual é o tipo de autorrelação que caracteriza a forma de reconhecimento do direito? b) como é possível que uma pessoa desenvolva a consciência de ser sujeito de direito? O autor utiliza a estratégia de demonstrar o surgimento do direito moderno, a partir do fenômeno histórico, da sociedade tradicional, ancorado na concepção de status. Nesta concepção, “um sujeito só consegue obter reconhecimento jurídico quando ele é reconhecido como membro ativo da comunidade e apenas em função da posição que ele ocupa nessa sociedade” (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p. 11).

O autor reconhece uma mudança estrutural na base da sociedade, com a transição para a modernidade que também corresponde a uma mudança estrutural nas relações de reconhecimento, em cujo sistema jurídico não é mais permitido atribuir exceções ou privilégios às pessoas em detrimento de seu status, pelo contrário, deve-se combater este tipo de privilégios e exceções. Dessa forma, o direito deve ser suficientemente geral para levar em consideração todos os interesses dos participantes da comunidade (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008).

Segundo Honneth, o reconhecimento jurídico promove o respeito, cujo indivíduo se sente portador do respeito de todos os demais. Com isso pode-se concluir

[...] que um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que o capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que chamamos de ‘autorrespeito’ (HONNETH, 2003, p. 197).

A luta por reconhecimento deve ser vista também pela pressão que os indivíduos desempenham para que novas condições na participação na formação pública venham à tona. Honneth reforça que a história do Direito moderno é reconstruída num processo de direcionamento para ampliação dos direitos fundamentais. Para assegurar o respeito aos indivíduos desprovidos foi necessário que eles pressionassem, mas igualmente é necessário garantir meios que assegurem essa luta, pois

[...] para poder agir como uma pessoa moralmente imputável, o indivíduo não precisa somente da proteção jurídica contra interferências em sua esfera de liberdade, mas também da possibilidade juridicamente assegurada de participação no processo público de formação da vontade, da qual ele faz uso, porém, somente quando lhe compete ao mesmo tempo um certo nível de vida (HONNETH, 2003, p. 192-193).

Assim, no processo de obtenção do autorrespeito o indivíduo passa por uma condição de privação de direitos, na medida em que os grupos lutam por reconhecimento na esfera jurídica, denunciando que são privados de alguns direitos. E o fato de silenciar ou não reconhecer não se traduz, necessariamente, na posse do autorrespeito, mas em um ato de paralisação ou apatia (SPINELLI, 2016). Segundo Saavedra e Sobottka (2008), apesar de Honneth ressaltar num primeiro momento o papel de sentimento de injustiça, logo em seguida reforça um tipo de respeito cognitivo da capacidade de responsabilidade moral, quando um indivíduo vivencia uma situação de desrespeito jurídico.

A última forma de reconhecimento, a solidariedade, corresponde ao desrespeito à degradação moral e da injúria, quando a pessoa é privada da possibilidade de desenvolver uma estima positiva de si mesmo. Para desenvolver sua análise, Honneth adota o conceito psicanalítico de patologia, que entende que todas essas formas de desrespeito são patologias, cujo estado patológico se manifesta em sinais corporais de sofrimento psíquico e expressões externas ocorridos previamente. Dessa forma, somente as experiências de injustiça que acarretam esta patologia devem ser consideradas fenômenos de desrespeito (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008).

Na argumentação de Honneth o sentimento de desrespeito deve ser a base motivacional da luta por reconhecimento, sendo que a tensão afetiva só pode ser superada quando o indivíduo estiver em condições de voltar a ter uma participação ativa e sadia na sociedade. Aliás, o sentimento de injustiça pode indicar um problema, mas não uma solução, por isso o autor entende que é necessária a articulação política de um movimento social para que o sentimento de injustiça do indivíduo passe a ter relevância política (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008).

De acordo com Spinelli (2016), o reconhecimento é direcionado ao plano de um grupo, pois a estima dos indivíduos singularmente será estendida ao coletivo ao qual pertencem. Para Honneth, o indivíduo se sente pouco reconhecido enquanto sujeito individualizado, uma vez que se impõe e destaca a identidade do grupo. Assim, nutre um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva, capaz de realizações e que tem sua importância reconhecida socialmente. Assim, por solidariedade

[...] pode se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica. Essa proposta explica também a circunstância de o conceito de “solidariedade” se aplicar até o momento precipuamente às relações de grupo que se originam na experiência da resistência comum contra a repressão política; pois aqui é a concordância no objetivo prático, predominando sobre tudo, que gera de súbito um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro (HONNETH, 2003, p. 209).

Logo, a solidariedade ou eticidade remete à aceitação recíproca das qualidades individuais, julgadas a partir dos valores existentes na comunidade. Essa esfera gera a autoestima, em outras palavras, gera a confiança nas realizações pessoais e na pose de capacidades reconhecidas pelos membros da comunidade. De acordo com Salvadori (2011), em cada período histórico a estima social é diferente, como, por exemplo, na modernidade o indivíduo não foi valorizado pelas propriedades coletivas de sua camada social, de modo que o surgimento da individualização das realizações sociais somente tornou-se possível com um pluralismo de valores.

Em resumo, Honneth ajuda a compreender formas de reconhecimento (amor, direito e solidariedade) e mostra que há uma autorrelação prática com o sujeito, implicando na autoconfiança nas relações amorosas e de amizade, mas também no autorrespeito nas relações jurídicas e na autoestima na comunidade social de valores. Quando ocorre a ruptura dessas autorrelações, pelo desrespeito, ocorrem as lutas sociais. Dessa forma, toda luta por reconhecimento inicia por meio da experiência de desrespeito. No contexto das mulheres dirigentes sindicais, este arcabouço possibilita uma possível leitura sobre os processos relatados nas seções anteriores e que serão aprofundados a partir da análise das narrativas biográficas.

A este arcabouço, cuja centralidade está no reconhecimento, as contribuições críticas da filósofa Nancy Fraser chamam a atenção para a importância de dar luz a outras dimensões. Na reflexão sobre o tema do reconhecimento, Fraser constrói uma compreensão mais abrangente sobre justiça social, elegendo como eixos centrais: redistribuição, reconhecimento e representação, para articular as dimensões de uma concepção de justiça apta para dar conta dos dilemas relativos à desigualdade social nas sociedades contemporâneas.

Fraser é afiliada à escola de pensamento conhecida como Teoria Crítica. Embora parta de referências feministas, a autora dialoga com outros referenciais para construir

uma teoria da justiça que não seja exclusivamente feminista, mas que no seu interior contenha suas reivindicações. Dessa forma,

Tendo esse escopo mais amplo em vista, redistribuição, então, diz respeito às demandas por igualdade econômica e a maior equalização na distribuição de bens escassos. Quando se fala em justiça, demandas redistributivas parecem ser as mais intuitivas, pois dizem respeito à organização do atributo mais elementar de uma ação justa: “dar a cada um o que é seu”; portanto, uma concepção ampla de justiça não poderia deixar de englobar aspectos redistributivos (ABREU, 2011, p. 9).

O Quadro 2 apresenta um esquema conceitual sobre reconhecimento e redistribuição, a partir da explicação sobre as estruturas de injustiça econômica e cultural.

Quadro 2. Esquema conceitual: reconhecimento e redistribuição

Polo	Injustiça econômica	Injustiça cultural/simbólica
Foco	Estrutura econômico-política	Padrões sociais de representação, interpretação e comunicação
Exemplos	(1) Exploração do trabalho (2) Marginalização do trabalho (3) Privação	(1) Dominação cultural (2) Ocultamento (3) Desrespeito
Ação	Políticas de redistribuição	Políticas de reconhecimento
Pretensão	Desdiferenciação do grupo	Diferenciação do grupo
Concepção alternativa		
Estratégias afirmativas		Promover diferenciação
Estratégias transformativas		Desestabilização

Fonte: Adaptado de Fraser (2001).

Conforme o quadro acima, a autora propõe esclarecer sobre a injustiça e as perspectivas políticas que ela apresenta, a partir de dois vieses. A primeira é sobre a injustiça econômica da sociedade, que se radica na estrutura econômico-política, causando impactos nos exemplos expostos (exploração do trabalho, marginalização do trabalho e privação). Frases explicita que teóricos igualitários desprenderam grande esforço para conceituar essas injustiças socioeconômicas, que incluem a teoria de Marx sobre exploração capitalista, a concepção de justiça de John Rawls, a visão de Amartya Sen sobre as capacidades, dentre outros. Ela acentua que não é necessário subscrever essas diferentes visões, mas sim evidenciar uma compreensão geral. Já, a segunda

maneira de compreender a injustiça é a cultural ou simbólica, que se radica nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Esses causam a dominação cultural e o ocultamento, causando impactos nas práticas comunicativas interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura e o desrespeito, através da difamação ou da desqualificação.

Ambas as injustiças se entrelaçam mutuamente. O “remédio” para a injustiça econômica é uma reestruturação econômica, a partir de políticas de redistribuição. Já, o “remédio” contra a injustiça cultural é uma espécie de mudança cultural ou simbólica, que pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural, através de uma política de reconhecimento, além de uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação.

A luta por reconhecimento social, com frequência, chama a atenção para a especificidade de algum grupo, cria performatividade ou afirma seu valor que, nesses casos, tendem a promover a diferenciação do grupo. As lutas pela redistribuição, ao contrário, buscam abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo e, desse modo, tendem a promover a desdiferenciação do grupo. Tanto as políticas de reconhecimento como as redistributivas parecem possuir objetivos contraditórios, explicitando um difícil dilema, conforme explica a autora:

Essas coletividades são “bivalentes”. São diferenciadas como coletividades *tanto* em virtude da estrutura econômico-política *quanto* da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura. Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e *co-originais*. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois (FRASER, 2009, p. 233).

Dessa forma, tanto gênero como “raça” são paradigmas de coletividade bivalentes. Para Fraser (2001; 2002; 2007), que defende a necessidade de articular demandas redistributivas e reivindicações por reconhecimento, explicita que o princípio de igualdade não é abandonado, mas conciliado com o princípio de reconhecimento das injustiças culturais e simbólicas, remetendo à relativização da aplicação de regras gerais e universais. Em seu modelo, por exemplo, classe social é apontada como situação pura da injustiça de distribuição; já, a sexualidade menosprezada diz respeito a uma situação

pura de injustiça de não-reconhecimento, enquanto gênero e “raça” explicitam situações paradigmáticas de coletividades ambivalentes que acumulam os dois tipos de injustiças, cujos sujeitos precisam lutar tanto por redistribuição quanto por reconhecimento (FRASER, 2001).

A autora propõe que em uma economia política injusta o “remédio” para essa desigualdade é uma justiça redistributiva pela busca da igualdade. Propõe duas abordagens para superar as injustiças de redistribuição e reconhecimento: a primeira, denominada de “remédios afirmativos”, usada de forma a corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais, sem, no entanto, quebrar a estrutura envolta; a segunda, definida como “remédios transformativos”, propõe corrigir efeitos desiguais por meio da remodelação da estrutura que os gera e os envolve. Assim,

[...] a redistribuição afirmativa pode estigmatizar os desprivilegiados, acrescentando o insulto do menosprezo à injúria da privação. A redistribuição transformativa, em contraste, pode promover a solidariedade, ajudando a compensar algumas formas de não-reconhecimento (FRASER, 2001, p. 239).

Dessa maneira, tanto a face da economia política como a da cultural-valorativa se autorreforçam,

[...] normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia e a desvantagem econômica das mulheres restringe a “voz” das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. O resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica (FRASER, 2001, p. 234).

Desse modo, Fraser (2002) propõe uma nova forma de discutir gênero, ressaltando que anteriormente estava centrada no trabalho e na violência, e ajustou-se o foco para identidade e representação. Isso causa o que ela chama de subordinação das lutas sociais às lutas culturais, e das políticas de redistribuição às políticas de reconhecimento. Acentua que essa mudança de trajetória não está relacionada apenas ao feminismo, ao contrário, a história recente da teoria de gênero reflete uma modificação do discurso das demandas políticas, reforçando o que as lutas pelo reconhecimento ecoaram. Entretanto, essa mudança significa uma faca de dois gumes, por um lado, a virada pelo reconhecimento representa uma expansão nas lutas de gênero e uma nova compreensão do que é justiça de gênero e; por outro lado, a justiça de gênero não se restringe apenas a questões econômicas, como a redistributiva, mas engloba questões de representação, identidade e diferença.

Com essa visão Fraser (2002) desenvolve uma explicação de gênero a partir de uma “concepção de gênero bidimensional”, que enxerga de uma forma bifocal, ou seja, a partir de duas lentes. Uma das lentes refere-se à classe e a outra ao *status*, cuja compreensão plena só é possível quando as duas lentes estiverem sem superposição. “Nesse ponto, gênero aparece como um eixo de categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da distribuição e da dimensão do reconhecimento” (FRASER, 2002, p. 64).

A dimensão da distribuição é semelhante à classe, pois está enraizada na própria estrutura econômica da sociedade e na divisão fundamental do trabalho, sendo o trabalho “produtivo” que, é pago, e o trabalho “reprodutivo”, o doméstico, e não pago, o qual é designado como responsabilidade primária das mulheres. Nessa dimensão observa-se uma injustiça distributiva baseada em gênero, quando os salários, muitas vezes, são igualitários para homens. Já, na dimensão do reconhecimento, o gênero aparece como *status*, pelo fato de ocorrer uma injustiça de gênero, que é o androcentrismo, que é “um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados à masculinidade, assim como desvaloriza tudo que seja codificado como ‘feminino’” (FRASER, 2002, p. 64-65) e, neste caso, não afeta apenas as mulheres. Esse padrão de injustiça está enraizado na sociedade e acaba criando ampla fissura na interação social.

A autora propõe que a concepção de justiça seja centrada no princípio de paridade de participação. A justiça só será possível mediante acordos sociais. Primeiramente é necessária a distribuição de recursos materiais para efetivar a independência e a “voz” dos participantes, evitando níveis de dependência econômica e desigualdades que impedem a paridade de participação. Também é necessário assegurar condições de paridade a partir da “intersubjetividade”, requerendo que os modelos institucionalizados de valores culturais expressem o mesmo respeito a todos e oportunidades iguais para se alcançar a estima social. Disso resulta uma concepção bidimensional de justiça que engloba tanto a redistribuição quanto o reconhecimento.

Nesse sentido, Fraser (2007) propõe que a luta por redistribuição não fique enquadrada numa lógica exclusivamente economicista, nem a luta por reconhecimento fique enquadrada a uma lógica exclusivamente culturalista, pois, a luta por representação diz respeito ao aspecto político de exercício de poder na defesa de demandas.

Outro aspecto ressaltado pela autora é o rompimento “com as abordagens feministas centradas exclusivamente em gênero”, para situar as “lutas de gênero como uma das facetas de um projeto político mais amplo que busque uma justiça democrática

institucionalizante, cruzando os múltiplos eixos da diferenciação social” (FRASER, 2002, p. 63). Para isso será necessário articular a relação entre trabalho e cultura, classe social e *status*, o ‘caráter de gênero na economia política’ e a ‘ordem cultural do androcentrismo’. Tal reflexão está baseada no fato do foco principal de análise de atuação das feministas socialistas, sob forte influência do pensamento marxista e sua centralidade no trabalho, gerar agendas políticas baseadas na predominância da lógica economicista.

As discussões sobre o reconhecimento social, de Axel Honneth, e de reconhecimento, representatividade e redistribuição, de Nancy Fraser, colaboram para compreender-se a luta por emancipação iniciada pelo MMTR e a atuação das agricultoras familiares dirigentes sindicais da FETRAF, que será abordada nos próximos capítulos.

As mulheres rurais iniciaram mobilizações sociais a partir da década de 1980, motivadas pelas opressões sofridas por sua condição de ‘mulheres’ e ‘agricultoras’ e por reconhecimento como trabalhadoras rurais. A argumentação de Honneth (2003) ajuda a compreender a base motivacional para a realização das lutas que se ancoram no sentimento de desrespeito. Tal sentimento de injustiça ocasiona a tensão afetiva que só será superada quando o indivíduo tiver condições de voltar (ou iniciar) uma participação ativa na sociedade.

Conforme abordado na seção anterior, as religiosas e da Teologia da Libertação foram essenciais no apoio e fundamentação teórica e motivacional para a formação e organização social. Conforme acentua Honneth, a injustiça não encontra uma solução, por isso, é necessária a articulação política de um movimento social para que o sentimento de injustiça passe a ter relevância política. Esses elementos ajudam na compreensão da formação do MMTR e do novo sindicalismo rural.

Honneth também mobiliza um conjunto de ‘motivações’ que os indivíduos acionam para realizar a luta por reconhecimento social, dispostas em diferentes níveis, quais sejam família, sociedade e estado. Elas são perpassadas por questões subjetivas, que vão desde o apoio familiar que condiciona a autoconfiança, elementos que corroboram a opção pela análise das narrativas biográficas das dirigentes sindicais, até o reconhecimento, via políticas públicas, das principais estratégias de organização e luta da federação sindical, ocasionando a partilha com todos os seus membros, o que o autor chama de autorrespeito. Outro elemento que contribui para a análise é a noção de solidariedade entre os indivíduos, que encontra apoio na coletividade, ocasionando uma identidade coletiva, através da autorrelação. As mulheres do movimento sindical da

FETRAF criaram espaços específicos através dos Coletivos de Mulheres, assunto que será discutido a seguir.

Por sua vez, Fraser (2001) formula seu ponto de vista assumindo que a justiça atualmente exige tanto *redistribuição* como *reconhecimento*, propondo examinar a relação entre eles, sem que um aniquile ao outro. Seu objetivo maior é ligar duas problemáticas políticas que, na maioria das vezes, são dissociadas. A autora acentua que somente integrando reconhecimento e redistribuição se chegará num quadro conceitual adequado.

Nancy Fraser mobiliza um conjunto de elementos que auxiliam na compreensão e análise da luta das mulheres rurais, bem como da trajetória das dirigentes sindicais. Assim, problematiza que as injustiças – mobilizadoras da luta por reconhecimento – devem levar em consideração a estrutura econômico-política e a estrutura cultural-valorativa da sociedade. Tais elementos contribuem para a compreensão dos elementos que serão discutidos nos demais capítulos desta tese.

4 MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES NO MOVIMENTO SINDICAL NO RIO GRANDE DO SUL

O presente capítulo apresenta as interlocutoras do trabalho a partir da das entrevistas realizadas a campo. Traz o contexto geral onde elas se inserem e discute a federação sindical e as principais estratégias de organização e de lutas que emergiram através das narrativas biográficas. Parte-se da discussão sobre a constituição da FETRAF-SUL/CUT em 2001 e da FETRAF-RS/CUT no ano de 2014, significando duas etapas da organização sindical. Após são apresentadas as principais estratégias de organização e de lutas nas quais as mulheres dirigentes sindicais tiveram forte atuação. As seções seguintes discutem o Projeto Terra Solidária, o Mutirão da Agricultura Familiar, a Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar (COOPERHAF) e os Coletivos de Mulheres.

4.1 PARA COMEÇO DE CONVERSA: O CONTATO INICIAL COM AS DIRIGENTES SINDICAIS

Esta seção contempla a ambiência e as condições em que foram realizadas as entrevistas com as dirigentes sindicais, de forma a permitir uma gradativa aproximação com as interlocutoras do trabalho. Isto porque, parte-se do pressuposto de que a compreensão do universo das dirigentes sindicais no presente trabalho configura-se como um exercício interpretativo, pautado pela abertura de um espaço de comunicação.

As narrativas biográficas fornecem um amplo material sobre a dinâmica como as mulheres estão inseridas numa organização mista de agricultores familiares, a FETRAF-RS/CUT, a qual será melhor esmiuçada na continuidade desta apresentação.

O primeiro contato foi com a dirigente sindical Cleonice, no município de Tiradentes do Sul/RS. Havíamos⁴³ convivido durante minha atuação profissional na FETRAF-RS/CUT, de modo que os laços entre pesquisadora e entrevistada foram construídos antes da pesquisa de campo. Cheguei em sua propriedade rural pela manhã e a Cleonice estava em licença maternidade, de modo que ela concedeu a entrevista com a filha recém-nascida nos braços. No dia do encontro fazia muito calor em pleno mês de janeiro, de modo que nos sentamos à sombra de uma árvore, local mais agradável para a

⁴³ Nesta seção, novamente, será utilizada a linguagem na primeira pessoa do plural e do singular por tratar-se de relações interpessoais entre a pesquisadora e as interlocutoras.

conversa. Durante a gravação da entrevista os choros da recém-nascida acompanharam o processo e muitas vezes tivemos que pausar a gravação para dar assistência a ela. Uma frase da Cleonice me marcou: “Maria Cecília vai participar da tua pesquisa”, referindo-se à filha. A chegada da filha havia mudado a rotina da dirigente sindical que acompanhei num cotidiano de trabalho intenso. Fui convidada para passar o dia com sua família, cujo o almoço foi preparado pelo marido da Cleonice, possibilitando que seu tempo ficasse mais livre para nossa conversa.

A entrevista narrativa foi gravada na parte da manhã e na parte da tarde a Cleonice apresentou fotografias com memórias das lutas do movimento sindical, da época que atuava na juventude rural, do período em que foi vereadora, das lutas e reivindicações com a FETRAF-SUL/CUT, etc. Naquele momento inúmeras lembranças vieram à tona. Gravamos também a narrativa em vídeo, realizada em momentos distintos. Primeiramente foi um depoimento sobre a importância das políticas públicas para a agricultura familiar. Ela citou como exemplo sua propriedade rural, adquirida via crédito fundiário, a casa construída com a política de habitação, financiamentos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outros. Depois gravamos a narrativa de sua experiência como dirigente sindical, os desafios dessa tarefa e, ao mesmo tempo, sua responsabilidade com a família. Ela ainda relatou sobre os avanços das políticas públicas para as mulheres e os desafios a serem superados. No final do dia, a despedida, com amplo material a ser analisado, com a clara sensação de ter conhecido a dirigente sindical desde um outro ângulo que, somente foi possível, a partir da entrevista narrativa biográfica.

O segundo contato foi com a dirigente sindical Ivete, no município de Tenente Portela. Depois de pernoitar no local nos deslocamos até o Sintraf para acompanhar a rotina da dirigente sindical e realizar a entrevista. Ao chegar no local havia certo movimento de associados e associadas. Observei a presença de várias mulheres no local, a coordenadora geral do Sintraf, Ivete, a secretária e outras funcionárias. Nessa manhã, nos intervalos dos atendimentos, conversei com a dirigente sobre as demandas dos agricultores familiares, além das dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical e um breve relato de sua trajetória pessoal. Ela narrou com orgulho um pouco da história de seu pai, um dos primeiros sócios do sindicato que também atuou como dirigente sindical.

Fui convidada para almoçar em sua casa, cuja refeição havia sido preparada por sua irmã e vizinha. Estavam presentes seus dois filhos, com os quais tive a oportunidade de conversar sobre o cotidiano familiar. Nesse momento Ivete relatou que os filhos

criaram no ambiente sindical, sempre que possível os levava em reuniões regionais do movimento, em viagens até a capital do Estado, em momentos de mobilização e lutas por reivindicações. Retornando ao sindicato, na parte da tarde, realizamos algumas narrativas visuais construídas de forma muito espontânea e informal. Inicialmente fizemos uma gravação mostrando os documentos oficiais do sindicato e depois um depoimento no qual ela relato os desafios de ser a primeira mulher eleita à presidência do sindicato, as dificuldades enfrentadas por ser mulher e atuante no movimento sindical e o modo como as questões de gênero são abordadas no sindicato.

No dia seguinte, no turno da tarde, novo acompanhamento de rotina da dirigente sindical. Nesse dia especial, chegou até o sindicato um jornalista, acompanhado de um assessor. Estavam viajando pelo país, pois haviam sido contemplados por um edital público, com objetivo de coletar dados para um livro. Chegaram no sindicato buscando informações sobre a expansão da fronteira agrícola brasileira. Na oportunidade, também entrevistaram Ivete que nos indicou para que conversássemos com mais uma família de agricultores. Assim, todos nos deslocamos para o interior do município. Ao acompanhá-los tive a oportunidade de conhecer uma das comunidades rurais e observar sua entrevista.

No final do dia retornamos para a casa da Ivete e fui convidada para pernoitar. Entre o preparo da janta e o banho da filha menor conversamos com mais tranquilidade e atenção, sentadas ao redor da mesa da cozinha, iniciamos a entrevista da narrativa biográfica. Como havíamos passado o dia juntas, algumas informações foram complementadas e aprofundadas. Jantamos e, em seguida, fomos descansar, pois o dia havia sido intenso. Na manhã do dia seguinte agradei pela hospitalidade e segui viagem para o município de Humaitá.

Chegando ao Sintraf de Humaitá, ainda pela manhã, um novo encontro. Havia agendado com a Eni para entrevistá-la. Ela me recebeu comentando que estava sozinha no sindicato, pois a funcionária estava de férias. Colocou uma placa na porta: “em reunião”, para justificar a ausência no período em que nos reunimos. Porém, a todo momento, a entrevista era interrompida por associados que buscavam orientações e informações. Senti certo nervosismo por parte da Eni diante daquela situação, mas como estava com tempo, procurei tranquilizá-la, fiquei à vontade no sindicato enquanto ela atendia os associados. Nesse tempo pude observar e conversar com alguns agricultores e analisar alguns registros históricos.

Durante a manhã chegou ao sindicato uma das mulheres que fazem parte do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do Coletivo de Mulheres da FETRAF-

RS/CUT, chamada Lourdes. No sindicato há uma sala destinada ao trabalho com as plantas medicinais, que as mulheres utilizam para realizar os trabalhos de formação, preparar os fitoterápicos, fazer reuniões e trocas de remédios naturais. Indaguei sobre os dois movimentos ocuparem o mesmo espaço. Eni relatou que no município as mulheres são as mesmas, tanto do MMC como do Coletivo de Mulheres, e que as divisões ocupam apenas o campo político. Aproveitei para conversar com a Lourdes, que me levou até a sala, me mostrou os materiais que haviam conquistado para o preparo dos fitoterápicos e, também, o horto medicinal – localizado nos fundos do sindicato. Falei da minha pesquisa e ela quis gravar uma narrativa visual contando sobre o trabalho que elas realizam, os cursos que ministram e sua forma de organização.

Ao aproximar-se do meio-dia Eni me convidou para almoçar em sua casa. Durante o almoço contou sobre sua família, que estava feliz por conviver com a neta pequena. Eni reside no perímetro urbano, colocou à venda sua propriedade rural após ficar viúva. Atualmente mora no mesmo terreno que a filha mais velha, o que possibilita o convívio com a neta. A filha mais nova estava se preparando para prestar vestibular para o curso de medicina. Contou que ela tem problemas no coração e cresceu frequentando muitos hospitais para os tratamentos médicos.

No período da tarde conseguimos realizar a entrevista narrativa biográfica e gravamos a narrativa visual, com depoimentos sobre o papel das dirigentes sindicais e o seu trabalho no movimento sindical, com as principais lutas e conquistas. Ela sugeriu que eu entrevistasse a dona Hilga, por sua representatividade e apoio à formação do MMTR na região, na década de 1980. Comentou que ela havia trabalhado durante muito tempo como incentivadora das mulheres e que, para a compreensão do processo, seria importante conversar com ela. Dessa forma, me dirigi até o município de Sede Nova para conversar com a Hilga.

Chegando em Sede Nova fui informada que estava acontecendo uma reunião regional dos dirigentes sindicais da FETRAF-RS/CUT e fui até o local para acompanhar parte da atividade. Em seguida, fui ao encontro da Hilga, que me recebeu em sua casa. Tratou-me com cordialidade e a conversa durou várias horas. Iniciou relatando sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, principalmente, pela opressão sofrida. Trabalhava como professora rural e percebia que as famílias não enviavam as filhas para a escola com a justificativa de que elas não precisavam estudar, já que seriam donas de casa. Tentou mudar essa realidade sensibilizando as mães dos alunos que, por sua vez, também desabafavam sobre as próprias opressões sofridas em casa e na sociedade. Diante

da triste realidade, dona Hilga decidiu que após aposentar-se iria dedicar-se à causa das mulheres. Participando das pastorais, encontrou apoio junto às freiras, que iniciavam um processo de transformação interna na igreja. Assim, iniciaram a mobilização regional para a constituição do MMTR. Assim tornou-se dirigente do movimento e formadora das trabalhadoras rurais, ministrando cursos e palestras. Na localidade elas formaram a associação das Marcindas - iniciais dos nomes das fundadoras - composta por mulheres que trabalham com plantas medicinais, com sede própria, onde são realizados os encontros e os cursos de formação.

Realizadas as entrevistas na região Celeiro, que compreende o Território Noroeste Colonial, segui para os municípios que fazem parte da região Rio da Várzea, abrangidos pelo Território Médio Alto Uruguai e o Território da Produção. Inicialmente, fui ao Sintraf do município de Constantina para conversar com as mulheres. Chegando lá, a dirigente sindical Dilva já me aguardava para a entrevista. Anexo ao prédio do Sintraf também se encontra o espaço Vida Saudável, a farmacinha das mulheres, local onde elas realizam o preparo dos fitoterápicos, comercializam remédios naturais e fazem atendimentos. Iniciamos a entrevista narrativa na sala onde Dilva realiza os atendimentos de Iridologia. Após a entrevista ela me mostrou o espaço onde elas preparam os remédios e aí realizamos a narrativa visual. Depois levou-me até o horto medicinal, localizado num terreno particular, que possui uma guardiã que realiza o cultivo e manejo das plantas medicinais. Ficamos até o final da manhã conversando sobre as plantas e os benefícios de cada uma.

No período da tarde retornei ao Sintraf, conversei com os funcionários consultei os registros históricos, fotografias e documentos. Aproveitei para me “consultar” com a Dilva, pois estava viajando há alguns dias, com poucas horas de descanso. Ela me indicou alguns chás para aumentar minha imunidade: guaco, limão, gengibre e extrato de própolis, porque eu *aparentava um olhar cansado*. No final do dia fui à Câmara Municipal de Vereadores para me encontrar com a Cleusa, dirigente sindical e vereadora do município. Ela me convidou para acompanhar uma audiência pública sobre a ampliação do perímetro urbano municipal. Após a audiência fomos jantar e fui convidada a pernoitar em sua casa.

Acordamos antes do sol raiar, pois a Cleusa queria me mostrar sua produção agroecológica. Aprendi muitas coisas naquele curto espaço de tempo. Familiares realizavam a colheita da uva, momento em que foram captadas algumas narrativas visuais. De volta à Câmara de Vereadores, realizamos a entrevista narrativa biográfica.

Depois, Cleusa me levou ao Sintraf para entregar-me alguns materiais que foram produzidos pelo Coletivo de Mulheres. Despedi-me e segui viagem para Sarandi.

Durante o percurso fui acolhida na casa da presidente da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares de Sarandi e Região (COOPAFS), na cidade de Barra Funda, chamada Janete. Uma jovem mulher que eu havia conhecido nas feiras das agroindústrias familiares. Foi um momento agradável e de confraternização, com a oportunidade de conversar informalmente sobre sua trajetória pessoal, seus sonhos e lutas.

Na manhã seguinte desloquei-me até o município de Sarandi para entrevistar a Adriana que, atualmente, não atua no movimento sindical. Nos conhecemos quando ela atuava como coordenadora da COOPERHAF estadual, nos anos de 2011 e 2012. Conversamos durante a manhã sobre a Política Nacional de Habitação Rural e o projeto Caprichando a Morada. Gravamos, também, a narrativa visual com depoimento sobre esse período. Almocei com alguns dirigentes sindicais da FETRAF e da CRESOL, conversamos sobre a conjuntura política e os desafios do sindicalismo. Após o almoço retornei para minha casa, com rico material para ser analisado.

A terceira fase do campo de pesquisa foi na região Altos da Serra e Território Nordeste. Comecei no município de São João da Urtiga, onde fui acolhida na casa da dirigente sindical Delma. A família já me aguardava na rodoviária. Seu filho mais novo estava ansioso, pois o ônibus havia atrasado. Fui recebida com muito carinho, com um farto jantar para me recepcionar. Durante o jantar Delma relatou que já foi recepcionada inúmeras vezes pelas famílias dos companheiros durante sua atuação como dirigente sindical da FETRAF-SUL/CUT, disse que essa é uma prática recorrente no movimento sindical. Na manhã seguinte acompanhei Delma até o Sintraf, no qual ela desempenha a função de Coordenadora Geral. Realizamos a entrevista narrativa biográfica no final da manhã, momento em que o movimento de atendimento aos associados havia reduzido. Visitamos a Cresol para conversar com seu presidente, que relatou sobre a luta das entidades em defesa da agricultura familiar. Na parte da tarde visitamos a propriedade rural da família, onde conversamos com seu irmão que reside no local. Conheci a produção e, nesse momento, também realizamos a narrativa visual. No dia seguinte me desloquei para a localidade de Ibiaçá para entrevistar a dirigente sindical Andréia.

Chegando em Ibiaçá acompanhei a Andréia até o Sintraf. Ela me levou para conhecer o espaço onde as mulheres realizam o trabalho com plantas medicinais, disse que o trabalho é realizado pelo Coletivo de Mulheres e que, no momento, está se qualificando para desenvolver suas habilidades na saúde alternativa. No final do dia

dirigimo-nos até sua propriedade rural para que ela chegasse a tempo de ordenhar as vacas de leite. Depois disso fomos até a horta colher os alimentos que seriam preparados para o jantar, momento em que realizei algumas narrativas visuais. Já estava anoitecendo e a Andréia ainda não havia descansado. Entrou para a cozinha e iniciou o preparo da janta, enquanto lavava a louça acumulada. Conversamos boa parte do tempo sobre plantas medicinais e tratamentos alternativos. Após o jantar, mostrou-me os livros adquiridos sobre o assunto e os fitoterápicos que produz em casa. Disse que tanto a família quanto os animais da propriedade usam os fitoterápicos e a homeopatia. Na manhã seguinte, realizamos a entrevista narrativa e mais algumas narrativas visuais. No dia seguinte desloquei-me até Sananduva para entrevistar a dirigente sindical Vera.

Cheguei ao Sintraf Sananduva e a Vera já me aguardava. Iniciamos a entrevista narrativa que foi aprofundada com os registros históricos do Movimento de Mulheres da Roça. A Vera foi uma das principais lideranças na formação do MMTR na década de 1980 e atualmente, além de dirigente sindical da FETRAF, atua como Coordenadora Geral do Sintraf. Conversamos sobre as lutas das mulheres no movimento sindical, os desafios e as dificuldades atuais. Disse que o Coletivo de Mulheres realiza trabalho com plantas medicinais, seguimos até o espaço onde são preparados os remédios naturais e lá realizamos parte da narrativa visual. Vera me contou que essa regional está se mobilizando para retomar a organização coletiva dos movimentos sociais, prática que existia na década de 1980 e que era conduzida pela diocese e pelas pastorais sociais⁴⁴. A prática está sendo retomada devido à crise profunda dos movimentos sociais. Também conversei com alguns dirigentes sindicais da FETRAF e cooperativas locais. No final do dia retornei para casa.

A última fase das entrevistas foi realizada na região e Território Alto Uruguai. Desloquei-me até Erechim para conversar com as dirigentes sindicais do SUTRAF-AU e fui acolhida na casa da jovem Taíse, onde pernoitei após viagem. Na manhã seguinte nos dirigimos até o SUTRAF, local de trabalho da dirigente sindical Juraci, conhecida também como “Jura”. Ela me aguardava para realizarmos a entrevista narrativa biográfica. Encaminhamo-nos até uma sala e iniciei o processo de gravação. Após alguns minutos percebi que o gravador não estava funcionando corretamente, ajustei o aparelho,

⁴⁴ Na década de 1980 criaram o Fórum Regional de Desenvolvimento, mas tarde renomeado com o nome de Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável Dom Orlando Dotti, em homenagem ao bispo de Vacaria, hoje emérito, que leva o mesmo nome e que estimulou a organização das pastorais e movimentos sociais na região e no Estado.

mas novamente começou a falhar. Fiquei nervosa com o problema técnico, mas a Jura me acalmou e passamos para a próxima etapa, a narrativa visual. Gravamos seu depoimento sobre a retomada do Coletivo de Mulheres, como se organizam em nível regional e como é o seu trabalho de presidenta da Cooperativa de Desenvolvimento Regional Ltda (COOPERFAMÍLIA)⁴⁵. Retomamos o processo de gravação da entrevista narrativa com o meu celular. Depois fui convidada para almoçar com os funcionários do SUTRAF, que organizaram um almoço coletivo.

Na parte da tarde a Jura me deu carona até a propriedade rural da Marlene, liderança sindical na época da retomada do sindicato e formação do MMTR. Atualmente a Marlene realiza trabalho na produção orgânica de uvas e na agroindústria familiar. Realizei entrevista em profundidade com a Marlene. Ela me relatou a trajetória passada do movimento sindical, a Jura e a Taíse fazem parte da nova geração de sindicalistas. Visitamos as instalações da agroindústria e a adega de vinhos produzidos e comercializados pela família. Após retornarmos para o SUTRAF, no final do dia, realizei entrevista com a Taíse que, em narrativa visual, comentou a importância do Coletivo para a vida das mulheres.

No meu roteiro também estava agendada uma visita ao município de Aratiba, para entrevistar a Márcia, filha da liderança sindical Paulina Balen, que eu havia conhecido no II Encontro de Mulheres Agriculturas Familiares. Devido aos compromissos da interlocutora não foi possível realizar a entrevista naquele momento. Encontramo-nos alguns meses depois na cidade de Porto Alegre, durante o intervalo da aula de mestrado da Márcia, na escola de enfermagem da UFRGS. Também entrei em contato com algumas lideranças do MMTR, que foram indicadas pelas próprias entrevistadas, mas não obtive sucesso, visto que não atuam mais no movimento sindical e/ou não residem nos municípios. Ressalto que durante todo o percurso da pesquisa também conversei com alguns homens dirigentes sindicais, que complementaram as informações, principalmente, no que diz respeito à constituição da FETRAF-SUL/CUT, do momento político e organizacional, de maneira que eu pudesse compreender a conjuntura macro.

⁴⁵ A COOPERFAMILIA foi fundada em 25 de junho de 2005, por agricultores familiares do SUTRAF-AU. Atualmente possui um quadro de 611 associados e associadas. Seu objetivo é contribuir com o desenvolvimento regional da agricultura familiar, atuando na execução de políticas públicas, tais como, mercados institucionais Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e Restaurante Universitário da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). Também atua na compra e venda de produtos da agricultura familiar em feira permanente na sede da Cooperativa.

Essa etapa das entrevistas narrativas biográficas teve como norte o sistema de relevâncias dos sujeitos em seu cotidiano, extrapolando o instrumento investigativo. Em conformidade com Susin, isso foi importante para que eu pudesse refletir minha postura como investigadora dentro de um ambiente de confiança que foi criado em cada momento das entrevistas (SUSIN, 2014). Como pode ser observado, não foram realizadas apenas entrevistas, mas foi estabelecido um convívio mínimo com as dirigentes sindicais, compartilhando refeições, caronas e hospedagens. Dessa maneira pude adentrar no universo íntimo e familiar de muitas delas, gerando os laços necessários para estabelecer a confiança entre pesquisadora e interlocutoras. Também neste relato inicial destaco a diversidade de ambientes e realidades. É o retrato, ou metáfora do universo de pesquisa, do que está por detrás do rótulo de dirigentes sindicais, fato que me trouxe a elas. Portanto, falar deste universo implica ter em conta que se trata de conjugar o trabalho de dirigentes e produtoras rurais que exercem os cuidados da família, executam atividades múltiplas e organizam seu tempo na realização de diferentes tarefas em ambientes diversos. Igualmente requer ter sensibilidade para perceber a outra e tranquilizá-la em momentos de aflição, como foi quando percebi que meu gravador estava com problemas. No entanto, implica também em reconhecer que as mulheres estão a relatar capítulos importantes de suas histórias e da história do movimento sindical no RS. Dessa forma, antes de adentrarmos nas narrativas biográficas trazemos um pouco do contexto geral no qual se inserem as narrativas das interlocutoras.

4.2 NOVO SINDICALISMO: O CASO DA FETRAF-SUL E DA FETRAF-RS

A partir da década de 1990 as organizações sociais rurais passavam por um período de reformulação de suas ações, mobilizações e intervenções, surgindo uma emergência por um novo sindicalismo rural. Como relatado na seção anterior, as diferenças de condução e de ideias fez com que as divergências internas do sindicalismo rural viessem à tona e, no campo dos “Rurais da CUT” duas organizações surgiram, uma com viés mais combativo, criado em 1997, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). E no ano de 2001 surgiu a FETRAF-SUL/CUT, com um viés mais propositivo e de diálogo com os governos (COLETTI, 1998; FAVARETO, 2001:2006; MEDEIROS, 1997:2004; PICOLOTTO, 2009:2011; RODRIGUES, 2007).

A arena de criação da FETRAF-SUL/CUT acompanhava um descontentamento por parte dos dirigentes sindicais dentro do sindicalismo tradicional das FETAGS nos três estados do sul. O sindicalismo combativo não vislumbrava mais espaços para construir alternativas e dialogar, tão pouco para disputar e conquistar espaços nas direções. Com base nesta avaliação, este segmento sindical decidiu criar uma nova estrutura sindical para colocar em prática novas propostas de organização e ação sindical para o campo, por meio da criação da FETRAF-SUL, que abrangia os três estados do sul.

Na cidade de Chapecó/SC, no dia 28 de março de 2001, com aproximadamente dois mil participantes, dentre eles, delegados, convidados e observadores, foi constituída a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil. Entidade sindical, orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT), com uma base aproximada de 288 municípios, dentre eles, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Agricultura Familiar (SINTRAFs), Associação dos Agricultores Familiares (ASSAF) e Associação dos Pecuaristas de Agricultores Familiares (ASSINTRAFs). Nacionalmente este segmento sindical cutista passou a articular-se na Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL/CUT), criada em 2004 (BOLTER, 2013).

Desde sua constituição a entidade possuía como linha ideológica a defesa da agricultura familiar, soberania alimentar e a construção de um “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário” (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001, 2002). Entre seus objetivos destacam-se:

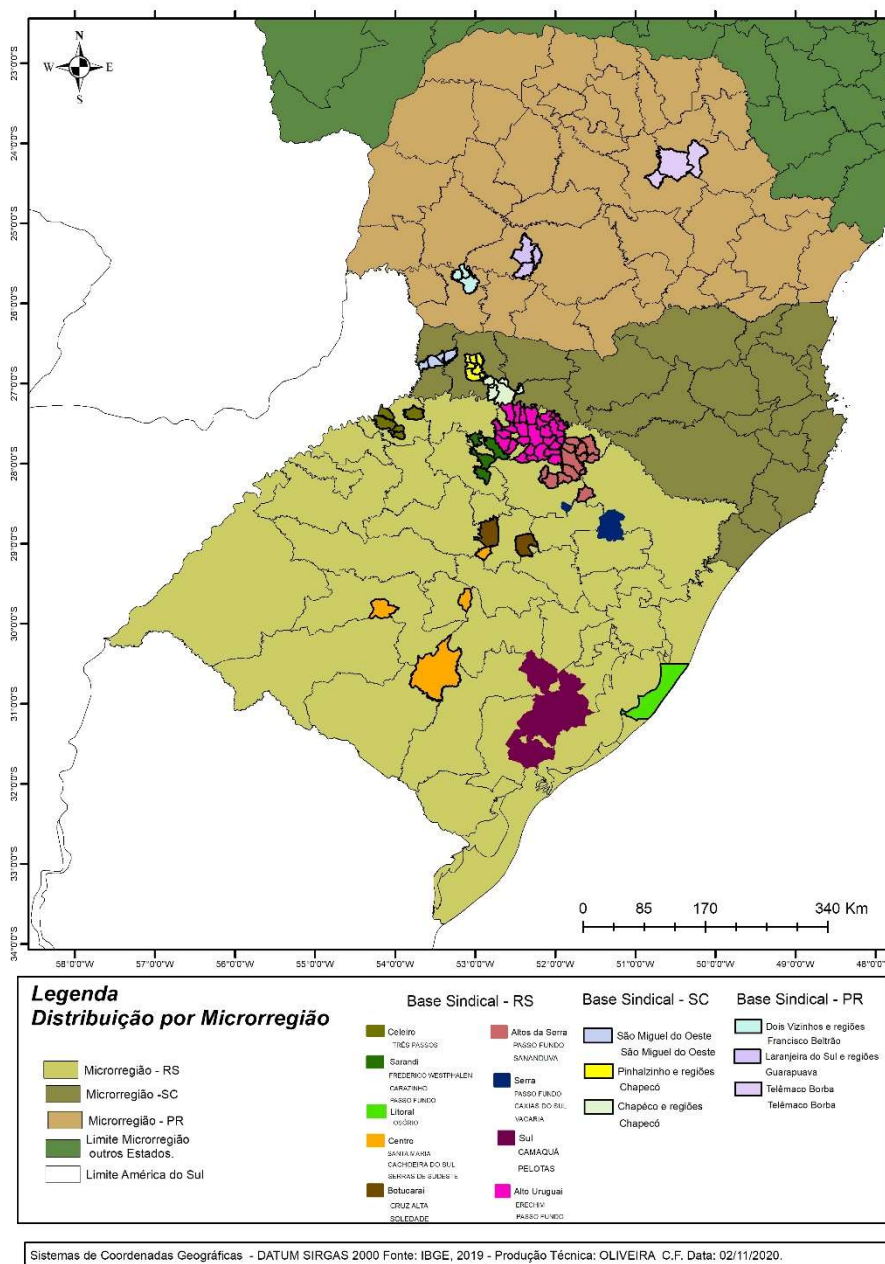
1- articular os trabalhadores da agricultura familiar em torno dos sindicatos, fortalecendo-os em sua representatividade; 2- ser um espaço representativo dos agricultores e agricultoras nas negociações com os governos municipais, estaduais e federal; 3- organizar projetos alternativos nas diversas áreas; 4- ter uma prática não simplesmente assistencialista; 5- debater com a sociedade a importância da agricultura familiar; 6- implantar um sindicalismo novo, classista, democrático, massivo e propositivo, com capacidade de organização nas comunidades e municípios, de mobilização e pressão por melhores condições de vida e de elaboração e negociação de políticas com o Estado e a sociedade; 7- articular as propostas do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário; 8- organizar os espaços regionais, criando sindicatos regionais estruturados em novas funções e princípios, enraizados na base, por meio de grupos de produção, núcleos comunitários, associações e cooperativas (FETRAF-SUL/CUT, 2001).

É relevante mencionar que o novo modo de se articular no campo do sindicalismo rural perpassava também pelas estruturas operacionais e organizativas. Como a entidade sindical abrangia três estados, as ações eram divididas em três níveis. Segundo Bolter

(2013), o primeiro deles era o “local”, com ações em torno do município, e regional no caso das associações, neste espaço circulavam os agricultores e os dirigentes locais. No segundo nível, o “regional/estadual”, no qual circulavam os dirigentes sindicais, presidentes, coordenadores municipais ou regionais dos sindicatos e associações; nesta instância ocorriam as ações estaduais, as definições da forma de agir e pautar as demandas, simultaneamente com os diferentes governos estaduais e contextos. E, por último, o nível “regional/sul”, com a circulação dos dirigentes regionais/estaduais, com demandas e pautas da região sul e nacionais.

Quanto à organização interna, como a representação sindical se dava a partir dos três estados, a direção também se denominava Regional Sul, composta com representação dos três estados. Cada estado definia uma coordenação estadual, com a função de representar as demandas estaduais, e coordenações regionais/municipais, com a função de coordenar as ações dos sindicatos regionais/locais.

Figura 3. Área de abrangência da FETRAF-SUL (2001-2013)



Fonte: Produção Técnica OLIVEIRA (2020).

O formato de organização e a dinâmica de atuação foram fundamentais para o engajamento de sua base, constituída por agricultores familiares. O modo como estavam presentes em nível local e em constante diálogo com a base proporcionou uma reestruturação dos sindicatos e coordenações, ocorrendo um processo de rejuvenescimento das lideranças. Nesse processo, inúmeras mulheres assumiram o papel de dirigentes sindicais e passaram a atuar nos processos organizativo, político e

institucional, conforme evidenciam as narrativas das dirigentes sindicais nas seções subsequentes.

Cleonice, atual dirigente da FETRAF, iniciou sua atuação na juventude rural, na época em que o sindicato era filiado à FETAG. Atuou como coordenadora regional da juventude aos 16 anos e participou da Comissão Estadual de Jovens da FETAG. Ela relembra que na época os jovens rurais buscavam acesso à terra através de políticas públicas, mobilizando um contingente de jovens em todo o país. Relata que o trabalho gerava muito conflito interno com a direção da entidade sindical, pois os jovens buscavam autonomia no trabalho e na organização das lutas. E os dirigentes sindicais mais velhos eram lentos e desempenhavam uma política mais tradicional no movimento sindical, com poucas mulheres nas direções e presidências dos sindicatos, com exceção de um número mais expressivo que se encontrava na comissão de jovens. A partir desse descontentamento a sindicalista iniciou sua aproximação com a FETRAF-SUL em 2001, que inclusive realizava o contraponto ao sindicalismo tradicional, que “muitas vezes se acomodava perante as pautas dos agricultores”.

Inicialmente ela participou de forma individual, depois o sindicato de Tiradentes do Sul, do qual faz parte, somou-se nas ações da FETRAF-SUL. No trecho ela ressalta as principais diferenças entre as entidades sindicais.

Na FETRAF era diferente, tínhamos muito apoio da direção para organização da juventude, essa era uma das grandes diferenças na época, assim, que nos fez optar, em buscar esse novo sindicalismo, uma forma diferente de organização, de luta em defesa dos agricultores, acho que foi uma das coisas que marcou na época, o incentivo (ENTREVISTA COM CLEONICE, 2019).

A dirigente sindical Delma relatou a construção da FETRAF-SUL na região Altos da Serra, sobretudo no município de São João da Urtiga. Ela iniciou sua atuação nas Escolas Eclesiais de base, na época que o município ainda não possuía sindicato, pois pertencia ao município de Paim Filho. Iniciaram com um grupo de mulheres ligado ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com forte apoio da Igreja Católica. Quando o município se emancipou, em 1989, criaram o sindicato dos trabalhadores rurais. No trecho a seguir ela relata sobre o processo de criação da FETRAF-SUL.

A partir dos encontros da agricultura familiar surgiu a FETRAF. A gente já tinha uma construção nos três estados do sul, com encontros, debates e mobilizações. Em 1989 nos filiamos à CUT - já antes de começar a FETRAF - a gente já era filiado na Central Única. Nós tínhamos aqui no estado do RS o Departamento Rural da CUT, que eram dirigentes sindicais de todo estado que

se reuniam para debater os temas da CUT e do movimento sindical. Mas em SC também tinha uma organização mais estadual e no PR também. A partir dali é que nós começamos a discutir que tínhamos uma agricultura semelhante, os problemas eram semelhantes e a gente foi construindo uma relação de encontros da agricultura familiar nos três estados do sul, com juventude, mulheres e agricultores. Fomos debatendo esse tema da criação da FETRAF. Mas a criação da FETRAF surgiu junto com os projetos a partir de 2002 a 2004, quando nós ganhamos o governo federal a gente foi organizando projetos (ENTREVISTA COM DELMA, 2019).

A narrativa da Delma mostra como foi a construção da FETRAF-SUL/CUT, a partir do Departamento Rural da CUT. Um elemento importante, aglutinador dos três estados do sul do país no processo de construção da entidade sindical, foram as semelhanças da agricultura e as dificuldades enfrentadas. Ela ainda ressalta a elaboração de “projetos”, que na presente tese são abordados a partir da identificação das estratégias de organização das lutas, que são os projetos Terra Solidária, Habitação Rural e Crédito Fundiário, dentre outros.

A atuação dos dirigentes sindicais baseava-se na realização de assembleias locais dos sindicatos e das associações, participação em audiências públicas e seções nas câmaras de vereadores, para buscar apoio institucional e defesa das suas demandas e representação nas diferentes discussões que ocorriam no município e na região. Para além disso, atuavam em conselhos estaduais, reuniões, debates e audiências públicas em nível estadual, realizando a defesa das demandas discutidas em nível local. A federação, por estar organizada nos três estados do sul do país, possuía um maior respaldo na defesa de suas demandas em nível nacional. Os dirigentes sindicais que atuavam na esfera nacional desenvolveram habilidades para representar a categoria junto ao poder Executivo, participavam de audiências com governadores, secretários, ministros, deputados, senadores, e em muitos momentos, com a Presidência da República (BOLTER, 2013).

Muitos dirigentes sindicais, por sua atuação pública, acabavam desenvolvendo aptidões para representar a agricultura familiar nos poderes legislativos e no executivo municipal, concorrendo a cargos de vereadores e prefeitos e deputados. Mesmo nas diferentes funções, estes atores sociais atuavam na defesa da categoria que representam, contando com apoio da base. Essa forma de atuação fez com que inúmeras políticas públicas para a agricultura familiar fossem defendidas ativamente no processo político e institucional dos municípios, estados e do governo federal, uma vez que o poder de agência desses atores mobilizou um contingente de ações na arena pública.

Entre as dirigentes sindicais entrevistadas que disputaram cargos para vereadora, uma delas foi a Cleonice, que se candidatou no ano de 2004, sendo eleita a vereadora

mais jovem do município, com apenas 21 anos. Em 2018 foi procurada para concorrer a deputada estadual, o que não se concretizou, vindo a ser eleita suplente de senadora do senador Paulo Paim (PT), em 2019. Sobre o processo da sua inserção na política, segue trecho da narrativa.

Em 2004, eu fui convidada pelo PT, tinha me filiado em 2003 no partido, para ser candidata, porque precisava de uma cota mínima de 30% das mulheres. Fui candidata muito no sentido de contribuir com o partido e também para ter a cota mínima. Isso até o pessoal é contra a questão das cotas das mulheres, eu sempre digo assim, isso são questões importantes porque teve espaços que fui para direções, até mesmo como candidata a vereadora, pela questão da cota. Claro que a gente fez campanha, eu me elegi o que foi uma surpresa para mim, pois fui no sentido de contribuir com o partido, de construir. Na época não tinha candidato de oposição à atual administração, que nós achávamos que não era a melhor administração, desta forma, construímos um grupo de oposição. E para isso precisava ter um número x de candidatos a vereadores e precisava de 30% de mulheres e me convidaram, para representar a juventude, enfim, eu tinha 21 anos e fui para a campanha e acabei me elegendo. Fui a vereadora mais jovem do nosso município, com 21 anos me elegi vereadora e a segunda mulher eleita no município. Até então só tinha elegido uma mulher, em 2000. Durante quatro anos não tinha nenhuma mulher na Câmara de Vereadores e em 2004 eu me elegi a mais jovem e a única mulher que se elegeu. Foi uma experiência positiva para mim, apesar de ter sido uma surpresa, não acreditava que ia me eleger e me elegi vereadora e fiquei nesse mandato durante quatro anos. Depois concorri à reeleição, até não me elegi por algumas divergências, por dentro da família, que tinha duas candidatas, a minha irmã também foi candidata como vereadora e acabei não me reelegendo. Mas por outro lado, isso fez com que eu fosse para a direção da FETRAF-SUL, se tivesse continuado como vereadora ficaria mais no município, numa atuação mais local. E como não me elegi, então eu fui também para a direção, a partir disso, fui para a direção da FETRAF-SUL. E ao longo desses anos a gente sempre teve uma atuação no movimento sindical e que acaba participando da vida política, porque hoje não tem como dizer que a política não interfere na nossa vida, ela interfere muito, nas nossas pautas e nos projetos naquilo que defendemos, tudo depende da política (ENTREVISTA COM CLEONICE, 2019).

Este trecho da narrativa tem uma série de significados para além da disputa de cargos públicos e de representatividade das mulheres na política, por incorporar a discussão das cotas para mulheres, tanto nas eleições como nas direções dos sindicatos. Muitas vezes as mulheres são convidadas apenas para cumprir a regra – dos 30% - sem efetivamente assumirem o espaço de poder, infelizmente, é uma prática corriqueira nas diversas organizações. No caso em questão, a disputa ao cargo público realmente se efetivou e a dirigente sindical exerceu seu mandato.

Outras dirigentes sindicais também concorreram ao cargo de vereadoras, como a Cleusa, do município de Constantina, que foi desafiada a concorrer no ano de 2008, mas no momento não se sentia preparada para tal função. No ano de 2012 ela concorreu pela

primeira vez e se elegeu como a quarta vereadora mais votada do município. Ela comenta que mesmo desempenhando a cargo de vereadora continuou atuando no sindicato.

Quando eu concorri à vereadora as entidades me apoiaram. Em 2016 eu fui para reeleição, daí me elegi de novo. Em 2012 nós perdemos a administração, ficamos com três vereadores na Câmara. Daí, em 2016 nós ganhamos a eleição no município, por 38 votos de diferença e eu fui a única vereadora do PT na Câmara e como líder do governo. Em todo o momento eu sempre defendi a agricultura familiar. Nós criamos o Conselho Municipal das Mulheres, disputa muito grande, porque aqui a visão que nós tínhamos sobre o conselho da mulher era uma e da administração era outra, e eles nos viam como inimigos e não como alguém que pudesse ajudar, reflete muito a questão da politicagem. A gente sofreu muito para formar o conselho da mulher, foi muito trabalhoso, dificultoso, eles só queriam colocar a política no meio. Eu trouxe para o município a Coordenadoria da Mulher, toda a estrutura, porque no Estado se criou uma política com o Governo Federal, veio todo o kit para a Coordenadoria Municipal da Mulher. Nós fizemos a Conferência das Mulheres aqui. Sempre estivemos pautando a questão das mulheres, uma das grandes lutas minhas era para que se tornasse uma política municipal as práticas integrativas complementares (ENTREVISTA COM CLEUSA, 2019).

A dirigente sindical ressalta a arena de disputa política no município e as pautas defendidas para as mulheres, que ocorreram devido à sua atuação no espaço de poder e de representação, criando assim, o Conselho Municipal da Mulher e demais projetos que foram desenvolvidos. Cleusa ressalta que a ocupação das mulheres na política é primordial para que as pautas e reivindicações específicas sejam discutidas e defendidas nos espaços públicos.

Também a dirigente sindical Dilva foi eleita vereadora no município de Novo Xingu (2017-2020), aos 72 anos, representando as mulheres aposentadas e atuando na defesa dos agricultores familiares e práticas alternativas de saúde, com uma larga trajetória de trabalho sindical e com plantas medicinais.

A participação das dirigentes sindicais nos cargos públicos aciona a luta por justiça através da representação, redistribuição e reconhecimento. De acordo com Fraser (2009), é importante que grupos não predominantes, que muitas vezes nem mesmo estão presentes nas estruturas representativas da organização social tenham representatividade. Portanto, a representação está acoplada à dimensão política da justiça, que tem como papel garantir canais para que as demandas possam ser manifestadas e os conflitos sociais equacionados e, quem sabe, solucionados. Outro aspecto que vem à tona é a importância das políticas públicas específicas para as mulheres. Conforme Fraser (2001), as injustiças ocorrem tanto no nível cultural como econômico. Assim, para enfrentar a injustiça econômica é necessária uma reestruturação via políticas de redistribuição, já para reparar

as injustiças culturais é necessária uma mudança simbólica, através de uma política de reconhecimento.

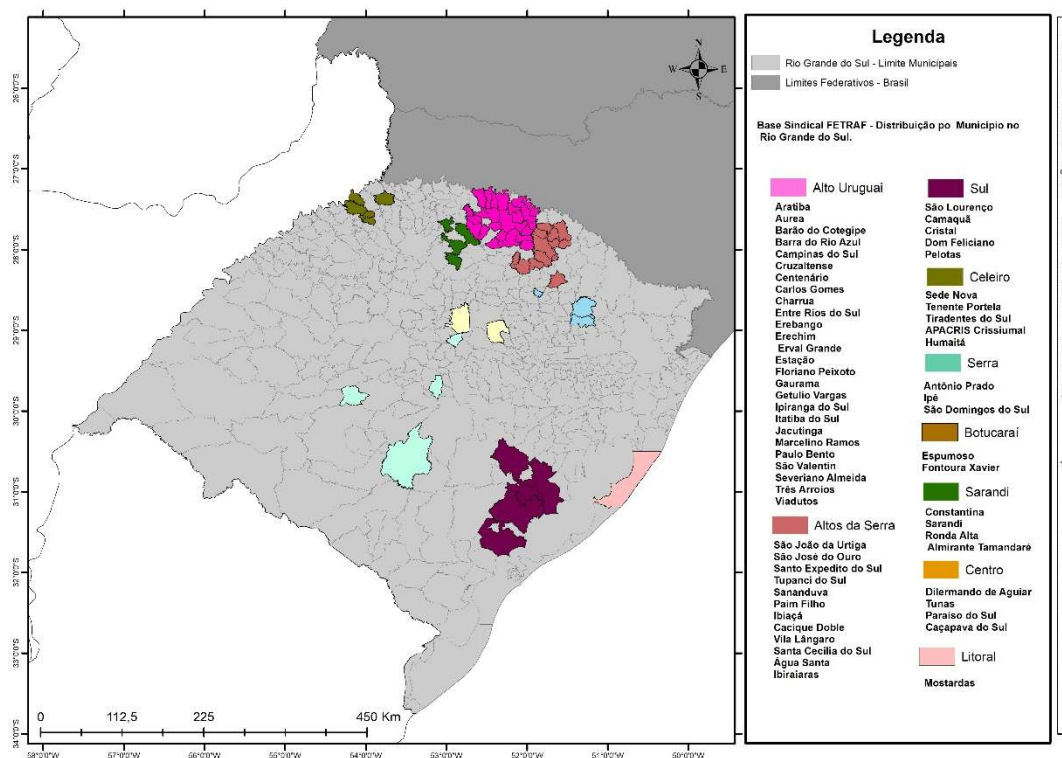
Outra ação desempenhada pelos diferentes atores da federação sindical foi a articulação e criação de inúmeras cooperativas e associações de crédito, produção, comercialização e prestação de serviços ligadas às organizações sindicais da agricultura familiar. E o papel dos Sintrafs e coordenações locais vai além da atuação de uma representação social e organizacional e alcança a criação e gestão das diferentes organizações. A FETRAF-SUL atuou fortemente nas diferentes localidades na organização social e, no processo de reivindicação, proposição e cogestão de políticas e programas voltados à agricultura familiar nas diferentes organizações que foram criadas.

A FETRAF-SUL, enquanto entidade representativa dos três estados do sul, teve sua atuação de 2001 até 2013. A partir de 2014 ela dissolveu-se e deu lugar à criação das federações estaduais nos três estados, que passaram a atuar baseadas nos mesmos princípios e estratégias de organização das lutas. Dessa forma, faz-se necessário explicitar a reformulação da “nova” entidade estadual.

No dia 15 de agosto de 2014⁴⁶, na cidade de Sananduva/RS foi constituída a FETRAF-RS/CUT, no I Encontro da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul, com a presença de representações de 114 municípios de nove regiões gaúchas, com uma base social de aproximadamente 90 mil famílias, conforme a Figura 4.

⁴⁶ Cabe ressaltar que o ano de 2014 foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, com o intuito de fortalecer a legitimidade e a importância estratégica da agricultura familiar para a inclusão produtiva, a segurança alimentar e nutricional e a erradicação da pobreza no mundo.

Figura 4. Base sindical da FETRAF-RS/CUT (2014-2018)



Fonte: Produção Técnica OLIVEIRA(2020).

Na assembleia geral de fundação a entidade se denominou representante oficial da agricultura familiar no RS. Conforme a dirigente Cleonice (primeira Coordenadora Geral eleita), a fundação da federação estadual foi fruto do processo de reorganização da FETRAF-SUL, que a partir de então deixou de existir, mediante a priorização da organização das instâncias estaduais da Federação nos três estados do sul.

Outro ponto a ser enfatizado é que em nível nacional também ocorreram mudanças organizacionais. Em 2016 a FETRAF-BRASIL/CUT deu lugar à criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONTRAF BRASIL/CUT⁴⁷.

Quanto à estrutura organizacional interna, a Confederação conta com as seguintes coordenações: coordenação geral⁴⁸, coordenação de finanças e secretaria geral,

⁴⁷ Seus objetivos principais são: “Fortalecer e ampliar a representação dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil; Unificar a ação sindical cutista, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar; Construir um projeto de desenvolvimento Sustentável e Solidário. A Confederação trabalha com os princípios de liberdade de expressão, pela democracia e por mais espaço de participação” (CONTRAF BRASIL/CUT, 2020).

⁴⁸ Dos anos 2014 a 2016 o cargo foi ocupado pela dirigente sindical Cleonice Back. Já, no II Congresso da FETRAF-RS, realizado no dia 27 de junho de 2017, na cidade de Passo Fundo/RS, foi eleito o dirigente sindical Rui Valença.

coordenação da juventude, coordenação de gênero, coordenação de organização sindical, coordenação de formação e comunicação, coordenação de organização socioeconômica, coordenação de infraestrutura e habitação, coordenação de meio ambiente, coordenação de políticas sociais, suplência da direção e conselho fiscal. Cabe destacar que cada gestão tem duração de três anos, após é realizado novo congresso para a eleição de nova direção.

Para a construção da FETRAF-RS foram realizados oito seminários temáticos durante o ano de 2014, sendo eles: juventude e sucessão; gênero; conflitos agrários; infraestrutura, meio ambiente e Cadastro Ambiental Rural (CAR); comercialização e produção; políticas sociais e previdência e; organização sindical. Os seminários tiveram como objetivo aglutinar as propostas para a elaboração das linhas de atuação da nova entidade.

A construção da plataforma institucional ocorre via o “Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para a Agricultura Familiar”, apontado como um dos grandes objetivos e desafios da nova entidade, de acordo com Cleonice. Cabe ressaltar que o “projeto” é defendido desde a constituição da FETRAF-SUL.

A partir da análise do texto que esmiúça o “Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para a Agricultura Familiar”⁴⁹, a concepção de desenvolvimento se constitui como um processo integral e integrador, em constante construção pelos sujeitos sociais, na busca da melhoria da qualidade de vida no campo. Em sua fundamentação, a FETRAF-RS assume o posicionamento de contrapor-se às formas capitalistas de exploração do capital sobre o ser humano, entendendo que é necessário apresentar propostas na lógica inversa do atual modelo de desenvolvimento econômico. Também defende um Estado forte e que defenda o desenvolvimento dos cidadãos. Ressalta que o sucesso da agricultura familiar depende de um projeto de desenvolvimento que precisa ser construído nos debates, implementado com disputa política e visualizado em uma nova base sustentável e orgânica/agroecológica. E reconhece a tendência por produtos ecológicos, pois aumentou a consciência dos consumidores apontando para um potencial para agricultura familiar do mundo.

O documento de referência também aponta várias estratégias para o fortalecimento institucional e a ação da FETRAF: realizar formação que a escola formal não realiza, demonstrando interesse em retomar o processo iniciado pelo Terra Solidária;

⁴⁹ Disponibilizado pela dirigente sindical Cleonice Back para fins de pesquisa documental.

ter parcerias nas discussões e implementação de um novo processo de desenvolvimento e; criar instrumentos de assistência técnica.

A concepção da FETRAF-RS acentua a importância de implementar uma agricultura familiar sustentável e agroecológica, que produza alimentos saudáveis e preserve o meio ambiente e a geração de renda para as famílias. Nessa construção ela também identifica dois grandes desafios, quais sejam: a produção agroecológica e a reprodução do atual modelo de produção de *commodities*. Dessa forma, as discussões apontam que a FETRAF-RS deve assumir o papel de defesa da agroecologia na sua essência e sua implementação enquanto projeto de desenvolvimento sustentável.

A FETRAF-RS aponta alguns desafios para implementar a agroecologia na sua base, tais como: formação de consciência do agricultor e da agricultora, através do “convencimento” com base em conhecimentos que já existem; focalização na formação e na produção de forma diferenciada, demonstrando que a produção convencional não dá conta das necessidades dos agricultores e fortalece a exclusão social; e defesa da produção de alimentos saudáveis, mediante um olhar mais sistêmico para a realidade e o futuro, resgatando valores culturais, fatores sociais, ambientais e econômicos na produção de alimentos.

Quanto aos desafios identificados para a implementação da agroecologia enquanto Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, são citados: a busca de parcerias e ajuda na elaboração e construção de políticas públicas diferenciadas para a agroecologia; comprometer os governos com esta forma saudável e sustentável de produção de alimentos e ampla divulgação da produção agroecológica, capacitação para agricultores, adequação do sistema educacional e melhorias nos instrumentos de crédito (PRONAF) e formação (PRONATEC). A FETRAF reconhece que não cabe mais apresentar medidas pontuais e setORIZADAS, mas há a necessidade de ações e políticas estruturantes e impactantes que fortaleçam a proposta de desenvolvimento.

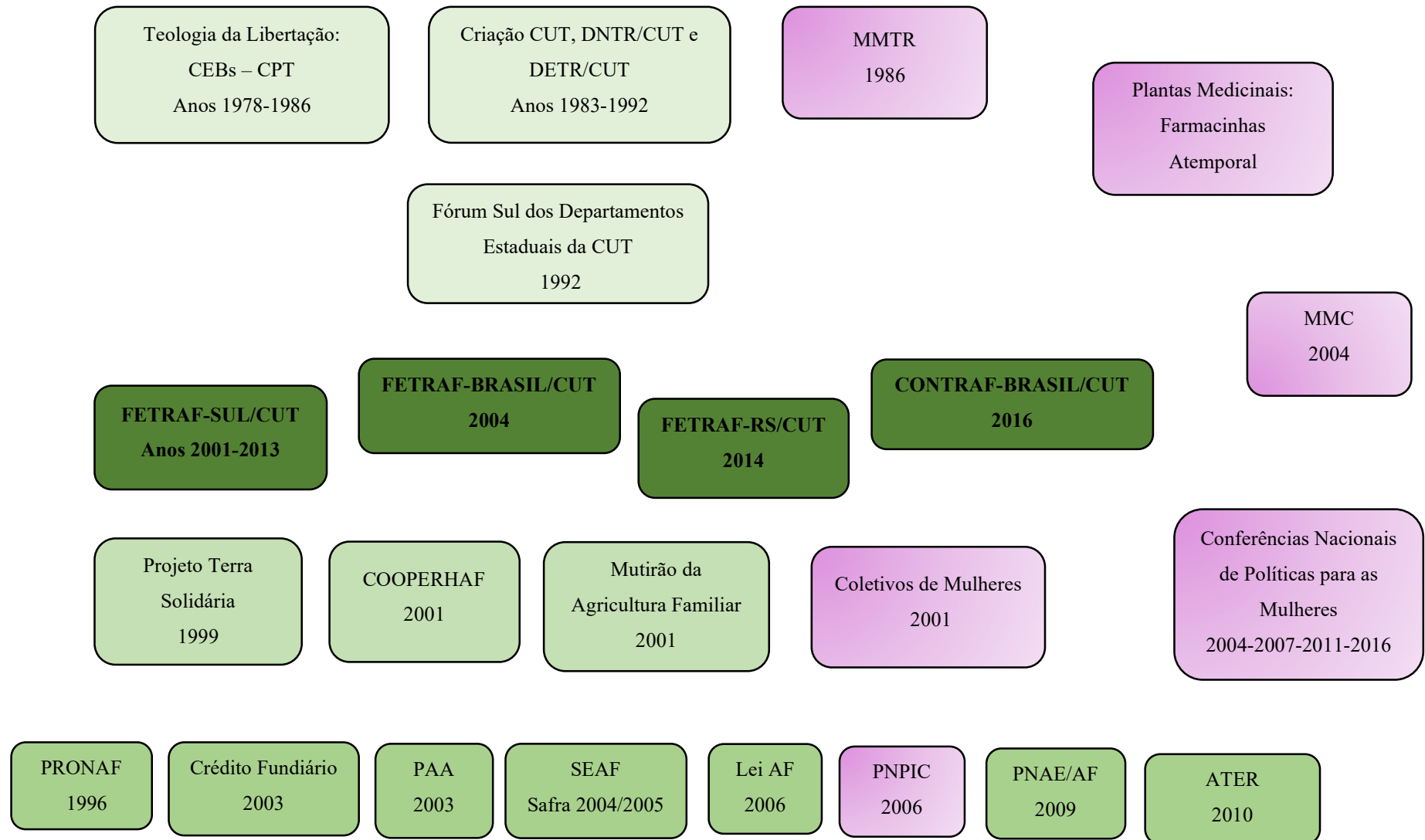
Dessa forma, os desafios apontam para dois caminhos que devem ser construídos no nível da base do movimento, através dos Mutirões da Agricultura Familiar. Num primeiro momento cabe realizar a reflexão interna para averiguar se o sindicalismo tem condições de dar conta das pautas e num segundo momento averiguar qual será o novo cenário para a agricultura familiar e qual será o sindicato do futuro. Isto requer discutir o papel do Estado/Governos no processo de regulamentação e construção de políticas públicas estruturantes, mediante a regulação e dinamização do processo de desenvolvimento, mas também do sindicalismo e suas alianças estratégicas, assumindo-

se postura de elaborar, propor, negociar, mobilizar, fiscalizar e realizar a pressão quando necessário. Isto posto, a FETRAF-RS assume para si novos desafios para a transformação das relações entre agricultura familiar e a sociedade, vislumbrados na plataforma institucional que se dá através do Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

Ressalta-se que desde a criação da FETRAF-SUL a entidade contou com parceiros estratégicos que reafirmaram seu apoio institucional quando da criação da federação estadual. Dentre eles constam a cooperativa de crédito CRESOL, que conta com inúmeros associados da base da Federação, como também inúmeras cooperativas de produção, ONGs, universidades públicas e apoiadores políticos. Aliado a isto, as estratégias de organização das lutas incrementadas desde o início dos anos 2000 retornam como ferramenta de diálogo na nova Federação.

A seguir serão elucidadas as principais estratégias de organização e de lutas da FETRAF-SUL (dos anos 2001 a 2013) e da FETRAF-RS (a partir de 2014 até os dias atuais), cuja ênfase também foi identificada a partir das entrevistas narrativas biográficas. Antes, porém, para encerrar esta seção, cabe apresentar um quadro sintético (Quadro 3) dos eventos citados, dos quais as estratégias fazem parte, levantados nos documentos e na bibliografia consultada sobre a FETRAF.

Quadro 3. Esquema temporal das principais entidades e políticas mencionadas



4.3 PROJETO TERRA SOLIDÁRIA: EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO

Dentro do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário a FETRAF elege a bandeira da educação, devido à concepção de ser uma estratégia de mudança do modelo de desenvolvimento rural, articulada com a formação de uma nova ação sindical, passe por uma formulação metodológica de educação para jovens e adultos que considere a realidade das famílias agricultoras e valorize o saber camponês. Dessa forma, a FETRAF propõe a adoção do Projeto Terra Solidária como um programa que articule a escolarização em nível fundamental, a capacitação profissional e a formação política dos agricultores e agricultoras.

Este projeto resgatava uma proposta criada em 1999, pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT - anterior à criação da FETRAF-SUL, em parceria com a Escola Sindical Sul e o Departamento e Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER). Inicialmente o projeto contava com recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador no âmbito do Plano Nacional de Formação Profissional, por meio de parceria com os governos federal e dos três estados da região Sul, sendo executado até 2006 (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001, 2002). Sua base legal estava ancorada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB)⁵⁰, que prevê a criação de formas alternativas de acesso à educação básica para jovens e adultos, focada naqueles que não a completaram na idade própria, respeitando as características, interesses, condições de vida e de trabalho, incluindo as peculiaridades do meio rural (BRASIL, 1996).

A proposta abarcava um curso de duração de 900 horas, desenvolvido em 18 meses, no modo da alternância, ou seja, previa atividades presenciais em “sala de aula” e “oficinas pedagógicas”, que envolviam a família, comunidade, instituições e sociedade civil, com objetivo de geração de emprego e renda na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário. Ao final, os participantes recebiam a certificação em nível de Ensino Fundamental com a terminologia “agentes de desenvolvimento”. A proposta curricular previa um currículo integrado, articulando a formação fundamental e a qualificação profissional, num processo de ação-reflexão-ação, envolvendo as dimensões da prática social, do mundo do trabalho e do conhecimento geral. No currículo, o eixo

⁵⁰ Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

central focava na “História do desenvolvimento agrário no Brasil e a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário” (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001).

Segundo a autora Beduschi (2003), o Projeto Terra Solidária foi elaborado a partir de um diagnóstico desfavorável da situação socioeconômica da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, especialmente devido às condições sociais face ao baixo nível de escolarização desses agricultores familiares. A realidade rural era de empobrecimento devido às estratégias adotadas para aumentar a produtividade na agricultura brasileira, fazendo com que ocorresse a diminuição do número de estabelecimentos. Ainda, segundo a autora, entre os anos de 1985 e 1995, na região sul, houve uma redução de 20% dos estabelecimentos rurais e se as tendências de desenvolvimento rural não fossem alteradas ocorreria uma exclusão da produção agrícola e comercial de aproximadamente 250 mil pessoas, num horizonte de cinco a dez anos, somente no Oeste catarinense. Aliado a isso, outras situações preocupavam, tais como o êxodo rural, o desemprego nas cidades e a mudança na dinâmica dos fluxos migratórios, fazendo crescer as atividades não agrícolas e o subemprego ou desemprego nas áreas rurais (BEDUSCHI, 2003).

O objetivo geral do Projeto visava “estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como base a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas; a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um modelo tecnológico baseado em princípios agroecológicos” (CUT, 1998, p. 3). E seus objetivos específicos eram:

desenvolver uma metodologia de educação e formação profissional rural considerando as necessidades do público envolvido e o educando em sua integralidade de ser humano; ampliar e articular iniciativas locais inovadoras que visam a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável e solidário e desenvolver atividades de formação de agricultores(as) familiares e assalariados rurais equivalentes ao ensino fundamental e médio (com certificação de primeiro e segundo graus), alfabetização de adultos e capacitação profissional visando a reestruturação dos sistemas de produção e desenvolvimento sustentável e solidário (CUT, 1998, p. 03).

Vale ressaltar que a certificação de Ensino Fundamental era efetuada pelo sistema das escolas técnicas federais, embora a CUT mantivesse a autonomia na execução dos programas, como também na negociação com o Governo Federal e os estados. O público prioritário era focado em agricultores e agricultoras familiares, por compreender-se a agricultura familiar como base para a construção de um modelo alternativo para o rural brasileiro. Segundo o Projeto, o público era constituído de

agricultores(as) familiares excluídos ou em fase de exclusão dos processos produtivos e do mercado (incluindo todos os membros das famílias); agricultores alvo dos programas públicos (PRONAF); grupos, associações e cooperativas de agricultores; assalariados rurais com risco de perda de emprego; pessoas residentes no meio rural desocupadas ou em subempregos; dirigentes sindicais, educadores e profissionais envolvidos do referido programa; Instituições públicas, Comissões Municipais e Estaduais de Emprego e Desenvolvimento (com prioridade para os municípios beneficiados pelo PRONAF), Prefeituras e Universidades (CUT, 1998, p. 03).

O projeto foi uma das principais ferramentas de qualificação e formação dos dirigentes sindicais, bem como dos seus funcionários e colaboradores. Com o objetivo de formar multiplicadores sociais, a educação enquanto ferramenta possibilitou o aperfeiçoamento das lideranças e a formação em diferentes temas (TODIN, 2013)

Apesar da estrutura curricular estar organizada na problematização do desenvolvimento agrário, eixos temáticos agregavam conhecimentos em diversas áreas, como: Ciências Sociais (Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Política); Ciências Naturais (Química, Física e Biologia); Linguagens (Língua Portuguesa, Artes e Língua Estrangeira) e Matemática. Além disso, os conhecimentos a serem trabalhados nos 18 meses estavam organizados nas seguintes unidades de ensino: apresentação do Projeto: Em Chão que se Planta Educação Colhe-se uma Terra Solidária; Cultura, Etnia e Identidade; Agricultura Familiar, Origens e Conceitos; Agricultura Familiar, Potenciais e Limites; Sistemas de Produção; Sistemas Agroecológicos de Produção; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho; Desenvolvimento: origens e conceitos; Desenvolvimento Sustentável e Solidário; Políticas Públicas; Instrumentos de Políticas Públicas; Relações Sociais; Manejo Agroecológico e Sustentabilidade; Socioeconômica Solidária; Cooperação; Gestão para Grupos de Cooperação; Mercado e Agregação de Valor; Crédito e Cooperativas de Crédito; Projeto de Desenvolvimento Local e Avaliação e Sistematização (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2000).

Pode-se destacar o caráter multidisciplinar da proposta e as discussões temáticas, sobretudo para o eixo “Relações Sociais”, no qual foram contemplados gênero, papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres, a tripla jornada das mulheres na produção familiar rural, machismo na sociedade, políticas públicas específicas, bem como a discussão sobre sexo e as diferenças físicas de cada corpo (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2000).

As discussões realizadas no eixo temático sobre relações sociais, gênero e geração são pautas defendidas historicamente pelos movimentos, especialmente pelo Movimento

de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que passaram a integrar o currículo. Dessa forma, a formação das lideranças sindicais, tanto homens como mulheres, buscou introduzir uma nova visão sobre as relações sociais, tentando desconstruir a ideia da condição subordinada das mulheres rurais. Das quatorze dirigentes sindicais entrevistadas para a presente tese, apenas quatro não participaram do processo de formação do Projeto Terra Solidária. Isto despertou para o processo de constituição de representantes e lideranças femininas.

Outro elemento importante a ser destacado é que através do Projeto consolidou-se um importante espaço para a reflexão e mobilização do sindicalismo cutista. Foi escolhido o Congresso de fundação da FETRAF-SUL para o momento de diplomação dos participantes do Projeto. O simbolismo daquele ato demonstrou para a sociedade que a Federação tinha respaldo e consistência para se consolidar⁵¹, com formados com aporte qualificado para debater a agricultura familiar pelo viés sindical.

Assim, o Projeto Terra Solidária foi fundamental para a criação da FETRAF-SUL, cuja estruturação do Projeto contemplou os níveis profissional e político-sindical e se estendeu até 2006. Na sequência ocorreu sua reformulação e ele foi direcionado exclusivamente para a formação de lideranças da juventude rural, recebendo o nome de Consórcio Social da Juventude Rural. A mudança de foco se deu devido à diminuição do analfabetismo no campo e a conquista de melhores condições econômicas dos agricultores, por meio da política de crédito acessível para a maioria. Entretanto, uma das questões emergentes focava-se na construção e renovação das lideranças, uma vez que boa parte dos participantes se tornaram lideranças nas bases sindicais (TODIN, 2013)

A FETRAF-SUL já adotava ações e estratégias para a renovação através dos “Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar da FETRAF-SUL/CUT”, realizados nos três estados da região sul a cada dois anos. Num desses encontros, realizado em Concórdia/SC, em abril de 2011, discutiu-se “geração de trabalho e renda, educação e sucessão familiar”. A partir dele surgiu a demanda para um novo curso de formação que contemplasse os três temas. A Federação avaliou que ele só seria viável se tivesse o público jovem, recurso financeiro e uma instituição oficial para efetuar tal formação.

⁵¹ No período anterior à constituição da FETRAF-SUL havia disputas políticas entre o Fórum Sul da CUT e a CONTAG, com diversas barreiras à criação de uma nova organização de representação da agricultura familiar. Pois, a legislação sindical não permitia a existência de uma federação sindical representante de três estados, nem a agregação de outras organizações além de sindicatos, como organizações sindicais, cooperativas de crédito, de produção, associações e ONGs, dentre outras (BITTENCOURT, 2000).

Após amplo processo de negociações, estabeleceu-se que os jovens viriam da base social da Federação, a instituição oficial encarregada seria a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)⁵² e o recurso para o financiamento viria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O projeto se popularizou como “Juventude Semeando Terra Solidária (JSTS)”, mas oficialmente recebeu o nome de “Curso de Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica”.

Segundo Burg *et al.* (2013, p. 17), o curso foi constituído com objetivo de “construir espaços de formação e organização da juventude da agricultura familiar, a partir da afirmação e valorização do espaço rural, tendo em vista sua permanência no campo com renda, educação e qualidade de vida”.

A articulação com a UFFS deu-se porque havia interesses comuns, uma vez que a criação da universidade ocorreu em articulação com os movimentos sociais, tanto no planejamento como na composição dos conselhos internos da instituição. Um dos entraves era o financiamento dos referidos cursos. Inicialmente o MDA assumiu o amparo financeiro, mas com sua extinção as federações estaduais acionaram diferentes estratégias para continuar o projeto. No estado de Santa Catarina, por exemplo, foi mobilizado o apoio de cooperativas como o sistema CRESOL CENTRAL, CRESOL SICOPER, COOPERHAF e cooperativas filiadas à União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), que passaram a compor o público prioritário do curso. Além disso também contaram com o apoio financeiro de emenda parlamentar⁵³.

4.4 MUTIRÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Uma importante ferramenta de luta da FETRAF é o Mutirão da Agricultura Familiar, tempo especial destinado pelos dirigentes sindicais para a realização do trabalho de base. Os sindicalistas deslocam-se até as comunidades rurais para apresentar o acúmulo das ações realizadas e discutir os problemas vividos pelos agricultores do

⁵² Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino superior pública, popular e de qualidade. Criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, a UFFS abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul.

⁵³ O curso foi viabilizado a partir de Emenda Parlamentar do deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), com o valor aproximado de R\$ 100 mil.

município e construir as principais pautas das lutas que serão demandadas aos diferentes órgãos públicos.

Conforme Picolotto (2011), a construção do Mutirão de animação de base foi anterior à constituição da Federação sindical, iniciado em 1996, pelo Fórum Sul dos Rurais com apoio da Escola Sindical Sul da CUT, do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) e do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). Contou com um amplo conjunto de atividades realizadas com o objetivo de reconstruir a relação entre a direção e a base, inverter o processo de elaboração das pautas, preparar as lutas, disseminar o projeto da CUT para o campo e iniciar a construção de uma metodologia diferente de formação para os rurais.

Para se ter uma noção da dimensão dos mutirões, Aguiar (1998) aponta que foram realizadas seis etapas entre os anos de 1996 e 1997, contendo: curso de preparação de monitores, realização do I Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul, semanas sindicais com inúmeras comunidades rurais do Sul, plenárias municipais, plenárias estaduais e, por fim, plenária do Fórum Sul.

A mobilização realizada pelo sindicalismo foi foco de investigação de Aguiar (1998), que buscou compreender os artifícios usados para fazer a ampla mobilização da base. Segundo o autor, as semanas sindicais tinham como foco de discussão os problemas dos agricultores do município e a construção de indicativos e pautas de luta, o que motivou muitos agricultores, principalmente os mais ativos na vida comunitária e sindical, a realizarem debates em suas comunidades. Outro fator interessante era a participação obrigatória de dirigentes sindicais de fora do município, além dos locais, ocasionando uma integração entre as regiões do Sul e suas lideranças. Isso proporcionava uma ampliação dos debates sobre os problemas que afetavam a região, além provocar os dirigentes a saírem da rotina sindical local e do paroquialismo.

Os trabalhos coletivos que alcançavam o plano organizacional da FETRAF através da realização dos Mutirões da Agricultura Familiar foram essenciais para o diálogo com a base e a construção das pautas, sendo realizados anualmente até o ano de 2010. Na sequência passaram a ser denominados “Programa do Tacho”, pois a programação envolvia um almoço comunitário com comida de tacho - recipiente retangular - no qual era preparado o arroz carreteiro pelos agricultores familiares (CONTI, 2016).

A realização dos encontros do Programa do Tacho era organizada nos três primeiros meses do ano, mantendo a dinâmica de integração entre os dirigentes sindicais

de outros locais, envolvendo as comunidades e dialogando com os associados das organizações filiadas. Além das famílias agricultoras, lideranças, apoiadores e mediadores também participavam dos encontros, ocorrendo uma dinamização de lideranças, com palestras e momentos de formação para qualificar o debate e propor pautas de reivindicação para os governos federal e estadual.

De acordo com Conti (2016), os “Mutirões” eram inspirados nas ideias inovadoras da Teologia da Libertação e da Educação Popular, com objetivo de organizar as bases a partir da solidariedade das comunidades. O autor também menciona que a mudança de terminologia de “Mutirão” para “Programa do Tacho” foi motivada pelos programas de políticas públicas em que a organização se encontrava envolta.

Para exemplificar,

O Mutirão é uma metodologia que tem a pretensão de demonstrar que as pessoas têm capacidade e poder. Que os dirigentes e lideranças têm condições de desenvolver e conduzir ações e de alcançar os objetivos a que se propõem. Que as famílias, os agricultores e agricultoras têm capacidade e poder para se autovalorizar e organizar. Que as comunidades têm capacidade e poder de demonstrar sua força e de implementar suas potencialidades (FETRAF-SUL, 2007, p. 06).

O poder de agência configurado na construção de propostas de políticas públicas para a agricultura familiar a partir das bases é um diferencial que acompanha a Federação desde sua constituição. Em nível nacional a FETRAF-BRASIL⁵⁴, a partir de 2008, organiza a Jornada Nacional de Lutas da Agricultura Familiar, “concebida como um amplo processo de participação social em um repertório que envolve construção, mobilização, negociação e execução das agendas e políticas de interesse da categoria” (CONTI, 2016, p. 138).

Devido à FEFRAF-SUL e à FEFRAF-BRASIL estarem alinhadas em suas ações e por existir um rodízio de liderança, as principais reivindicações e pautas nacionais foram influenciados pelos dirigentes sindicais do Sul, sobretudo nos primeiros anos. Sobre as demandas da base, nos primeiros anos da FETRAF-SUL os principais problemas enfrentados e identificados pelos agricultores familiares foram relativos a crédito, seguro agrícola, garantia de renda, renegociação de dívidas e habitação rural, com forte viés econômico (CONTI, 2016).

⁵⁴ A CONTAG realiza o Grito da Terra, iniciado em 1994, por um conjunto de organizações sociais e convocado pelas centrais CONTAG e DNTR/CUT. Com a desfiliação da CONTAG da CUT, em 2009, o Grito segue sendo organizado pela CONTAG e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Um momento forte de reivindicação na trajetória da entidade foi motivado pelas fortes estiagens que ocorreram no Estado, provocando grandes mobilizações, com trancamento de pontes e prisão de dirigentes sindicais. Elas foram importantes para a consolidação do Seguro Agrícola, que beneficiaria os agricultores desde o final da década de 1990. De acordo, Delma (dirigente sindical presa durante uma mobilização por causa da seca no ano de 2002)⁵⁵, as secas se tornavam cada vez mais fortes e consecutivas, afetando milhares de agricultores com perda total da produção.

Alguns anos seguintes as secas continuaram afetando os agricultores familiares do Estado. Porém, diferentemente do passado, a nova conjuntura política era de diálogo com os governos do PT e as pautas de reivindicações eram elaboradas e construídas com apoio político. Isso ocorreu durante o período em que Tarso Genro governou o Estado (2011 a 2015), que foi criado o Cartão Emergencial Rural, conhecido também como Cartão Estiagem, destinado às famílias que sofreram perda total ou parcial da produção no ano de 2012. O cartão era nominal, no valor de R\$ 500,00 por família assentada e quilombola e, de R\$ 400,00 para famílias de agricultores familiares. O valor era destinado à compra de insumos agrícolas, alimentação humana e animal nos municípios que decretaram situação de emergência devido à seca. Dessa forma também entrou na pauta de reivindicações da já criada FETRAF-RS o apelo para a construção de políticas estruturais para enfrentar a problemática da estiagem.

Antes de encaminhar suas pautas para os governo estadual e federal a FETRAF-RS organiza uma agenda de atividades iniciadas no início do ano. Conforme planejamento interno, a direção estadual estabeleceu ações em um cronograma que visavam desde reunião da direção geral, plenária estadual, plenária da FETRAF-BRASIL até reuniões com ministros. Observa-se que os Mutirões da Agricultura Familiar continuam mobilizando a base até os dias atuais, ocorrendo momentos de formação com parceiros políticos, como também cursos de formação em áreas temáticas como, por exemplo, com a juventude. Outros temas também mobilizaram ações específicas, como plenárias para discutir a problemática do leite⁵⁶, o Espaço de Comercialização da

⁵⁵ Tema que será abordado no Capítulo 6.

⁵⁶ Em 2014 o setor leiteiro foi fortemente impactado com a falência e a recuperação judicial de um conjunto de empresas do setor e cerealistas. Consequentemente, com o fim do recolhimento do leite nas propriedades, ocorreu atraso nos pagamentos e em alguns casos até mesmo o calote nos produtores. Aliado a isto, ocorreu a operação Leite Compensado, desencadeada pelo MAPA e o Ministério Público, que identificou fraudes dos transportadores e das indústrias, com adição de água e ureia (que contém formol) ao leite dos produtores, gerando uma crise no setor produtivo e impactando diretamente os pequenos produtores.

Economia Solidária⁵⁷, a participação em feiras, crédito fundiário e campanhas de sindicalização.

4.5 COOPERHAF: A COOPERATIVA QUE NASCEU NO PORÃO DO SINDICATO

QR Code 2. A Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar



Uma das principais políticas públicas executadas pela FETRAF-SUL foi a Política Nacional de Habitação Rural (PNHR). Para compreender este processo é importante contextualizar o histórico do seu surgimento e como ele impactou a vida das famílias beneficiadas e a atuação das dirigentes sindicais.

A Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar (COOPERHAF) foi criada em 2001 por um grupo de agricultores e agricultoras do Sintraf de Sarandi, que inicialmente teve o propósito de operacionalizar o projeto piloto de habitação rural instituído pelo governo do estado do Rio Grande do Sul.

O Programa de Habitação Rural do Rio Grande do Sul (PHRRS), instituído em 1999, pelo governo Olívio Dutra, teve como propósito atender a uma demanda social apresentada pelas principais organizações sociais rurais existentes no Estado naquele período. Já, no ano de 2003 o Programa foi reivindicado junto ao governo federal, sendo criado inicialmente o Programa de Habitação Rural (PHR), que ficou vinculado ao Programa Nacional de Habitação (PNH), operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Em 2009 o PHR sofreu uma reformulação e foi transformado em Política Nacional de Habitação Rural (PNHR), passando a integrar o Programa Minha Casa

⁵⁷ Espaço de comercialização dos produtos das agroindústrias familiares, situado no centro de Porto Alegre/RS.

Minha Vida, junto ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal (BOLTER, 2013).

Conforme Adriana, que atuou como coordenadora estadual da COOPERHAF a partir do ano de 2006, a Cooperativa nasceu no porão do sindicato, motivada pelo desejo de melhorar a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras. Para ela, como se deu atenção para as políticas de crédito, como o PRONAF, a realidade de muitos agricultores era de galpões, chiqueiros e paióis⁵⁸ melhores que a própria habitação. Muitos demandavam a criação de um financiamento para reformar as casas no meio rural, até então inexistente. A partir disso os dirigentes sindicais da FETRAF-SUL, juntamente com a FETAG e o MPA, reivindicaram do governo do Estado uma política pública específica para a habitação rural em pleno contexto de crise social no meio rural, somado a sucessivos períodos de estiagem que assolavam o meio rural. Conforme uma entrevistada:

O governo no Estado orientou para criar uma ferramenta, pois o recurso público eles garantiam. Desta forma criaram a cooperativa e os projetos começaram a nascer. A partir disso, a primeira demanda foi de 370 projetos distribuídos no RS, para serem feitas algumas experiências. No começo vinha R\$ 1.500 reais para fazer o banheiro dentro de casa. Ninguém tinha no interior, todo mundo usava as patentes. Tinham um chuveirinho separado para o banho e era isso que tinham. E R\$ 3.000 mil reais para quem precisasse fazer uma casa nova. Imagina isso há 19 anos atrás. O pessoal fez as casas, fez os banheiros, e os projetos foram andando. A partir daí o governo viu que dava para fazer (ENTREVISTA COM ADRIANA, 2019).

Conforme mencionado, a Cooperativa iniciou sua operacionalização no RS em 2001, mais tarde a política se tornou nacional e passou a ser operacionalizada por um conjunto de organizações⁵⁹ para além da FETRAF-SUL. Como a atuação da entidade sindical se dava nos três estados do sul, a Cooperativa ampliou sua área de atuação para toda a base à medida que a política se tornou nacional. A organização interna da COOPERHAF se dava nos mesmos moldes da FETRAF-SUL, ou seja, havia uma coordenação geral que abrangia os três estados do sul e cada estado possuía a sua coordenação estadual para operacionalizar os projetos de habitação rural.

⁵⁸ Expressão utilizada por pequenos produtores rurais para se referir a uma construção utilizada como depósito de produtos provenientes da lavoura.

⁵⁹ Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COHAF), criada em março de 2002, com atuação nas áreas de abrangência dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados à FETAG-RS; Sistema de Cooperativa de Crédito Rural (CRENNOR), constituída em 1996 para operacionalizar políticas e programas de crédito rural, que em 2001 passou também a operacionalizar os programas de habitação rural; COOPERHAF, dentre outras.

O PNHR teve como meta inicial a construção/reforma de 60 mil casas em quatro anos, sendo que nos dois primeiros anos (2010/2011) foram realizados 25 mil contratos, dos quais aproximadamente quatro mil (em torno de 16%) foram contratados pela COOPERHAF (BOLTER, 2013, p. 45).

Para se ter uma dimensão da transformação ocorrida nos municípios que passaram a operacionalizar a política pública de habitação rural, no município de São João da Urtiga, com uma população total de 4.726 habitantes, com 2.435 no meio rural foram realizadas aproximadamente 400 reformas nas casas. Segundo a dirigente sindical Delma, no município havia aproximadamente 800 propriedades rurais, das quais 50% foram beneficiadas pela política pública, além da operacionalização do Crédito Fundiário⁶⁰ que era destinado para aquisição de terras.

Sobre a atuação da dirigente sindical e a operacionalização da política de habitação rural e crédito fundiário, segue trecho da entrevista com Delma:

Fazíamos todos os projetos, além do projeto social trabalhávamos na reforma ou construção da casa nova. Fazíamos todos os projetos de agricultura, trabalhava muito a questão da horta, da produção para subsistência, ia lá para a propriedade ajudar a fazer os canteiros, levava as mudas de salada, fazia o plantio em conjunto na propriedade, colocava a mão na massa. Ia acompanhar a construção ou reforma e, ao mesmo tempo a gente trabalhava o projeto social. Quando terminava a reforma a gente ia lá e fazia o jardim, “Caprichando a Morada”. Eu fiz muito disso, além de ser dirigente sindical ia na casa dos agricultores ajudar na prática. Fazer acontecer. [...]. Acessamos muita política de crédito fundiário, eu ia lá para o meio da roça junto com os agricultores, porque tinha que tirar os pontos de GPS, os marcos da terra, eu ia junto com o pessoal, colocava umas botas. Tudo isso tinha a ver comigo, o lá e o aqui, o administrar aqui a política sindical, toda ação e atividade, como também, pensar lá fora, o lado econômico da agricultura (ENTREVISTA COM DELMA, 2020).

Sobre o problema social de não possuir uma habitação adequada e o estímulo para trabalhar em prol da operacionalização da política, a dirigente sindical Cleonice fez um depoimento que marcou sua trajetória.

Eu nunca me esqueço de um depoimento de uma mãe, que depois que ela tinha feita a casa nova, podia dormir tranquila e sossegada no inverno. Porque de noite, quando tinham a casa velha, uma casa de madeira com muitos buracos, entrava vento gelado e ela tinha medo dos filhos congelarem de tanto frio. E não tinha muitas cobertas, ela dizia. Agora com a casa boa, aconchegante, mesmo sendo uma casa pequena, não tinha medo dos filhos passarem frio no inverno. E mesma coisa, banheiro dentro de casa, muitos agricultores não tinham acesso a banheiro, né. Não tinha isso na casa ainda, então esse programa mudou muito a realidade do campo (ENTREVISTA COM CLEONICE, 2020).

⁶⁰ O Programa Nacional de Crédito Fundiário faz parte de PNCF que oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra possam comprar imóvel rural por meio de financiamento.

A COOPERHAF não se contentou em apenas reformar ou construir novas moradias. Assim, criou o projeto Caprichando a Morada, que oferecia apoio para a implementação de jardins, hortas, plantio de árvores frutíferas e produção de alimentos para subsistência, visando a segurança alimentar e nutricional e os cuidados do meio ambiente, através do abastecimento de água, saneamento básico e destino adequado do lixo. A metodologia utilizada dava ênfase à construção da moradia de forma integrada, buscando na família a centralização dos trabalhos. Além disso, o projeto previa a capacitação das famílias a partir de diferentes cadernos metodológicos, com temas como: orientações para a construção habitacional; organização, cooperativismo e associativismo na agricultura familiar; construindo um ambiente saudável e sustentável e; gestão financeira e social da propriedade (BOLTER, 2013).

De acordo com Adriana, as pessoas envolvidas na COOPERHAF sempre lutaram por questões para além da casa e incentivavam a realização de melhorias em toda a propriedade rural. E a organização do jardim, das árvores frutíferas e horta era uma questão de embelezamento da propriedade, mas sobretudo, para garantir a subsistência das famílias, que muitas vezes não possuíam esses alimentos para o consumo.

Outra questão que chamou atenção dos envolvidos com a política de habitação rural diz respeito a um aspecto cultural, que é o banheiro dentro das residências. Conforme Adriana, este foi um fator a ser trabalhado com as famílias que culturalmente possuíam os banheiros – conhecidos por patentes – longe da residência e que passaram a ser construídos internamente com os novos projetos de habitação. Os projetos de habitação financiados pela Caixa Econômica Federal não aceitavam a construção de banheiros externos às residências, o que ocasionou alguns momentos de tensões. “Em Tiradentes do Sul um agricultor queria brigar porque ele não queria fazer fossa dentro de casa, onde já se viu fazer a patente dentro de casa. Era o que eles conheciam né”, comenta Adriana. O trabalho das dirigentes sindicais visava não apenas a realização dos projetos, mas também o trabalho de mudança cultural.

Adriana relatou com orgulho que a COOPERHAF foi premiada como um dos melhores projetos sociais do hemisfério sul, através do “Caprichando a Morada”, no ano de 2009, com o Prêmio Mundial de Tecnologia Social em Habitação, concedido pela ONG britânica *Building and Social Housing Foundation* (BSHF), entidade ligada à ONU.

O trabalho de embelezando da propriedade e de produção para subsistência resgatava o trabalho familiar, mas principalmente das mulheres, a partir de metodologias

ativas. Conforme Adriana, esse trabalho envolvia diversos atores sociais como a COOPERHAF, o Coletivo de Mulheres do sindicato e extensionistas rurais da EMATER/ASCAR-RS. Menciona que as mulheres foram as responsáveis e as pioneiras nas melhorias ao redor da casa, como cultivar uma “horta caprichada”, colocando o protagonismo na produção de alimentos próximo do consumo. O projeto e os parceiros auxiliaram na visibilidade deste trabalho e demonstraram que produzir os principais alimentos para subsistência gerava economia familiar.

Um dos exemplos foi a realização do trabalho com o Coletivo de Mulheres, denominado de Projeto Mulher, na cidade de Sarandi/RS, que consistia em dois momentos de formação. No primeiro, era realizada formação sobre temas relacionados às questões de gênero e empoderamento feminino. No segundo momento eram realizadas atividades sobre produção de alimentos para a subsistência e economia familiar. Esse consistia em solicitar para as agricultoras familiares elaborassem uma lista com todos os alimentos produzidos na propriedade e depois se dirigissem ao mercado mais próximo para realizar pesquisa de preço. No retorno realizavam cálculos sobre os alimentos produzidos e os gastos por mês caso precisassem adquiri-los. Isso gerava debates para além da alimentação, tais como sobre a produção de sabão caseiro, que a maioria comprava e que podia ser produzido em casa. As conclusões dessa atividade induziam à valorização do trabalho de produção de alimentos, uma vez que o cálculo do que produziam e deixavam de comprar no mercado girava em torno de um salário mínimo por membro da família. Adriana relata que as mulheres saíam entusiasmadas desses momentos de formação.

No início do projeto social Caprichando a Morada foi constatado que a realidade de muitas famílias era de insegurança alimentar e nutricional, pois deixavam de produzir alimentos considerados básicos para o preparo alimentar tais como, temperos, condimentos e saladas, e passavam a compra-los nos supermercados, quando tinham condições financeiras. Dessa forma, houve uma mudança no cuidado em torno da casa.

Adriana relatou mais um trabalho que era realizado e que impactava na forma como os agricultores enxergavam suas propriedades, que consistia na realização de fotos em toda a propriedade (com a devida autorização). Após era realizado um momento para visualizar as fotos. Segundo ela, “as fotos tinham o poder de mostrar o que os olhos muitas vezes não enxergam”. Em uma das experiências, foi relatado, “Meu Deus aquele galão de veneno lá jogado, minha nossa senhora” ... “aquele esgoto escorrendo”. A demonstração dos possíveis problemas não era encarada de maneira negativa, mas sim,

era realizado trabalho com as famílias para fazer a recuperação e melhorias sustentáveis em toda a propriedade rural. Em muitas comunidades, a partir desse trabalho foram criadas “propriedades modelo”, com integração de outras famílias que vinham para trocar experiências.

Quanto ao questionamento sobre a casa e seu entorno serem os últimos locais a ganharem atenção das políticas públicas, se havia alguma relação com o fato do “lar” ser atribuído socialmente como espaço da mulher, a entrevistada relatada o seguinte:

Não, eu acho que não era tão assim, essa questão do machismo. O que acontecia, os programas que existiam para ajudar o homem rural, só tinha para esse ramo, nunca para casa, nunca antes se teve essa preocupação, em melhorar a casa. Um pouco é cultural, a gente nunca se preocupa em resolver a casa, porque a casa não dá dinheiro, né. Então tu vais resolver o que te dá dinheiro e depois o que não te dá um retorno, entre aspas, porque se tu moras num lugar que te deixa feliz, que te deixa tranquilo e confortável, consequentemente não ganha em espécie, mas vai ganhar em saúde, em bem-estar, qualidade de vida. Eu vejo nesse sentido (ENTREVISTA COM ADRIANA, 2019).

Na citação acima é possível identificar alguns elementos importantes para análise, tais como aspectos culturais, onde a entrevistada acredita que ao postergar a atenção com a casa se deu ênfase a fatores econômicos. Inicialmente os agricultores reivindicaram crédito e subsídios para garantir a produção agrícola, ao passo que ao reformar ou construir novas moradias a família ganhou em bem-estar e qualidade de vida. Tais afirmações reforçam a ideia de separação entre os espaços doméstico e produtivo, ocorrendo, consequentemente, a divisão entre o trabalho produtivo e não-produtivo, separação que teria iniciado com o processo de modernização, de acordo com Saffioti (1976).

Indiscutivelmente, a atuação das dirigentes sindicais, sobretudo a partir do projeto Caprichando a Morada, foi fundamental para resgatar o trabalho frente à produção de alimentos para a subsistência e o embelezamento da propriedade (organização de quintais, floreiras e cuidados com o ambiente). No caso do projeto em questão, esse trabalho era desenvolvido por toda a família, com visível valorização e protagonismo das mulheres. Ou seja, o cuidado para com a produção de alimentos de subsistência e o embelezamento da propriedade contribuiu para o resgate do protagonismo das mulheres perante a família e a recuperação de sua autoestima e a valorizando de sua força de trabalho.

4.6 COLETIVO DE MULHERES

A trajetória das mulheres da agricultura familiar da região sul do país é marcada pela construção e fundação da FETRAF-SUL/CUT. Muitas delas estiveram presentes desde a constituição da Federação até a proposição de uma organização específica, denominada de “espaço das mulheres” e originando o surgimento dos Coletivos de Mulheres.

QR Code 3. Coletivo de Mulheres



A proposição para a criação dos Coletivos de Mulheres ocorreu no I Congresso da FETRAF-SUL, no ano de 2001, na cidade de Chapecó/SC, com a participação de aproximadamente duas mil pessoas. Dessa forma, as sindicalistas dos três estados do sul saíram do I Congresso com a tarefa de construir o novo espaço específico das agriculturas familiares.

Vale ressaltar que muitas sindicalistas, principalmente as do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, haviam participado da fundação do MMTR e da Organização das Mulheres Agricultoras na década de 1980. Essas lideranças carregavam em sua bagagem um histórico de lutas por reconhecimento social, mobilizações e reivindicações por direitos e políticas públicas para as mulheres rurais. Mas entre elas também estava uma nova geração de agricultoras familiares sindicalistas que ainda não haviam participado de movimentos específicos de mulheres.

Outro fator importante a ser ressaltado é que a Federação é uma entidade orgânica da Central Única dos Trabalhadores, tornando-se um instrumento a serviço dos agricultores familiares e da classe trabalhadora. Na sua gênese a discussão de gênero deve ocorrer de forma integrada com a luta de classes.

Quanto à estrutura organizativa dos Coletivos, enquanto existia a FETRAF-SUL os coletivos se organizavam por dentro dessa estrutura n nos três estados. Cada estado era encarregado de articular, nos seus municípios, as agricultoras familiares da base sindical. Com a transformação da Federação em entidades estaduais, s Coletivos buscam se organizar de forma autônoma, a partir de cada regional e dos Sintrafs.

Conforme as dirigentes sindicais e autoras Tomazzeli e Lazzaretti, os Coletivos de Mulheres nasceram com o

Objetivo de organizar e fazer com que as mulheres agricultoras familiares começassem a participar das entidades e mobilizações, ocupando seu espaço na sociedade, bem como, nas propriedades através do planejamento, acesso ao crédito, geração de renda e agregação de valor ao que produzem (TOMAZZELI E LAZZARETTI, 2010, p. 12).

Outra justificativa para criação dos Coletivos de Mulheres foi mencionada pela Vera, que contou que após a criação da FETRAF-SUL as mulheres ficaram sem muita ação e daí foi discutida a importância de criar um espaço específico. Assim, surgiram os Coletivos porque as mulheres estarem “avulsas, soltas, atuando dentro do movimento sindical, mas sem um espaço próprio de elaboração, de discussão, de construção de suas propostas”.

A realidade nos municípios era complexa e havia a necessidade de formar mulheres lideranças e dirigentes sindicais, sabendo-se que a construção de espaços específicos das mulheres é um processo demorado, especialmente até romper as barreiras da discriminação de gênero materializadas na reprodução do espaço privado. Uma das dificuldades identificadas tem raízes na condição imposta pelo sistema patriarcal, que põe as mulheres como coadjuvantes e não na posição de condução dos processos sociais. Dessa forma, as próprias mulheres devem realizar a passagem para uma posição ativa. Porém, são poucas que se disponibilizam e faltam recursos humanos para conduzir tais processos de formação.

Dessa forma, a construção dos Coletivos de Mulheres não ocorreu de forma automática nos municípios do Rio Grande do Sul, conforme observado nas entrevistas. Cada local mobilizou diferentes estratégias para retomar ou iniciar o trabalho com as mulheres da agricultura familiar.

O município de Constantina pode ser considerado um dos destaques na construção de espaços organizativos das mulheres. Criado no ano de 2003, o Coletivo iniciou suas reuniões nas comunidades rurais para mobilização e formação das mulheres, mediante

encontros municipais e regionais de formação, capacitação e dias de campo em parceria com a EMATER-ASCAR/RS. Esse Coletivo desenvolveu atividades não apenas no município de Constantina, mas também em Rondinha, Novo Xingu e São José das Missões.

Especialmente a partir do primeiro mandato de governo presidente Lula (2003 – 2011) muitos editais de incentivo popular foram lançados, proporcionando oportunidades para as mulheres financiarem suas atividades. Na época muitas não sabiam como elaborar projetos para concorrer aos recursos públicos, mas buscaram parceria com o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), com sede em Passo Fundo/RS. A partir de Constantina, na época, conseguiram a aprovação de um projeto com recursos federais de 36 mil reais numa chamada específica para trabalho com igualdade racial e de gênero. A partir de então o trabalho começou a ganhar visibilidade e se fortalecer, principalmente na capacitação e qualificação sobre os direitos sociais das mulheres, seu papel na gestão das propriedades, com foco nas temáticas de gênero, meio ambiente e Lei Maria da Penha⁶¹.

A metodologia de trabalho se dava através de seminários, oficinas temáticas e intercâmbios entre os municípios, contando com a participação massiva das mulheres que vislumbravam, também, momentos de integração e descontração entre elas.

Na sequência do primeiro projeto, as coordenadoras, que eram duas, já haviam adquirido expertise e elaboraram diversos outros projetos, sem a necessidade de ajuda externa na elaboração, execução e prestação de contas dos recursos públicos. Aí se começaram a ganhar autonomia dentro do próprio sindicato, realizando reuniões, articulando-se em torno dos projetos e mobilizando as agricultoras, principalmente as que não eram associadas do sindicato.

Devido ao destaque na atuação com as mulheres, em alguns lugares as mulheres chegaram a cogitar a criação de uma estrutura própria, conforme pode ser verificado no trecho a seguir.

A partir dali a gente até pensava em criar uma estrutura própria do Coletivo de Mulheres, até nós chegamos a debater estatuto com as mulheres, enfim, só que a gente viu que não tinha como criar uma estrutura própria porque o Coletivo era o sindicato. Quando falo sindicato, falo FETRAF também, então não tinha porque criar uma estrutura independente das entidades (ENTREVISTA COM CLEUSA, 2019).

⁶¹ Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

O trabalho com as mulheres seguia se desenvolvendo e os principais temas mobilizadores diziam respeito às relações de gênero na agricultura familiar e ao meio ambiente. Como resultado das oficinas foram levantados alguns desafios a serem enfrentados, dentre eles: estimular as famílias a manterem debate de gênero na educação dos filhos e jovens; resgatar a importância do diálogo dentro das famílias construindo espaços iguais de participação de cada membro; democratizar as decisões de tal forma que a família participe ativamente de todas as decisões estruturais; respeitar e considerar as especificidades de cada membro; avançar na construção de condições jurídicas e políticas que favoreçam igualdade entre ambos, principalmente sobre as heranças; ampliar o número de mulheres nas direções de organizações e nos poderes executivo e legislativa; estabelecer novas relações de gênero na agricultura passa pelo cuidado integral da vida com cuidado das pessoas, das relações humanas, da ecologia, do ambiente e do mundo dentre outros (MAGRI, 2010).

O trabalho desenvolvido pelo Coletivo de Constantina contribuiu para construir relações mais iguais nas famílias, já que muitas mulheres em situações de relações assimétricas e de machismo em suas casas. Paralelamente, outros assuntos começaram a ganhar destaque, como meio ambiente e agroecologia.

O interesse principal se dava pela preocupação das mulheres com a produção de alimentos saudáveis para suas famílias e a necessidade de se pensar um novo modelo de produção. O trabalho se desenvolveu através de seminários de discussão sobre o uso abusivo de agrotóxicos, alimentação saudável, adoecimento versus alimentação, alimentos orgânicos e agroecológicos. Tais atividades chegaram a contar com a participação de mil mulheres da região de Constantina.

Também foram realizadas oficinas de formação e de mapeamento de mulheres e jovens que haviam iniciado a produção de hortaliças e outros alimentos, com objetivo de realizar a transição agroecológica, em parceria com a EMATER.

As oficinas abordavam o modo de produção, tipos de culturas, preparo de adubos e demais métodos necessários para a produção agroecológica. Esses temas foram trabalhados na teoria e na prática, por meio de viagens de intercâmbio e trocas de experiências. As coordenadoras do Coletivo relatam que desde a primeira viagem ocorreram mudanças positivas nas propriedades locais, pois as novas realidades visitadas proporcionaram ideias para serem aplicadas em suas propriedades, com novos produtos e até fomento ao turismo rural. Outra atividade que teve muito êxito foi o dia de campo

sobre produção de alimentos saudáveis, realizado na propriedade de uma das integrantes do Coletivo.

Como resultado desse processo, no seminário final do projeto foi realizada uma feira com os produtos agroecológicos desdobrando-se na realização de uma feira permanente. Tal processo impactou na dinâmica local, conforme o trecho a seguir.

Hoje nós temos a feira aqui (Constantina) e em Liberato Salzano ajudou a potencializar a feira que já existia. Temos mulheres de Rondinha e São José que vêm para cá, ajudando muito as mulheres. Então assim, de todos os projetos este foi muito importante, pois impulsionou a geração de renda na agricultura familiar e das mulheres. Se fores na feira da agricultura familiar hoje, 99% são mulheres que estão vendendo, os homens até vêm para ajudar a trazer os produtos, mas eles ficam lá fora ou nem ficam, porque ali é o espaço das mulheres (ENTREVISTA COM, CLEUSA, 20190).

O Coletivo impulsionou a mobilização de várias mulheres da região de Constantina para a transição agroecológica incentivou mudança no padrão das relações de gênero, criou espaço para o diálogo entre os membros da família, fomentou a produção de alimentos saudáveis a segurança alimentar e nutricional, a autonomia e a geração de renda para as mulheres.

Conforme Siliprandi (2009), no início dos anos 2000 as mulheres de várias esferas dos movimentos sociais do campo passaram a apontar para novas questões, para além daquelas que garantissem o modo de vida camponês, exigindo uma revisão do seu lugar por parte do Estado, da sociedade e dos próprios movimentos. E, para muitas, a militância agroecológica foi o espaço onde se deu o aprendizado político, passando a construir propostas alternativas e repensando o modelo familiar.

Passados alguns anos desde a criação da FETRAF-SUL, somente em 2012 as mulheres realizaram o I Encontro das Agricultoras Familiares dos três estados do Sul, em Constantina, devido ao destaque da atuação do Coletivo de Mulheres desse município. O encontro contou com a participação de seis mil mulheres agricultoras familiares em um município de aproximadamente 10.101 habitantes (IBGE, 2016), de modo que ficou marcado na trajetória de diversas lideranças sindicais por ser o maior evento realizado pelas sindicalistas da FETRAF-SUL.

Para a Federação sindical o ano de 2012 teve como tema prioritário as pautas das mulheres e os eixos principais de discussão foram a organização e reestruturação dos Coletivos de Mulheres nos municípios. Na época realizaram campanha de ampliação dos meses do benefício do salário maternidade de quatro para seis meses para as mulheres

rurais, além de temas como previdência social e desenvolvimento social e econômico para a agricultura familiar.

No projeto⁶² elaborado para realização do I Encontro das Agricultoras Familiares, observa-se que o foco centrava-se em “promover o debate sobre desenvolvimento econômico e social e previdência para as agricultoras familiares visando à implantação e garantia dos direitos sociais”.

Quanto às ações específicas, o encontro buscava fomentar a organização das agricultoras familiares em sua categoria social, discutindo a questão de gênero, geração de trabalho e renda e sucessão familiar; proporcionar a participação das mulheres na organização e comercialização da produção; provocar as agricultoras familiares para participarem da construção das políticas públicas para as mulheres; pressionar o Estado para ampliar o salário maternidade para seis meses e; reivindicar soluções em relação aos processos previdenciários indeferidos dos segurados especiais.

Sobre o dia do I Encontro, segue trecho da narrativa da dirigente sindical Cleusa, que na época era uma das coordenadoras do Coletivo de Mulheres e estava na coordenação geral do encontro.

Na época foi importante, nós tínhamos um convênio com a SPM, um projeto iniciando a execução, nós tínhamos um seminário inicial. A Cleonice foi para Brasília e nós queríamos esse recurso, então foi aprovado dentro desse projeto, 250 mil reais para fazer o seminário. Imagina a SDR, nos cedeu todas as cadeiras para o seminário que era no ginásio do salão paroquial, colocamos pirâmides fora. Foi importante, uma coisa maravilhosa. A Coopac chegou para nós e disse, nós vamos assar a carne, que o cardápio era churrasco, vocês temperam a carne, deixam lá a lenha, que nós vamos espetar e assar. Nós convidávamos as lideranças durante a semana para ajudar, chegou na quinta-feira, às 10 horas da manhã, sobrou gente para ajudar. No dia do encontro nós começamos a picar repolho 3 horas da manhã, a mão. Começou a chover, eu era da coordenação, tinha que comprar capa de chuva, tudo era comigo, sabe. Foi um encontro maravilhoso que a gente fez aqui, com parceria da prefeitura, todas as entidades, a Cresol se envolveu, os funcionários iam lá para ajudar a distribuir camisetas, a Coopac assando a carne, as lideranças nossas, chegou ao meio dia sobrou gente para ajudar, tivemos uma facilidade, sabe, de organizar, porque todas as entidades pegaram junto, foi uma coisa que me surpreendeu (ENTREVISTA COM CLEUSA, 2019).

É interessante observar que para realizar do Encontro as mulheres mobilizaram apoio de várias entidades do município, como a COOPAC e a CRESOL. Também teve contrapartida da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR-RS), que cedeu as cadeiras para comportar a presença de mais de 6 mil mulheres, dentre

⁶² Material disponibilizado durante a pesquisa de campo, por Cleonice Back, que na época atuava como Coordenadora Geral das Mulheres da FETRAF-SUL.

outros apoiadores que se somaram. Conforme, Cleusa o pequeno município “parou” para acompanhar o encontro que marcou a consolidação da organização das agricultoras familiares da Federação e mobilizou as mulheres para o processo que antecedeu à própria constituição da entidade sindical nos estados dois anos adiante.

Eu vi nessas mulheres que participaram lá, mulheres históricas com a minha idade, ou mais, algumas jovens, sim. Foi quase um momento de glória que culmina numa luta que veio sendo feita, de você poder sair de casa, poder atuar na sociedade, você conquistar direitos, de você economicamente estar mais emancipada, ter os direitos sociais garantidos, de toda essa questão da luta da saúde que veio junto com o trabalho das mulheres. Naquele momento eu me enxerguei numa trajetória de 25 anos e com caras conhecidas, com caras aguerridas nessa iniciativa (ENTREVISTACOM VERA, 2019).

Outra dirigente sindical também recorda do Encontro que culminou na construção da pauta das agricultoras familiares da região sul, conforme segue trecho da narrativa.

A partir disso nós construímos a pauta das mulheres agricultoras familiares da região sul, né. Onde não se ouvia apenas as dirigentes, mas toda a base, porque as mulheres agricultoras familiares estavam lá [...] Então, muitas mulheres lembram desse evento, dessa atividade, acho que marcou na nossa história (ENTREVISTA COM CLEONICE, 2019).

Atualmente a atuação dos Coletivos concentra-se no Dia Internacional da Mulher, realizado a cada oito de março, a partir da organização de eventos em alusão à luta por reconhecimento e representatividade social na sociedade. Conforme Vera, “esse é o dia da mulher sair de casa”, devido à atribuição que se dá ao dia de lutas. Dessa forma, organizam encontros e momentos de formação para conscientizar as agricultoras familiares sobre a importância deste dia e mobilizam outros espaços específicos aliados à produção de alimentos e plantas medicinais.

O saber fazer das agricultoras familiares expresso no plantio e na colheita, nos cuidados com a produção, no manejo da propriedade rural, na atenção com a família, animais e comunidade é uma realidade do trabalho feminino no campo. No cotidiano elas conciliam as tarefas domésticas com a participação nas organizações sociais e sindicais, evidenciando a tripla jornada de trabalho.

Apesar de todas as funções por elas desempenhadas, permanece a forte relação das mulheres com as plantas medicinais e com o espaço sindical. A relação com as plantas

medicinais tem sua centralidade nas ‘farmacinhas alternativas’⁶³, que são espaços destinados à produção de remédios naturais, técnicas e práticas de prevenção⁶⁴, tais como Reiki e Iridologia, desempenhadas e promovidas pelos Coletivos de Mulheres da FETRAF.

Compreende-se por farmacinha o espaço de preparação de remédios a partir das plantas medicinais, encontros de mulheres e de atenção às pessoas que buscam atendimento. As plantas medicinais, em geral, são reconhecidas pelo uso em processos de prevenção, cura e recuperação da saúde por conterem princípios ativos reconhecíveis popular e/ou cientificamente (BUBANZ-SILVA, 2018).

A relação das mulheres com as plantas medicinais no contexto da FETRAF se dá de diferentes formas. Em alguns Sintrafs o trabalho ocorre via Coletivos de Mulheres como, por exemplo, nos municípios de Constantina, Humaitá, Ibiaça e Sananduva. Em Sananduva o trabalho nas farmacinhas iniciou no período após a criação da FETRAF-SUL, uma vez que as mulheres sentiam a necessidade de se encontrar e porque o cuidado da saúde é atribuído às mulheres, conforme trecho que segue.

Foi exatamente por essa necessidade, quando eu disse que a gente ficou meio sem pai e sem mãe, a gente se perguntava e a gente tinha a necessidade de se encontrar. Vamos nos encontrar nos 08 de março, sim, mas para além dessa data, o que mais a gente quer. Então, por essa questão de que a saúde da mulher continua sendo responsabilidade das mulheres, a gente decidiu trabalhar as “alternativas”, a fitoterapia, essas terapias de resgate do saber popular, fizemos essa opção. E os Coletivos de Mulheres vem com essa estratégia de atuação para área da saúde prioritariamente (ENTREVISTA COM VERA, 2019).

No município de Ibiaça as plantas medicinais foram as mobilizadoras para a organização do Coletivo de Mulheres, visto que já existia trabalho anterior à criação da FETRAF-SUL. Com a formalização do espaço dos Coletivos iniciou-se as discussões de gênero em conjunto com a parte medicinal, conforme afirma a dirigente sindical Andréia, “se dava nas entrelinhas”. Pois, as mulheres vinham para participar dos encontros de formação e de preparo dos remédios naturais, ocorrendo paralelamente as discussões

⁶³ A expressão farmacinhas alternativas é usado pelas mulheres que trabalham com plantas medicinais referindo-se ao local de preparação dos remédios naturais, como também de encontro para realização de reuniões, trocas de conhecimentos e atendimentos ao público.

⁶⁴ Na enfermagem tais técnicas são conhecidas como terapias alternativas complementares (TAC), pois consideram o conjunto mente, corpo e espírito. Possuem objetivos diferentes da medicina ocidental, em que a cura da doença deve ocorrer através da intervenção direta no órgão ou parte doente (TROVO *et al.*, 2003).

sobre o reconhecimento social das mulheres na sociedade e na família. As atividades ocorriam em parceria com a Pastoral da Saúde.

O trabalho das mulheres rurais com as plantas medicinais não é recente, apesar das mudanças ocasionadas com a modernização da agricultura, a tradicionalidade de tal prática pode ser acompanhada nos tempos atuais. Segundo Giddens (1997), a tradição não é estática, ela sofre mudanças ao longo dos tempos, pressupõe-se assim sua persistência e conexão com o passado e o presente. A tradicionalidade é mobilizada, pois está ligada ao ritual e à memória e por possuir “guardiões da tradição”, que zelariam pelas verdades, termo chamado de verdade formular, que considera a conexão da prática ritual com a verdade formular, mantida e conhecida pelos guardiões.

Para Giddens (1997, p. 83), “[...] sejam eles idosos, curandeiros, mágicos ou funcionários religiosos, têm muita importância dentro da tradição porque se acredita que eles são os agentes, ou os mediadores essências, de seus poderes casuais”. Tal *status* pode ser conferido às mulheres, por serem reconhecidas como as guardiãs da tradição e do conhecimento sobre as plantas medicinais, pois são “detentoras de conhecimentos” e “capazes”, resolvendo os problemas e aprendendo como intervir no fluxo dos eventos sociais.

O ato de cuidar da saúde da família, bem como da comunidade, através da utilização das plantas medicinais é uma atividade assumida pelas mulheres. De acordo com Charão-Marques (2008), as mulheres trazem para si essa responsabilidade, muitas vezes, justificada por uma consciência ecológica, pela tradição que vem de suas mães, por responsabilidade com a saúde da família e, também, a partir do envolvimento com a comunidade e da mobilização política.

Algumas estratégias de cuidado são mobilizadas pelas mulheres e encontram na utilização das plantas medicinais o meio para prevenir ou curar enfermidades. Essas múltiplas trajetórias tecidas no cuidado à saúde são conhecidas como itinerário terapêutico, compreendido como diferentes sistemas de cuidado, definidos segundo as necessidades de saúde e das disponibilidades de recursos sociais existentes (GERHARDT *et al.*, 2009).

Estima-se que quando o assunto é saúde no rural, em nível mundial 80% da população depende das práticas tradicionais na atenção primária à saúde e 85% dessa parcela utiliza as plantas ou preparações à base vegetal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Alguns fatores são atribuídos a essa busca, tais como, as imensas distâncias a serem percorridas até as unidades de atendimento, a precariedade dos serviços, a falta de

locais para a manipulação dos remédios, ou ainda, a busca por tratamentos alternativos aos convencionais, contribuindo para a manutenção das intervenções populares ((BUBANZ-SILVA, 2018).

Dessa forma, as plantas medicinais continuam no cotidiano das famílias da agricultura familiar, e parte desse acervo de práticas baseia-se na utilização de chás e remédios caseiros. Verifica-se também que a prática atribui reconhecimento aos saberes e conhecimentos das mulheres.

Dentro do sindicalismo são poucos os espaços específicos de discussão e as mulheres encontram nas farmacinhas esses locais, ativando assim, táticas de resistência. Realizam discussões sobre a saúde da mulher, problemas familiares e questões relativas ao próprio espaço de representatividade dentro das entidades sindicais.

O trabalho com as plantas medicinais fica evidente no acompanhamento do cotidiano das dirigentes sindicais, conforme observado na narrativa visual a seguir.

QR Code 4. As Farmacinhas Alternativas



Conforme a narrativa visual, inicialmente é apresentada a farmacinha do município de Constantina pela dirigente sindical Dilva. Na década de 1990 foi criada a farmácia alternativa, que atualmente recebe o nome de Vida Nova. Devido a preocupações relativas à saúde e prevenção de doenças iniciou-se um trabalho com horto medicinal e produção de fitoterápicos, através da extração de essências das plantas medicinais. Algumas mulheres se especializam em Iriodologia⁶⁵, realizando atendimento junto à comunidade local e regional. Na entrada da farmacinha há um *banner* que remete

⁶⁵ Conforme Sales e Silva (2008, p. 596), “é uma ciência que permite conhecer através da íris aspectos físicos, emocionais e mentais do indivíduo. Quanto mais irregularidades aparecerem no sedoso tecido da íris, tanto menor a vitalidade, menor a resistência e mais longe se estará do bem estar”. O trunfo da prática está na prevenção das doenças, uma vez que antes de apresentar sintomatologia é possível detectar sinais e utilizar meios para evitar o adoecimento.

ao trabalho em parceria com a Emater/Ascar-RS - entidade parceira que realiza trabalho de assistência técnica e extensão rural.

A farmacinha de Constantina possui sala de atendimento ao público, com exposição de alguns remédios naturais produzidos por empresas credenciadas e, também os remédios elaborados pelas próprias mulheres. Na narrativa da Dilva verificou-se a ênfase a alguns remédios específicos relacionados a doenças recorrentes no trabalhador e trabalhadora rural, como remédios para artrite e artrose⁶⁶, anti-inflamatórios e remédios para desintoxicação do organismo infectado por agrotóxicos utilizados nas lavouras.

Conforme Dilva, “muitas pessoas vêm até aqui com muita intoxicação”. Atualmente, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, existem diversos estudos que comprovam os malefícios para a saúde humana e ambiental da exposição aos agrotóxicos (LOPES *et al.*, 2018).

Na sequência da narrativa visual é apresentada a farmacinha do município de Ibiçá pela dirigente sindical Andréia. No vídeo é possível visualizar os remédios naturais com destaque para as homeopáticas, tinturas e destilados. Também é mencionado o “carro chefe” de vendas - a mistura de chás *in natura* para colocar no chimarrão⁶⁷. A seguir a dirigente sindical destaca que o trabalho é realizado pelo Coletivo de Mulheres, com apoio do sindicato que oferece o local onde as mulheres realizam os encontros e comercializam os remédios.

No município o trabalho com as plantas medicinais também é realizado em parceria com a Pastoral da Saúde⁶⁸ e o grupo de mulheres ligadas ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Apesar das diferenças na forma de condução política dos segmentos, quando o assunto é plantas medicinais o Coletivo de Mulheres, o MMC e a Pastoral da Saúde realizam momentos conjuntos de formação.

Por fim, é apresentado o trabalho com as plantas medicinais no município de Sananduva. A dirigente sindical Vera conduz a pesquisadora até o espaço na recepção do Sintraf onde estão expostos os remédios naturais elaborados pelo Coletivo de Mulheres. Menciona alguns deles, tais como, tinturas, xaropes, cremes, pomadas, loção hidratante para saúde humana e sal mineral homeopático para saúde animal - focada para

⁶⁶ Artrite reumatoide é uma doença crônica das articulações (juntas). Essa inflamação é provocada por alterações no sistema de defesa do organismo, o chamado sistema imune (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

⁶⁷ Bebida quente preparada a base de erva mate, consumida na região sul do país, sendo uma herança cultural dos índios guaranis.

⁶⁸ Ligada à Igreja Católica que desempenha trabalho de incentivo a práticas alternativas de saúde.

bovinocultura de leite. Também apresenta o espaço onde realizam a preparação dos remédios e o armazenamento das plantas medicinais – matéria prima.

Um aspecto valorizado na narrativa visual da Vera é o papel promovido pelo Coletivo de Mulheres na formação e preparação dos remédios. Com o cultivo e diversificação das plantas medicinais, a formação através das técnicas de preparo e consumo pelas famílias, promovendo o cuidado da saúde da família e dos animais.

Dessa forma, os Coletivos de Mulheres se constituem como um importante espaço das mulheres no movimento sindical. Promovem espaços de discussão de gênero para a compreensão das injustiças sociais e momentos de formação para constituição de lideranças, fazendo com que as mulheres se sintam preparadas para assumir espaços de poder e promover a saúde alternativa através das farmacinhas.

Conforme palavras da dirigente Vera, “é no específico, das mulheres que a gente se fortalece. Se você estiver fortalecida você vai para as atuações com tranquilidade. Ali você se alimenta, pois, mulher entende mulher”. Assim, as agricultoras familiares fizeram história ao participarem do processo de reconhecimento das trabalhadoras rurais na década de 1980, na aprovação da licença maternidade para as mulheres rurais no ano de 1994 e construíram conjuntamente com os homens um novo sindicalismo culminando na FETRAF-SUL. Também comemoraram a criação da Lei da Agricultura Familiar no ano de 2006, realizaram o I Encontro das Agricultoras Familiares no ano de 2012, lançaram campanha de ampliação da licença maternidade para as mulheres rurais e realizam a cada ano ações no Dia Internacional da Mulher. Os Coletivos de Mulheres desempenham, no cotidiano, ações em prol da agroecologia, feiras com produtos da agricultura familiar, trabalho com as plantas medicinais e são considerados espaços de construção de estratégias de organização e lutas das mulheres agriculturas familiares integrantes da FETRAF-RS.

5 MEANDROS PARA TORNAR-SE DIRIGENTE SINDICAL

O *corpus* das interlocutoras demonstra um elo em comum: o papel da liderança feminina nos espaços sindicais e nas organizações das mulheres, nos espaços de produção e cooperativismo, na habitação rural e na política, conforme foi evidenciado no capítulo anterior. Neste capítulo busca-se adentrar no universo das motivações e trajetórias de vida individual das mulheres agricultoras familiares e dirigentes.

Parte-se da apresentação das interlocutoras, com suas biografias, em dois blocos distintos. Num primeiro estão agrupadas aquelas mulheres que contribuíram para a análise da experiência socialmente compartilhada. Na sequência faz-se uma apresentação da biografia das dirigentes sindicais, com detalhamento de suas trajetórias pessoais, a partir dos dados obtidos em cada entrevista narrativa biográfica.

5.1 AS PIONEIRAS E INSPIRADORAS

Como foi anteriormente referido, este primeiro grupo de mulheres é constituído por aquelas que foram mencionadas e identificadas ao longo do trabalho como referências importantes para a compreensão do tema da luta das mulheres rurais. Portanto, são lideranças importantes na constituição dessa história e reforçam a dimensão coletiva da luta das mulheres agricultoras familiares na atualidade.

5.1.1 Adriana

Casada, 42 anos, moradora do município de Sarandi, de origem italiana, têm um filho que trabalha no setor financeiro. Exerceu a função de coordenadora do Coletivo de Mulheres no seu município e foi a primeira mulher no cargo de presidente da COOPERHAF, entidade que operacionalizou uma das principais políticas de habitação rural ligada à Federação.

5.1.2 Hilga

Viúva, 82 anos, aposentada, moradora do município de Sede Nova, de origem alemã. Trabalhou como professora em áreas rurais, participou das escolas eclesiais de

base e ajudou na constituição do MMTR. Foi multiplicadora de conhecimentos e atuou como formadora de mulheres em nível regional. No seu município ela ajudou muitas mulheres com a criação de uma associação que trabalha com plantas medicinais.

5.1.3 Marlene

Casada, 53 anos, moradora do município de Erechim, de origem italiana, atualmente trabalha na própria agroindústria familiar, com a produção de uvas, vinhos e sucos de uva. Como liderança jovem, participou da retomada do sindicato na década de 1980 e da constituição do MMTR. Após longo período dedicado ao movimento sindical e de mulheres, optou por priorizar a propriedade familiar rural e se dedicar ao cultivo de produção orgânica e processamento de alimentos.

5.1.4 Márcia

Casada, 48 anos, atua na área da saúde em Aratiba, filha da Paulina Balen, liderança comunitária e sindical assassinada no ano de 1996. Através da sua voz, registra a história de sua mãe, reconhecida pela luta em favor da justiça social e da aposentadoria da mulher rural.

5.1.5 Taíse

Liderança jovem, solteira, 25 anos, origem italiana, natural de Barão de Cotegipe, reside no município de Erechim, trabalha no SUTRAF-AU e participa como colaboradora do Coletivo Regional de Mulheres. Sua narrativa dá eco aos desafios da nova geração de mulheres no movimento sindical.

As narrativas dessas mulheres, de diferentes gerações, reforçam elementos da memória socialmente compartilhada do movimento sindical e da organização das mulheres. Na memória narrada por Hilga registra-se a história de um passado de injustiças sociais e dificuldades que as mulheres rurais enfrentaram para serem reconhecidas socialmente, tanto no âmbito familiar como na sociedade. A narrativa da Márcia ativou a trajetória de sua mãe Paulina Balen (que será posteriormente referida com mais detalhes), liderança sindical assassinada por defender os direitos sociais das mulheres num contexto local machista e conservador, que não tolerava a presença de mulheres no poder. Já, a

memória da Marlene ativou a luta pela retomada do sindicato e atuação das mulheres nesse processo. A narrativa da Adriana remeteu para uma geração de políticas públicas que beneficiaram a categoria dos agricultores familiares, mais especificamente a política de habitação rural. Finalmente, a narrativa da Taíse evidenciou a emergência de uma nova geração de jovens mulheres no sindicalismo, demonstrando os avanços e os principais desafios.

Dando continuidade às biografias, a seguir serão abordadas as narrativas das dirigentes sindicais da FETRAF, organizadas em seções específicas.

5.2 AS DIRIGENTES SINDICAIS E SUAS NARRATIVAS

As narrativas biográficas de mulheres agricultoras familiares para tornarem-se dirigentes sindicais evidenciam o cotidiano intersubjetivo e as interfaces com o coletivo. Ao formular sua narração cada uma das interlocutoras desta pesquisa, coloca-se como personagem e intérprete de suas trajetórias de vida. Assim, constrói uma narrativa inteligível a partir da experiência individual de agricultora familiar, com suas motivações pessoais, no entrecruzamento com o movimento sindical e a organização das mulheres, assumindo espaços de poder e de representatividade.

Segundo Halbwachs (1990), as pessoas tendem a viver em grupos, organizando-se em sociedades, pois não sabem viver isoladamente. Para isso, criam laços, buscam afinidades, memórias comuns e, a partir disso, criam uma identidade coletiva, uma memória social. Dessa forma, a memória pessoal, considerada a identidade pessoal, entrecruza-se com a coletividade, incluindo elementos mais amplos que os indivíduos.

5.2.1 Cleonice

Casada, 36 anos, tem uma filha recém-nascida. Possui propriedade rural no interior de Tiradentes do Sul, mas em função do trabalho como dirigente sindical passa boa parte do seu tempo viajando. O marido trabalha na propriedade de vinte e dois hectares e realiza as atividades produtivas sozinho. Cleonice brinca com a situação, enfatizando que ele já a conheceu no movimento sindical e que eles nunca tiveram maiores problemas quanto a isso, reconhece que esse apoio não ocorre com todas as mulheres.

Ela atua no movimento sindical porque gosta e acredita nessa luta, iniciada como auxiliar dos funcionários no sindicato de Tiradentes do Sul. Na época fazia pouco tempo que haviam conquistado o PRONAF, precisamente, no ano de 1996. A convite do presidente do sindicato começou a participar das reuniões da juventude rural e a integrar a comissão de jovens da FETAG. Em pouco tempo tornou-se coordenadora regional dos jovens da região Celeiro. A partir disso passou a participar das reuniões da Comissão Estadual de Jovens da FETAG, em Porto Alegre. Aos 16 anos pegava ônibus à noite para participar das reuniões, enfrentando e superando muitas dificuldades.

Em 2001 foi criada a FETRAF-SUL/CUT, no contexto do novo sindicalismo. Cleonice começou participando de forma individual e em seguida passou a participar representando o sindicato do seu município. Recorda que para ir nas reuniões da Federação ela precisava se deslocar com um ônibus de Três Passos até Frederico Westphalen e lá tomar outro ônibus para Chapecó/SC. Para retornar, precisava ir até São Miguel do Oeste/SC e lá tomar outro ônibus para sua casa no RS, o que a ocupava uma noite inteira no trânsito.

Inicialmente, participava como representante da região Celeiro/RS, depois passou a coordenar a juventude na FETRAF-SUL/CUT. Mais tarde assumiu a coordenação geral das mulheres da Federação. Com atuação muito dedicada, passou a atuar na coordenação adjunta da Federação quando o coordenador se afastou para concorrer a um cargo político. Logo na sequência foi eleita Coordenadora Adjunta, o que intensificou sua participação em inúmeras lutas e reivindicações que na época eram intensas nos três estados de abrangência da Federação.

No Congresso de criação da FETRAF-RS/CUT Cleonice foi eleita, aos 26 anos, a primeira Coordenadora da Federação sindical do RS para a gestão de 2015 até 2017. Cleonice recorda que sempre se dedicou ao trabalho que desenvolveu e que enfrentou inúmeros desafios como sindicalista, agora também integrante da direção da CUT-RS.

Sua rotina era bem intensa. Domingo ela viajava para Porto Alegre para participar das reuniões e audiências na segunda-feira. Às vezes, de uma hora para outra, precisava viajar novamente quando surgia alguma urgência e a distância dificultava um pouco, pois mora há 500 km de distância da capital.

No ano de 2016 Cleonice foi convidada pelo candidato Paulo Paim para ser a primeira suplente de senadora e realizou toda a campanha eleitoral quando estava grávida de sua primeira filha. Não foi a primeira vez que disputou um cargo público, pois com a

idade de 21 anos foi eleita vereadora do município de Tiradentes do Sul, constituindo-se na vereadora mais jovem e a segunda mulher eleita do município.

A sindicalista veio de uma família de pequenos agricultores proprietários de cinco hectares de terra e arrendatários de mais uma parcela para complementar a renda familiar. De uma família de quatro irmãos, com três mulheres e um homem, ela é a filha mais nova. Quando tinha oito anos sua irmã mais velha foi trabalhar de empregada doméstica na cidade para continuar os estudos. A outra irmã casou-se bem jovem e seguiu trabalhando na agricultura familiar até hoje.

A Cleonice passou boa parte de sua infância e adolescência somente com o irmão e os pais na propriedade, onde produziam alimentos para subsistência, leite e grãos. Recorda que devido ao relevo sinuoso, tanto o plantio quanto a colheita eram realizados de forma manual. Sua mãe era muito doente, então, desde cedo a filha trabalhava na roça, conciliando os estudos com o trabalho agrícola. Quando começou a cursar o ensino médio as aulas eram no período da noite, trabalhava até o fim da tarde na roça e voltava para casa, se preparava e ia para a escola, localizada no centro da cidade, pois a comunidade onde moravam era pequena e não possuía escola. Quando ela era criança e cursava o ensino fundamental ainda não existia o transporte escolar gratuito, de modo que ela caminhava em média seis quilômetros para ir e para voltar todos os dias. A partir do ensino médio já existia o transporte escolar, porém o ônibus passava muito cedo e retornava por volta da meia noite, ficando um longo tempo no trânsito.

Como sua mãe era doente, faltava mão de obra e ela precisava ajudar a família. Assim, permaneceu na casa dos seus pais até os 16 anos, quando começou a trabalhar no sindicato, oportunidade em que foi morar com sua avó na área urbana, conciliando o trabalho de dia no sindicato e o estudo à noite. Durante a semana ficava com a avó e no sábado de manhã voltava para a casa dos pais no interior.

Cleonice conta que faz uns cinco anos que o irmão saiu de casa, com isso, os pais decidiram vender a propriedade e residir na cidade. Ela e uma de suas irmãs ficaram morando na área rural e trabalhando com a agricultura, cuja propriedade conseguiram adquirir através do Programa de Crédito Fundiário. Ela relatou que sua família permanece na agricultura familiar graças às políticas públicas, como o Programa Nossa Primeira Terra que possibilitou a compra de uma área de quase nove hectares, sem benfeitorias e bastante defasada. Através do Programa de Habitação Rural construíram a casa e por meio

de recursos através do PRONAF A⁶⁹, que destinava investimentos para propriedades, conseguiram construir um galpão, adquirir algumas vacas de leite, resfriador e máquina de ordenha. Hoje, produzem o máximo de alimentos para a subsistência: feijão, mandioca, batata, amendoim, pipoca, melado, frutas, carnes de frango, gado, suína e peixe. A maior parte da renda vem da produção de leite, desempenhada pelo marido e auxiliada pela esposa.

Sobre a divisão de tarefas, quando Cleonice atuava no sindicato de Tiradentes ela possuía um horário mais regrado, voltava no final da tarde para casa e ajudava na atividade leiteira e realizava outras tarefas domésticas. À medida que passou a atuar como dirigente sindical e viajar para Porto Alegre todas as semanas, as tarefas produtivas e domésticas passaram a ser de responsabilidade do marido.

5.2.2 Ivete

Ivete tem 44 anos, é mãe de um casal de filhos e mora na área urbana de Tenente Portela, ao lado da casa da irmã, que lhe ajuda a cuidar sua filha mais nova. Seus pais residem em propriedade rural do município, onde boa parte dos alimentos de subsistência consumidos pela família são produzidos.

A sindicalista vem de uma família de cinco irmãos, sendo duas irmãs mais velhas, dois irmãos e ela, a “rapa do tacho”, expressão que usou para dizer que é a filha mais nova. Relata que seus pais eram muito pobres quando se casaram. Após muito trabalho e luta, conseguiram obter estabilidade, com honestidade e bom caráter, valores repassados aos filhos. Recorda que no início eles produziam soja, feijão, arroz, mandioca, batata inglesas, gado e suínos para o consumo e vendiam o excedente, mas a renda era pequena.

O pai de Ivete associou-se ao sindicato no ano de 1968 e continua até os tempos atuais, com 72 anos de idade, inclusive foi dirigente sindical na década de 1980, participando de inúmeras mobilizações em Porto Alegre e na região celeiro, principalmente, pela aposentadoria rural. Naquela época ela participou poucas vezes das mobilizações porque ficava em casa com os irmãos para ajudar no trabalho produtivo. O sindicato era buscado pelos agricultores para consultas odontológicas, numa perspectiva assistencialista.

⁶⁹ A Linha de Crédito PRONAF A destina-se a Assentados da Reforma Agrária ou beneficiários do Crédito Fundiário, com finalidade para investimentos para infraestrutura nas propriedades.

A Ivete participou de um curso de jovens quando tinha 16 anos e aprendeu sobre o verdadeiro sentido do sindicato, que é de defender e lutar pelos direitos dos agricultores e suas famílias. Com seus 21 anos, em 1997 decidiu estudar na Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro (FUNDEP), no município de Braga, em regime de internato. A FUNDEP era mantida pelos movimentos sociais e sindicais, o que agregou muito conhecimento na sua trajetória. Foi durante a sua permanência na Fundação que ela engravidou do primeiro filho, que nasceu no dia 06 de agosto e 12 dias depois ela completava seus 23 anos. A gravidez fez com que ela interrompesse os estudos e retornasse à casa dos pais para cuidar do filho.

Quando seu filho completou dois anos de idade ela foi trabalhar numa fábrica de jeans, em Miraguaí, para sustentá-lo, pois criou o filho sozinha. Trabalhou na fábrica durante de 2000 a 2006 e mais tarde descobriu que a empresa não recolhera as contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também durante esse período ela retomou os estudos, fez Educação de Jovens e Adultos (EJA) para concluir o ensino fundamental e o ensino médio. Decidiu prestar o vestibular, como forma de “teste dos conhecimentos”, sendo aprovada para o curso de Administração. Na época seu pai deu o apoio necessário para que ela cursasse a graduação, se colocando à disposição para cuidar do neto durante esse período.

A Ivete recorda que foram tempos difíceis, pois o seu salário era baixo e a faculdade era privada, chegou a passar fome para conseguir pagar os estudos. Mudou de emprego e enfrentou vários percalços no caminho, até o dia em que foi convidada para trabalhar como funcionária no sindicato, no ano de 2007.

Em 2011 ela foi eleita vice-presidente do Sintraf, mas continuava desempenhando as mesmas funções de funcionária. No ano seguinte, dois acontecimentos marcaram aquele ano: o nascimento da segunda filha e, também, sua posse no cargo de Coordenadora Geral do Sintraf/presidente, uma vez que o que atual coordenador geral havia se afastado do sindicato para ocupar cargo público.

A sindicalista relata que quando assumiu a presidência do sindicato sofreu muito preconceito, pois desde a criação da entidade, em 1963 até 2011, ela foi a primeira mulher a assumir o cargo. Conta com alegria que no ano de 2015 foi eleita Coordenadora Geral, mesmo que tenha desempenhado a função até aquele ano, era considerado só uma substituição. Ela reconhece que foi eleita como resultado de sua dedicação e empenho no trabalho.

5.2.3 Eni

Eni tem 58 anos, é viúva, têm duas filhas e uma neta. Reside no município de Humaitá. Sua casa fica localizada na área urbana, próximo ao sindicato, lugar onde passa boa parte do seu tempo. A casa fica no mesmo terreno onde mora sua filha mais velha, motivo de alegria, pois pode acompanhar o crescimento da primeira neta. A filha mais nova reside em Santa Maria, onde se prepara para prestar o vestibular para medicina.

Mesmo morando na área urbana, sua casa possui um espaço destinado ao cultivo de alguns alimentos para subsistência, como temperos, chás, frutas, mandioca e milho, cultivo característico nos municípios pequenos e que remete a uma forma de manter a ligação com a agricultura, a partir da produção para a subsistência.

Eni veio de uma família numerosa de onze irmãos, sendo três mulheres e oito homens. Trabalhavam na agricultura e a propriedade rural pertencia ao município de Sede Nova, que se emancipou e passou a chamar-se Humaitá. A maioria de seus irmãos continua trabalhando na agricultura.

Pensar no sindicato de Humaitá é lembrar da Eni, pessoa que tem atuado na direção desde o ano de 1994. Entretanto, sua trajetória iniciou bem antes, no ano de 1983, quando tinha a idade de 22 anos e trabalhava na rádio, localizada no mesmo prédio do sindicato. Em 1984 foi convidada para trabalhar como funcionária do sindicato e atuou nessa função até 1994, quando assumiu a direção da entidade. Ela recorda que participou de inúmeras lutas, sobretudo, para as mulheres conquistarem o direito à aposentadoria rural. Viajou diversas vezes para Porto Alegre e Brasília, inclusive, ficou acampada em frente ao Congresso Nacional, junto com outras mulheres do MMTR, quando foi assinado o decreto para concessão da aposentadoria para as trabalhadoras rurais.

Suas filhas cresceram acompanhando-a no movimento sindical, principalmente, a mais nova, que desde muito pequena frequentava reuniões e lutas. Sempre participou das atividades e ações nas instâncias em que o sindicato fazia parte, procurando desempenhar o papel de dirigente sindical e em benefício dos agricultores familiares. Ela passou por muitas dificuldades, mas sempre foram superadas graças ao grupo pensante do movimento sindical.

O trabalho como dirigente sindical é algo que ela se dedica e gosta de desempenhar, seja na organização das mulheres, seja no próprio sindicato e no envolvimento de mais mulheres na direção, buscando sempre ampliar a participação. Ela entende que a participação ativa das mulheres é algo muito importante, em todas as

organizações. Ressaltou que até mesmo quando chegar o dia em que não estiver mais ocupando o lugar de dirigente sindical seguirá apoiando e participando das atividades, pois o processo de introdução da mulher na sociedade ainda está em construção.

Ao longo de sua trajetória Eni percebeu que há muito machismo e que as mulheres, em algumas situações, se consideram inferiores, por isso, considera a importância de ampliar os espaços de participação das mulheres, como o Coletivo de Mulheres. Atualmente esse Coletivo e o MMC ocupam um espaço compartilhado na sede do sindicato, onde há uma sala com equipamentos para a elaboração de medicamentos fitoterápicos e homeopáticos e um terreno nos fundos onde as mulheres cultivam inúmeras plantas medicinais. Para Eni o trabalho com as mulheres e as plantas medicinais está enfraquecido, mas elas buscam recuperar as atividades e as reuniões nas comunidades rurais do município.

5.2.4 Delma

Delma tem 51 anos, é casada, tem dois filhos, reside em área urbana de São João da Urtiga e atua no movimento sindical há um tempo. Vem de uma família de seis irmãos, com três homens e três mulheres, sendo a penúltima filha. Seus irmãos saíram da propriedade quando ela era ainda muito jovem, para trabalhar na cidade, pois os vinte e quatro hectares de terra eram insuficientes para a família toda produzir e viver da terra. Naquela propriedade atualmente reside apenas um irmão com sua família e produzem suínos, leite, grãos, frutas e hortaliças.

Casou-se aos 36 anos, segundo suas palavras “bem madura”, pois não podia ser qualquer pretendente e tinha que ser alguém que compreendesse o seu ritmo de vida, ou seja, o ritmo de uma pessoa que não fica somente em casa, mas que participa de movimento sindical, ambiente onde a maioria dos dirigentes é formada por homens. Ela recordou que o dia do seu casamento foi maravilhoso, convidou todos os companheiros dirigentes sindicais. A festa foi na comunidade dos seus pais, com direito ao café da manhã, como antigamente. Seu pai sempre dizia que no dia em que ela se casasse, faria uma festa igual ao seu casamento. Todos os convidados chegaram na casa do seu pai para um café da manhã e, depois disso, ela foi se arrumar. Às 10 horas aconteceu o casamento na Igreja e, ao meio-dia, churrasco, na parte da tarde houve dança no salão de festas e alguns convidados ficaram para jantar. A festa foi muito divertida e contou com a

participação de trezentas pessoas no casamento. Seu pai abateu um boi e um porco para a festa, fizeram aquela grande festa de comunidade.

Delma engravidou aos 37 anos e continuou trabalhando, participando de todas as reuniões e lutas. Na gravidez do segundo filho, chegou a viajar grávida para Brasília, reconhecendo que foram gestações bem tranquilas. Disse que quando ficava de dois a três dias fora de casa, levava o filho pequeno junto e que seus filhos e o marido nunca foram empecilhos para o trabalho.

Após os primeiros anos de casamento ela enfrentou algumas dificuldades com o marido, a rotina era muito corrida, um chegava e o outro já saía de casa, pois ele trabalhava como motorista de caminhão. Enfrentaram problemas de saúde do marido, mas a vida é assim, alguns momentos de alegria e outros trágicos, mas está muito feliz por ter chegado no estágio de vida em que se encontra.

A trajetória de Delma no movimento sindical iniciou no ano de 1988, nas escolas eclesiais de base. Recorda que durante a formação faziam exercícios e as pessoas deviam escolher qual função gostariam de exercer e, no ano de 1989 ela escolheu ser liderança sindical. Na época o município de São João da Urtiga não tinha sindicato, pois pertencia a Paim Filho e, somente no ano de 1989, com sua emancipação, iniciaram o debate para constituição da entidade, iniciado pelo grupo de mulheres ligadas ao MMTR e a Igreja Católica. Iniciaram a construção de um Projeto de Desenvolvimento Regional como forma de enfrentar as consequências da modernização da agricultura.

No início da militância a sindicalista trabalhava na roça junto com os pais, cursava a escola de base e atuava como liderança. Depois, foi convidada para ingressar no sindicato e realizar o programa de rádio uma vez por semana, cujas informações eram organizadas e gravava. Aos poucos começou a assumir novas tarefas, como a secretária do sindicato onde atuou por cinco anos, atendia os agricultores e encaminhava os pedidos de aposentadoria rural dos agricultores e agricultoras há pouco conquistada. Eram muitos os processos de aposentadoria, de modo que chegou a levar documentos para casa, para organizá-los à noite para encaminhá-los ao INSS no dia seguinte.

Delma contou que o seu pai, no passado, precisou fazer um financiamento para construir a casa, com uma família de seis filhos, necessitando penhorar a terra de vinte e quatro hectares. Muitos agricultores que passaram por isso perderam suas terras, pois não havia nenhuma política de subsídio até os anos de 1994. Ela recorda que poucos agricultores entravam em bancos, realidade que foi modificada com a aprovação do PRONAF que, inclusive foi um marco na sua trajetória de vida.

No ano de 2000 construíram a sede própria do sindicato, que antes ocupava uma sala alugada e nem telefone próprio possuía. O vizinho da frente era quem recebia as ligações e anotava os recados e os levava ao sindicato para, depois davam retorno por meio de outro telefone emprestado. Na sequência da construção da sede própria a Delma assumiu a presidência do sindicato, cargo simultâneo ao de dirigente sindical da Federação e época de muitas lutas realizadas em articulação com o Fórum Sul dos Rurais da CUT.

Sua trajetória foi marcada por diversas lutas e reivindicações como a aprovação de políticas públicas, a criação de cooperativas de crédito e de produção, a participação no movimento de mulheres e a coordenação do movimento sindical.

5.2.5 Cleusa

Casada, tem 41 anos, três filhos homens e mora no interior do município de Constantina. Atualmente é vereadora do município. Vem de uma família de agricultores com quatro filhas mulheres, sendo ela uma irmã gêmea. Desde criança ajudava os pais na roça, se referiu como se fossem os “homens da família”, pelo fato de não ter nenhum irmão homem para ajudar nas atividades produtivas. Contou que uma irmã ficava em casa e as demais iam para a roça, capinar, amontoar pedra, quebrar milho, faziam de tudo.

Recordou que no horário de verão, depois da aula iam todas para a roça, mas teve uma época em que tiveram que se mudar para a cidade, com o objetivo de continuar os estudos. Trabalhavam como faxineiras nas casas para ter moradia, pois a família não tinha dinheiro para pagar o transporte das quatro filhas até a escola. Naquela época não existia transporte escolar gratuito, os livros eram comprados e “tudo era mais difícil”. Depois que concluiu a 8ª série do ensino fundamental se mudou para Passo Fundo para cursar o ensino médio e fez vestibular três vezes na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mas não conseguiu ser aprovada.

Conheceu o marido, que já era dirigente sindical, no ano em que ele foi candidato ao cargo de presidente do sindicato. Até então nunca havia participado do movimento sindical. Seu pai até era associado, mas nunca tinham ouvido falar algo de relevante promovido pelo sindicato, só do papel assistencialista e quando precisavam de dentista recorriam ao sindicato. Mas, para ela, tudo mudou a partir de 1999 e mais ainda após casar-se com o presidente do sindicato em 2001. A partir daí começou a ver o verdadeiro papel do sindicato, por mais que no caso de Constantina, o novo sindicalismo já tinha um

trabalho assentado desde 1986, quando a chapa de oposição sindical foi vencedora de uma eleição muito disputada. Logo que se casaram, foi morar com os seus sogros no interior do município.

Cleusa recorda que no ano 2001 houve uma grande mobilização estadual dos agricultores reivindicavam do governo do Estado recursos para subsidiar os agricultores afetados pela estiagem, com o lema “com chuva ou com vento queremos 1.500”. Na época foram lotados três ônibus de Constantina para Porto Alegre na manifestação, e o papel das mulheres que estavam junto era preparar comida para todos os manifestantes. A partir daquele momento a Cleusa começou a se questionar sobre o papel das mulheres no movimento sindical.

Casada com o presidente do sindicato, começou a participar das mobilizações e entender que o sindicato era uma ferramenta de luta e de organização dos agricultores familiares. Foi muito importante para mudar a sua visão sobre o sindicalismo, mas percebia distinções entre o papel dos homens e das mulheres. Depois de um ano morando com os sogros, mudaram-se para a cidade, entretanto, no final de cada dia e aos finais de semana, continuavam trabalhando na roça, produzindo alimentos para subsistência.

O sonho de estudar se manteve presente na vida da dirigente e surgiu a oportunidade de estudar na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), através de um convênio com a FETRAF-SUL/CUT. Dessa forma, cursou pedagogia em Cruz Alta.

Houve um marco importante no ano de 2001, no Congresso de criação da FETRAF-SUL/CUT, realizado em Chapecó/SC. Nele foi encaminhado que todos os municípios deveriam organizar os Coletivos de Mulheres. Cleusa acentua que Constantina sempre foi uma referência na organização das mulheres no MMTR e no MMC, mas ficou estagnada. Após o Congresso o sindicato, a CRESOL e a Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina (COOPAC) realizaram reunião e convidando ela e mais duas mulheres para delegar a elas a tarefa de reorganizar as mulheres. No entanto, elas entendiam que não tinham experiência e conhecimento suficiente para trabalharem na organização das mulheres, apenas participavam das atividades do sindicato.

Passados apenas dez dias da fatídica reunião, realizaram o lançamento do Coletivo de Mulheres e, nesse momento, escolheram-na para realizar o discurso e compor a mesa oficial. Cleusa disse que nunca havia subido em um palco, muito menos discursado para um salão cheio de pessoas. Lembrou que após a decisão chegou em casa, elaborou um discurso e ensaiou em frente ao espelho, pois não sabia que poderia levar algo escrito e

realizar a leitura. Para ela este foi um dos maiores desafios enfrentados, que marcou a sua vida, por se desafiar a falar em público. Suas pernas tremiam atrás da mesa, mas havia uma toalha que as encobria, de modo que ninguém percebeu. Após o discurso, recebeu diversos elogios de pessoas que eram do sindicato e, principalmente, das mulheres presentes.

A partir de então muitas mulheres começaram a participar da vida sindical efetivamente, fizeram visitas em todas as comunidades rurais do município, realizaram formação com as mulheres e escolheram as representantes de cada comunidade para integrar a coordenação do Coletivo de Mulheres. Cleusa registrou que a Dilva, companheira mais antiga, repassava todo o conhecimento e experiência desde os tempos do MMTR. Assim, novamente, constituíram a organização das mulheres a partir do Coletivo. Inicialmente elas ficaram um ano e meio trabalhando de forma voluntária, sem receber nenhum centavo, somente com a estrutura do sindicato. Quando iniciaram a organização, mesmo o sindicato não possuindo dinheiro, as mulheres mobilizaram recursos a partir das demais entidades, como cooperativas e comércio local, mas nunca deixaram de realizar os encontros.

O Coletivo de Mulheres teve seu auge quando buscaram parcerias via projetos, acessando recursos via governo federal, através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Realizaram cursos de formação, eventos, publicaram livros, organizaram a feira da agricultura familiar no município, realizaram viagens, promoveram espaços de diálogo e trocas de experiências e capacitaram as mulheres para a produção agroecológica. Transformaram, assim, a realidade de diversas mulheres, especialmente daquelas que ainda não eram associadas ao sindicato e que faziam parte da nova geração, o que gerou certos conflitos com os dirigentes sindicais homens. O trabalho se fortaleceu a ponto de cogitarem transformar o Coletivo de Mulheres numa entidade à parte, mas compreenderam que tal atitude afastaria as mulheres do sindicalismo da FETRAF.

A Cleusa nunca deixou de participar dos encontros de formação e das mobilizações por causa dos filhos, e sempre que possível, os levava juntos. Pois, ela compreende que isto se dá pelo fato de ter uma vida entrelaçada com o movimento sindical, uma vez que o marido também faz parte. Em muitos momentos, quando ela saía para os encontros, o marido ficava cuidando dos filhos e/ou vice-versa, sempre conciliando a vida de militância com os filhos.

Fruto do trabalho com o Coletivo de Mulheres, Cleusa se tornou uma forte liderança sindical. No ano de 2008 foi desafiada a concorrer para vereadora, naquele

momento não se sentia preparada, mas em 2012 candidatou-se e foi eleita a 4ª vereadora mais votada e a primeira mulher vereadora do município.

5.2.6 Dilva

Dilva tem 75 anos, é viúva e aposentada, pertence ao município de Novo Xingu, mas continua atuando na saúde alternativa do Sintraf de Constantina, que também abrange o município de Novo Xingu.

Quando começou a atuar no movimento de mulheres, era casada, morava na propriedade rural com seis filhos para criar. Seu marido não era contrário à sua participação nas mobilizações na década de 1980, mas para participar das atividades ela precisava acionar algumas estratégias. Contava com ajuda das vizinhas para realizar o trabalho doméstico, ou seja, elas cuidavam da casa e faziam comida para seus filhos, faziam pão e lavavam a roupa. A cooperação se dava pelo fato da Dilva estar lutando por todas, que na época reivindicavam a aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais. Graças a essa ajuda, ela ficava despreocupada, pois tinha confiança nas pessoas que estavam cuidando dos seus filhos e da casa.

Naa década de 1980 muitas mulheres rurais não possuíam documentos e todas eram consideradas domésticas. Conforme mencionou Dilva, as mulheres eram simplesmente consideradas empregadas domésticas e, para mudar esta realidade, ela se engajou na organização das mulheres, que logo mais originou o MMTR. Ela iniciou organizando as mulheres da região de forma voluntária, o que foi muito difícil. Uma das primeiras lutas foi para sindicalizar as mulheres agricultoras, pois não podiam ser associadas do sindicato, direito até então reservado apenas ao marido. Foi uma luta dentro do próprio sindicato, elas visitaram todos os associados e suas famílias, mobilizaram todos para a assembleia na qual foi aprovado, através do voto, o direito à sindicalização da mulher. Inclusive, em nível estadual, o primeiro sindicato a admitir a associação de mulheres foi o de Constantina.

Em 1988, na Constituinte, a Dilva foi representante das mulheres do Rio Grande do Sul na caravana de mulheres que foram para Brasília na mobilização nacional de mulheres para acompanhar a votação a votação de várias reivindicações da categoria e das mulheres agricultoras. Ela recorda que elas permaneceram dois meses acampadas, sofreram muito, pois não tinham dinheiro para comprar comida, chegaram a passar fome em alguns momentos. Contavam com ajuda das igrejas que levavam comida,

arrecadavam roupas e utensílios para o acampamento. Lembra de um forte temporal que molhou todo o acampamento e os irmãos Maristas ajudaram na busca de colchões e roupas limpas e secas.

Outro momento que marcou sua trajetória foi quando conseguiram associar as mulheres no sindicato e organizaram uma chapa de oposição à atual direção. Com o voto das mulheres elas conseguiram eleger a nova diretoria do sindicato em 1986, dando início a um novo modo de fazer sindicalismo no município e na região.

Outro trabalho desenvolvido pela Dilva é o da saúde alternativa. Fazem 26 anos que ela atua com as plantas medicinais e tratamentos alternativos. No início o trabalho era realizado na cozinha do antigo sindicato de madeira. Ocorreu um grande incêndio que destruiu toda a estrutura. Alguns anos mais tarde foi construída a nova sede, na qual as mulheres foram contempladas com salas específicas para realizar o trabalho com as plantas medicinais.

Dilva recordou que elas iniciaram o trabalho com as plantas medicinais sem nenhuma estrutura, que integrou na direção do sindicato, mas trabalhava de forma gratuita duas vezes por semana e realizava o trabalho com o movimento de mulheres. Na época realizaram reunião com o presidente e solicitaram a liberação de uma companheira para organizar o trabalho com as plantas medicinais. A liberação consiste no pagamento financeiro do trabalho, e assim escolheram-na para iniciar a organização de um horto medicinal e da farmacinha.

No início cada mulher cultivava as plantas medicinais em casa e os preparos eram realizados em uma sala localizada nos fundos do Sintraf. Elas não podiam fazer certos preparos durante o dia porque exalava cheiro forte. Como ela morava próximo ao sindicato, se colocou à disposição para realizar os preparos durante a noite. Em alguns momentos chegou a trabalhar até às 23 horas e, desta forma, o trabalho foi crescendo e ganhando visibilidade.

A sindicalista recorda que no episódio do incêndio da sede do sindicato algumas pessoas da comunidade colocaram a culpa nela, dizendo que “foi aquela charlatã, fazendo o xaropão que queimou o sindicato”. Mas, no momento do incêndio, ela estava em casa quando recebeu a notícia, naquele tempo ela não tinha telefone, um vizinho escutou a notícia no programa da rádio e foi avisá-la. Ela ficou muito triste quando viu o prédio em chamas. Segundo ela, naquela mesma noite teria ocorrido uma reunião do partido e teriam

preparado um arroz carreteiro⁷⁰ na cozinha do sindicato, mais tarde o botijão teria explodido iniciando o incêndio. Com o episódio, todo o arquivo com a história do movimento de mulheres queimou, desde fotos, atas e vídeos, pois a documentação com essa memória se encontrava num armário na cozinha.

Na eleição municipal de 2016 Dilva foi eleita para o primeiro mandato de vereadora no município de Novo Xingu, um novo desafio na sua trajetória, cujo mandato foi exercido em prol da agricultura familiar e das mulheres.

5.2.7 Andréia

Andréia tem 39 anos, casada, tem uma filha, é agricultora familiar, reside na comunidade de Navegantes em Ibiçã e atua na direção da Federação.

Sempre morou na área rural, em pequena propriedade e sua mãe sempre a incentivou a participar das atividades da comunidade e da Igreja. Quando começou a participar das atividades das mulheres via o sindicato tinha seus 15 anos. A mãe não conseguia participar devido ao trabalho, mas incentivava a filha a participar das atividades das mulheres no município.

Sempre trabalhou na agricultura e quando tinha 19 anos foi morar na cidade, por 10 meses, porque na agricultura a renda era pouca. Na época, já namorava quando surgiu o emprego. Realizava trabalho doméstico e de cuidados na casa de uma professora, passando a residir na sua casa durante a semana.

Nesse período ela aproveitou para estudar à noite, cursou o 1º ano do ensino médio. Não estudou antes porque a mãe era doente e a escola era distante. A experiência de morar na cidade foi muito importante em sua trajetória, pois percebeu sua vocação para o trabalho no campo. Não gostava do ambiente urbano, já era acostumada com a rotina ao ar livre e de trato com os animais.

Depois do curto período na cidade, em 1999 fez o curso do Programa Terra Solidária, por meio da regional Altos da Serra da FETRAF-SUL/CUT. Naquele período ela não enxergava a importância do movimento sindical na realização das lutas e reivindicações em defesa da agricultura familiar. Oriunda de uma família com dois irmãos, ela é a primeira filha, mora na terra que é herança do marido e conta que quando se casou recebeu a máquina de costura, o enxoval e uma vaca. No início do casamento

⁷⁰ Arroz carreteiro é um prato típico da culinária brasileira, originário do Rio Grande do Sul, à base de arroz e carne.

tiravam leite, a família do marido também trabalhava no ramo, mas a renda do jovem casal era proveniente da ordenha de apenas duas vacas.

Inicialmente faziam dinheiro apenas a vaca que ela havia levado de casa. Como moravam com a família do marido, precisavam tirar o leite de todas, pois esta era uma questão de tradição familiar. Na época o marido tinha uma moto e saiam aos finais de semana para lazer, com pouco dinheiro, e quando sobrava, guardavam, pois queriam comprar as coisas para dentro de casa. Foram tempos difíceis, mas de muito aprendizado.

Andréia dizia ao marido que quando chegasse sua aposentadoria ela iria vender as vacas e estudar, imaginando esse salário viria da aposentadoria. No movimento sindical começou a perceber que faria tudo isso antes da aposentadoria. Retomou os estudos cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para concluir o ensino médio, indo às aulas à noite e durante o dia já trabalhava no sindicato. Quando retornava havia louça e roupa para lavar e deixava a comida encaminhada para o dia seguinte. O casal também havia adotado a filha de 5 anos, com toda a responsabilidade do cuidado. Quando surgiu a oportunidade de trabalhar no sindicato organizou-se para dar conta do trabalho doméstico, o cuidado da filha como, acionando sua mãe para ajudá-la.

Andréia comenta que tinha dias que ela chegava em casa após as 23 horas e ainda precisava lavar o uniforme escolar da filha. Em outros momentos precisava levar a filha junto, sobretudo, quando havia reunião do movimento sindical. Seu depoimento reflete uma sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados. Ela conseguiu concluir o ensino médio e iniciou o curso de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em agroecologia, pensando pelo sindicalismo, que era ofertado em Concórdia/SC. As aulas eram concentradas nos finais de semana, a cada 20 dias, na modalidade de Educação a Distância (EaD). Depois da graduação cursou pós-graduação na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), campus Sananduva.

Ela dedica-se ao estudo das plantas medicinais e teve muita oportunidade com o grupo de mulheres do sindicato. Realizou curso sobre frutas, plantas medicinais e alimentos condimentares, focado em todas as etapas produtivas desde o plantio até o processamento. Essa foi uma experiência bem interessante em sua vida. O curso foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Sertão, onde também realizou um curso focado no bem-estar animal, com prática de homeopatia. Os conhecimentos adquiridos são aplicados em sua propriedade e ela segue consultando as anotações dos cursos até os dias atuais, como, por exemplo,

quando um animal fica estufado, não há necessidade de chamar o veterinário, ela resolve o problema com as plantas medicinais e preparo caseiro.

5.2.8 Vera

Vera tem 53 anos, é natural de Caseiros e mora em Sananduva. Foi uma das pioneiras na criação do MMTR e a primeira e única mulher eleita coordenadora geral do Sintraf do município.

É a décima filha de uma família de onze irmãos. Desde jovem trabalha na roça e começou a militar na pastoral da juventude rural aos 17 anos, numa época muito forte para os movimentos sociais, década de 1980. Na sequência passou a atuar em outros grupos, como o de mulheres, na época chamado de Organização da Mulher da Roça. Havia um trabalho muito articulado com as comunidades eclesiais de base organizado pela diocese de Vacaria, que tem na figura do bispo Dom Orlando Dotti o grande mentor dessa estratégia.

Vera recordou que as lideranças jovens da época participavam de diferentes espaços e o processo de formação era pastoral, mas, também político-social. Tinha colegas que escolheram atuar nas pastorais, outros com grupos de mulheres, com sindicalismo, tanto no meio rural como urbano, ainda que o sindicalismo no meio urbano seja mais recente, por ser uma região essencialmente agrícola. Na época existiam muitas organizações no meio rural, como o Momento dos Atingidos por Barragem (MAB) e o Movimento dos Sem Terra (MST). No processo das escolas de formação, através da diocese e Igreja Católica, coordenava a formação de lideranças para atuarem nessas diferentes áreas sociais e populares. A trajetória de Vera é marcada pela atuação nos movimentos de mulheres agricultoras e, na sequência, no movimento sindical.

No início ela permanecia na atividade agrícola e dedicava alguns dias da semana ou do mês para atuar nos setores populares, mas a remuneração permanecia vindo da atividade agrícola da família. Um processo interessante realizado para custear as despesas de alimentação, deslocamento e demais gastos dos movimentos sociais eram as roças comunitárias estimuladas pela Igreja, onde plantavam e colhiam batata, milho e feijão, por exemplo, e os recursos da comercialização eram destinados para subsidiar as saídas e atuação dos movimentos sociais. Ela recorda que foi um momento muito rico da história, mas também muito difícil em termos de recursos, mas por meio dessas ações voluntárias e comunitárias elas conseguiam seguir construindo os processos organizativos.

Vera acentuou que era muito difícil “tirar” as mulheres de casa para poderem participar dos movimentos, que muitas de suas colegas jovens o pai não deixava e a mãe não opinava. Era difícil porque a mulher que saía de casa era vista como “uma mulher da vida”, que está procurando homem, no sentido pejorativo da questão. Havia discriminação mesmo e muitas delas não conseguiram conquistar o direito de ir a uma reunião, podendo somente participar de reuniões nas suas comunidades.

Criativamente, as mulheres usavam estratégias para conseguir sair de casa, diziam que iam se encontrar para rezar, sempre rezavam, mas era usado como estratégia. Em algumas situações elas se articulavam para fugir de casa por um determinado período, porque o companheiro não permitia, mas na volta, sabiam que iriam apanhar. Houve casos graves de violência, cujas mulheres vinham na reunião e relatavam a situação, sabendo que ao retornarem para casa poderiam apanhar novamente, mas o desejo de participar era mais forte. As lideranças usavam várias artimanhas para poderem, efetivamente, trazer essas mulheres para a organização.

No seu caso particular, a Vera só conseguiu a liberação do pai e da mãe porque o padre foi até sua residência para conversar com eles, de modo que ela participava sob a responsabilidade da Igreja. Na época, os padres que atendiam a paróquia e os seminaristas eram ligados à Teologia da Libertação, estando ela sob a tutela destes. Ela iniciou sua participação sob grande responsabilidade, pois os padres foram buscá-la em casa e ela tinha o compromisso de não fazer besteira, no sentido de transgredir alguma regra ou norma, pois não prejudicaria só ela, mas todo o grupo e as lideranças. Comentou que para ela não foi tão difícil, pois vinha de uma nova geração, seus pais já tinham a “cabeça mais aberta” para algumas situações, o pai, principalmente, pois participava do movimento sindical quando ela nasceu em 1965, momento em que foram fundados muitos sindicatos na região, como o de Lagoa Vermelha, Sananduva, São José do Ouro e Machadinho. Seu pai foi liderança no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha, apoiava e compreendia a importância da organização da mulher e do homem do campo.

Ele havia participado da Frente Agrária Gaúcha, como sócio fundador e foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Vermelha. Isso facilitou, pois com outras colegas não foi tão fácil, dependia muito de como estava a família, se era numerosa como a dela, era mais fácil para sair porque tinha outros em casa que realizam os trabalhos. No final foi mais difícil, pois os irmãos pegaram a época do êxodo rural e foram trabalhar fora da propriedade e a mão-de-obra em casa ficou escassa, tornando mais difícil a sua saída. Mas, no período inicial da militância havia mão-de-obra

disponível no campo, o que propiciava que as pessoas saíssem da propriedade por alguns dias para atividades organizativas e de formação sem remuneração, ou seja, no voluntariado, pois não gerava conflitos na produção familiar.

A Vera ajudou, no ano de 1986, a criar a Organização da Mulher da Roça, nomenclatura que permaneceu até 1989, quando foi criado o MMTR com abrangência estadual. Mencionou que o processo de criação das diferentes organizações e movimentos sociais da região se deu de forma conjunta com a diocese, tanto que as reuniões iniciavam com todos os movimentos sociais juntos para discutir temas relacionados à conjuntura e depois os diferentes setores, que eram pastorais, mulheres, atingidos por barragens, sindical e sem-terra discutiam questões específicas, nos grupos separados.

Ela casou-se no ano de 2000, mudou-se para Sananduva e continuou atuando nos movimentos sociais, mas agora focada no movimento sindical. Continua defendendo que é preciso ter o movimento de mulheres para as questões específicas, pois ainda existe muita discriminação para ser superada.

5.2.9 Juraci

Juraci tem 45 anos, reside no município de Viadutos, distante 29 km de Erechim, onde está localizada a sede do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU), seu local de trabalho. Atualmente ela ocupa o cargo de presidente da COOPERFAMÍLIA e coordena o Coletivo de Mulheres na região.

Jura, como é conhecida, tem uma filha e moram juntas. Desde que ficou viúva, em 2008, assumiu o papel de pai e mãe, precisava ter estrutura emocional para dar suporte para a filha, que, apesar das dificuldades que enfrentou, ficou mais forte. Após o falecimento do marido ela precisava encontrar um caminho para seguir e resolver os problemas que a vida lhe apresentava. Mesmo quando ficou doente, pois enfrentou um câncer de mama, refletiu o quanto as mulheres precisam ser fortes e apoiar-se mutuamente.

Sua inserção no movimento sindical se deu desde a criação do SUTRAF de Viadutos. Na época, o marido era envolvido com a comunidade e ela começou a participar gradativamente, de forma mais ativa. Iniciou auxiliando a cooperativa na prestação de contas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No ano de 2006 assumiu integralmente essa função deslocando-se duas vezes por semana até a sede do SUTRAF, em Erechim. Quando se tornou presidenta da cooperativa a rotina se modificou, exigindo

sua presença diária na sede do SUTRAF, mesmo local onde a cooperativa se instalou e tem um ponto de comercialização de produtos da agricultura familiar e de agroindústrias familiares.

No passado, quando Juraci começou a sair de casa para participar das atividades do sindicato, a sogra tinha uma posição muito radical porque entendia que ela saía apenas para “aprontar”, subentende-se a relações extraconjugais. Disse que em muitas reuniões do sindicato havia de dez a quinze homens e ela como a única mulher. A mentalidade de sua sogra ainda se faz presente em muitas mulheres, reproduzindo o estereótipo de que a mulher precisa ocupar apenas o espaço privado.

Em 2016 as mulheres retomaram a organização do Coletivo de Mulheres, a pedido de algumas mulheres que estavam enfrentando dificuldades nos espaços sindicais, sobretudo, para ocupar cargos nas direções, pois não se sentiam preparadas. Segundo Jura, na época ela também não se sentia preparada para assumir a coordenação do Coletivo e afirmou que “a gente nunca está preparada o suficiente”, mas o espaço do Coletivo é importante para realizar encontros de formação e lutas específicas das mulheres.

Aqui finaliza-se a apresentação das biografias das dirigentes sindicais, elucidando suas trajetórias construídas através das entrevistas narrativas biográficas. A partir de suas memórias as dirigentes sindicais ressaltam elementos que as ajudam a compreender o processo de engajamento no movimento sindical em diferentes níveis.

Percebe-se que para a maioria delas o apoio da família foi fundamental para o processo de formação, tanto na figura dos pais, quanto na do marido. A problemática de gênero foi abordada em diferentes situações como, por exemplo, a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados, sobrecarregando-as, requerendo a adoção de diferentes estratégias, com a mobilização de uma rede de apoio de outras mulheres, como no caso de Dilva, Andréia e Ivete.

O autor Sanchez (2013) reflete sobre os fatores que influenciam o empoderamento masculino e feminino, sendo necessários processos que gerem capacidades econômicas, sociais e políticas. Para as mulheres é necessário olhar para uma perspectiva micro, pois além de permearem questões dentro das famílias e dos lares, também perpassam dentro da estrutura cultural. Nesse sentido, percebe-se que, para as mulheres gerarem as capacidades necessárias de autonomia, apenas condições macros não são suficientes.

No nível organizacional a entrada de diversas mulheres no movimento sindical se deu a partir das pastorais, que realizaram trabalho de mobilização, formação e apoio.

Através das escolas eclesiais de base as mulheres foram incluídas no processo de formação sindical. Além disso, o papel dos religiosos foi importante para a mobilização de estratégias que favorecessem a participação das mulheres em atividades formativas e em lutas contra as injustiças sociais, como se pode notar nas narrativas de Delma e Vera.

Ao longo da pesquisa foi verificada uma nova fase organizacional a partir de uma geração de mulheres que entraram no movimento sindical no período de consolidação do novo sindicalismo e de constituição da Federação. Aí as mulheres enfrentaram novos desafios para a construção de espaços organizativos através dos Coletivos de Mulheres, encontrando apoio e barreiras nas estruturas sindicais, conforme ficou claro nas narrativas de Cleonice, Cleusa e Juraci.

Na subseção seguinte será apresentada uma análise sequencial dos dados biográficos, ressaltando o ponto de partida de cada narrativa biográfica e as temáticas mobilizadas em cada trajetória.

5.3 PONTO DE PARTIDA DA ANÁLISE BIOGRÁFICA

Nesta etapa apresenta-se o ponto partida de cada narrativa biográfica e é possível verificar como cada interlocutora constrói sua argumentação, através da trajetória pessoal, até tornar-se dirigente sindical. A partir da pergunta geral “gostaria de conhecer um pouco mais de sua vida. Se você pudesse me contar a trajetória de sua vida como dirigente sindical, por onde começaria?”. Outro ponto de análise diz respeito ao local onde foram desenvolvidas as narrativas, por impactar o modo como as mulheres contam suas trajetórias. Os dados são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4. Ponto de partida das narrativas biográficas

Ponto de Partida
<p>Cleonice: “Na verdade, começou porque meu pai era dirigente sindical, ele era da direção do sindicato, aqui em Tiradentes do Sul. Comecei como auxiliar dos funcionários do sindicato, que naquela época fazia pouco tempo que tinha se conquistado o PRONAF, e aí o sindicato fazia as propostas de encaminhamento de PRONAF [...]”</p> <p>Local: Casa</p>
<p>Ivete: “Assim, a gente começou desde muito pequena, na época que foi fundado o sindicato de Tenente Portela, lá nos anos 1963, os agricultores em si tinham uma necessidade de atendimentos à saúde, ao sistema odontológico, na época não tinha o SUS, no caso, as pessoas se associavam no sindicato para ter um tipo de auxílio. Com tudo isso a gente começou a participar do sindicato quando a gente ia buscar</p>

<p>auxílio odontológico, o sindicato sempre tinha um ou dois profissionais da área odontológica, daí a gente começou a participar mais do sindicato.”</p> <p>Local: Casa</p>
<p>Eni: “Quando fui convidada para fazer parte da direção do sindicato eu já tinha uma caminhada como funcionária, então para mim foi surpreendente, muito bom na época, um pouco receosa pelos desafios que tinha pela frente, mas eu assumi. E a partir daí a gente sempre foi participando de todas as atividades e ações nas instâncias que o sindicato fazia parte, sempre a partir dos encaminhamentos procurei desempenhar um papel como dirigente sindical, fazendo aquilo que fosse em benefício dos agricultores, isso sempre foi o que eu tive em mente.”</p> <p>Local: Sindicato</p>
<p>Delma: “Minha militância no movimento sindical iniciou em 1988, nas escolas de base. Comecei pelo amor e carinho que eu tenho para com os agricultores e agricultoras, isso que me levou a me engajar na vida sindical. Se tem uma coisa que eu sempre gostei e defendi foi a agricultura familiar, a luta dos agricultores. Tenho muita admiração, não por aquilo que a gente ganha, mas por aquilo que a gente gosta de fazer, eu só estou no movimento sindical porque eu gosto de fazer aquilo que eu faço. Isso não é fácil, você lidar com os agricultores, tem diferentes visões, diferentes atividades, mas tudo para mim foi muito bom.”</p> <p>Local: Sindicato</p>
<p>Cleusa: “Desde criança a gente nasceu aqui, se criou aqui, então quando eu terminei a 8ª série eu fui para Passo Fundo estudar num colégio de irmãs. Porque eu queria estudar e queria ir para uma faculdade, naquela época não tinha as oportunidades que hoje a juventude tem, mas que infelizmente está perdendo.”</p> <p>Local: Câmara de Vereadores</p>
<p>Dilva: “Eu entrei no sindicato em 1981, entrei como líder das mulheres, naquela época era da FETAG. Dali eu já comecei a organizar as mulheres do sindicato de Constantina, mas era um trabalho voluntário que a gente fazia, dentro das organizações. Então a gente começou a participar do sindicato daquela época e começamos a organizar esse movimento das mulheres para reivindicar os direitos.”</p> <p>Local: Vida Saudável</p>
<p>Andréia: “Eu sempre morei na roça, pequena propriedade. Na família não tinha ninguém que participasse do movimento sindical, porém a mãe sempre me incentivou a participar das atividades da comunidade e da Igreja, num primeiro momento, depois quando começou a chegar o convite do sindicato para participar das atividades das mulheres, naquele período eu tinha uns 15 -16 anos.”</p> <p>Local: Casa</p>
<p>Vera: “Minha história enquanto dirigente passa antes pela participação nas lutas gerais da classe trabalhadora. Eu com 17 anos já comecei a militância na pastoral da juventude rural, uma época muito forte, nos anos 80. Na sequência a gente já começou a atuação, sempre com grupos do meio rural, com os grupos de mulheres, na época nós nos chamávamos de Organização da Mulher da Roça.”</p> <p>Local: Sindicato</p>
<p>Juraci: “Quando se criou o SUTRAF, desde a primeira direção do SUTRAF de Viadutos. Era agricultora, envolvida nas atividades, meu marido era também envolvido na comunidade, mas não no movimento sindical. Participando do sindicato, a Beta trabalhava na cooperativa, tinha o projeto do PAA lá em Viadutos, eu comecei a ajudá-la na prestação de contas do PAA. Em 2006 ela saiu da cooperativa e eu comecei a trabalhar aqui na cooperativa em Erechim, vinha dois dias por semana. Depois comecei a vir todos os dias, daí me tornei presidente da cooperativa, hoje ainda estou como presidente.”</p> <p>Local: Sindicato</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A construção da narrativa de cada mulher partiu de uma memória específica à qual cada uma atribui sentido ao tornar-se dirigente sindical. A memória do pai como dirigente sindical é atribuída à memória narrada por Cleonice. O papel assistencialista do sindicato e a participação do pai no movimento sindical é verificada na memória da Ivete. Na memória de Eni, o trabalho como funcionária do sindicato possibilitou sua entrada na direção do sindicato e, conseqüentemente, o desempenho de dirigente sindical. As escolas de base da Igreja Católica, através da atuação nas pastorais, são verificadas nas narrativas de Delma e Vera. O desejo de estudar e cursar uma faculdade é atribuído à memória de Cleusa. A mobilização das mulheres em busca de direitos na década de 1980 está na memória da Dilva. As atividades desenvolvidas pelas mulheres do sindicato possibilitaram o primeiro contato na memória da Andréia. Por sua vez, na memória narrativa da Juraci está sua participação desde a criação do Sintraf municipal e a vida comunitária. E na narrativa visual da dirigente sindical Ivete está vivo o legado do pai atuando no movimento sindical.

QR Code 5. Legado sindical de pai para filha



Um elemento que assume grande importância é a interação, já que cada narrativa é produto da interação mútua entre pesquisadora e entrevistada. Dessa forma, foram escolhidos os locais para que as entrevistadas pudessem desenvolver a narrativa desde um ambiente tranquilo onde se sentissem confortáveis, com o mínimo possível de interrupções. Conforme Rosenthal (2017), na entrevista como um todo, evidencia-se a terapêutica da escuta ativa, proporcionada por este tipo de entrevista, a narrativa biográfica, uma vez que são revelados assuntos ao perceber-se o interesse e a empatia da ouvinte.

Sobre os locais escolhidos, para quatro entrevistadas a casa representou o ambiente apropriado, para três entrevistadas o sindicato, para uma, o espaço destinado ao trabalho com as plantas medicinais e para uma, a Câmara de Vereadores, por ser seu atual espaço de atuação.

É importante destacar que foi considerada a forma como cada entrevistada narra sua própria vida, com o sequenciamento da entrevista e análise dos segmentos dos trechos que teve como base os seguintes critérios para construir a separação das sequências textuais: ponto de partida; elementos que influenciaram a entrada no movimento sindical; elementos ressaltados durante a atuação como dirigente sindical e; o desfecho final da narrativa.

Outro ponto de análise que assume grande importância é quanto a entrevistada orienta a narrativa para o sistema de relevância da entrevistadora e em que medida ela admite isto. Tais elementos podem ser observados quando começam as perguntas da entrevistadora, na segunda parte da entrevista. Nesse momento são analisados os mecanismos que influenciam a escolha dos temas abordados na sua estruturação da narrativa (ROSENTHAL, 2014). O importante a ser observado é a gênese de experiências vivenciadas pela falante, buscando reconstruir sua história de vida, conforme a narrativa. Não importa resgatar os fatos conforme ocorreram à época, mas a escuta dos motivos que levaram a entrevistada a relatar os acontecimentos da forma como ela os relatou, de forma latente.

As entrevistadas atuam no movimento sindical e foram convidadas para participar da pesquisa diante da sua condição de dirigentes sindicais. Dessa maneira, evidenciaram a todo momento a luta específica das mulheres, por compreenderem a importância de tal elemento na pesquisa. Assim, o aprofundamento não ocorreu apenas pela condução da pesquisadora, mas pelo fato das entrevistadas admitirem a importância desta informação, a partir do sistema de relevância.

Quanto aos aspectos observados no cotidiano das dirigentes sindicais aliado com as narrativas biográficas, ressalta-se que

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta ‘não história’, como o diz ainda A. Dupont. “O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível (...)” (CERTEAU *et al.*, 1996, p. 31).

O “invisível” ao qual o autor Certeau (1996) se refere diz respeito à “liberdade gazeteira das práticas”, de ver diferenças e de perceber as microrresistências que fundam micro-liberdades e deslocam fronteiras de dominação. Há elementos subjetivos que não são problematizados e até visíveis nas narrativas biográficas, mas que se referem ao universo íntimo das mulheres, que se dá no nível familiar e na esfera do cuidado.

Todas as dirigentes sindicais possuem filhos e assumem tarefas domésticas e de cuidados. Observou-se que em alguns casos essas tarefas são compartilhadas ou, até mesmo, assumidas pelos maridos, deslocando, dessa forma, as ‘fronteiras de dominação’. Isto acontece devido à rotina de dirigente sindical, que carrega o peso das responsabilidades de poder e de representatividade, conforme observado em dois casos, onde a responsabilidade do cuidado da casa e dos filhos é assumida pelos maridos. No primeiro, a dirigente possuía um cargo estadual e seu tempo no lar se resumia aos finais de semana e, no segundo o marido possuía problemas de saúde, impossibilitando-o de trabalhar na sua antiga profissão, de forma que foi acordado no núcleo familiar que ele cuidaria das atividades domésticas e a esposa do sustento financeiro.

Outro caso observado é quando não há divisão das atividades domésticas pelo casal. Apesar da dirigente desempenhar a atividade na direção estadual da Federação, com viagens e períodos fora de casa, as atividades domésticas, da horta e da produção de leite são de sua responsabilidade. Quanto à produção agrícola, sobretudo, de grãos, a responsabilidade é do marido, ou seja, as atividades que não são consideradas domésticas. Neste caso, há negociações quando a mulher está ausente, passando as responsabilidades para a filha do casal, sendo, então, delimitada a divisão sexual do trabalho.

O trabalho como dirigente sindical, em muitos casos, ocorre aliado à produção de alimentos. O modelo de produção ligado à agricultura familiar faz com que ocorra uma organização familiar para os momentos em que as mulheres estão fora da propriedade. Muitas relataram que o trabalho de tirar leite ocorre após o expediente do sindicato, assim como as tarefas domésticas. A produção de alimentos para subsistência também fica sob responsabilidade das mulheres, organizando o excedente para ser comercializado nas feiras locais, ou até mesmo, ocorrendo a fabricação de compotas caseiras para o consumo familiar.

Algumas mulheres também acabaram por assumir funções apenas fora da porteira, ou seja, a produção de alimentos já não é mais a principal atividade desenvolvida. Isso ocorre devido à localização da maioria das sedes dos sindicatos ser em área urbana, o que

acarreta numa mudança habitacional do rural para o urbano. Em alguns casos a propriedade rural foi vendida para que houvesse a transição e a produção ficou sob responsabilidade de familiares, como irmãos e pais.

QR Code 6. Agricultora Familiar e Dirigente Sindical



Quanto aos aspectos sobre a luta das mulheres, a todo momento as dirigentes sindicais reafirmam um elemento para além da organização sindical, identificado como uma certa “consciência militante feminista”.

Na tese da autora Álvaro (2013, p. 299), a formação da consciência militante feminista se dá por alguns pontos indispensáveis: (a) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; (b) o sair de casa; (c) a identificação na outra da sua condição de mulher; (d) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; (e) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. A autora chama atenção para o fato de que não existe uma ordem hierárquica de importância entre os pontos, mas que todos se relacionam de forma orgânica e dialética.

Tal elemento permeia todas as narrativas biográficas identificadas na descrição da atuação na formação do MMTR e na reorganização das mulheres nos Coletivos de Mulheres da FETRAF-RS/CUT, nas lutas e reivindicações por direitos de aposentadoria rural e licença maternidade, a Habitação Rural, Projeto Caprichando a Morada e demais projetos via Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Ressalta-se a importância para o reforço de uma consciência militante feminista, o trabalho realizado com as plantas medicinais, espaço exclusivo das mulheres, que está presente desde o início da formação do MMTR até os tempos atuais e pode ser identificado, também, como espaço das resistências.

As narrativas biográficas construídas a partir da memória coletiva acionam um campo da lembrança através da experiência socialmente compartilhada. A noção da

experiência para o autor Walter Benjamin (1987) ajuda a compreender o caráter transdisciplinar que a memória social assume.

De acordo com Achilles e Gondar (2016), a memória é um campo de estudos que articula uma multiplicidade de definições, diferentes perspectivas e discursos, muitas vezes antagônicos. Deve-se reconhecer que é concebida enquanto produção de poder, destinada à manutenção dos valores de um determinado grupo.

Por tais motivos a memória pode apresentar-se de forma dinâmica através de cinco proposições, quais sejam: (1) “o campo da memória é transdisciplinar”, referindo-se aos diferentes campos do saber; (2) “o conceito de memória é ético e político”, quando se refere à esfera prática do conceito, ou seja, quando se opta por uma perspectiva teórica; (3) “a memória implica esquecimento”, uma vez que envolve uma relação complexa entre lembrança-esquecimento; (4) “a memória não se reduz à identidade”, o esquecimento é um elemento inerente à construção da memória e a identidade é ficcional e (5) “a memória não se reduz à representação”, indicando que não se pode reduzir a memória a este campo (ACHILLES; GONDAR, 2016, p. 175-176).

Dessa forma, a concepção da memória aciona as experiências individuais das interlocutoras, reforçando que as narrativas realçam a experiência histórica passada, capaz de ser atualizada e interpretada de forma crítica. Assim, cada “detalhe dos cacos” não sofre um apagamento, ou seja, um esquecimento, mas sim, emerge constituindo-se através de “mosaicos de imagens”.

Tal assertiva pode ser verificada no modo como cada dirigente sindical aciona a memória para narrar sua trajetória de vida, uma vez que elas não mobilizam uma memória linear, contínua ou até mesmo cronológica. Mas, sim, organizada via ‘coleção’ de ‘experiências’, compreendendo assim, a memória como um mosaico, uma montagem, composta por fragmentos.

Observa-se que o ponto de partida das narrativas biográficas não seguiu a regra cronológica e biológica da vida como nascimento, infância, juventude e vida adulta, mas sim, elas mobilizaram diferentes experiências – fragmentos da memória, conforme o Quadro 2, que se refere ao ponto de partida mobilizado para iniciar a narrativa biográfica. Às vezes, ao acionar a ‘coleção de experiências’ as mulheres avançavam em fatos da vida para depois retornar a uma experiência da infância, numa espécie de “vai e vem” de memórias acionadas. Desse modo, a memória pode ser interpretada através da coleção de experiências, pois a atividade de colecionar é composta por uma diversidade de tipos de documentos, temas, objetos, cacos, para talvez, materializar a experiência.

A cada contato com o que foi armazenado, conseguimos fazer o exercício de lembrar, narrando para nós mesmos e para os outros o que está diante de nós. A narração é uma forma de exteriorizar nossas experiências que ficam marcadas em nossa memória individual e coletiva” (ACHILLES; GONDAR, 2016, p. 182).

O autor Benjamin (1987) reflete sobre a dinâmica da memória e acentua que cada vez que ela é acionada ela aciona uma coleção de fragmentos que possibilitam reproduzir narrativas diferentes, sobretudo, pela forma como se quer revelar a identidade naquele momento, reproduzindo uma “força estimuladora”. A depender da ênfase que se quer colocar, esses fragmentos são acionados em cada momento como força estimuladora que afeta e ajuda a organizar um mosaico do que se deseja revelar, com as nuances que estão armazenadas na memória. Assim, é possível contar, recontar, relembrar e percorrer sutilezas da própria memória e analisar o vivido.

Para as dirigentes sindicais, além do aspecto subjetivo de cada coleção de experiências, existe um aspecto em comum que é a condição de “mulher” no movimento sindical. Tal realidade impacta seus corpos marcando suas experiências e atingindo lugares da memória tangível. Pois, é no corpo que as crenças, as representações e os significados do que é ser homem e ser mulher numa determinada sociedade influenciam as representações de gênero (MATOS; LOPES, 2008).

Nesse sentido, o corpo encarna as concepções que orientam determinada sociedade. A mobilização social do MMTR, iniciada na década de 1980, é uma experiência acionada na memória para narrar a trajetória de lutas pelo reconhecimento social das mulheres rurais. E, para as mulheres mais jovens, a experiência de lutas para garantir os direitos conquistados ou até mesmo a retomada dos Coletivos de Mulheres diz respeito a uma dessas forças estimuladoras. A condição de ‘mulher’ mobiliza determinados assuntos intrínsecos a essa condição no movimento sindical, pois as representações sociais, ao se referirem aos saberes elaborados socialmente pelos sujeitos, direcionam sua atuação na sociedade. As agricultoras familiares situam-se num contexto que acarreta o papel de dirigentes sindicais e o trabalho na produção de alimentos, os cuidados da saúde da família e dos animais, as tarefas domésticas e a atuação na militância sociopolítica em geral.

A produção da subjetividade conecta-se com a produção do real, na contramão da naturalização dos papéis fixos e prontos para a condição de ‘mulher’. A partir disso, a produção de subjetividade pressupõe a multiplicidade e a metamorfose do real e “as

multiplicidades são a própria realidade, não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 8).

A memória aciona a dimensão da narrativa de mulheres no campo da ‘militância’ e do movimento sindical enquanto território – local de forjar-se militante. O território, como campo das experimentações, também produz subjetividades e modos de militância mais atentos a dimensões da experimentação de mundos, rompendo com a singularidade para acionar o cruzamento com histórias coletivas. Desse modo emergem as narrativas coletivas na vida tácita por meio de várias experiências que se forjam na militância, no embate e no jogo de forças que se entrecruzam ora com o núcleo familiar, ora com a coletividade. As experimentações da vida, então, atravessam o coletivo, por meio da linha da multiplicidade⁷¹ e da singularidade⁷² coletivas, locais e situadas.

Segundo os autores Júnior e Silva (2018), para entender a militância é preciso pensar que ela pode ser potente não quando for entendida como um especialista da “causa” – categoria agricultura familiar, mas quando colado com o cotidiano, simples e crucial à vida. Dessa forma, olhar para as relações que subvertem as individualizações, as hierarquias, os racimos, os corporativismos, os machismos e toda e qualquer relação de dominação que tenta reduzir as potências de vida (HECKERT, 2012).

Tendo em vista esse complexo panorama que envolve o tornar-se dirigente sindical para as interlocutoras da presente pesquisa, no próximo capítulo serão abordados elementos da memória coletiva e a análise dos principais temas desenvolvidos em suas narrativas biográficas.

⁷¹ Na perspectiva deleuzina trata-se de um conceito abstrato que se refere ao atravessamento coletivo que não se limita a um sujeito ou um objeto, mas que aponta para as diversidades (JÚNIOR; SILVA, 2018).

⁷² Diz respeito às diferenças que constituem os sujeitos em suas relações com o mundo.

6 LUTA POR RECONHECIMENTO: CONTRIBUIÇÃO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES A PARTIR DA MEMÓRIA COLETIVA

A memória coletiva reflete um arcabouço de sentidos imbricados com contextos macrosociais que, através do cotidiano, revelam resistências e re-existências. Para a compreensão do mundo social e as vivências nesse mundo, propõe os seguintes princípios: (a) a intersubjetividade: os seres humanos são sempre em relação uns aos outros; (b) a compreensão: para atingir o mundo vivido, a Ciência precisa apreender as coisas sociais como significativas; (c) a racionalidade e a intencionalidade: o mundo social é constituído por ações e interações que obedecem aos usos, costumes e regras ou conhecem os meios, fins e resultados (MINAYO, 2010).

Partindo desses pressupostos busca-se elucidar algumas motivações para a luta das agricultoras familiares, levando em consideração as funções motivacionais como as “razões” e os “objetivos”, orientadas sob a forma de planos e projetos, esclarecendo os problemas da volição, da escolha, da liberdade e do determinismo no contexto da ação humana (SCHÜTZ, 2012).

Para iniciar a reflexão parte-se da narrativa visual com a memória coletiva de algumas mulheres dirigentes sindicais da FETRAF-RS/CUT. O vídeo a seguir mostra depoimentos que expressam o ‘sentido’ de ser dirigente sindical. Por sentido compreendem-se as “razões” e os “objetivos” que levam à ação humana e às subjetividades que permeiam em cada contexto.

QR Code 7. O ‘sentido’ de ser dirigente sindical



Ressalta-se que o acesso das mulheres às oportunidades universais não pode ser alcançado apenas por ações de caráter indistinto, uma vez que essas não superam as desigualdades de gênero. Precisa-se levar em conta a longa história de discriminação e

opressão pela qual elas têm passado e as inúmeras evidências de resistência à mudança (ALMEIDA, 2011).

Para isso, é importante analisar as estratégias mobilizadas pelas agricultoras familiares em busca da justiça social, reconhecendo suas necessidades específicas em comparação às necessidades dos homens. Igualmente requer reconhecer a pluralidade existente no interior dos diversos grupos que as compõem, levando em conta os parâmetros de diversidade étnico-racial, geracional, cultural, regional, econômica e social, dentre outras.

6.1 POTÊNCIA DAS NARRATIVAS E BIOGRAFIAS DE MULHERES

O trabalho de campo proporcionou um encontro profícuo para revelar trajetórias, saberes e contextos sociais. O percurso foi marcado pela busca de (des)construções por parte da pesquisadora, uma vez, que já conhecia as atrizes sociais no ambiente sindical, mas que entrou na seara do íntimo e do cotidiano, ao construir suas narrativas biográficas e desafiar-se a traduzir suas visões de mundo e compreender os processos percorridos por elas para que se constituírem lideranças e dirigentes sindicais. A começar pela negociação para a realização da pesquisa, os bastidores foram marcados por questões que influenciaram a realização das entrevistas, visto que as lideranças possuem diversos compromissos e o seu tempo é escasso, requerendo negociações para a realização das mesmas. Isso requereu o estabelecimento de confiança entre pesquisadora e as interlocutoras para reproduzir no texto as suas percepções e emoções. Também suscitou a indagação e críticas do movimento sindical sobre o cunho de “denúncia contra os homens dirigentes sindicais”, nessa seara, pois optou-se por assumir o posicionamento de problematizar as estruturas patriarcais e machistas intrínsecas à sociedade e reproduzidas nas atitudes individuais e institucionais. Ao não aprofundar o tom de denúncia preferiu-se interpelar as próprias agências e estratégias mobilizadas pelas dirigentes sindicais, foco principal da presente tese. Tal ‘cuidado’⁷³ de não assumir estudo com caráter de denúncia,

⁷³ Muitas vezes os estudos de gênero e os feminismos são confundidos com ódio aos homens ou até mesmo atrelados aos estereótipos de mulher masculinizada. A esse tabu atribui-se a ‘preocupação’ dos dirigentes sindicais homens. Dessa forma, desconstruir tal ideia reforça a importância de estudos sobre os movimentos que surgiram para lutar por direitos sociais e políticos igualitários para homens e mulheres. Também perpassa pela compreensão das diferentes vertentes dos feminismos: Feminismo Liberal, Feminismo Marxista ou Socialista, Feminismo Interseccional, Ecofeminismo, Feminismo Negro, dentre outros. Para saber mais, consultar Alvarez (2019), Hirata (2014) e Piscitelli (2002).

mas sim de problematizar tais questões se deu por uma preocupação do próprio movimento sindical, uma vez que tratar de tais questões ainda é um tabu.

Tais compreensões evidenciam que o conhecimento científico é discutível e provisório, sendo, portanto, passível de crítica (SAUTU *et al.*, 2005). A compreensão da ação humana convida a refletir que:

Os seres humanos nascem em redes de interdependência entre indivíduos, e as estruturas sociais que eles formam entre si possuem uma dinâmica emergente que não pode ser reduzida a ações e motivações individuais. Essa dinâmica emergente molda o crescimento, o desenvolvimento e a trajetória de vida dos indivíduos. As figurações estão em constante estado de fluxo e transformação e, ainda, as transformações de longo prazo nas figurações sociais humanas não são passíveis de planejamento prévio e previsão (SCOTT, 2009, p. 84).

Dessa forma, além do campo exploratório acompanhando a rotina das dirigentes sindicais na sede da FETRAF-RS/CUT em Porto Alegre, participou-se como observadora do II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares, realizado no dia 24 de novembro de 2017, em Erechim, protagonizado pelo Coletivo de Mulheres do Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai.

QR Code 8. Mulheres em Marcha



Apesar de corresponder a um momento inicial do trabalho, o encontro sintetiza e performatiza o universo do movimento das mulheres e reforça a potência presente nas narrativas de cada mulher presente neste encontro. Por esta razão optou-se por trazer o relato do referido evento nesta seção que analisa os meandros da luta por reconhecimento, subjacente a todo o trabalho aqui conduzido. A narrativa é feita na primeira pessoa do singular, ressaltando a atmosfera de envolvimento proporcionada pela experiência.

No encontro havia uma faixa de recepção com a seguinte frase “Mulheres lutando por seus direitos, por igualdade e respeito”. Na ornamentação do palco principal havia

uma casa em miniatura remetendo ao lar conquistado pela principal política pública executada pela FETRAF-SUL/CUT, a partir da Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar (COOPERHAF), por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Esse tipo de encontro é realizado a cada dois anos na região Alto Uruguai, intercalado com o encontro da juventude rural. É importante trazer elementos do que presenciei naquele dia, pois fui afetada⁷⁴, a partir das conversas realizadas com diversas mulheres agricultoras familiares e percebi que as trajetórias das lideranças da FETRAF-RS/CUT poderiam ser um campo fértil para as minhas indagações sobre gênero no contexto rural.

O ambiente começou a ser preenchido com diversas mulheres chegando em vários ônibus, mais precisamente de 27 municípios pertencentes que constituem a base Alto Uruguai da Federação, com seus respectivos Coletivos de Mulheres. Havia presença de algumas mulheres jovens, mas a grande maioria foi de mulheres aposentadas, na faixa etária de 50 a 60 anos, todas vestidas com a camiseta lilás do encontro.

Foi realizada uma mística⁷⁵ de abertura, com mulheres portando cartazes com frases relativas às diversas formas de violência, com o intuito de lembrar a luta contra qualquer forma de violência, seja física, psicológica e/ou moral. Após esse momento algumas mulheres adentraram o salão portando bandeiras da FETRAF e da CUT, que remetem às organizações sociais às quais elas fazem parte, mas ao mesmo tempo estavam reafirmando simbolicamente que além de realizarem a luta em defesa da classe trabalhadora, também eram instrumento de luta pela igualdade de gênero. Após a mística ocorreu a abertura do encontro, seguida de discursos de autoridades políticas e das coordenadoras do Coletivo de Mulheres que reafirmaram as pautas de suas lutas que, naquele momento, centralizam-se contra a Reforma da Previdência Social⁷⁶ e no enfrentamento à violência contra a mulher.

⁷⁴ Atribui sentido a troca de informações, situações acompanhadas e com o tempo de vivência com o determinado grupo pesquisado, estabelecem laços de reciprocidade. Para Goldman (2005), basta se deixar afetar pelas mesmas forças que afetam os demais para que um certo tipo de relação possa se estabelecer e envolver uma comunicação muito mais complexa que a simples troca verbal.

⁷⁵ É uma forma de reforçar a identidade coletiva em torno das causas comuns, tais como, reforma agrária, agroecologia e direitos das mulheres. É um sentimento de paixão por uma causa que leva à coesão e solidariedade social.

⁷⁶ Cabe ressaltar que a concessão da cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras, ocorreu somente em 1988, com a edição da Nova Constituição da República Federativa do Brasil, que garantiu a participação no Regime Geral da Previdência Social. Mas na prática efetivou-se apenas em 1991, com as Leis nº 8.212 e nº 8.213, que incluiu os trabalhadores da agricultura familiar como segurados especiais. A discussão sobre a reforma da previdência iniciou no governo Michel Temer,

Figura 5. Mística de Abertura do II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares



Fonte: SUTRAF-AU (2017).

Logo em seguida iniciaram as palestras abordando temas como a banalização da violência contra a mulher, o preconceito, a necessidade de igualdade de gênero, o protagonismo das mulheres e a produção de alimentos. Algo que me chamou muito a atenção foi quando a palestrante perguntou para a plateia de mulheres, “quem aqui gosta de trabalhar com plantas?”, todas levantaram as mãos. Em seguida ela perguntou “quem aqui produz mais de 20 plantas na propriedade? ”, e a metade das mãos foram erguidas, apontando a situação de declínio na diversificação da produção na agricultura familiar, relacionada ao avanço das monoculturas e à idade avançada das agricultoras que limita o trabalho produtivo. A aposentadoria é a principal fonte de renda de muitas famílias rurais.

Como eu estava portando uma câmera (semiprofissional), performaticamente, parecia ser uma jornalista ou alguém da imprensa, o que despertou a curiosidade de várias mulheres que me procuravam para conceder ‘entrevistas’. No momento eu explicava que era pesquisadora e estava desenvolvendo uma tese sobre dirigentes sindicais e suas

com a proposta de emenda à constituição – PEC 287/2016, que propunha alterações no sistema previdência brasileiro. A Fetraf-RS/CUT, desde então, se posicionou contrária à reforma da previdência devido a retirada e redução de direitos, principalmente para as mulheres agricultoras familiares.

trajetórias de luta. A partir daquele momento inúmeras mulheres me aconselharam, “você precisa falar com Maria, com Roberta, tem a história da Joana⁷⁷...”. Todas tinham muitas vivências para me contar, como se tornaram presidente do sindicato, como criaram os Coletivos de Mulheres em seus municípios, sobre as dificuldades para participar dos encontros e as conquistas via políticas públicas.

A certa altura, uma jovem mulher⁷⁸ me chamou e contou informalmente sobre o episódio ocorrido com sua mãe. Mal eu sabia que ouviria, talvez, uma das histórias mais fortes sobre violência sexual. Ela relatou-me que sua mãe passou a trabalhar como empregada doméstica na cidade porque tinha medo de morar na propriedade rural, que foi posta à venda. Faziam poucos meses que seu pai havia falecido e sua mãe ficou trabalhando na roça, principalmente cuidando das vacas de leite, produzindo alimentos para subsistência e outra parte da terra foi arrendada para vizinhos produtores de grãos. Sua mãe estava trabalhando na propriedade rural e um homem se aproximou para pedir informações. Percebendo que a mesma se encontrava sozinha, violentou-a sexualmente. Um sentimento de impotência e tristeza tomou conta daquele relato (forte e real), sobre a vulnerabilidade a qual estão expostas as mulheres. Não só ficaria o trauma para o resto da vida daquela mulher e de sua família, mas seu espaço de vida e de reprodução teve que ser colocado à venda. Perpassei o olhar sobre aquelas inúmeras mulheres que estavam sentadas ouvindo atentamente a palestra e pensei “quantas aqui já sofreram ou sofrerão algum tipo de violência?”.

Participar de encontros de mulheres sempre foi algo intenso e forte para mim, mas esse em especial me fez refletir sobre como abordar esses temas tão delicados (e sensíveis) de forma científica, e, como podem contribuir para a reflexão dessas problemáticas na vida das mulheres rurais. Qual o papel das organizações sociais na defesa da vida e dos direitos humanos, sobretudo, a importância das organizações e movimentos de mulheres rurais. Dessa forma, segui conversando com as mulheres, mas eu não era mais a mesma, algo me conectou aos seus mundos de vida.

Enquanto acontecia a palestra me aconselharam conversar com uma das filhas de Paulina Balen, que estava participando do evento. Disseram-me “você precisa falar com ela, a Paulina é um símbolo de nossa luta”. Aproximei-me da Márcia, me apresentei e quando ela começou a contar sobre a mãe, lágrimas escorriam de seu rosto enquanto me

⁷⁷ Foram adotados nomes fictícios para atribuir sentido às inúmeras trajetórias que ali verberavam.

⁷⁸ Obtive autorização para descrever o caso, a participante teve o nome ocultado para preservá-la. A mesma faz parte do quadro de entrevistadas da presente tese.

dizia que “esses encontros sempre me emocionam”. Não me senti confortável para ligar o gravador, tampouco para pedir para gravar seu depoimento naquele instante. Convidou-me para conhecer sua casa - momento que talvez me sentisse confortável para gravar⁷⁹ um depoimento.

Márcia relatou que sua mãe foi uma liderança comunitária e política no município de Aratiba. Foi uma das pioneiras na defesa dos direitos das mulheres agricultoras familiares, percorrendo a pé estradas de chão para sensibilizar outras mulheres para a luta. Além disso, atuava na Igreja Católica, por meio da liturgia dominical, catequese e atuação na comunidade. Participou da fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Aratiba e da região Alto Uruguai e esteve presente nas reivindicações pela aposentadoria rural e saúde. Foi a primeira mulher candidata a vereadora no município, em 1988, ajudando na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), enfrentando o preconceito por ser mulher e com posicionamento político. Mas toda essa luta gerou tensionamentos em relação àqueles que eram conservadores e ideologicamente contrários a ela, sendo assassinada em 08 de outubro de 1996, crime até hoje não solucionado judicialmente, e ainda, no ano seguinte a família teve a casa queimada de forma criminosa. No momento, Márcia finalizou a conversa afirmando que Paulina, sua mãe, foi um exemplo de luta. No decorrer da presente pesquisa pude compreender a importância de tal afirmação.

Historicamente muitas mulheres que ousaram lutar tiveram suas vidas ceifadas, uma delas foi Margarida Alves, símbolo da Marcha das Margaridas. Percebi naquele encontro que temos a falsa sensação que tais histórias estão distantes de nós. E a luta por justiça social através do reconhecimento e da representação se mostraram mais atuais do que nunca.

Quando percebi, havia passado apenas o turno da manhã e eu já havia presenciado e ouvido tantas histórias fortes. Ao meio dia foi realizado um almoço compartilhado, com alimentos trazidos pelas mulheres. Momento de confraternização e concentração para a marcha que aconteceria logo à tarde.

As marchas são um ato político, no qual as mulheres reafirmam para a sociedade as pautas de reivindicações e de lutas. Após o almoço as mulheres se deslocaram para os ônibus que as levaram até o centro de Erechim, onde motivadas pelos comandos dados a

⁷⁹ O encontro para a realização da entrevista em profundidade com a Márcia ocorreu alguns meses depois, na cidade de Porto Alegre.

partir de um carro de som, organizaram duas fileiras de mulheres e caminharam carregando os cartazes que foram utilizados no início da mística de abertura.

Figura 6. Mulheres em Marcha pelo centro de Erechim/RS



Fonte: Arquivo da autora (2017).

Palavras de ordem começaram a emanar do carro de som, “mulheres unidas jamais serão vencidas, mulheres organizadas jamais serão pisadas”, assim iniciou a caminhada percorrendo a avenida principal do centro da cidade. O comércio local parou para acompanhar a Marcha, que no percurso foi lembrando a luta das mulheres pela conquista de seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e os riscos pela perda de direitos já conquistados. Conforme já afirmava a filósofa feminista Simone de Beauvoir, no século XX, basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados e esses mesmos direitos não são permanentes, você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida (BEAUVOIR, 1980).

Vários momentos foram de denúncias de violência contra as mulheres, sendo as rurais as mais afetadas, devido às grandes distâncias para acessar o socorro, falta de patrulha policial no interior, dentre outros fatores, como o conservadorismo e o machismo.

Após uma longa caminhada, o caminhão de som parou na praça em frente à Prefeitura Municipal para fazer o encerramento do Ato Político. No alto do caminhão uma das mulheres leu a carta de resolução do II Encontro Regional de Mulheres Agricultoras Familiares, cujo trecho mostra:

Chega de violência contra as mulheres, nos comprometemos a lutar por justiça social, pelo fim do machismo, a discriminação e desigualdade em relação aos homens. Somos contra a reforma da previdência e a retirada de direitos, principalmente das mulheres, por isso, faremos a luta para garantir as conquistas do passado e por novas conquistas (CARTA DE RESOLUÇÃO II ENCONTRO REGIONAL DE MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES, ERECHIM, 2017).

Ao final da leitura da carta foram queimadas as faixas que denunciavam as formas de violência enfrentadas pelas mulheres, como ato simbólico. Também ocorreu uma benção coletiva proferida pelo padre da Igreja Católica, reafirmando o apoio religioso⁸⁰ aos movimentos sociais.

A narrativa do II Encontro ocorrido em Erechim demonstra a potência das narrativas biográficas das mulheres, a partir de diferentes memórias, tanto individuais como coletivas.

⁸⁰ Já discutido na seção sobre influência religiosa nas organizações sociais do campo.

6.2 PAULINA BALEN: “SEU SANGUE SE DERRAMA E ALIMENTA NOSSA LUTA”

Figura 7. Bandeira em homenagem a Paulinha Balen



Fonte: Matte (2019).

Abordar a luta das agricultoras familiares é recordar a trajetória de vida de Paulina Balen. O seu exemplo remete a uma memória coletiva de luta por justiça social. O percurso em busca de diretos e melhores condições de vida para as mulheres, muitas vezes, enfrenta estruturas patriarcais que trazem como consequência o silenciar (no sentido de apagar e interromper) de algumas vozes.

Paulina foi uma liderança sindical, comunitária, religiosa e política no município de Aratiba, nas décadas de 1970 a 1990. Nasceu em 27 de dezembro de 1947, na linha Auxiliadora, interior de Aratiba. Aos 49 anos, em 1996, foi assassinada “pela sua luta em favor de justiça social, das bandeiras como aposentadoria para as mulheres, pela sua militância junto às entidades. Crime até hoje nunca esclarecido pela Justiça”, conforme nota distribuída pela assessoria de comunicação do SUTRAF-AU.

Através da entrevista realizada com Márcia, sua filha, foi construída uma narrativa que ecoa a memória como reconhecimento imediato, sendo a forma do passado agir no presente (HALBWACHS, 1990). Márcia recorda de sua mãe participando da luta das mulheres, como uma das fundadoras do MMTR no município de Aratiba e região do Alto Uruguai. A memória da infância é marcada pela participação da mãe em mobilizações, em viagens, por enfrentar dificuldades como fome, frio e pouco recurso financeiro. A família trabalhava na roça, ela e os irmãos auxiliavam o pai nas atividades agrícolas e domésticas, para que a mãe conseguisse participar das mobilizações sociais. Como não possuíam veículo, lembra a mãe caminhando longas distâncias para realizar reuniões com as mulheres no interior do município. Se reuniam com objetivo de conquistar o reconhecimento social da mulher enquanto trabalhadora rural.

Ela era uma pessoa muito atuante, apesar de não ter estudo, tinha só até o primário, sabia ler e escrever muito bem, uma pessoa muito evoluída, apesar de ter pouco grau de estudo. Ela lia muito, participava da Igreja, era líder da Igreja, fazia cursos da Teologia da Libertação - era algo que elas conseguiam evoluir em termos de estudos e formação política. Havia formação sindicalista, isso tudo ajudou e colaborou para que ela fosse alguém de destaque (ENTREVISTA COM MÁRCIA, 2019).

Por ser uma mulher atuante, realizava palestras e mobilizava outras mulheres para se engajarem na luta social. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) e candidata a vereadora, em 1988, sendo uma das pioneiras a disputar o cargo público. Sua motivação se dava pela busca por espaços de poder e representatividade para as trabalhadoras rurais.

A trajetória da Paulina foi marcada por dificuldades e perdas. Teve quatro filhos, um deles falecem aos 16 anos de idade, em 1986. Márcia recorda que foi “uma dor muito grande para a família, especialmente para mãe”, que mesmo assim não desanimou da luta social. Ela disse que a mãe não se elegeu vereadora no ano em que foi candidata e nas eleições seguintes Paulina não concorreu ao cargo, mas “o pessoal achava que ela era uma liderança perigosa” – referindo-se aos mandantes do crime.

Lembro que um dia ela comentou que poderiam estar acontecendo coisas ruins nos próximos dias. Mas a gente achou que ela estava brincando, não dava muita atenção para isso, se realmente poderia estar sofrendo algum tipo de ameaça e ela não contou para gente. Não sabemos exatamente, ela nunca deixou transparecer, se estava recebendo algum tipo de ameaça, talvez estivesse e escondeu da família para não se preocupar (ENTREVISTA COM MÁRCIA, 2019).

Márcia recorda que no período anterior ao crime havia boatos na comunidade local que pessoas ligadas aos movimentos sociais de esquerda poderiam estar armadas, para fazer ‘revolução’. O assassinato ocorreu dois dias após as eleições municipais e as investigações foram inconclusivas. A família mobilizou diversos recursos para que o crime fosse investigado até o fim. Durante o governo estadual de Olívio Dutra (1999 a 2002)⁸¹, com apoio da inteligência da polícia estadual, o caso foi reaberto, mesmo após retomadas as investigações, em razão de vícios procedimentais, não foi possível imputar ao(s) acusado(s) a autoria do delito, nem verificar se houve prova da materialidade do crime, logo, ainda pairam dúvidas acerca de quem o teria cometido concretamente e sobre o rigor da investigação.

A família tentou de várias formas buscar a apuração do crime, até que “eu fui ameaçada, se eu não parasse, eles iam acabar com a minha vida, colocaram fogo na casa dos meus pais, queimaram tudo. Também não se desvendou quem colocou fogo, até hoje não se descobriu [...]. Tudo nos leva a crer que foi queima de arquivo (ENTREVISTA COM MÁRCIA, 2019).

Para o movimento sindical foi classificado como crime político, pois assassinaram uma liderança que estava se destacando na sociedade a partir de sua luta por justiça social. A memória e luta de Paulina seguem vivas, através de ações do movimento sindical. O Coletivo de Mulheres do SUTRAF-AU realizou homenagem criando bandeira⁸² da organização social com a foto de Paulina com a seguinte frase: “seu sangue derrama e alimenta nossa luta” (Figura 7). Também realizaram curso de formação para os dirigentes sindicais, com nome “Turma Paulina Pagliari Balen”. O curso denominado “Terra Solidária com democracia, agricultura familiar e sindicalismo”, promovido em parceria com a FETRAF-RS, contou com a participação de 51 dirigentes, entre eles, homens, mulheres e jovens agricultores familiares. A denominação da turma foi defendida pelos participantes como homenagem a Paulina, em reconhecimento à sua luta em defesa da saúde e da aposentadoria.

⁸¹ A família da Márcia mobilizou e solicitou apoio de lideranças sindicais que integravam o governo estadual da época.

⁸² Alguns símbolos são considerados elementos para a construção da identidade política dos movimentos sociais, tais como: bandeira, boné, camiseta, música, etc. São elementos respeitados e que carregam o sentimento de pertencimento por estarem intrínsecos aos valores defendidos nos símbolos.

Figura 8. Homenagem à família de Paulina Balen, realizada pelo SUTRAF-AU



Fonte: Kellin Biazi (2018).

Márcia atribui o assassinato da mãe pelo fato dela ser “mulher” e “liderança”. A identificação de tais elementos atribui uma carga de sentidos, que precisam ser problematizados sob a perspectiva da participação ou não das mulheres nas organizações sindicais e na política. As autoras Diogo e Coutinho (2001) observam que as relações entre mulheres e homens são, de modo geral, hierárquicas, desiguais e permeadas por mecanismos excludentes.

O fato em questão reativa a discussão sobre a morte de lideranças, ação que acompanha a trajetória dos movimentos sociais, sendo o Brasil, um dos países da América Latina com elevadas taxas de assassinatos de lideranças sociais. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos assassinatos de trabalhadores rurais, líderes sindicais e religiosos, entre 1964 e 1992, apenas 30 tinham ido à julgamento até 1992 e, desses apenas 18 foram condenados, de um total de 1.730 assassinatos. Segundo o autor Pinheiro (1997), apesar dos avanços conquistados em relação às violações mais fortes contra os direitos humanos cometidos pelo regime militar, os governos civis recém-eleitos não tiveram êxito em proteger os direitos fundamentais de todos os cidadãos. Afirma que no Brasil, as vítimas não são mais militantes políticos, muitos deles da classe média e com nível educacional elevado, cuja oposição ao regime militar fez com que fossem torturados e assassinados. Nos tempos atuais, o principal alvo da arbitrariedade policial

são os mais vulneráveis e indefesos da sociedade brasileira, como o trabalhador rural e sindicalista, grupos minoritários e pobres.

O autor Biavaschi (2011) corrobora com a reflexão problematizando o “sistema político coronelista” que existe em regiões de colonização italiana do Rio Grande de Sul. Ele acentua que a existência de pequenas propriedades rurais e a crescente atividade comercial e industrial regional não serviram de empecilho para o desenvolvimento de relações de poder tipicamente coronelistas. O autor explica que o sistema deixou de existir, contudo, muitas práticas arcaicas de fazer política permanecem vivas.

Muitas oligarquias sobreviveram à extinção do sistema coronelista, permanecendo seu poder e dominação em suas áreas de influência, acomodando-se conforme as mudanças do processo histórico, econômico e social, mantendo seu poder em nível local, regional ou estadual e servindo como um empecilho à concretização da democracia e da justiça social no Brasil (BIAVASCHI, 2011, p. 352).

Tais ideias enraizadas na sociedade levam ao tensionamento político em regiões como Aratiba, desencadeando disputas pelo poder, sobretudo, quando lideranças mulheres se destacam na sociedade e nas organizações sociais. Vale ressaltar que casos de assassinatos, como o de Paulina, devem ser analisados sob a ótica do enfrentamento do sistema político coronelista, fatores culturais, onde espaços de poder historicamente são ocupados por homens (brancos, heterossexuais e de origem europeia) e econômicos, que colocam as mulheres em condições de subordinação. Fraser (2001) denominou isso de injustiça econômica, que se radica na estrutura econômico-política e injustiça cultural ou simbólica, que se dá nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Ambas causam a dominação cultural e o ocultamento, causando impacto nas práticas comunicativas interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura, através do desrespeito.

Outra aspecto que Márcia elucida e ajuda a compreender a participação ou não das mulheres na política é que ela gostaria de se candidatar a vereadora, mas “minha filha chorou, gritou tanto, com medo que aconteceria a mesma coisa comigo”.⁸³ Com isso trouxe à tona o sentimento de medo e insegurança das mulheres para disputar cargos públicos e de representatividade.

⁸³ A entrevista foi realizada em junho de 2019. Nas eleições municipais de 2020 Márcia foi eleita a vereadora mais votada do município de Aratiba, demonstrando a superação pessoal e da família diante do trauma causado pelo assassinato de Paulina.

As autoras Bertolin e Kamada (2012) questionam a participação das mulheres no sindicato, como ausentes ou invisíveis, refletindo sobre o aumento da participação feminina, mas mostrando que os cargos de direção continuam ocupados por homens e que, mesmo integrando algumas diretorias, as mulheres raramente têm voz, abrindo o debate sobre a equidade de gênero.

Com a frase “cada vez que eu participo de alguma atividade dos movimentos sociais, das mulheres, eu me emociono e lembro dela”, proferida por Márcia, ressalto a importância do papel do Coletivo de Mulheres para salvaguardar a memória coletiva da trajetória de lutas do movimento sindical, como também para manter viva a lembrança das ativistas sociais na manutenção dos direitos já conquistados e vigilantes para evitar retrocessos. Pois, não há ação social sem o elemento emotivo.

As emoções são parte da cultura, assim como o são as compreensões cognitivas e visões morais; toda vida social ocorre na cultura e através dela. Nós somos socializados (ou não socializados) em determinados sentimentos [*feelings*] da mesma maneira que aprendemos, ou não aprendemos, os costumes e valores de nossa cultura local. [...] As emoções são aprendidas e controladas através da interação social, embora nunca com completa efetividade (JASPER, 1998, p. 398-399).

Dessa forma, as emoções são culturalmente construídas e vinculadas à dimensão cognitiva, mais que respostas automáticas (menos voláteis). Os autores Jasper (1998; 2011) e Goodwin, Jasper e Polletta (2001; 2004) propuseram diferentes maneiras de categorizar as emoções a fim de compreender quais são as que tendem a favorecer mais o ativismo político. Consideram que as emoções, as formas de expressá-las e os fundamentos de sua emergência são variáveis no tempo e no espaço, podendo-se distinguir entre as mais imediatas e universais de outras mais elaboradas. eles também compreendem que a emoção pode assumir diferentes formas, dependendo dos indivíduos e do contexto sociocultural.

Assim, os movimentos trabalham para inspirar emoções morais que confluam com as agendas e mobilizem seu público, convertendo a vergonha em orgulho, indiferença em compaixão, inadequação em empoderamento (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004). Tais sentimentos podem ser verificados na luta por justiça social a partir do contexto da região Alto Uruguai e da memória coletiva em torno de Paulina. Dessa forma, considerar o elemento ‘emoção’ possibilita análises em nível microsociológico e remete às esferas mais amplas, como o movimento sindical e político.

6.3 MOTIVOS PARA LUTAR: JUSTIÇA SOCIAL PARA AS AGRICULTORAS FAMILIARES

Segundo as autoras Rossiaud e Scherer-Warren (2000), movimento social é um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e de práticas sociais, construído na memória e na ação coletiva, que penetra em vários níveis, como nas relações familiares, comunitárias e societárias, nos níveis local, nacional e planetário.

A partir da ação coletiva, que reflete a síntese das participações individuais, as agricultoras familiares da FETRAF construíram espaços específicos para lutar por reconhecimento social. A invisibilidade de trabalhadora rural e o desrespeito da condição de mulher que ocasiona o preconceito de gênero que se reproduz nas relações familiares, na sociedade e na esfera dos direitos, levou inúmeras mulheres para as mobilizações sociais. As experiências abordadas a seguir nas narrativas biográficas corroboram com a análise do cotidiano das mulheres e do papel dos movimentos e organizações sociais.

Dona Hilga, de Sede Nova, foi uma importante liderança na região celeiro, promovendo espaços de formação e de apoio para as mulheres. O contexto do seu relato deu-se em um desses espaços de formação, ocorridos na década de 1990, e que foi lembrado através da memória e das experiências compartilhadas. Ela ouvia inúmeros relatos de opressão e injustiça, principalmente das mães dos seus alunos na escola rural. Mas, neste caso, o relato partiu de uma das integrantes do grupo de mulheres, conforme segue:

Um dia uma companheira disse, “eu nunca fui na Cotrimaio [mercado], o José [marido] não deixa eu ir, sempre é ele que vai. Eu conheço dinheiro, eu sei contar dinheiro e ler um pouquinho, para ver o preço das coisas, eu não entendo”. Então eu disse: vamos fazer um sopão lá no bairro e a senhora que vai até a Cotrimaio pedir os donativos, pode escolher mais algumas companheiras para te acompanharem. Chegando lá, doaram tomate, batatinha, azeite e outras coisas. Na volta ela chorou e disse, “nunca pensei que tivesse um lugar em Sede Nova, com tantas coisas lá dentro e olha tudo que eles doaram”. Depois daquele episódio as companheiras incentivaram-na a não pedir permissão ao marido para ir até o mercado, banco, farmácia e sim, pegar o dinheiro e comprar o que precisava para casa e os filhos. Foi uma lição para todas nós (ENTREVISTA COM HILGA, 2019).

O seguinte trecho reflete o espaço privado ao qual as mulheres foram condicionadas e, o ato de realizar as compras no mercado era proibido pelo marido por se tratar do espaço ‘público’ e dos homens.

No mundo patriarcal, as pessoas não possuem o mesmo valor e é o olhar do “pai” (simbólico) que distribui tal valor, autoriza e reconhece cada um no mundo social. Este olhar, oriundo de quem está na posição dita “empoderada”, em qualquer situação social, é normalmente a posição construída pela imaginação coletiva, associada ao sujeito masculino, heterossexual, branco, letrado, proprietário e *pater familiae* (ALMEIDA, 2011, p. 54).

A estrutura social está organizada a partir da cognição patriarcal e se trata de um olhar violento, que atribui um valor diferencial para as mulheres. Segundo Segato (2010), o processo de construção da autoridade e do poder associa um gesto não pacífico de usurpação da força, da dignidade, da existência do outro, justamente por se manter nesta posição superior. Isto se dá, então, pela violência moral e psicológica, refletida na proibição do simples ato de frequentar espaços públicos - proibição de ir até o mercado, caso relatado por Hilga - como violência pura - de assassinato de mulheres lideranças, como Paulina Balen.

Com apoio da organização social as mulheres encontram ferramentas para transformar a realidade de diversas delas, como as refletidas no trecho acima. A carga simbólica e a importância dos movimentos sociais para a vida cotidiana das mulheres precisam ser compreendidas. A autora Gohn (2007), reflete sobre o “movimento de mulheres” como algo mais numeroso, quase invisível, pois o que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras, como as vagas em creches, escolas e postos de saúde. Mas, na prática cotidiana elas desenvolvem ações de formação, apoio, acolhimento e orientação de cunho religioso.

Dona Hilga também recordou do papel desempenhado pelas líderes religiosas na orientação para modificar as relações interpessoais através da educação libertadora. Na época tratava-se de um “assunto urgente”, devido ao alto grau de insubordinação no qual as mulheres se encontravam. Dessa forma, as irmãs da Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho realizaram cursos para os casais em Sede Nova, com objetivo de refletir o modo como as mulheres deveriam ser tratadas, a partir dos princípios religiosos, com respeito, valorização e afetividade. Orientavam também como os filhos poderiam ser educados para romper com o ciclo de desrespeito perante a vida das mulheres.

O pedido para as irmãs realizarem os encontros de formação partiu da organização das mulheres. Após a realização da formação inicial com os casais, solicitaram apoio para a realização de capacitação sobre a temática da saúde apenas com o grupo de mulheres. Elas compreendiam que tal tema era de extrema relevância “pois sem saúde não somos

nada”. Assim, conforme Hilga, iniciaram o trabalho com a saúde alternativa, “através dos ensinamentos de Deus e não da medicina”, que forçam a interação entre religião e uma noção de proximidade com o natural. Tal frase carrega o sentido da valorização das práticas naturais como plantas medicinais e remédios caseiros, por considerarem o conjunto mente, corpo e espírito, objetivos diferentes que os da medicina ocidental que busca a cura das doenças através da intervenção direta no órgão ou parte doente (TROVO *et al.*, 2003).

O grupo de mulheres de Sede Nova foi convidado a conhecer a Congregação em Erechim para realizar encontros de capacitação e formação sobre as plantas medicinais e práticas integrativas. As participantes se deslocaram de ônibus, com passagem paga pelas mulheres com dinheiro de sua aposentadoria rural, direito conquistado através da luta iniciada com o MMTR. O contato com as religiosas se deu a partir de março de 1993 e realizaram cursos de florais de Minas e Bach, homeopatia, identificação das plantas medicinais, técnicas de cultivo, manejo e colheita, dentre outros.

Hilga classificou as Cômegas como “irmãs feministas” por lutarem pela libertação das mulheres. Ressaltou que a efervescência dos movimentos sociais da década de 1980 contou com o apoio de setores da Igreja Católica e, em nível local, da cooperativa Cotrimaio. A partir da década de 1990 tais apoios foram enfraquecendo e foi necessário mobilizar novas estratégias. Hilga mencionou que no município de Sede Nova o padre da época “se recusava a benzer nossas ervas”, ato que fazia parte das crenças simbólicas de retirar os males para que pudessem preparar os remédios naturais. Dessa forma, criaram uma associação com as Cômegas de Santo Agostinho que desempenhavam a função de apoio religioso, realização dos cursos, elaboração e distribuição de materiais com instruções sobre as plantas medicinais e realizavam debates sobre a importância da vida das mulheres.

Outro elemento abordado por Hilga refere-se às modificações da nomenclatura do movimento de mulheres verificado através da experiência do município de Sede Nova. Inicialmente elas realizavam as ações via o MMTR, após as principais conquistas que foram a aposentadoria rural e a sindicalização das mulheres elas perderam o apoio para continuar as transformações necessárias nas estruturas organizacionais. O espaço que acolhia tais reivindicações ficou a cargo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). No MMC elas encontraram espaço para realizar o processo de formação feminista e sobre as plantas medicinais, a partir da articulação em nível estadual, mesmo que localmente o espaço fosse via a associação das Marcindas. Mais

tarde, já nos anos 2000, com a criação da FETRAF-SUL/CUT, as mulheres que permaneceram organizadas via MMC/Marcindas foram acionadas inúmeras vezes para realizarem cursos de formação com as agricultoras familiares da região celeiro.

O autor Certeau reflete sobre a “invenção do cotidiano” que se dá graças ao que ele chama de “artes de fazer”, “astúcia sutis” e “táticas de resistência”, que vão alterando os códigos e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço (DURAN, 2007). Falar em cotidiano a partir da organização das mulheres, em especial do caso de Sede Nova, é deslocar a atenção e o sentidos para o modo como as mulheres se mobilizam através das artes de fazer. Através da organização social elas desenvolveram estratégias e táticas próprias, sobretudo para apoiar outras mulheres na busca por empoderamento. Por meio da astúcia sutil elas se aproximaram das ‘irmãs feministas’ para buscar apoio ao processo de formação. E por meio das táticas de resistência, para trabalhar com as plantas medicinais e remédios naturais – reconhecidos por elas como forma de valorização do conhecimento tradicional das mulheres. Do mesmo modo elas mobilizaram táticas para continuar organizadas, mesmo após o enfraquecimento do MMTR em nível local.

Outra narrativa que reflete o cotidiano das agricultoras familiares através da mobilização social é a da dirigente sindical Delma. No decorrer de sua atuação como liderança ela participou de inúmeras mobilizações e uma delas marcou sua trajetória mediante os desafios enfrentados por ser mulher e o seu fortalecimento enquanto dirigente sindical após o ocorrido.

A agricultura familiar enfrentava um longo período de secas no Sul do país, nos anos 2000, com quatro secas consecutivas. A FETRAF-SUL/CUT convocou mobilização social para exigir ajuda do governo federal, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois muitos agricultores haviam perdido toda a safra, não possuíam água para o consumo humano e animal, enfim, a situação era grave.

Assim, os dirigentes sindicais deliberaram por uma grande mobilização para chamar atenção do poder público, uma vez que as tratativas via diálogo haviam se esgotado sem avanços efetivos. Organizaram o trancamento de três rodovias federais nas divisas entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A mobilização na qual Delma estava participando se encontrava na ponte do município de Marcelino Ramos, que faz divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na BR-153. Foram montados acampamentos de resistência às margens da rodovia entre os dias 05 e 08 de maio de 2002.

Para compreender o episódio, segue a narrativa em áudio com depoimento da dirigente sindical Delma, contando o “Dia D” da mobilização contra a seca realizada pela FETRAF-SUL.

QR Code 9. Acampamento da Resistência



A partir da narrativa biográfica da Delma (complementada pela narrativa da Márcia) pode-se destacar três elementos importantes para a discussão: a criminalização dos movimentos sociais; a violência de gênero e; o papel da família no apoio às lideranças femininas.

A criminalização dos movimentos sociais revela um eficaz artifício ideológico entre discurso e prática que contesta as diversas relações de desigualdade. A criminalização de uma prática através do que está prescrito em lei dispendo do que é ou não crime, sem levar em consideração o contexto, coloca em evidência a complexidade que é abordar o assunto. Pois, a criminalização dos movimentos sociais, em especial dos agricultores e agricultoras familiares, não pode ser compreendida em si, a partir da lei, mas sim, a partir do contexto social, histórico e geográfico. Não se trata de simplesmente deslegitimar as ações sociais, principalmente, daqueles que confrontam a ordem hegemônica e ideológica, num estado de direito que não reconhece as problemáticas enfrentadas no cotidiano das famílias rurais.

Aqui compreender-se o espaço geográfico como um conjunto de sistemas de objetos indissociáveis de um conjunto de ações (SANTOS, 2008), que acabam por revelar a natureza dos conflitos sociais, que são, no caso relatado, episódios consecutivos de seca que levaram milhares de agricultores e agricultoras à pobreza, uma vez que não havia políticas públicas de apoio para superar as dificuldades enfrentadas, num modelo de produção agrícola que reproduz a dependência financeira dos bancos para financiar a produção.

Uma das “táticas de sobrevivência” acionada pelos agricultores foi a obstrução das rodovias federais, fato que despertou atenção do governo federal para buscar uma solução. A partir de tal tática de pressão social foi construída a política pública de Seguro da Agricultura Familiar⁸⁴ (SEAF).

O ato de “trancar as rodovias”, através da obstrução, pode ser analisado a partir de vários vieses. Perante a lei criminal o ato é considerado crime, mas para os movimentos sociais é uma ferramenta de luta. Conforme Dornelles, “cada maneira de explicar o crime vai ser fundamentada a partir de diferentes concepções sobre a vida e o mundo”, de modo que “não existe um conceito uniforme sobre o crime” (DORNELLES, 1988, p. 17). Para este autor,

[...] o crime pode ser visto como uma transgressão à lei, como uma manifestação de anormalidade do criminoso, ou como o produto de um funcionamento inadequado de algumas partes da sociedade (grupos sociais, classes, favelas, etc.). Pode ser visto ainda como um ato de resistência, ou como o resultado de uma correlação de forças em dada sociedade, que passa a definir o que é crime e a selecionar a clientela do sistema penal de acordo com os interesses dos grupos detentores do poder e dos seus interesses econômicos (DORNELLES, 1988, p. 17).

Conforme Melgaço (2005, p. 71), “a criminalização dos subalternos revela-se como poderoso instrumento de controle social”, sendo fundamental às forças hegemônicas acionar e legitimar formas de controle. Assim, reduzir as táticas de resistências dos movimentos sociais a uma questão dicotômica entre legalidade e ilegalidade reduz o contexto sócio-histórico e espacial sem levar em conta as circunstâncias e razões.

Portanto, os conflitos ocasionados por injustiças sociais podem ser compreendidos, como propõem Ribeiro *et al.* (2001, p. 37), a partir da valorização de “contextos, lugares e narrativas” nas quais se inscrevem as suas ações, de modo que se contrarie “o olhar predominante da modernidade (que) omite a escuta ou a compreensão de narrativas (...) (e que) renega a experiência dos que praticam o espaço”. Na mesma linha,

[...] o conflito se torna, portanto, um importante dado do presente, à medida que destaca as contradições da sociedade e inscreve no território a ação social

⁸⁴ O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), antigo “Proagro Mais” assumiu caráter de política estrutural na garantia da renda dos agricultores familiares a partir da safra 2004/05, visto que substituiu o sistema de liberação de recursos que antes ocorria de forma emergencial (CAPELLESCO, 2016). O SEAF é um seguro multirrisco que se destina a cobrir perdas provocadas pelo clima, doenças e pragas sem controle conhecido. Para saber mais consultar em Belem (2004) e Capellesco (2016).

constantemente ocultada pelo discurso dominante, ajudando a registrar a história, não só dos “vencedores”, a partir de sua própria versão, mas, também, a dos “vencidos” (MIRANDA, 2005, p. 35-36).

Nesse sentido, para evitar a representação, a partir dos mitos e das distorções da realidade – pressupostos do exercício do poder (SANTO, 2007), a narrativa dos movimentos sociais e dos atores e atrizes locais se faz necessária. Tal qual a ação social, ela visa, em última análise, protestar contra tal ordem, ao passo que as mulheres buscam reivindicar direitos.

Na perspectiva da reivindicação, a ação social, apesar de subversiva, não elimina o fator negociação. Por isso, os movimentos sociais ao mesmo tempo em que ocupam e confrontam os poderes públicos e econômicos, buscam uma negociação, uma alternativa racional (mas uma racionalidade social e não econômica, portanto, uma outra racionalidade) e razoável para resolução do problema [...] (NOBRE, 2014, p. 152).

Assim, uma forma de superar é ouvir o outro lado, isto é, a versão dos fatos narrada pelos movimentos sociais e a devida contextualização das situações vivenciadas. Essa é também uma forma de ouvir os atores e atrizes sociais envolvidos no conflito, uma vez que abrange necessidades específicas, o que leva ao segundo ponto, que é a violência de gênero.

A narrativa da Delma permite identificar elementos sobre a atuação das dirigentes sindicais nos momentos de mobilização social e de reivindicações, com os desafios intrínsecos ao papel das lideranças, de conduzir, mediar, propor e cuidar da integridade dos demais integrantes. O fato de ter sido contra uma mulher expressa a violência simbólica de gênero, sobretudo, no ato da prisão das lideranças, sendo ela identificada como “a vereadora” e a única mulher detida, num grupo de 21 dirigentes sindicais detidos e a escolhida para prestar o depoimento à polícia federal ter sido ela.

Para compreender o processo de construção histórica, social, cultural e discursiva das manifestações de violência simbólica contra as mulheres que ocorrem em diferentes espaços e níveis, torna-se importante elucidar questões sobre a permanência e a reprodução das relações de dominação. Isso perpassa pelo entendimento do conceito de violência simbólica, bem simbólico, mercados de bens simbólicos e *habitus* de Pierre Bourdieu.

A relação e a diferenciação entre os sexos são construções históricas fundamentais em que poderes simbólicos levam a percepção dos atos sociais como se fossem naturais.

Essa visão provém de um processo androcêntrico de mundo, que permite a atribuição do valor sociológico às diferenças biológicas entre os sexos, sendo as práticas e as relações de dominação acolhidas como naturais ou normais.

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos de fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe à própria pesquisa (BOURDIEU, 2002, p. 20).

A dominação por meio da violência simbólica atua no inconsciente e se inscreve nos corpos, limitando o pensamento e a ação. Dessa forma, o ato de prender a mulher e fazer com que apenas ela prestasse depoimento no inquérito policial atribui o sentido ao sexo feminino como o “frágil”, “emotivo”, “fraco”, “ingênuo”. A compreensão dos significados e valores não deve ocorrer dissociada do contexto sócio-histórico.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica. (...) A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros (BOURDIEU, 2002, p. 25).

A forma como o indivíduo se percebe e se relaciona com seu corpo é influenciada pela classificação atribuída pela sociedade - taxonomia social do corpo. Nessa estrutura o espaço feminino é diferente do espaço masculino, a mulher, muitas vezes torna-se um ser percebido a partir dessa alienação simbólica. Para modificar essa realidade o tema deve tornar-se público e as mulheres devem reescrever a história a partir da colaboração feminina ao identificar tal condição.

A invenção do cotidiano, a partir das táticas de resistência foi identificada na narrativa da Delma, pelo fato de a mesma integrar uma organização social, que apesar de ser mista, constrói espaços de atuação para as mulheres. Pelo fato de a identificarem como a “vereadora” – por meio do poder de fala e de condução, a mesma subverteu a lógica da mulher passiva e sem voz. Coube, portanto, à mulher dirigente sindical ocupar os espaços e ressignificar a história na qual ela aparece como sujeito político e não apenas como objeto.

Mas a desconstrução e superação dos dualismos e/ou superação da dominação perpassa pela ressignificação ideológica, discursiva e performática, uma vez que o poder simbólico atua num plano fora do consciente. A transformação das estruturas macrossociais é acionada pelas lutas de reconhecimento, representação e redistribuição que buscam mudanças profundas, duradouras e transformadoras. O que se percebe é a mudança da condição feminina de forma parcial, individual e local, através das desconstruções cotidianas. A mobilização contra a seca, o espaço de fala, a prisão e o reconhecimento do movimento sindical foram essenciais para a transformação da agricultora familiar em dirigente sindical. Mas um elemento - condicionado ao fato de ser mulher - foi destacado e é imprescindível na trajetória da dirigente sindical, o que leva ao terceiro ponto, que é o apoio da família.

A ressignificação da mulher agricultora familiar ‘sem poder de fala’ para o *status* de dirigente sindical reconhecida pelos seus pares ocorreu quando ela obteve o apoio da família, na figura do pai. Este é um elemento identificado como fundamental para o processo de fortalecimento enquanto dirigente sindical.

Uma das formas de reconhecimento abordadas por Honneth (2003; 2007) ocorre no nível familiar, por meio da autoconfiança. Na etapa inicial, afetiva – amor – restringe-se a um pequeno grupo de interação, a família. O autor alerta que “esse tipo de relação de reconhecimento contém um particularismo moral que não consegue ser dissolvido em qualquer tipo de generalização” (HONNETH, 2007, p. 86). Por acionar elementos “como essas atitudes de aceitação emocional estão ligadas a precondições fora do controle dos indivíduos, como a afinidade e a atração, elas não podem ser transferidas segundo a vontade de outros para um círculo mais amplo de membros interagentes” (HONNETH, 2007, p. 86).

O apoio da família, pais e/ou maridos – figura masculina – condiciona ou não ao desenvolvimento de lideranças femininas na agricultura familiar. Por esta razão, o elemento ‘apoio familiar’ deve ser compreendido. O autor corrobora esta compreensão, uma vez que aborda o elemento afetivo no qual o indivíduo se sente amparado e seguro.

O reconhecimento na esfera do amor carrega como traço principal o fato de ele se manifestar e desenvolver dentro de um núcleo restrito, mas se expandir (no sentido de ter o seu reflexo) para todas as relações e por toda a vida. A autoconfiança obtida mediante os laços básicos será reativada a cada momento de sociabilidade e sociabilização (SPINELLI, 2016, p. 89).

A noção do sujeito, concebido a partir da individualidade moderna produtora de idealizações dos indivíduos como seres autossuficientes, vinculada aos indivíduos unicamente por relações de interesses, deve ser questionada nas relações intersubjetivas. Honneth põe em crise tais classificações por culminarem na tese de que a emancipação é oriunda de um estado de autossuficiência, ou até mesmo, que as relações intersubjetivas são vistas como comprometedoras da ascensão e do desenvolvimento do sujeito (SPINELLI, 2016).

As narrativas biográficas das mulheres agricultoras familiares ajudam a compreender que o elemento autoconfiança, através do apoio afetivo não se dá apenas na esfera familiar, mas também no apoio mútuo entre mulheres na organização social – acionando a consciência feminista. Tal consciência se dá na identificação das opressões de gênero, da condição de mulher e agricultora familiar que, apesar das especificidades, encontram a opressão e a luta por justiça social como ponto de encontro.

A intersubjetividade traduz a “relação” dos indivíduos com o conjunto de sujeitos exteriores. Honneth defende que o indivíduo não tem condições de forjar-se sozinho, mas depende de parceiros de interação, por meio da cooperação.

Aquele que tem autoconfiança adquiriu-a a partir de relações afetivas bem direcionadas, o autorrespeito é oriundo da constatação de um respeito exterior na forma de consideração e inclusão e, a autoestima advém da percepção de se sentir importante e valorizado junto à práxis social. Nesses termos, é sob o signo da disponibilidade e da cooperação presentes nas relações afetivas, e nas amplas relações do direito e da valorização social, que floresce o germen da autorrealização (SPINELLI, 2016, p. 102).

Um elemento abordado por Honneth (2003; 2007) interliga a emancipação com a realização dos indivíduos a partir de seus planos de vida. Tal noção considera, no interior das etapas do reconhecimento, o conjunto de ações que convergem para a autorrealização. O apoio a partir da afetividade aciona o amor, que traduz na autoconfiança um meio para se sentir seguro na tomada de decisões em sua vida, estabelecendo consigo próprio uma relação de confiança e segurança. O autor afirma que a autoconfiança é o primeiro passo em direção à emancipação. A partir dela as mulheres agricultoras familiares podem assumir suas formas particulares de vida, sem que isso redunde em menosprezo ou exclusão. Ao assumirem seu modo de vida, simultaneamente, contribuem para com a sociedade em que vivem, a partir do papel de dirigentes sindicais.

6.4 BARREIRAS QUE NÃO FORAM ROMPIDAS

De várias formas pode-se observar resistências nos grupos sociais, que envolvem diferentes estratégias e táticas (CERTEAU, 2014). Para os grupos subalternos a resistência se “especializa” (PILE, 1997; OSLENDER, 2002) e se territorializa, ainda que seja uma “territorialização precária” (HAESBAERT, 2004).

Assim, o conceito de resistência é ambíguo e paradoxal, como os próprios atos, gestos, fenômenos e práticas de resistência, pois tem a ver com sua posição em relação ao poder, do qual é inseparável (PEREIRA, 2017). Para Foucault:

[...] não há relações de poder sem resistências [...] estas são tão mais reais e eficazes, quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (FOUCAULT, 2012, p. 244).

Levantar a discussão sobre os avanços da participação das mulheres agricultoras familiares no movimento sindical requer analisar as barreiras que existem dentro da própria sociedade e nas organizações sociais. Tais dificuldades não são encaradas como empecilhos, pelo contrário, são avaliadas e analisadas pelas próprias mulheres de forma ativa, conforme evidenciam as narrativas biográficas das dirigentes sindicais.

Uma narrativa biográfica que constrói sua trajetória levando em consideração a autocrítica, no sentido avaliativo da prática social, é a da Vera, de Sananduva. O seu lugar de fala é a partir da liderança exercida na construção do MMTR no Rio Grande do Sul.

Enquanto movimento de mulheres, uma das coisas que me entristeceu muito, uma marca negativa, foi quando nós mulheres, me incluo nisso, não tivemos a clareza, na década de 1990 e início dos anos 2000, de compreender que as divergências que estavam havendo dentro do movimento sindical não nos diziam respeito, enquanto movimento de mulheres. Nós embarcamos numa canoa, que no meu modo de ver foi furada. Nós não deveríamos ter tomado partido para o MPA ou movimento sindical noutro. Nós tínhamos que ter nos mantido na estratégia das mulheres, porque a ruptura do movimento sindical não nos dizia respeito efetivamente. E daí uma ficou para um lado e outra para o outro, e nós perdemos terreno. Pensa assim, que hoje, nós teríamos um movimento de mulheres na agricultura, muito forte, porque aquilo lá nos enfraqueceu, o MMC ficou fraco, e nós do Coletivo de Mulheres também somos fracas. Quando nós poderíamos ser uma única coisa e estarmos articuladas. Agora, 20 anos depois, que a gente percebe certas coisas e ensaiamos algumas articulações, mas acho que nós perdemos esse tempo por assumirmos uma briga e uma divergência que não tínhamos nada a ver, no sentido do grupo de mulheres (ENTREVISTA COM VERA, 2019).

Conforme a narrativa identifica-se uma das barreiras encontradas pela organização das mulheres que remete às estratégias mobilizadas pela organização sindical na disputa política. Na sua fala fica evidente a avaliação de que o erro das mulheres foi não terem permanecido unificadas como um movimento específico, reconhecendo que as pautas e reivindicações das mulheres devem ser discutidas e defendidas pela organização das próprias mulheres. Pois, somente unificadas conseguiriam enfrentar as desigualdades nos partidos políticos e no movimento sindical. Segundo Vera, “é no específico das mulheres que a gente se fortalece”.

Para a gente evoluir nesse tema emancipatório, sempre estamos num processo emancipatório. Nunca estamos prontas. Ah superei todos os meus traumas, todas as discriminações. É uma questão cultural. Isso você nunca supera, são anos e anos, décadas para você superar. Se faz absolutamente necessário o movimento de mulheres, nesse sentido para a gente se fortalecer (ENTREVISTA COM VERA, 2019).

As afirmações convergem com a defesa da organização das mulheres via movimento social específico. Algumas autoras refletem sobre a importância dos movimentos autônomos, por serem lugares “só delas”, constituindo-se como lugares mais importantes que aqueles das cooperativas e sindicatos.

Outro ponto importante com relação aos movimentos autônomos é a insistência das participantes dos encontros de se reunirem sem a presença de homens ou, pelo menos, com massiva maioria feminina [...] o fato de estarem entre iguais, sem a presença masculina – que, para elas, é inibidora –, faz com que as mulheres socializem seus problemas e angústias percebendo, com isso, que a origem de seus sofrimentos é mais social que pessoal. Falam sobre medos e vergonhas que nunca contaram a ninguém e começam a vê-los como menos ameaçadores, ao mesmo tempo em que aprendem com outras mulheres como enfrentá-los (PAULILO; BONI, 2014, p. 8).

Quanto à organização dos espaços específicos das mulheres, a realidade é complexa porque em alguns Sintrafs o aval ocorre a partir de dirigentes sindicais homens. No município de Constantina, local de destaque pelo pioneirismo das mulheres, para iniciar a construção do Coletivo elas enfrentaram algumas dificuldades, conforme a narrativa da Cleusa.

Então, a partir dali que a gente começou a participar da vida sindical, trabalhar aqui no sindicato, trabalhamos quase dois anos fazendo roteiro nas comunidades [...]. Depois ficamos trabalhando um ano e meio sem receber nenhum centavo, porque não tinha dinheiro, ou melhor, até tinha dinheiro, mas de fato eles queriam que nós trabalhassemos e depois a partir do trabalho nosso, que deu certo, é que daí a gente poderia receber alguma coisa para trabalhar

nisso. Então nós ficamos um ano e meio trabalhando como voluntárias, apenas com a estrutura da entidade (ENTREVISTA COM CLEUSA, 2019).

A partir dessa fala é possível verificar um campo de batalha⁸⁵ com os dirigentes sindicais homens, uma vez que era necessário trabalhar e demonstrar resultados para somente assim serem liberadas. A ‘liberação’ se dá pelo pagamento do trabalho realizado enquanto liderança via Sintraf. No início do trabalho com o Coletivo de Mulheres duas coordenadoras começaram as atividades a partir da estrutura do sindicato e realizaram inúmeras ações, mesmo sem recursos próprios. Mobilizaram diferentes estratégias, buscaram apoio nas entidades locais, segundo a Cleusa, “íamos pedir dinheiro aqui e ali, na Cresol e Coopac”. Também participaram de chamadas públicas e editais do governo federal com objetivo de angariar fundos para realizar as atividades de capacitação e formação com as mulheres da região.

Observa-se que mesmo em nível geral da entidade sindical, as mulheres enfrentam dificuldades, como ocorreu para a realização do I Encontro das Agricultoras Familiares da região Sul do país, devido a problemas na liberação de recursos que viabilizariam o evento.

Muitos dirigentes queriam que nós cancelássemos o evento nas vésperas. Estava tudo organizado, mobilização feita e queriam que nós suspendêssemos o evento porque nós não tínhamos garantia do recurso. Fizemos um debate da questão das mulheres e falamos o seguinte, como estava tudo mobilizado e organizado os sindicatos ajudam e vamos buscar recursos nos municípios para bancar o transporte, mas vamos manter o evento. Se vai ter recurso público ou não, vamos manter. Então eu sei que gerou bastante polêmica, para mim foi bastante marcante porque nós mulheres nos unimos, vamos fazer. Tivemos o apoio do Coordenador Geral da FETRAF-SUL, isso foi importante, apesar de que muitos dirigentes queriam que nós cancelássemos (ENTREVISTA COM CLEONICE, 2019).

Novamente o fato demonstra que as mulheres precisaram mobilizar estratégias para manter a organização do evento. Felizmente o desfecho do conflito se deu com a liberação do recurso financeiro, viabilizando assim a realização do encontro e o pagamento das despesas.

Outro elemento que corrobora a análise é identificado na narrativa biográfica da Cleusa e diz respeito à unificação das mulheres do colegiado do Território Médio Alto

⁸⁵ O termo foi proposto por Long (1992), para transmitir a ideia de arenas contestatórias entre os atores, interesses e valores. Também vislumbra-se o surgimento de vários tipos de negociações, ordens, acomodações, oposições, separações e contradições abraçando uma ampla gama de atores sociais comprometidos com diferentes estratégias de subsistência e interesses.

Uruguai, com objetivo de realizar a defesa das pautas específicas. Vale ressaltar que o Coletivo de Mulheres de Constantina se destacava e era ativo nas suas ações e proposições.

E a partir dos diversos movimentos sociais, nós, FETAG, MMC e MPA, percebemos que éramos apenas umas “bobinhas” lá dentro. Só éramos reconhecidas na hora de disputar recurso e fazer número para ganhar recurso. Começamos a mudar isso, formamos o Núcleo de Mulheres, entende. Na época tínhamos a SOF (Organização Sempre Viva Feminista), que nos ajudou a fazer formação e capacitação com as lideranças do território, dos movimentos sociais. Assim, criamos o Núcleo de Mulheres do Território, unificamos a nossa pauta, das mulheres. E, a partir do Território começamos a desenvolver dois projetos de ATER Mulher em agroecologia. Temos também um PROINF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que veio agora, está na Prefeitura Municipal de Seberi, estamos tentando liberar para os movimentos sociais. São kits de feiras, para estruturar a feira das mulheres. Realizamos uma feira em Frederico Westphalen, da economia solidária, o pessoal interagiu junto dos movimentos. Então criamos toda uma estrutura de organização de Território das mulheres para unificar a nossa pauta, enquanto que os homens brigavam, nós unificávamos a nossa. Isso para nós foi muito importante, o Território da Cidadania, as Conferências das Mulheres tanto do estado, pautamos muitas ações com o MDA. Então, por isso, acho que as Conferências são maravilhosas, porque é ali que você vai pautar. A nacional também, as necessidades são identificadas a partir das mulheres da agricultura familiar. A gente pautou muitas coisas e a partir dali nós brigamos para ter o ATER das mulheres em agroecologia e também a questão de recursos subsidiados para elas começarem a fomentação de geração de renda (ENTREVISTA COM CLEUSA, 2019).

O trecho suscita o debate sobre paridade de gênero nas instâncias territoriais. Uma vez reconhecida a violência simbólica, na expressão “éramos apenas umas bobinhas lá dentro”, ou seja, sem voz ativa nos processos decisórios. As mulheres dos diferentes movimentos sociais, a partir da identificação da condição de subalternas, acionaram a tática de resistência. Uma vez unificadas construíram espaço específico - Núcleo de Mulheres do Território, garantiram que suas reivindicações fossem atendidas - ATER Mulher em agroecologia, kits para estruturar as feiras das mulheres e realizaram feira regional da economia solidária.

De acordo com a autora Gohn (2007), seja com grupos de mobilização de causas femininas ou com a participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. E este conjunto de ações une categorias sociais que criam sujeitos e produzem movimentos sociais que, apesar da presença, persiste uma invisibilidade da atuação das mulheres. Tal situação de exclusão e inferioridade na escala de prestígio social, tem formado movimentos sociais da categoria “mulher”.

A política territorial, além de garantir que os processos de desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões em diferentes áreas, como a econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental, também incentivou a discussão de pautas específicas, como a das mulheres. Ou seja, indiretamente os territórios fomentaram a organização das mulheres, mas o processo de construção deveria partir das mesmas. Dessa forma, contaram com apoio da SOF para a realização de encontros de formação, capacitando-as para disputar os espaços de poder.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a abordagem territorial se justifica por vários aspectos, entre os quais: a) o rural não se resume ao agrícola; b) a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla; c) a necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento (DELGADO; LEITE, 2011, p. 433).

Destaca-se, também, a importância das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, organizada inicialmente pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), sendo transformada em Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, no segundo mandato do governo federal de Dilma Rousseff (2001-2016). As conferências são reconhecidas como espaços construídos para a participação social, pelos quais determinados grupos têm capacidade de voz e capacidade de intervir nas políticas públicas brasileiras. Foram realizadas quatro conferências, a última ocorreu em maio de 2016, onde foram elaboradas propostas para políticas públicas para as mulheres.

Outra questão abordada diz respeito à sindicalização das agricultoras familiares que participam dos Coletivos de Mulheres. Isso tem gerado um campo de batalha entre dirigentes sindicais homens *versus* dirigentes sindicais mulheres. O entendimento é diferente para ambos, uma vez que a participação das mulheres no movimento sindical deveria ser compreendida através do histórico organizacional do movimento de mulheres.

A realidade é que boa parte das mulheres que participam dos Coletivos não são associadas do Sintraf e não paga a contribuição sindical. A formalização da associação e o pagamento da taxa de contribuição é que caracterizam a associação e garantem a participação nos benefícios oferecidos pelo Sintraf, bem como os direitos, dentre eles os de candidatar-se a qualquer cargo no sindicato. Em alguns casos apenas o esposo ou o filho realizam o pagamento. Na visão dos dirigentes sindicais, sem a contribuição das

mulheres não associadas é impossível viabilizar as estruturas e serviços do sindicato e, conseqüentemente, dos Coletivos de Mulheres.

Já, na visão das dirigentes sindicais, o espaço do Coletivo não é apenas para as associadas do Sintraf, mas para o conjunto de mulheres agricultoras familiares do município uma vez que elas participam da luta em defesa da categoria agricultura familiar e contribuem de outra forma. Neste caso, o embate ocorre pela via financeira, de viabilização das estruturas sindicais. Esse conflito, por vezes, acarreta na desarticulação e enfraquecimento dos espaços específicos das mulheres. Atualmente elas resistem no trabalho com a saúde alternativa, com plantas medicinais, remédios naturais e práticas integrativas. Esse conhecimento tradicional precisa ser compreendido como parte do processo histórico-cultural em que a mulher é reconhecida como guardiã do conhecimento, detentora de saberes e técnicas de cuidado.

Também precisa-se considerar que esse conflito não ocorre de forma latente quando a coordenação geral do Sintraf é ocupada por mulheres, como ocorre nos municípios de Humaitá e Sananduva. Nos municípios de Ibiaça e Sede Nova o Coletivo de Mulheres desenvolve ações em conjunto com os grupos de mulheres do MMC com plantas medicinais e as divisões ocupam apenas o campo político.

Conforme Foucault (1995), o poder é uma ação sobre a ação. Assim, a resistência pode ser verificada em duplo aspecto, pois nasce no interior das lutas sociais e abre espaço para o seu desenvolvimento. A ação de resistir pode ser verificada sem o combate direto (explícita e estratégica), podendo ser encontrada de diferentes formas. Conforme Roque (2002), a resistência constrói uma linha, ao mesmo tempo, móvel e imóvel, que não para de se mover e de continuar parada.

Nem sempre a resistência é ou precisa ser ativa e violenta, pelo contrário, formas passivas e não violentas de resistência geralmente são as mais eficazes. Isso não significa que ela não possa se manifestar de forma violenta ou recorrer a tais táticas, sobretudo quando a resistência ocorre em situações de luta contra outras formas de violência (PEREIRA, 2017). Mas a autora Arendt (2005) ressalta que a violência não pode ser o instrumento da resistência, pelo contrário, ela é considerada a deturpação, degradação, desintegração ou perversão da resistência, assim como o é do poder.

As formas de resistência cotidiana são acionadas pelas agricultoras familiares através de ações explícitas como desvios, pequenas fugas e conformação simulada, podendo serem identificadas como táticas de resistência interna na conformação do

movimento sindical misto, bem como práticas implícitas que não podem ser classificadas como ação passiva, uma vez, que se dão de forma consciente e consistente.

Uma barreira verificada no movimento sindical é a diminuição de lideranças femininas. De acordo com a autora Pinto (2011), o cerne da questão se dá na paridade de participação, mas que não resolve o problema das desigualdades. A autora reflete sobre o modo como Fraser analisa a situação, uma vez que direitos são fundamentais - sobre isso não há dúvidas. Mas o fator que limita a tese é que esses direitos não são suficientes para garantir a igualdade, chamada de paridade de participação, por Fraser. A questão do reconhecimento deve avançar criando condições para que todos participem paritariamente, através da ideia lançada por Honneth, a partir do autorreconhecimento.

O reconhecimento das mulheres enquanto dirigentes sindicais não é automático e nem ocorre de forma natural, uma vez que se trata de relações de poder entre homens e mulheres. Mesmo no movimento sindical a correlação de forças está sempre presente e nem sempre a igualdade defendida é realmente praticada, apesar da extensa pauta de reivindicações e do histórico de lutas (LEONE; TEIXEIRA, 2010).

Quanto à violência simbólica de gênero, conforme a autora Almeida (2011), um dos dispositivos para desarmá-la é dar-lhe visibilidade, denunciando-a nos espaços onde ela se manifesta, independentemente de ser explícita ou mascarada, nos diferentes grupos de mulheres.

Partir do pressuposto de que este é um fenômeno consubstanciado nas nossas relações sociais, sejam privadas ou públicas, ajuda na assunção do desafio de criar métodos para garantir às mulheres existência objetiva e prioritária nas estatísticas, assim como ajuda a auferir sua extensão e seus desdobramentos em várias esferas (ALMEIDA. 2011, p. 55).

Outra barreira identificada diz respeito à redução da participação de jovens mulheres⁸⁶ nos espaços de atuação do sindicalismo. Conforme a entrevista realizada com a Taíse, o SUTRAF-AU tem investido em formação para as mulheres. Ela ressaltou que o público participante é da faixa etária de 40 a 60 anos, maioria casada e, que apenas duas jovens iniciaram e não concluíram o curso. Observou, ainda, que durante a realização dos cursos de formação a maioria das participantes já eram envolvidas com o movimento sindical e que as demais não conseguiram se incluir, especialmente as jovens não compreendem que os direitos conquistados advêm de um processo de luta.

⁸⁶ A diminuição de sindicalizados ocorre de modo geral, atingindo homens e mulheres.

Talvez eu seja negativa, me baseando na minha experiência, no meu círculo de amizades, mas nós não debatemos sobre a importância dos direitos das mulheres. Se tu for conversar com mulheres jovens, elas não dão tanta importância para os direitos já conquistados, falta discutir, debater e entender a importância disso nas nossas vidas. Está muito superficial (ENTREVISTA COM TAÍSE, 2019).

A Taíse apontou que “é preciso que estas mulheres enxerguem a importância de estar participando do Coletivo de Mulheres” e se apropriem da trajetória de lutas dos movimentos de mulheres e compreendam as diferenciações de poder entre homens e mulheres. Tal espaço é reconhecido como local para se fortalecer enquanto militante, sabendo se posicionar e usar os espaços de fala. Muitas mulheres utilizam a argumentação “de não se sentirem preparadas” para ocupar os espaços de representatividade, sendo que o espaço do Coletivo justamente se propõe a tal finalidade.

Outra barreira encontrada e que diz respeito à não inclusão de novas integrantes no Coletivo refere-se à justificativa para sair de casa. Taíse salientou que em cursos práticos, como artesanato e plantas medicinais, - por exemplo, elas não encontram dificuldade para reunir as mulheres da base sindical, talvez, por dois motivos: o primeiro refere-se à vontade das próprias mulheres saírem da propriedade ‘apenas’ para discutir e estudar, enquanto algumas gostam de fazer coisas práticas para se sentirem produtivas; o segundo motivo é justamente pelo fato dos encontros de formação não proporcionarem a materialidade prática, uma vez que elas precisam justificar sua ausência para a família.

Aconteceu um fato um dia, uma mulher veio numa atividade realizada aqui no sindicato, era sobre um plebiscito contra a reforma da previdência. E ela pediu uma cópia para levar para casa, pra mostrar pro marido. Ou seja, para não chegar de mãos vazias, ela tinha que mostrar que fez algo útil. Já com o artesanato, você pode gerar renda depois é uma boa justificativa para sair de casa (ENTREVISTA COM TAÍSE, 2019).

As mulheres trabalham com base nos limites impostos pelo sindicato e pela sociedade, que na maioria dos casos reservam somente funções no ambiente privado. Quando saem para espaços públicos suas posturas são colocadas em dúvida, assim como seu estado civil e sua opção sexual. O espaço público sempre foi destinado ao homem e quando a mulher ingressa em tal meio os homens buscam meios para desestimulá-las, pois está gravado no imaginário de homens e mulheres que o espaço do lar é sagrado e dele não deve se abdicar (CARVALHAL, 2001).

Não sei se as outras mulheres dirigentes sindicais também enfrentam isso, mas isso é algo que eu vejo, né, que eu sinto, talvez seja algo porque eu sou solteira,

tenho meus dois filhos, eu não tenho um homem que me acompanha nas festas, nos almoços e nos bailes. Então, quando a gente vai em algumas festas de comunidade aí as pessoas vem e cumprimentam, principalmente as pessoas do local em si, eles vêm cumprimentam, querem nos agradar. Mas a gente sempre vê pessoas olhando diferente, como se a gente estivesse nos lugares paquerando os homens associados. Por mais respeito que a gente tenta manter, existe aquela coisa da própria mulher ter esse preconceito com a outra mulher, mesmo que seja presidente de sindicato, existe muito esse preconceito. Então se fosse um homem solteiro, pode ir não tem problema, os homens podem, mas, as mulheres não podem fazer isso. É uma questão que é bastante complicada né, muitas vezes eu como pessoa procuro evitar de ir em algumas festas e em alguns bailes que a gente é convidada, evito para evitar comentários maldosos em relação a mim por ser mulher (ENTREVISTA COM IVETE, 2019).

A formação da sociedade se estabeleceu nas relações patriarcais e desenvolveu um grande inibidor das relações de emancipação econômica e política, sendo acirrado quando se acrescenta o fator gênero.

A gente tem esse problema, temos algumas lideranças antigas que ao redor delas não se cria nada e nem ninguém, para garantir o mundo e o espaço. A gente vê muita liderança jovem, mulher também, sendo podadas dentro do movimento por algumas pessoas nesse sentido. Porém, aquelas pessoas que ajudam são fundamentais, foi quem deu suporte para eu chegar até aqui hoje (ENTREVISTA COM ANDRÉIA, 2019).

Essa narrativa reafirma a importância do papel dos dirigentes sindicais na exclusão ou inclusão de novas lideranças. A renovação das lideranças é um tema recorrente nas discussões do movimento sindical, mas o que se vê na prática é que alguns dirigentes não realizam a transição do espaço de poder. Mecanismos devem ser elaborados e implementados para que tal renovação ocorra, acionando canais de diálogo, formação e incentivo.

O fator discriminação de gênero no movimento sindical é encontrado na totalidade das narrativas biográficas. De acordo com Carvalho (2001), observa-se que nos sindicatos as mulheres trabalham em cargos que não impõem decisões, sendo cargos secundários como o de secretária, por exemplo. Muitas vezes o cargo não é aproveitado por elas para criar maior participação, como também, observa-se que para algumas dirigentes o fato de iniciar como funcionárias proporcionou a entrada para o movimento sindical e o desenvolvimento do espaço para se tornarem dirigentes sindicais.

No sindicato eu fui fazer o enfrentamento, para mim não era enfrentamento, era o fato de enxergar o agricultor e a agricultora, aquilo que a gente necessitava e o quanto era importante. Porém, quem estava lá, no período, era um homem na coordenação, já fazia bastante tempo, a esposa dele era a faxineira do sindicato, o sobrinho era funcionário, a tia tinha aluguel no porão. Hoje eu consigo ver o tamanho do perigo que eu enfrentei na época, tanto que

eu acabei enfrentando um bolo envenenado. Eu acabei enfrentando outras questões, mas eu nunca desisti, mas não faltou momentos para isso. A minha vida foi colocada em risco. Em nenhum momento eu fiz isso por dinheiro, era mais vantajoso estar em casa, até porque eu fazia 10 km para trabalhar [...] Sempre achei importante, senão não estaria mais no movimento. Passei por discriminação, sim (ENTREVISTA COM ANDRÉIA, 2019).

A atuação feminina nos sindicatos, muitas vezes, se resume a ocupar cargos na composição da diretoria. Quando elas decidem usar a “voz” estratégias são acionadas para retirá-las da atuação. Conforme a narrativa acima, um meio torpe foi utilizado, pondo a vida da sindicalista em risco, o “bolo envenenado”, cujo fato foi comprovado por perícia criminal e o ex-presidente e sua esposa respondem legalmente pelo ato criminoso. Nesse sentido, o “peleguismo” presente em muitos sindicatos, aliado aos presidentes “encastelados” nos referidos sindicatos é uma teia de relações difícil de ser rompida.

Saindo da espera microssocial e partindo para compreensões da conjuntura política macrossocial, as militantes continuamente realizam tal análise. Pode-se acompanhar tal ação através da narrativa da ex-dirigente sindical.

Me entristece o momento que a gente está vivendo, o rompimento dos direitos que a gente lutou e fez acontecer - sabemos o quanto foi difícil. O que mais me entristece não é a direita fazer isso, é as próprias pessoas que vão sentir falta disso, de uma universidade pública, de uma aposentadoria, de um atendimento no hospital, que estão defendendo essas pessoas que vão tirar os direitos. Parece que foi colocada uma venda nos olhos das pessoas, que não estão conseguindo tirar. Um fato histórico que nos entristece é isso (ENTREVISTA COM MARLENE, 2019).

A fala da Marlene remete à conjuntura política brasileira, acompanhada da análise que os movimentos sociais realizam da destruição de direitos, ocorrida principalmente nos governos Temer e Bolsonaro. Nesse período foi adotada uma política para realização de grandes reformas, bem como retirada do apoio às empresas estatais, defendendo a iniciativa privada. Esse fator tem desencadeado diversos conflitos com os movimentos sociais, uma vez que direitos já conquistados como a aposentadoria rural entraram na pauta para serem rediscutidos. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que destinava recursos para agricultura familiares e as mulheres rurais foi outra grande perda que aumenta as barreiras entre as mulheres agricultoras familiares e a realização de seus direitos.

Portanto, foram abordadas algumas barreiras enfrentadas pelas dirigentes sindicais da FETRAF, através de suas narrativas biográficas. Foram elucidados diferentes desafios intrínsecos à participação das mulheres no movimento sindical e suas estratégias

e táticas de resistências mobilizadas para enfrentá-las, reafirmando o papel das lideranças femininas na luta específica de gênero, realizada de modo ativo no interior da organização social.

6.5 O ‘SENTIDO’ DE SER DIRIGENTE SINDICAL E OS DESAFIOS ATUAIS

A resistência está na coragem e na audácia de agir daqueles que abandonam seu esconderijo privado e se mostram em público. São capazes de sofrer a paixão de viver sob as condições de deserto – ou da ausência de mundo (ARENDETT, 2005).

Como foi evidenciado ao longo da presente tese, a luta das agricultoras familiares por justiça social perpassou por contextos sociais, históricos e culturais territoriais em diferentes níveis. Elas conquistaram direitos e avançaram, mesmo que de forma localizada, em espaços de poder e de representação. Mobilizaram a resistência frente à dominação imposta pela família, sociedade, Estado e sistema agrícola dominante. A partir das narrativas biográficas foi possível adentrar o cotidiano das dirigentes sindicais da FETRAF e compreender como cada uma construiu, de modo performático, sua trajetória de vida.

A investigação de como surgem as ‘lideranças’ não é recente, estudos sociológicos, antropológicos e psicológicos tem se dedicado a compreender a origem, a motivação, o comportamento e outros atributos, o que dispensa de adentrar-se nessa seara. No movimento sindical as lideranças são chamadas de dirigentes sindicais por desempenharem a representação e defesa dos interesses da categoria agricultura familiar e dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe. Elas realizam o trabalho de mobilização e conscientização da base, organizando e liderando lutas específicas e gerais. Fazem a mediação das reivindicações e pleitos da categoria com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Também dirigem as entidades e orientam os trabalhadores e trabalhadoras sobre seus direitos, conforme pode ser verificado no informativo elaborado pelo SUTRAF-AU.

O Sindicato surgiu para fazer representar a categoria da Agricultura Familiar. Seu principal papel é defender os interesses desta categoria. O sindicato serve para organizar os agricultores e agricultoras, debater os seus problemas, construir pautas de reivindicações, apresentar essas pautas aos governos, dialogar e negociar. Mas se não avançar tem o compromisso de fazer com que a categoria se mobilize, isso se chama LUTA. Por isso, é importante que o sindicato reúna seus associados nas comunidades, debata os problemas e apresente soluções ou alternativas para a busca destas soluções. Para além da

Luta, o Sindicato tem o importante papel de organizar a categoria para a produção de alimentos, fazer a agroindustrialização e a comercialização, além de ser um canal de intermediação e execução das políticas públicas para agricultura familiar (INFORMATIVO SUTRAF-AU, 2019).

Observa-se que as funções das dirigentes sindicais da FETRAF vão além da defesa das reivindicações da categoria, assumindo a responsabilidade por todos os elos envolvidos na segurança alimentar e nutricional. Sabe-se da importância das mulheres na produção de alimentos para a subsistência, processamento de alimentos e seu protagonismo nas feiras locais - reivindicando e construindo tais espaços de comercialização.

O processamento de alimentos por famílias rurais não é uma prática nova, está ligado à lógica de funcionamento da agricultura familiar (MIOR, 2015). Alguns autores e autoras têm se dedicado nas últimas décadas a observar uma crescente formalização do setor, compreendendo um deslocamento das atividades de processamento do espaço doméstico para a agroindústria (PREZOTTO, 2005; MIOR, 2005; CRUZ, 2007; PELLEGRINI; GAZOLLA, 2008; GAZOLLA, 2013).

A compreensão da agroindústria familiar não se resume ao processamento de alimentos e matérias-primas, mas diz respeito a uma forma e uma lógica de organização da própria agricultura familiar que se volta principalmente para o abastecimento das famílias produtoras, ou seja, para o autoconsumo.

Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui em um novo espaço e em um novo empreendimento social e econômico. A atividade artesanal de transformação de alimentos, sobretudo da mulher agricultora, evidencia ainda a existência de aspectos culturais associados aos hábitos alimentares de uma determinada região (MIOR, 2015, p. 191).

Segundo a autora Cruz (2020), apesar do fortalecimento das estratégias de agregação aos produtos e da renda das famílias rurais, o processamento de alimentos na agricultura familiar, historicamente é realizado pelas mulheres rurais. Todavia, perpassa pelo reconhecimento desse espaço, que diz respeito às agroindústrias, a partir do espaço doméstico.

A narrativa da Marlene, do município de Erechim, ressalta sua decisão de deixar o movimento sindical para se dedicar à agroindústria familiar. Ela atuava como dirigente sindical na época da renovação do sindicalismo, no período de 1980, e na construção do MMTR na região Alto Uruguai. Ela afastou-se do movimento de mulheres quando

ocorreu a divisão política interna, o “racha” do MMTR. Relembra que já existiam algumas correntes internas no MMTR, uma ala ligada às Margaridas da FETAG e a outra ligada à CUT, mas a rivalidade foi se acentuando. Aliado a isso, a propriedade rural da família estava desassistida, de modo que Marlene e o marido decidiram afastar-se da liderança sindical e focar o trabalho somente na propriedade.

Atualmente eles possuem a Agroindústria Slongo, com a produção de vinhos e sucos de uva orgânica. Há nove anos possuem restaurante com culinária italiana, participam de feiras e entregam o suco para a alimentação escolar via o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tradicionalmente a família do marido produzia uva, mas quando retomaram o trabalho a propriedade necessitava de reparos e possuía apenas 10 hectares, sendo ampliada com o passar dos anos. Por participarem dos movimentos populares e sindical sempre lutaram por uma produção em harmonia com a natureza. Assim, ingressaram na Rede Ecovida de Agroecologia, desenvolvem toda produção de forma agroecológica e realizam a certificação participativa.

QR Code 10. Agroindústria Slongo



Através da experiência da Marlene verifica-se a tomada de decisão de deixar o movimento sindical para se dedicar à agroindustrialização, uma vez que se trata de agricultores familiares desempenhando funções de liderança através da militância sindical. O trabalho de dirigente sindical requer dedicação, quase que exclusiva, e, conseqüentemente, exige que as lideranças façam suas escolhas. Esse caso específico também evidencia outro elemento, que é a disputa política interna no movimento de mulheres e no movimento sindical, fator que gerou o sentimento de desmotivação da liderança para continuar desempenhando a função de dirigente sindical.

A comercialização e a execução de políticas públicas são elementos que também podem ser verificados em outras narrativas biográficas. Para além da produção e da

agroindustrialização de alimentos, verifica-se a presença de mulheres na presidência das cooperativas, como é o caso da dirigente sindical Juraci, do município de Erechim, presidente da COOPERFAMÍLIA.

QR Code 11. COOPERFAMÍLIA



A participação das mulheres nos processos de criação das cooperativas ligadas à agricultura familiar não é algo novo, uma vez que elas estão envolvidas no processo produtivo e organizativo. Um dos principais problemas relatados de modo geral pelos agricultores é a comercialização dos produtos e a forma de resolver tal demanda é por meio do trabalho cooperativo. Cada cooperativa elabora seu estatuto e se organiza com um conselho de administração (presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros) e um conselho fiscal (membros efetivos e suplementes), eleitos pelo conjunto de cooperados(as) para um mandato de dois anos. Por tratar-se de um espaço de poder, assim como a direção dos sindicatos, o espaço é disputado e carrega as normas e hierarquias de gênero, as quais atribuem posição diferenciada para homens e mulheres. A naturalização de “características femininas e masculinas” recai sobre a participação das mulheres em cooperativas, sendo observada a presença massiva das mulheres em cargos secundários - como secretárias.

Dessa forma, quando mulheres ocupam cargos de destaque, como a presidência, “transferem saberes já consolidados na esfera de atuação privada para a esfera pública e assim criam as condições subjetivas favoráveis e necessárias ao desenvolvimento do empreendimento coletivo” (LIMA, 2012, p. 221). Segundo Salvaro *et al.* (2014), uma cooperativa apresenta a possibilidade de organização e divisão coletiva de diferentes demandas, tais como sanitárias e legais, implicadas no processo de produção e comercialização de determinados produtos. Também possibilita a realização de cursos de

formação e/ou qualificação profissional, mediados pela cooperativa para a capacitação dos (as) cooperados (as), e a execução de políticas públicas, tais como o PAA e o PNAE.

Apesar dos esforços para conquistar o espaço de poder – presidência - e desempenhar as funções de gestão da cooperativa, observa-se algumas dificuldades, conforme o relato:

No início enfrentava mais dificuldades em estar à frente de uma cooperativa, não é fácil. Um chega e diz que você está fazendo errado, outro critica o trabalho que está fazendo, isso desmotiva. Muito disso é em função do machismo. Mas é muito bom estar próxima dos agricultores, conversar - mas não é fácil. É difícil admitir que tem muito machismo. É uma coisa estrutural, automática, não sei se fazem de propósito. Nós somos mais emotivas, né, não adianta. Nós temos uma forma diferente, às vezes, uma palavra magoa, mas tem que ter força de vontade senão desiste (ENTREVISTA COM JURACI, 2019).

Novamente os elementos diferenciação de gênero e emoção são ressaltados. Nas expressões “um chega e diz que você está fazendo errado” e “outro critica o trabalho que está fazendo” são reconhecidos pela dirigente como ações intrínsecas do “machismo”. A autora Butler (2003), ao refletir sobre a definição de gênero, questiona como “interpretação cultural do sexo”, onde a performatividade de gênero sempre reitera uma norma ou um conjunto de normas que, como efeitos produtivos do poder, constroem e regulam a materialidade dos corpos, garantindo a manutenção da hegemonia heterossexual e a inteligibilidade cultural. O elemento emoção traz à tona o sentimento de “desmotivação” quando o trabalho feminino é corriqueiramente questionado ou avaliado de forma negativa, também podendo ser considerado uma forma de violência psicológica⁸⁷. Isso requer que seja acionada, segundo Juraci, a “força de vontade” para não desistir do espaço de poder que a presidência da cooperativa representa.

Outro aspecto que foi abordado nas narrativas biográficas é o papel das dirigentes sindicais na busca por soluções para os desafios atuais do movimento sindical. O Sintraf de Sananduva retomou o processo de formação nos moldes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

⁸⁷ Segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Eu sempre faço referência a essa história, foi o momento fundamental das Comunidades Eclesiais de Base e dessa atuação conjunta dos setores, esse foi o grande diferencial da região e do grande fato que me marcou. Tanto que nesse processo de agora, eu sou uma das primeiras a dizer que vou ajudar a retomar esse processo das escolas de formação. Porque se você não tem uma base, você fica muito vulnerável às diferentes situações e propostas que o mundo hoje te apresenta, se você não tem uma boa base fundamental do porquê você faz a luta social (ENTREVISTA COM VERA, 2019).

Considerando que para cada dirigente sindical o processo para tornar-se ‘liderança’ ocorreu de um modo, a análise buscou compreender esta subjetividade. Mas, para compreender tal *status* é preciso desmistificar o sentido de ocupar tal cargo.

A liderança pode ser entendida como o conjunto de comportamentos característicos de um indivíduo que procura despertar a maior participação de todos os membros de determinado grupo e/ou organização. Para o autor Gardner (1990), liderança é o processo de persuasão ou de exemplo, através do qual um indivíduo induz um grupo a dedicar-se a objetivos defendidos pelo líder, ou partilhados pelo líder e seus seguidores. Já, para o cientista social Ducker (1996, p. 12), “liderança não quer dizer posição, privilégios, títulos ou dinheiro, significa responsabilidade”. Liderança, para o autor Stodgill (1974), pode ser definida como o exercício de influência, sendo uma forma de persuasão e instrumento de realização de metas. Ele também propõe um diagnóstico da personalidade nos seguintes traços, quais sejam: surgência, relacionada com a sociabilidade, assertividade, dominância, estabilidade emocional, agradabilidade, capacidade cognitiva e consciência social, relacionada à moralidade, integridade pessoal, responsabilidade e realizações.

Segundo o autor Goleman (1995), é importante desenvolver aspectos intelectuais nos líderes, porém enfatiza a influência dos aspectos emocionais e de relacionamento intra e interpessoal para o sucesso desse indivíduo. Espera-se que os líderes saibam lidar com conflitos e não percam a calma diante de crises, que entendam os sentimentos das pessoas à sua volta e saibam contornar bem suas ansiedades e angústias, podendo ser classificado como um indivíduo inteligente emocionalmente, mais do que racional e objetivo. O autor Lisondo (2004) contribui com tal afirmação ao afirmar que o líder deve romper com a postura tradicional de liderança para enfrentar o desafio dos tempos atuais nas organizações. Já, para o autor Ervilha (2003), o líder pode ser nato, com um dom natural para liderar, com carisma, mas pode ser treinável, ou seja, mesmo que não nasceu

com o dom para líder, mas tem algumas características e desenvolve outras, com esforço e empenho, poderá se tornar um líder.

Segundo o autor Knickerbocker (1961), “o líder, em qualquer situação, emerge como uma consequência das necessidades de um grupo de pessoas e da natureza da situação em que o grupo está tentando operar”. O autor também avança na proposição de quatro métodos que um líder deve possuir: força; paternalismo; barganha e meios recíprocos. Sobretudo, os dois primeiros itens são encontrados na figura masculina de líder, que carrega o símbolo do pai por transmitir a segurança e proteção necessária através da força.

Tal concepção da figura masculina no papel de liderança e condução nas organizações sociais, foi proposta pelo autor no ano de 1961, algo que pode ser verificado na trajetória das dirigentes sindicais nos tempos atuais. A partir da narrativa biográfica da Cleonice verificam-se algumas características que confirmam tal racionalidade.

Então a cada dia era um novo desafio, enquanto mulher, tem que provar que pode realizar as mesmas funções que os homens, na questão da organização sindical. A mulher pode fazer tudo do mesmo jeito, igual, ou até melhor. Então por ser mulher não muda nada, em ocupar esses espaços, ser dirigente, ser liderança, inclusive, em reuniões do governo a gente sentia isso. Às vezes é preciso incorporar um perfil de uma pessoa mais dura e séria para provar que pode e para ser respeitada. [...] Mudei minha postura. Tive que incorporar um perfil, para ser respeitada, diferente daquilo que sou. Um pouco mais de carasca mesmo. Para se impor em algumas situações, principalmente por ser mulher e para poder ser respeitada. Mudei até no jeito de me expressar, falar, de colocar as questões, com muita firmeza, digamos assim. Eu sempre digo, parece que todo mundo pode errar, menos uma mulher quando assume cargos de liderança (ENTREVISTA COM CLEONICE, 2019).

A dirigente sindical reflete sobre os desafios enfrentados por ser mulher e liderança, passando a incorporar a característica inerentes à ‘força’ para conquistar o respeito. Ressalta que por ser mulher precisa provar o tempo todo que é capaz, remetendo ao fator cultural da sociedade e não apenas interno do movimento sindical. Ela avalia que apesar das dificuldades enfrentadas, somente construiu sua história no movimento sindical porque obteve apoio familiar, elemento já identificado nas narrativas biográficas das demais dirigentes sindicais.

No caso das mulheres agricultoras familiares pode-se observar alguns desafios mais subjetivos que se referem às motivações inerentes ao papel desempenhado. Por constituírem uma identidade coletiva, movimento sindical e indivíduos acionam elementos que precisam ser compreendidos. A identidade coletiva não é algo puramente

simbólico que pertence ao mundo dos sinais e das interpretações, mas também pertence ao mundo das práticas sociais (TEJERINA, 1999). Tejerina *et al.* (2006) refletem que os grupos sociais não se limitam a definir sua identidade a partir de determinadas crenças e sentimentos partilhados, mas também procedem para a materialização, no sentido físico do termo. Para o processo de construção e manutenção da identidade coletiva eles apontam algumas características, quais sejam:

a) a sua dimensão dinâmica, isto é, o processo constante de criação e reprodução (Taboada-Leonetti, 1981; Kastersztein, 1981; Erikson, 1966; Tajfel, 1974); b) a existência de um nós, de uma comunidade de indivíduos que partilham de uma pauta cultural comum, um referente comunitário, evita a necessidade de recorrer a instâncias alheias aos seus membros para alcançar o seu reconhecimento social, o que evidencia o caráter simbólico da identidade coletiva (Cohen, 1985, p. 118); c) o problema da identidade dos grupos deve estabelecer-se desde a consciência ou a representação que os seus membros têm deles próprios ou a representação que um determinado observador pode ter de um grupo concreto, assim como dos processos de identificação nos quais participam os seus membros; d) aqueles elementos de caráter simbólico capazes de atribuir significação social às ações dos indivíduos, e converter a significação em algo partilhado, constituem o cerne de todo o grupo social, aquilo sobre o que descansa a especificidade de toda a sociedade, o centro simbólico ordenador da ação (Shils, 1961); e) os atributos comuns nos quais se fundamenta a identidade de um grupo social são convertidos pelos atores sociais em categorias de adscrição e identificação. Através dos atributos comuns, os seus membros se auto-identificam e são identificados por outros. São categorias que têm a particularidade de gerar diferenças em face de outros grupos sociais, estabelecendo limites ou fronteiras entre os grupos. A persistência dos grupos sociais depende da permanência dos referidos limites (Barth, 1976, p. 16) (TEJERINA *et al.*, 2006, p. 44).

Tais características reforçam que a identidade coletiva não é *a priori* da ação ou da mobilização, mas se constitui em todo o lugar, ou seja, no cotidiano, e ocorre no sentido subjetivo de cada dirigente sindical e nas motivações para articulação coletiva.

Foram identificadas as principais motivações para a realização da luta sindical, conforme sistematização no Quadro 5.

Quadro 5. Motivos para a realização da luta sindical

Motivo alegado	Principal argumentação
1. Conquista de políticas públicas.	Eu vejo que tudo isso valeu a pena, porque se hoje têm muitos jovens, muitos agricultores, no interior, produzindo alimentos, que compraram sua terra, financiaram sua casa, estão hoje ali, é graças a esses programas, né. E que são frutos do movimento sindical. Isso nos deixa muito feliz e realizada, porque isso mudou a vida dos agricultores.

<p>2. Satisfação por lutar na defesa dos agricultores e agricultoras familiares.</p>	<p>Comecei pelo amor e carinho que eu tenho para os agricultores e agricultoras, isso que me levou a engajar na vida sindical. Se tem uma coisa que eu sempre gostei e defendi foi a agricultura familiar, a luta dos agricultores. Tenho muita admiração, não por aquilo que a gente ganha, por aquilo que a gente gosta de fazer, eu só estou no movimento sindical é porque eu gosto de fazer aquilo que faço. Isso não é fácil, você lidar com os agricultores, tem diferentes visões, diferentes atividades, mas tudo para mim foi muito bom.</p>
<p>3. Busca por justiça social para toda a sociedade.</p>	<p>Não faz a luta social por um <i>status</i> ou para uma realização pessoal. Faz a luta social por um princípio, por uma ética maior de querer justiça social para todos, não só para mim, não só para o meu setor, mas para toda sociedade brasileira. Esse é o grande projeto que Deus determinou e que espera. Essa justiça social que a gente precisa perseguir sempre, esta é a grande marca e questão ética que trago e carrego. Esse processo nos forjou com uma utopia de vida muito interessante, com objetivos, que a gente carrega, não só para o movimento e sociedade, mas carrega para a vida e a gente implementa na família, nas novas relações, na comunidade da gente, com todos que convivemos. Para mim essa é a grande marca.</p>
<p>4- Representatividade feminina.</p>	<p>Buscamos com o Coletivo de Mulheres e nos movimentos, a representação para estar dividindo o espaço de poder. Mas também, interagir, conversar com outras mulheres, buscar o conhecimento para debater e saber se defender.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No Quadro 5 foram elencados os quatro principais motivos para a realização da luta sindical, identificados a partir das narrativas biográficas e justificados conforme o trecho argumentativo. Observa-se que o cunho da motivação não é pessoal, mas sim coletivo, reforçando a ideia do papel de ‘militância’ das mulheres no movimento sindical.

O primeiro motivo elucidado refere-se ao fato da categoria agricultura familiar ser contemplada por políticas públicas. A FETRAF teve uma importante atuação na agenda política e na relação com o Estado brasileiro, inserindo-se na formulação e execução de muitas delas, tais como, habitação rural, crédito fundiário, ATER, política de crédito e programas institucionais como o PAA e o PNAE. A relação entre o sindicalismo cutista e o Estado parte de um processo mais amplo de democratização do próprio Estado, que consagrou a participação social e a descentralização das tomadas de decisão (CONTI, 2016) e desencadeou o que alguns autores chamam de “gerações de políticas públicas” (GRISA; SCHNEIDER, 2015). A estratégia adotada pela Federação para construir as

pautas e agendas se dá através de Mutirões da Agricultura Familiar. As dirigentes sindicais entrevistadas acompanharam o processo de construção, elaboração e execução de várias políticas públicas, modificando a realidade de muitas famílias rurais.

O segundo motivo faz referência ao elemento “emoção” da prática social. Os autores identificam a categoria das emoções como um importante elemento por enxergar além do utilitarismo recorrente nas análises dos movimentos sociais. Pois, “não nos organizamos apenas para perseguir nossos interesses materiais, mas para ajudar aqueles que amamos e punir aqueles que odiamos – afeições que podem surgir durante o curso do conflito ou mesmo instigá-lo” (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004, p. 418). A partir da classificação que elenca quatro grupos de emoções, os mesmos autores compreendem da seguinte forma: as emoções reflexivas são de curta duração e relativas a um objeto específico; os laços afetivos são de longa duração, também com objeto específico; os humores são de curta duração e sem objeto específico; e as emoções morais são de longa duração, também sem objeto específico (SILVA, 2016). Desta forma, ao trazer para o contexto das dirigentes sindicais entrevistadas, os “laços afetivos” podem ser compreendidos como grupo de emoções acionadas na prática sindical, uma vez que persistem por um período mais longo de tempo. Também podem estimular ou desestimular a participação no movimento sindical, mas o que deve ser ressaltado é que os indivíduos tendem a participar de organizações nas quais há envolvimento afetivo com as pessoas e ideias.

O terceiro motivo aciona a luta por justiça social para a sociedade, compreendendo aqui a classe trabalhadora. O elemento presente na justificativa se dá pelo forte viés apreendido pelos movimentos sociais, através da Teologia da Libertação. A “libertação do povo” se dará pelo caminho da fé e da luta por justiça social. Conforme o histórico da formação e constituição dos principais movimentos sociais do campo, a participação ‘religiosa’ se fez e faz presente, talvez com menor intensidade na atualidade. O papel desempenhado pelas mulheres nesse processo também deve ser ressaltado.

As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e a masculina) (GOHN, 2007, p. 44-45).

O quarto e último elemento aciona a luta por representatividade na organização sindical, sendo identificado o Coletivo de Mulheres como o espaço de formação e capacitação das agricultoras familiares. Dessa forma, reforça a ideia de que ser dirigente sindical não é apenas desempenhar funções no movimento sindical, mas construir e fortalecer os espaços específicos das mulheres, uma vez que há diferenciação de gênero no movimento sindical. O terreno fértil para o fortalecimento das mulheres dirigentes sindicais reforça a ideia da necessidade da construção, fortalecimento e reconhecimento de seus espaços específicos.

Também foram identificados alguns desafios atuais do sindicalismo que são: (a) a representatividade frente a diminuição de filiados e a não filiação das agricultoras que participam dos Coletivos de Mulheres; (b) a capacidade de responder às diversas crises econômicas; (c) a capacidade de representar grupos específicos da sociedade e que possuem demandas próprias como, gênero, raça, etária e diversidade sexual; (d) a viabilização financeira da estrutura sindical; (e) a renovação das lideranças masculinas e femininas nas instâncias organizativas da agricultura familiar e; (f) a capacidade de compreensão da profunda crise estrutural e legal do sindicalismo.

Não existe ‘fórmula mágica’ para encontrar as respostas para tais desafios, uma vez que se encontram em multinível. Dependerá de uma invenção no cotidiano, a partir das práticas sociais que acionam diferentes táticas de resistência, dependendo do contexto sócio-histórico. As agricultoras familiares da base sindical da FETRAF-RS/CUT têm construído ao longo da história táticas de resistência para as opressões e discriminações sofridas – tal afirmativa não exime a existência de dificuldades. Um caminho possível para a Federação sindical é aprender com tal experiência, identificando as táticas sutis e criando espaços de construção coletiva a partir do reconhecimento da trajetória das subalternas. Tal ação se faz necessária diante da articulação das mulheres agricultoras familiares, a partir da resistência ou delas encontrarem novos espaços de articulação – conforme já mencionado por elas mesmas. A importância dos espaços específicos das mulheres - Coletivos de Mulheres - deve ser assumida como compromisso para a formação das dirigentes sindicais.

Dessa forma, quando uma dirigente sindical inicia sua narrativa com a frase “minha trajetória dentro do movimento não foi tão tranquila” é preciso compreender as subjetividades envolvidas no processo. Algumas táticas de resistência foram acionadas pelas dirigentes sindicais e ancoradas no apoio familiar e na formação feminista.

No movimento sindical da agricultura familiar são realizadas inúmeras lutas por melhores condições de vida para toda a categoria. No entanto, através das narrativas biográficas fica evidente que as mulheres agricultoras familiares ainda traçam uma luta por reconhecimento social. A mudança ontológica se dá de uma trajetória de lutas coletivas realizada no passado para uma trajetória subjetiva e de resistências cotidianas, realizada pelas dirigentes sindicais no presente.

As barreiras de discriminação de gênero não foram rompidas, uma vez que estão intrínsecas na sociedade e reproduzidas internamente no movimento sindical. A articulação das mulheres rurais, enquanto movimento social unificado, sofreu rupturas em grande medida por disputas políticas que não diziam respeito a elas, mas sim às disputas de concepções em torno da condução do sindicalismo.

A ideia formulada pela autora Costa (2015), sobre locais onde “as mulheres possam se reconhecer livremente” é justamente a crítica que se quer levantar sobre a atuação das mulheres no movimento sindical. Não são as estruturas que devem ser modificadas para que haja inserção das mulheres nos espaços de poder e representatividade, mas sim, o lugar onde se encontram precisa ser reconhecido como espaço legítimo e de poder. As farmacinhas são um desses locais, pelo fato de persistirem e as mulheres identificarem como locais para se reconhecerem livremente, além dos espaços de produção, das feiras e cooperativas, dentre outros.

No artigo da autora Machado (2019, p. 13) o pedido “queremos continuar na cozinha” desloca os sentidos da representatividade e coloca em evidência um espaço encarado historicamente como subalterno. A ideia de ressignificar os feminismos em contextos rurais deslocam o olhar para o reconhecimento dos espaços das mulheres. As narrativas biográficas colocaram em evidência os desafios para as mulheres se encaixarem nas estruturas dominantes e masculinas do sindicato.

A autora Paredes (2014) entende que o reconhecimento das mulheres latino-americanas se dá por uma definição própria do feminismo, com “a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história que se tenha rebelado ante o patriarcado que a oprime” (PAREDES, 2014, p. 76). A reestruturação das relações sociais e a redefinição do papel de dirigente sindical perpassam pelas mulheres como “protagonistas de novas sociabilidades e novos comportamentos que destoam de uma ordem instituída para os seus corpos” (ESMERALDO, 2008, p. 213).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos que compõem esta tese procurou-se investigar o sentido de ser dirigente sindical para mulheres agricultoras familiares, mais precisamente no âmbito da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS/CUT), levando em consideração a luta por reconhecimento e representatividade no movimento sindical. Ao apresentar as considerações finais recupera-se a indagação lançada no primeiro capítulo: como mulheres agricultoras familiares se constituem dirigentes sindicais?

Para responder à indagação foi reconstituído o caminho percorrido ao longo do trabalho, foram definidos os objetivos e os aspectos epistêmico-metodológicos norteadores da caminhada e selecionadas quatorze mulheres dirigentes sindicais e ex-lideranças da FETRAF-RS/CUT para o estudo aprofundado. A partir da reflexão das narrativas biográficas que compreendem a memória coletiva ou memórias socialmente compartilhadas foram buscados elementos para desvendar a luta das agricultoras familiares no movimento sindical. Para isso, a discussão perpassou pelo entendimento de que são mobilizadas diferentes estratégias no que se refere às organizações sociais do campo, mas existe uma questão de fundo que não se revela na coletividade, mas remete aos esforços individuais em interface com a coletividade e envolve uma série de elementos importantes para serem analisados.

Para isso, foi necessário incorporar as discussões de gênero ao analisar a agricultura familiar, percebendo que as relações sociais entre os membros se estabelecem com desigualdade de poder, da mesma forma que as necessidades, desejos e interesses são disputados e negociados. Essa percepção se dá tanto no núcleo familiar como nas entidades representativas, apesar de todos os avanços em termos de direitos e conquistas.

Dessa forma, a opção metodológica pelas narrativas biográficas proporcionou a elucidação de tais questões, na medida em que incorporou a subjetividade na análise. Complementarmente, as narrativas visuais, através de depoimentos registrados em vídeo, agregaram fortes traços performativos de forma a amplificar as possibilidades das narrativas enquanto expressões sensíveis. Ressalta-se que o modo como foram conduzidas as gravações envolveu as interlocutoras na escolha dos temas e locais, demonstrando um potente recurso a ser incorporado na pesquisa.

Partindo das narrativas biográficas, foi observado que o corpus das dirigentes sindicais estava localizado geograficamente no que foi chamado de Território Norte do

Rio Grande do Sul. Foi importante pontuar que tal denominação parte da designação geral no presente trabalho e não da delimitação proveniente de alguma proposta de divisão regional ou territorial específica. Isso porque o ‘Território Norte’ possui algumas características como configuração a partir da colonização, produção agrícola e forte atuação dos movimentos sociais que balizaram a trajetória das interlocutoras, uma vez que elas estão inseridas nesse contexto regional, cultural, socioeconômico e político propriamente dito.

Quanto à configuração e surgimento dos principais movimentos de mulheres rurais no Rio Grande do Sul, realizou-se uma revisão na literatura e a compreensão do feminismo enquanto movimento social elucidou as motivações das lutas das mulheres por direitos que acompanha a trajetória da humanidade. O avanço da luta das mulheres por seus direitos no âmbito nacional e internacional evidencia que o feminismo não se resume apenas a uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação da mulher, mas se consolida como um movimento social de luta por transformações individuais e coletivas (SILVA, 2013). Sobre a sindicalização das mulheres, foi dado enfoque à literatura em geral que aborda as transformações no mundo do trabalho, bem como a sindicalização das mulheres atrelada ao processo de redemocratização brasileira e ao chamado novo sindicalismo. Aí percebeu-se que inúmeros desafios são postos para a efetiva participação das mulheres no movimento sindical, que vão desde o acesso à sindicalização até a ocupação de espaços de poder e representatividade.

Quanto à luta das mulheres rurais, deve-se levar em consideração a influência religiosa nas organizações sociais do campo, exercendo um papel significativo na vida comunitária das famílias dos colonos, com vigilância moral das práticas comuns das sociedades rurais. Também os conventos e seminários desempenharam importante papel na manutenção e na reprodução da estrutura familiar na pequena propriedade no sul do país, organizando-se em diferentes momentos (GROSSI, 2012). Ressalta-se a origem da Igreja Popular, os principais expoentes da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais e Base que foram fundamentais no apoio às organizações sociais das mulheres rurais. Focou-se no surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul, visto que sua origem deu-se no Território Norte e as principais lideranças fazem parte do movimento sindical da FETRAF-RS/CUT, trazendo consigo a luta pela emancipação das mulheres rurais e camponesas e o reconhecimento social.

Para dar conta da análise das lutas por emancipação iniciada pelo MMTR e a atuação das agricultoras familiares dirigentes sindicais da FETRAF também foi realizada

uma revisão bibliográfica sobre a categoria do reconhecimento social proposta por Axel Honneth e as contribuições de Nancy Fraser sobre as dimensões do reconhecimento, redistribuição e representatividade. Tais aportes teóricos ajudaram na compreensão e análise da trajetória de lutas desempenhadas pelas agricultoras familiares do Território Norte. Elas carregam consigo forte origem do período de colonização, refletido nos traços culturais e na formação das organizações sociais do campo, com apoio de correntes da Igreja ligadas à Teologia da Libertação, da mobilização por reconhecimento social na família, na sociedade e no Estado. Por sua vez, a dimensão da busca por justiça social mobilizou aspectos da redistribuição e do reconhecimento, ligados à estrutura econômico, política, cultural e valorativa da sociedade.

O caminho percorrido para analisar a emergência do novo sindicalismo rural e a construção da Federação sindical deu-se através da análise das narrativas biográficas. Assim, foi discutida a constituição da FETRAF-SUL/CUT no ano de 2001 e da FETRAF-RS/CUT no ano de 2014, e foram identificadas as principais estratégias de organização das lutas que estão relacionadas à atuação das dirigentes sindicais. Dentre elas, ressaltase que o Projeto Terra Solidária foi considerado uma importante ferramenta de educação para a transformação, uma vez que sua proposta articula a escolarização em nível fundamental, a capacitação profissional e a formação política dos agricultores e agricultoras. O projeto foi uma das principais ferramentas de qualificação e formação das dirigentes sindicais, bem como, dos seus funcionários e colaboradores, com objetivo de formar multiplicadores sociais. A educação enquanto ferramenta possibilitou o aperfeiçoamento das lideranças e a formação em diferentes temas, os quais foram perpassados pelas discussões de gênero na agricultura familiar. Na atualidade a Federação busca novos apoiadores para realizar a formação dos dirigentes sindicais e a juventude rural, dentre os quais identificou-se o papel da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) como os principais apoiadores.

O Mutirão da Agricultura Familiar compreende uma importante ferramenta de luta, pois objetiva o trabalho de base das dirigentes sindicais. Provém de uma ferramenta anterior à própria constituição da Federação e se mantém na atualidade. Observou-se que é a partir do Mutirão que as principais pautas de reivindicações emergem, sendo posteriormente dialogadas com os governos para a construção de políticas públicas para a agricultura familiar.

A Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar foi identificada como uma ferramenta importante para a execução de uma das principais políticas públicas executadas pela Federação, que surgiu a partir de uma demanda dos agricultores familiares. Até então havia se dado atenção às políticas públicas de crédito, focadas na produção agrícola, em equipamentos e benfeitorias, em detrimento da realidade da habitação rural que continuava precária. A política de habitação rural, acompanhada do projeto Caprichando a Morada transformou a relação do espaço doméstico e de cuidados, gerando um ganho em bem-estar e qualidade de vida para o núcleo familiar. Aí evidenciou-se o protagonismo das mulheres dirigentes sindicais, com a recuperação da autoestima das agricultoras ao dar ênfase no espaço doméstico e no entorno da propriedade, mediante o desenvolvimento de ações para resgatar o trabalho de produção de alimentos para a subsistência e o embelezamento da propriedade como construção de quintais, floreiras e cuidados com o ambiente.

Quanto ao papel desempenhado pelos Coletivos de Mulheres, evidenciou-se a memória da constituição desses espaços e as principais dificuldades perante a implementação dos mesmos. Foram mobilizadas diferentes estratégias e táticas de resistências que ocorrem de forma heterogênea na base sindical da Federação. Sem dúvida, os Coletivos constituem-se como um importante espaço das mulheres no movimento sindical, com destaque para a realização do I Encontro de Mulheres Agricultoras Familiares da região Sul, realizado no município de Constantina em 2003, que reuniu aproximadamente seis mil agricultoras familiares dos três estados do Sul. Elas tiveram a oportunidade de criar multidão e experimentar-se multidão - traduzindo a potência de estarem reunidas compartilhando angústias e desafios, mas também criando novas possibilidades de engajamento social.

Os Coletivos de Mulheres promovem discussão de gênero para ampliar a compreensão das injustiças sociais e momentos de formação, fazendo com que as mulheres se sintam preparadas para assumirem espaços de poder e representatividade. Igualmente promovem a “saúde alternativa”, através das farmacinhas, mantendo as plantas medicinais presentes na materialidade das práticas e conhecimentos tradicionais, em aliança sanadora com as plantas e pela vida de modo não utilitarista. Dessa forma, as farmacinhas são espaços de resistência atemporal das mulheres da agricultura familiar. Se antes eram adotadas apenas como estratégias de saúde, atualmente passam a ser reconhecidas como espaços de resistência. Em suma, é a partir dos Coletivos de Mulheres que elas promovem discussões de gênero, organizam encontros de formação, promovem

a agroecologia, feiras e espaços onde as mulheres podem se reconhecer livremente e constituir-se em sujeitos de direitos e lideranças na sociedade.

A partir da identificação das principais pautas e estratégias de organização e lutas das sindicalistas da agricultura familiar observou-se a constituição das lideranças femininas nesse processo. As narrativas biográficas evidenciaram o cotidiano intersubjetivo e a interface com o coletivo. Cada dirigente sindical construiu sua narrativa biográfica colocando-se como personagem e intérprete de suas trajetórias de vida. Aí evidenciaram a construção e configuração de espaços das mulheres e suas lutas por políticas públicas e os tensionamentos das questões de gênero nas organizações e movimentos onde os espaços de poder são compartilhados, mas precisam ser disputados e conquistados.

A relação que se estabeleceu entre a pesquisadora e as interlocutoras foi essencial no percurso da pesquisa, possibilitando a construção de laços de confiança, que são fundamentais em pesquisas de cunho narrativo biográfico.

Verificou-se que através das narrativas biográficas se expressam lutas de gênero na agricultura familiar, o que contribuiu para mudar o olhar para as experiências das mulheres ao invés de permanecer limitada às análises apenas do movimento sindical em si. Assim, tomou-se como eixo estruturante as estratégias mobilizadas para romper com as estruturas subalternas que são sustentadas por narrativas dominantes. Pois, suas experiências são pautadas pela vivência cotidiana de forma ampliada, rompendo com estruturas tradicionais na família, na sociedade e na própria organização social que fazem parte.

As agricultoras familiares, além de enfrentarem os desafios intrínsecos ao movimento sindical, são acometidas pelo medo de disputar cargos de liderança, visto que encontram desafios que colocam suas vidas em risco. O fato de participarem e atingirem o *status* de dirigentes sindicais pode ser classificado como um ato de (re)existência.

O cotidiano mostra que as atividades realizadas pelas mulheres estão voltadas aos cuidados da produção de alimentos para subsistência, do bem-estar animal, de plantas medicinais e ao preparo dos remédios naturais para a manutenção da vida em seu sentido amplo. Tais atividades ao longo da história denotam significações que reproduzem o trabalho fundamental para a vida humana, permitindo que a sociedade se reproduza em termos biológicos e sociais. Mas apesar dessa conotação essencialista atribuída ao papel das mulheres, elas não aceitam de forma passiva, muitas transformam a rotina para uma

divisão de tarefas e/ou até mesmo os companheiros passam a assumir o trabalho de cuidado.

Dessa forma, cada narrativa biográfica contribui para a compreensão dos quatro principais motivos para a realização da luta sindical. O primeiro motivo elucidado refere-se aos benefícios aos agricultores familiares através das políticas públicas. A FETRAF teve uma importante atuação na agenda política e na relação com o Estado brasileiro inserindo-se na formulação e execução de muitas delas, especialmente nas de habitação rural, crédito fundiário, ATER, crédito agrícola e programas institucionais. A relação entre sindicalismo e o Estado parte de um processo mais amplo de democratização do próprio Estado, que consagrou a participação social e a descentralização das tomadas de decisão (CONTI, 2016), resultando na “geração de políticas públicas” (GRISA; SCHNEIDER, 2015). A estratégia adotada pela Federação para construir as pautas e agendas se dá através de Mutirões da Agricultura Familiar. As dirigentes sindicais entrevistadas acompanharam o processo de construção, elaboração e execução de várias dessas políticas públicas, modificando a realidade de muitas famílias rurais.

O segundo motivo faz referência ao elemento “emoção” da prática social. Os autores identificam a categoria das emoções como um importante elemento por possibilitar que se enxergue para além do utilitarismo recorrente nas análises dos movimentos sociais. Trazidos para o contexto das dirigentes sindicais entrevistadas os “laços afetivos” podem ser compreendidos como grupo de emoções acionadas na prática sindical, uma vez que persistem por um período mais longo de tempo. Também podem estimular ou desestimular a participação no movimento sindical, mas o que deve ser ressaltado é que os indivíduos tendem a participar de organizações nas quais há envolvimento afetivo com as pessoas e ideias.

Já, o terceiro motivo aciona a luta por justiça social para a sociedade, compreendendo aqui a classe trabalhadora. O elemento presente na justificativa se dá pelo forte viés apreendido pelos movimentos sociais através da Teologia da Libertação, que veicula que a “libertação do povo” se dará pelo caminho da fé e da luta por justiça social. Conforme o histórico da formação e constituição dos principais movimentos sociais do campo, a participação ‘religiosa’ se fez e faz presente na organização e nas lutas das mulheres agricultoras familiares ao longo de sua trajetória.

O quarto e último elemento aciona a luta por representatividade na organização sindical, sendo identificado o Coletivo de Mulheres como o espaço de formação e capacitação das agricultoras familiares. Dessa forma, reforça a ideia de que ser dirigente

sindical não é apenas desempenhar funções no movimento sindical, mas significa construir e fortalecer os espaços específicos das mulheres, uma vez que há diferenciação de gênero no movimento sindical. O terreno fértil para o fortalecimento das mulheres enquanto dirigentes sindicais reforça a ideia da necessidade da construção, do fortalecimento e do reconhecimento dos espaços específicos.

Também foram identificados alguns desafios atuais do sindicalismo que são: (a) a representatividade frente a diminuição de filiados e a não filiação das agricultoras que participam dos Coletivos de Mulheres; (b) a capacidade de responder às diversas crises econômicas; (c) a capacidade de representar grupos específicos da sociedade e que possuem demandas próprias como gênero, raça, etária, diversidade sexual, etc.; (d) a viabilização financeira da estrutura sindical; (e) a renovação das lideranças masculinas e femininas nas instâncias organizativas da agricultura familiar e; (f) a capacidade de compreensão da profunda crise estrutural e legal do sindicalismo. Esses desafios podem ensejar pesquisas futuras em torno deste vasto campo que abrange a trajetória das mulheres agricultoras familiares.

Observou-se que no movimento sindical da agricultura familiar são realizadas inúmeras lutas por melhores condições de vida para toda a categoria. No entanto, através das narrativas biográficas fica evidente que as mulheres agricultoras familiares ainda traçam uma luta por reconhecimento social. A mudança ontológica se dá de uma trajetória de luta coletiva, no passado, para uma luta subjetiva e de resistência cotidiana, realizada pelas dirigentes sindicais no presente.

A pesquisa contribuiu para identificar que há diferentes visões de gênero e feminismos no Coletivo de Mulheres da FETRAF. Ao mesmo tempo, também expressam distintas concepções de organização social, aliadas à questão geracional, que abrangem desde a permanência das mulheres no sindicalismo por meio dos coletivos até a busca por emancipação através de uma organização social específica. Quanto à questão geracional, observa-se que as dirigentes sindicais que adentraram no sindicalismo a partir dos anos 2000 possuem uma visão mais crítica das questões de gênero, da relação desigual entre homens e mulheres no movimento sindical e defendem pautas específicas. Já, a geração das mais maduras, que estão no movimento sindical desde a década de 1980, possui uma visão integral do movimento, aliada à luta por justiça social para todos.

As barreiras de discriminação de gênero não foram rompidas, uma vez que são intrínsecas à sociedade e reproduzidas internamente no movimento sindical. A articulação das mulheres rurais no movimento social unificado sofreu rupturas em decorrência de

disputas políticas que não diziam respeito a elas, mas ao sindicalismo como um todo e aos homens. Isso aponta que não são, necessariamente, as estruturas que devem ser modificadas para que haja inserção das mulheres nos espaços de poder e representatividade, mas sim o lugar onde elas se encontram ser reconhecido como espaço legítimo e de poder. As farmacinhas são um desses locais, pelo fato de persistirem e as mulheres identificá-los como locais para se reconhecerem livremente, assim como também o são os espaços de produção, as feiras e as cooperativas, dentre outros.

Nesse sentido, as dirigentes sindicais ressignificaram o espaço ocupado no movimento sindical compreendendo as estruturas dominantes e patriarcais. Identificou-se que elas continuam lutando para obter o reconhecimento dos locais que já ocupam. Considerando que práticas sociais produzem modos de vida, sujeitos e subjetividades, contribuiu-se para o campo de estudos acerca da constituição de subjetividades nas intersecções com gênero e espaços de liderança na agricultura familiar e, portanto, para reflexões abarcadas pelo amplo campo de estudos em desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T., FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. 2. ed. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ABREU, M. A. **Redistribuição, reconhecimento e representação**: diálogos sobre igualdade de gênero. IPEA. Brasília, 2011. p. 181-200.

ACHILLES, D.; GONDAR, J. A memória sob a perspectiva da experiência. **Revista Morpheus**: estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, ago./dez. 2016.

AGUIAR, V. P. **Mutirão da Agricultura Familiar**. Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa em Formação Sindical. Florianópolis: Escola Sul/CUT, 1998.

AGUILERA, S. de las H. Una aproximación a las teorías feministas. **Revista de Filosofía, Derecho y Política**, nº 9, 2009, p. 45-82.

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. P. 113-227.

ALMEIDA, T. M. C. de. A Mulher como Sujeito: direitos sexuais, reprodutivos e políticas na área de saúde. *In*: ABREU, M. A. **Redistribuição, reconhecimento e representação**: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: IPEA, 2011. p. 47-56

ALONSO, J. A; BANDEIRA, P. Silveira. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. *In*: ALMEIDA, P. F. C de. **A economia gaúcha e os anos 80**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990, p.67-130.

ALVAREZ, S. Para Além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v.43, Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, jan./jun. 2014

ÁLVARO, M. C. **Feminismo, luta de classe e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ANSILIERO, G.; RODRIGUES, E. B. de O. Histórico e Evolução Recente da Concessão de Salários-Maternidade no Brasil. **Informe de Previdência Social**, v. 19, n. 2. Fev. 2017.

AQUINO, M. P. **Teologia, a Igreja e a mulher na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1997.

AQUINO, M. P. La visión liberadora de Medellín en la teología feminista. **Revista Mandrágora**, São Paulo, v.7, n. 7/8, 2002.

ARENDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ATLAS brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Rio Grande do Sul. CPED UFSC, 2011.

AZEVEDO, T. de. **Italianos e gaúchos**: os anos pioneiros de colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEDUSCHI, M. L. **O Projeto Terra Solidária Desenvolvido pela Escola Sul-CUT**: uma experiência cutista de educação profissional. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BELEM, R. da C. **Seguro Agrícola Subsidiado no Rio Grande do Sul**: análise de uma experiência em política pública para a agricultura familiar. 2004. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento, agricultura e sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BENJAMIN, W. Escavando e recordando. *In*: BENJAMIN, W. **Rua de mão única**. Trad. Rubens R. T. Filho e José Carlos M. Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 239-240. (Obras Escolhidas, v. II).

BERTOLIN, P.; KAMADA, F. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, MG, v. 25, n. 1, p. 28-52, jan./jun. 2012.

BETTO, F. **O que é comunidade eclesial de base**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIAVASCHI, M. A. C. **Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BITTENCOURT, G. L. **Metamorfose no sindicalismo rural**: atuação do STR/CUT de Chapecó e região na democratização do poder local. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BOFF, L. **América Latina**: da conquista à nova evangelização. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

BOLTER, J. A. G. **Interface e Cogestão nas Políticas Públicas para Agricultura Familiar**: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BONNAL, P.; KATO, K. **O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro**. Brasília: IICA, 2011. Série desenvolvimento rural sustentável, v.14.

BORBA, E. R.; FABRINI, J. E. A participação das mulheres na luta sindical: o caso do sindicato dos trabalhadores rurais de Francisco Beltrão/PR. **Revista Pegada**, v. 17, n. 2, p. 37 – 52, 2016.

BORDALO, C. A. **Os caminhos da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. 2001 Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BORGES, A. I. Papel e origem dos sindicatos. *In*: ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG – ENFOC. **Curso Centralizado de Formação Política**. Brasília, 2006.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANCHER, P.; ALMEIDA, L de. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Alto Uruguai-RS**: planejamento participativo. Erechim-RS, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Leis, Decretos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação profissional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, v. 134, n. 248, p. 27833-27841. 23.dez.1996. Seção I.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, 1ª edição).

BUBANZ-SILVA, T. R. **Plantas Medicinais no Noroeste do Rio Grande do Sul: Desdobramentos das Práticas e da Ação Social**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J.(orgs.). **Educação popular**: módulo 1. Realeza - PR: UFFS, 2013.

BURG, I. C.; GUEDES, A. L.; POLI, J. (Orgs.). **História e luta dos trabalhadores**. Realeza - PR: UFFS, 2013.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CAPELLESCO, A. J. **Crédito e Seguro da Agricultura Familiar: Políticas Públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?** 2016. Tese (Doutorado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CAPPELLIN, P. Viver o sindicalismo no feminino. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, p. 271-290, 1994

CARNEIRO, M. J.; LEVINAS, L. **Espaço adquirido / espaço permitido no contexto da Reforma Agrária**. Relatório do 12º Encontro Temático – AIPSA. Campinas, 1987.

CARVALHAL, T. B. A questão de gênero sob a perspectiva sindical. **Pegada**. v.2, n. 1, 2001.

CARVALHO, I. C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9 n.19, p. 283-302, julho de 2003.

CARVALHO, L. M. **Mulheres que foram à luta armada no Brasil**. São Paulo: Globo, 1998.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. Lisboa: **Fundação Calouste Gulbenkian**, 2003.

CATÃO, F. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.

CAVALCANTI, R. **Cristianismo e política**. 2. ed. Niterói: Vinde, 1988,

CERTAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. ed. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis. RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

CHARÃO-MARQUES, F. **Biodiversidad y Salud: casos de trabajos comunitarios de mujeres agricultoras en la Región Sur de Brasil**. In: CONGRESO CIENTÍFICO DE SOCIEDAD ESPAÑOLA DE AGRICULTURA ECOLÓGICA, 8., 2008, Bullas. **Anais[...]**. Bullas, España, 2008.

COELHO, F. **A Prática da Mística e a luta pela Terra no MST**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

COLETTI, C. **A Estrutura Sindical no Campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas. Unicamp, 1998.

CONTE, I. I.; WESCHENFELDER, N. V. Mulheres Camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento. **Revista da Faculdade de Educação**, Mato Grosso, v. 15, n. 17, nº 11-27, jan./jun. 2012.

CONTI, I. L. **Organizações Sociais e Políticas Públicas**: inserção da FETRAF-SUL nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Gender Myths and Feminist Fables: The Struggle for Interpretive Power in Gender and Development. **Development and Change**, v. 38, nº 1, p. 1–20. 2007.

COSTA, C. H. da. **A Hermenêutica Crítica de Paul Ricoeur posta à prova da imaginação feminina**. Remate de Males. Campinas-SP, v. 35, nº 2, p. 393-418, jul./dez. 2015.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/12-noticias/conflitos/2471-menos-de-10-dos-1-700-assassinatos-em-conflitos-de-terra-vao-a-julgamento>>. Publicado em 04 de março de 2015. Acesso em: 28 dez. 2020.

CRUZ, F. K. T da.; GIONGO, C. R.; MARQUES, G da SILVA.; MENDES, J. M .R. “Isso é tirar a vida das pessoas”: barragens e violação de direitos. **Psicol. Soc.** v. 32, p. 1-16, Abr.2020.

CRUZ, F. T da. **Qualidade e boas práticas de fabricação em um contexto de agroindústrias rurais de pequeno porte**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

CRUZ, F. T da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 58, n. 2, Brasília, 2020, June 19, 2020.

DECKERT, C. Configuração do poder no Codeter: uma análise do Território da Cidadania Noroeste Colonial-RS. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 402-429, jan./abr. 2017.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, nº 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2009.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Política de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473. 2011.

DIOGO, M. F; COUTINHO, M. C. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, v.11, nº 21, p. 121-142, jan./jun. 2006.

DORNELLES, J. R. W. **O que é crime**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DUCKER, P. F. **Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

DURAN, M. C. G. Ensaio sobre a contribuição de Michel de Certeau à pesquisa em formação de professores e o trabalho docente. **Educação & Linguagem**, v. 10, nº 15, p. 117-137. jan./jun. 2007,

ERVILHA, A. J. L. **Liderando equipes para otimizar resultados**. São Paulo, 2003.

ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas. In: LOPES, Adriana L. BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008, p. 185-216.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Perfis Socioeconômicos. Por Coredes. **Perfil Socioeconômico 2015 Norte**. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Perfis Socioeconômicos. Por Coredes. **Perfil Socioeconômico 2015 Nordeste**. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Perfis Socioeconômicos. Por Coredes. **Perfil Socioeconômico 2015 Rio da Várzea**. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FAVARO, E. C. **Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Projeto Terra Solidária**, Florianópolis, 1998.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL- FETRAF-SUL/CUT. **Tese do II Congresso da Fetraf-Sul/CUT: consolidando a agricultura familiar. A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento**. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2007.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL - FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS - DESER.

Sistematização e avaliação do Projeto Terra Solidária. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2002.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL. **Terra Solidária:** projeto político-pedagógico. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2001.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL. **Terra Solidária. Módulo 16 – Relações Sociais.** Projeto Político-Pedagógico. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2000.

FLORES, A. J.; PRESTES, R. M. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai-RS.,** Frederico Westphalen: URI, 2010

FONSECA, C. A notética do vídeo etnográfico. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 187-206, jul./set. 1995

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. “O sujeito de poder”: *In:* FREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault.** Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 231-249.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista de Estudos Feministas,** v. 15, n. 2, p. 291-308, mai./ago. 2007.

FRASER, N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age. *In:* SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. C. (orgs.). **New Social Theory Reader.** Londres: Routledge, 2001. p. 285-293.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações,** Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, Jul./Dez. 2009.

FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. *In:* BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. C. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 109-120.

GARCIA, M. A. G. Breve recorrido por la historia del Feminismo. **Revista Historia Agenda,** nº 35, p.106-113. 2017.

GARDNER, J.W. **Liderança.** Rio de Janeiro: Record. 1990.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business.** Wallingford: CabInternational, 1993.

GAZOLLA, M. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas condições alargadas de reprodução social. **Revista IDEAS** (Online), v. 7, p. 62-95. 2013.

GERHARDT, T. E. Itinerários terapêuticos e suas múltiplas dimensões: desafios para a prática da integralidade e do cuidado como valor. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.). **Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. Rio de Janeiro: CEPESC/UFRJ: ABRASCO, 2009. p. 279-300.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Orgs.). **Modernização reflexiva: política, tradição estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 73-133.

GOHN, M. da G. Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, n. 1, out. 2007, p. 41-70.

GOLDMAN, M.; J. FAVRET-SAADA. Os afetos, a etnografia. **Cadernos de campo**, n. 13, p. 149-153, 2005.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. Emotional Dimensions of Social Movements. *In*: KRIESI, H; SNOW, D. A.; SOULE, S. A. **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. Introduction: why emotions matter. *In*: GOODWIN, J.; JASPER, J.M.; POLLETTA, F. (orgs.). **Passionate Politics: emotions and social movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 19-50.

GROSSI, M. P. **Conventos e celibato feminino entre camponesas do sul do Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1266>>. Acesso em: 28 set. 2020.

GURAN, M. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 10, n. 1, p. 155-165, 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffer. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Thomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HANAUER, L. S.; TEIXEIRA, O. A. Agricultura Familiar, Crédito Rural (PRONAF) e desigualdade territoriais no Noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil). *In: COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS*, 11., 2016, Vila Real. **Anais[...]**. Vila Real: SPER, 2016.

HECKERT, A. N. C. Xeretar. *In: FONSECA, T.; DO NASCIMENTO, M.; MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 245 – 246.

HERRERA, K. M. **A Jornada Interminável**: A experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73. jan./jun., 2014

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Trad. Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. *In: SOUZA, J; MATTOS, P. (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI***. [S.l.]: Annablume, 2007. p. 79-94.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34 Ltda, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

JASPER, J. M. Emotions and Social Movements: twenty years of theory and research. *In: **The Annual Review of Sociology***, v. 37, n. 14, 2011.

JASPER, J. M. The Emotions of Protest: affective and reactive emotions in and around social movements. **Sociological Forum**, v. 13, n. 3, 1998.

JÚNIOR, A. M. V.; SILVA, F. H. da. Territórios de militâncias e produções de subjetividades andarilhas na América Latina. **RevistAleph**. v. 15, n. 30, Julho. 2018.

KINZO, M. D. G. A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n. 4, p. 1-12, 2001.

KNICKERBOCKER, Irving. Liderança: uma conceituação e algumas implicações. **Rev. adm. empres**. v.1 n.2, São Paulo, p. 137-161, set./dec. 1961.

LANDO, A. M. (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

- LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LEONE, E. T.; TEIXEIRA, M. O. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 17., 2010, Caxambu. **Anais[...]**. Caxambu: Abep, 2010.
- LIMA, M. da S. Cooperativismo: uma experiência feminina na arte de produzir conquistas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.1, p. 209-232, 2012.
- LISONDO, H. R. **Mudança sem catástrofe ou catástrofe sem mudanças**: liderando pessoas para o processo de mudanças nas organizações. Artesa. 2004.
- LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of Knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London: Routledge, 1992. p.16-p.43
- LOPES, C. V. A.; ALBURQUERQUE, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde & Debate**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, abr-jun, 2018.
- LOPES, S. L. História e transformações do sindicalismo brasileiro. **Revista THEOMAI/THEOMAI journal**, n. 19, 1. sem. 2009.
- MACDOUGAL, D. Significado e ser. *In: BARBOSA, A.; CUNHA, E.; HIJIKI, R. (orgs.). Imagem-conhecimento*. Antropologia, cinema e outros diálogos, São Paulo: Papirus Editora, 2009. p. 61-84.
- MACHADO, F. P. Feminismos em contextos rurais: reflexões a partir das mobilizações de mulheres trabalhadoras rurais sem terra em uma perspectiva decolonial. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 30., 2019, Recife. **Anais[...]**. Recife, UFPE, 2019.
- MAGRI, C.; TOMAZLLI, C. R.; LAZZARETTI, S I. (orgs.). **Gênero e agricultura familiar**: reconstruindo novas relações. Frederico Westphalen: Pluma Gráfica-Editora, 2010.
- MARTINAZZO, L. N. **História Ambiental do Alto Uruguai**: colonização, desenvolvimento e transformações na paisagem. 2001. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2001.
- MATOS, A. A. de; LOPES, M. de F. Corpo e gênero: uma análise da revista TRIP Para Mulher. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n.1, p.61-76, jan./abr., 2008.
- MATTE, M. F. B. **Cuidado da saúde e defesa da vida**: a contribuição do movimento social de Aratiba no sistema de saúde local e regional. 2019. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MEDEIROS, L. S. **As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo**. Nômadas (Santafé de Bogotá), Bogotá. 2004.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

MELGAÇO, L. de M. **A Geografia do Atrito: Dialética espacial e a violência em Campinas**. 2005. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

MELO, H. P. de; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MELO, H. P. de; THOMÉ, D. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**, v. 21. p. 145-158, 2008.

MENEZES, M. A. de. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 23, n. 1, p. 119-143, 2012.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec; 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Biblioteca Virtual da Saúde**. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/154-artrite-reumatoide-e-artrose-oesteoartrite>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIRANDA, A. L. **O Uso do Território pelos Homens Lentos: a experiência dos Camelôs no Centro de Ribeirão Preto**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2005.

MUYLAERT, C. J.; SARUBBI JR., V.; GALLO, P. R.; NETO, M. L. R.; REIS, A. O. A. Entrevista Narrativa: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev Esc Enferm USP**, v. 48, p.193-199, 2014.

NAVARRO, Z. (org.). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

NOBRE, C. E. Da criminalização dos movimentos sociais aos conflitos territoriais: em torno das experiências de dois movimentos de sem-teto em Maceió-AL. OBSERVATORIUM: **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 6, n. 16, p. 131-155, mai. 2014.

NUNES, M. R. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil: uma abordagem histórico social. In: AZZI, R. (Org.). **A vida religiosa no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1998.

OLIVIERA, L. P. R.; CASSAB, L. A. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina. **Anais[...]**. Londrina: UEL, 2014.

OSLENDER, U. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una “espacialidad de resistencia”. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 115, 1 jun. 2002.

OTTO, C. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 25-27, 2004.

PAREDES, J. **Hilando Fino**: desde el feminismo comunitário. 2. ed. México: El Rebozo/ Zapateándol/ Lente Flotante/ En cortito que’s palargo y AliFem AC, 2014.

PAULILO, M. I.; BONI, V. Movimentos de Mulheres Agricultoras e Ecologia. **Oficina Agricultura familiar**: atuais perspectivas e futuro. Brasília: MDA, 2014.

PAULILO, M. I. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PAULILO, M. I. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 927, set. 2010.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PELLEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul**: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: URI, 2008.

PEREIRA, E. Resistência Descolonial: Estratégias e Táticas Territoriais. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 29, v.2, n. 43, p. 17-55, 2017.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro Bauru. São Paulo: UDUSCM, 2015.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** 2011. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, E. L. **Política nas Políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

PILE, S.; KEITH, M. **Geographies of resistance.** London, ~~New York~~: Library Congress, 1997.

PINHEIRO, P. S. Violence, crime and police system in countries of new democracies. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, S. Paulo, v. 9, n.1, p. 43-52, May, 1997.

PINTO, C. A derrota que se repete: as mulheres nas eleições para o legislativo em 2010. *In: (Org.). ABREU, M. A. Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre igualdade de gênero.* Brasília: IPEA, 2011. p. 181-200.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PISCITELLI, A. Recriando a (Categoria) Mulher? *In: ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero.* Campinas, IFCH/Unicamp, 2002, p.7-42.

PREZOTTO, L. L. **Sustentabilidade da agricultura familiar: implicações da legislação sanitária.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2005.

REIS, D. A. **O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas.** Disponível em: <https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

RIBEIRO A. C. T.; BARRETO, A. R. S. Por uma Cartografia da Ação: pequeno ensaio de método. *In: ACSELRAD, H. Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade.* Cadernos IPPUR. Ano 15, n. 2, p. 33-52, Ago./dez., 2001.

RICOEUR, P. **O si mesmo como um outro.** Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1991.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como outro.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa.** Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. **Diário Oficial Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 18 out. 1994, v. 53, n. 197, p. 1-2.

RODRIGUES A. S. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção. *In*: BRANDENBURG, A. *et al.* **Ruralidades e Questões Ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007.

ROQUE, T. Como a matemática pode servir para pensar o estatuto da resistência mesmo, e sobretudo, quando ela não fala de resistência? *In*: COCCO, G.; PACHECO, A.; VAZ, P. (orgs.). **O trabalho da multidão**: Império e resistência. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, 2002. p. 59-68.

ROSENTHAL, G. Biographical method: biographical research. *In*: SEALE, C; GOBO, GUBRIUM, G; SILVERMAN, JFD. (Orgs.). **Qualitative research practice**. London: Sage, 2004. p. 48-64.

ROSENTHAL, G. **História de vida vivenciada e história de vida narrada**: gestalt e estruturas de autoapresentações biográficas. Traduzido por Tomas da Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa**: uma introdução. 5. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014. p. 211-53.

ROSSIAUD, J.; SCHERER-WARREN, I. **A democratização inacabável**: as memórias do futuro. Petrópolis: Vozes, 2000.

RUBIN, J. W.; SOKOLOFF-RUBIN, E. **Sustentar o ativismo**: um movimento de mulheres brasileiras e a colaboração entre pai e filha. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2017.

RUIZ, C. **A força da transformação social e simbólica das CEBs**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAAVEDRA, G. A.; SOBOTTKA, E. A. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas**. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 9-18. jan./abr. 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, L. F.; SILVA, M. J. P. da. Iridologia: revisão sistemática. **Rev. Esc. Enferm, USP**, v. 42, n. 3, p. 596-600, 2008.

SALVADORI, Mateus; HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. **Conjectura**, Caxias do Sul: EDUCS, v. 16, n. 1, p. 189-192, jan./abr. 2011, (resenha).

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. de O.; FELIPE, D. F. Mulheres em Cooperativas Rurais Virtuais: Reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 390-405, 2014

SAMAIN, E. “‘Ver’ e ‘dizer’ na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 23-60, jul./set. 1995

SAMAIN, E. Oralidade, escrita, visualidade: meios e modos de construção dos indivíduos e das sociedades humanas. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. U. (Coord.). **Perturbador Mundo Novo: história, psicanálise e sociedade contemporânea**: São Paulo: Escuta, p. 289-301, 1994.

SANCHEZ, C. **El empoderamiento femenino como estrategia en desarrollo local**. Cuadernos Fodepal, Chile, 2003.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, H.; OLIVEIRA, P.; SUSIN, P. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas. **Civitas**, v. 14, n. 2, p. 359-382, 26 jun. 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SARTI, C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. São Paulo: **Cadernos PAGU**, v.16, p. 31-48, 2001.

SAUTU, R. **Manual de Metodologia**. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacionvirtual/20100719035021/sautu.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2020.

SCHAAF, A. V. D. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHÜTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SCHÜTZ, A. Biographie forschung und narratives Interview. **Neue Praxis**, v. 13, n. 3, p. 283-293, 1983.

SCOTT, J. (org.). **50 grandes sociólogos contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. V. 20, n. 2, p. 71-99. Jul./dez. 1995.

SCOTT, J. Prefácio a Gender and politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 3, p. 11-27, 1994.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Perfis Socioeconômicos por Coredes: Perfil Socioeconômico 2015 Celeiro**. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SEGATO, R. L. Crimes de gênero em tempos de “paz” e de guerra. *In*: STEVENS, C. *et al.* (orgs.). **Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares**. Brasília: Ex Libris, 2010.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1990

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre a luta por sustentabilidade no meio rural. *In*: PETERSON, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 139-152.

SILVA, C. **Feminismo e Movimento de Mulheres**. 3. ed. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2013.

SILVA, E. R. da. Feminismo radical: pensamento e movimento. **Revista Travessias - Educação, Cultura, Linguagem e Arte**, v. 2, n. 3, 2008.

SILVA, S. V. da. Os estudos de gênero no Brasil: Algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 262, 2000.

SIQUEIRA, P. F. de Q. **A hermenêutica de Paul Ricouer: da poética à teoria da narrativa a identidade narrativa**. São Paulo: Faculdade de Educação-USP, 2009.

SOUZA-LOBO, E. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 17, p. 7 – 14, 1991.

SPINELLI, L. M. Amor, direito e estima social: intersubjetividade e emancipação em Axel Honneth. **Latitude**, v. 10, n. 1, p. 84-111, 2016.

SPONCHIADO, B. A. **O Positivismo e a colonização no norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: URI, 2005.

STEPHEN, L. **Woman and Social Movements in Latin America: Power from Below**. Austin: University of Texas Press, 1997.

STODGILL, R. M. **Handbook of Leadership: a survey of theory and research**. New York: Free Press.1974.

STRAPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

SUSIN, P. Q. **Construções familiares e experiências de violência**: pesquisa biográfica em uma favela carioca. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TAVARES, M.; BENTO, A.; MAGALHÃES, M. J. M. Feminismos e Movimentos Sociais em Tempo de Globalização: o caso da MMM. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais[...]**. Coimbra, 2004.

TEDESCHI, L. A. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul**: identidades e representações sociais (1970 – 1990). 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

TEIXEIRA, A. R. COELHO-DE-SOUZA, G. Entre o Território e a Região: a sobreposição de fóruns de governança no planejamento de políticas públicas participativas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018, João Pessoa. **Anais[...]**. João Pessoa, 2018.

TEJERINA, B. El poder de los símbolos: identidad colectiva y movimiento etnolingüístico en el País Vasco. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 88, p. 75-105, Oct./Dic. 1999

TEJERINA, B.; ALBENIZ, I. M. de; CAVIA, B.; SEGUILL, A. G; IZAOLLA, A. O movimento pela justiça global na Espanha: ativistas, identidade e cartografia política da alterglobalização. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 29-66, jan./abr. 2006.

TOMAZLLI, C. R.; LAZZARETTI, S. I. Mulheres gerando renda e promovendo o desenvolvimento local sustentável. *In*: MAGRI, C.; TOMAZLLI, C. R.; LAZZARETTI, S. I. (Orgs.). **Gênero e agricultura familiar**: reconstruindo novas relações. Frederico Westphalen: Pluma Gráfica-Editora, 2010, p. 15-18.

TONDIN, C. F. **Políticas Públicas de Educação para os/as agricultores/as familiares**: um diálogo entre a FETRAF-SUL/CUT e o Estado. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TROVO, M. M.; SILVA, M. J. P.; LEÃO, E, R. Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. **Revista Latino-am Enfermagem**, v. 11, n. 4, p. 483-9, Jul./ago 2003.

WANDERLEY, M. N. B. A Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (Ed.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WEBER, R. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZARTH, P. A. História, Agricultura e Tecnologia no Noroeste do Rio Grande do Sul. *In*: ANDRIOLI, A. I. (Org.). **Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de Educação**. Ijuí: Unijuí, 2009.

ZIMMERMANN, S.; DELGADO, N. G. **Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades: Território da Cidadania Noroeste Colonial RS**. [S.l.]: OPPA, 2009.

ZUANAZZI, N. R. **Projeto Juventude Semeando Terra Solidária: avanços e limites**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão-PR, 2018.

APÊNDICE A: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica Tese de Doutorado – “**MEMÓRIA, NARRATIVA E IDENTIDADE: TRAJETÓRIA DE MULHERES DIRIGENTES SINDICAIS DA FETRAF-RS/CUT**” para o qual você está sendo convidado (a) a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar da tese de doutorado “**MEMÓRIA, NARRATIVA E IDENTIDADE: TRAJETÓRIA DE MULHERES DIRIGENTES SINDICAIS DA FETRAF-RS/CUT**” – *do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS*, que tem como objetivo “coletar informações que podem contribuir para elaboração do estudo”. A minha participação consiste na recepção da aluna “Tamara Raísa Bubanz Silva” para a realização de entrevista. Fui orientado (a) de que as informações obtidas serão utilizadas no projeto/pesquisa que resultará em uma *Tese de Doutorado* escrito pela aluna. Para isso () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO**.

A aluna também realizará captação de imagem para realização de filme etnográfico. Para isso () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a captação e utilização de minha imagem.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização da Tese de Doutorado, estando de acordo.

Assinatura: _____
 _____, _____ de _____.

APÊNDICE B: RESUMO SEQUÊNCIA NARRATIVA BIOGRÁFICA

Dados biográficos
1. Cleonice Auxiliar dos funcionários do sindicato; Convite para reuniões da juventude; Fórum Social Mundial - ano 2001; Coordenadora regional da juventude;

<p>Luta por políticas públicas específicas para a juventude; Beneficiária do Crédito Fundiário; Políticas Públicas; Conflitos internos na FETAG; <i>Interrupção choros da filha recém-nascida</i> Participações das ações da FETRAF; <i>Interrupção amamentação;</i> Desafios para participar das ações da FETRAF; <i>Interrupção cólicas da filha;</i> Organização da juventude FETRAF- SUL e Coordenação da Juventude do RS; Participação da direção geral da FETRAF-SUL; Coordenação geral das mulheres da FETRAF-SUL; Assume como Coordenação Adjunta no RS, substituição por licença; Eleita Coordenadora Adjunta no RS pela FETRAF-SUL; Discussão de criação da FEFRAF-RS; Eleita primeira coordenadora da FEFRAF-RS; Direção da CUT; Desafios e dificuldades enfrentadas por ser liderança e mulher; Incentivo do pai para entrar no movimento sindical; Família, trabalho na agricultura; Vida pessoal e relação com o marido; <i>Interrupção choro filha;</i> Participação na política – vereadora em 2004, suplente de senador 2018; Reforma na Previdência Social.</p>
<p>2. Andréia</p> <p>Família, pequena propriedade; Mãe incentivava participar da comunidade, Igreja, depois atividades do sindicato; Terra Solidária; Casamento; Secretária do sindicato; Curso regional para mulheres; Criação do Coletivo de Mulheres; Plantas medicinais – estudo; Atuação como dirigente; Coordenação regional e direção da Federação; Retorna para adolescência; Emprego na cidade; Retorno para a propriedade; Casamento; Trabalho na agricultura; Retorno aos estudos; Adoção da filha; Especialização e cursos; Aplicação dos conhecimentos na propriedade e animais; Alimentação saudável e saúde alternativa para a família; Dificuldades/superações/experiências por ser mulher; Sucessão para a filha.</p>
<p>3. Cleusa</p> <p>Saída de casa para estudar; Retorno para trabalhar numa loja de roupas; Família de pequenos agricultores e 4 filhas mulheres; Infância e trabalho na roça; Estudo – não conseguiu passar no vestibular e retorno para município; Início do namoro com dirigente sindical; Casamento e eleição do marido para presidente do sindicato; Participação do movimento sindical;</p>

<p>Oportunidade de estudar via convênio UERGS e movimento sindical; Congresso da FETRAF-SUL; Criação do Coletivo de Mulheres; Curso de capacitação; Vice-presidente do sindicato; Projetos para mulheres com recurso federal; Eleição para vereadora; Trabalho com as mulheres; Vínculo com a agricultura; Encontro de Mulheres em Constantina; Dificuldades com a atual gestão do sindicato e Federação; Criação de entidades locais.</p>
<p>4. Delma</p> <p>Início da militância nas escolas de base; Construção do sindicato no município; Trabalho na roça; Participação no sindicato – programa de rádio e secretária; Eleita presidente do sindicato; Luta por políticas públicas e dificuldades; Escola de base – opção por movimento sindical; Construção da FETRAF e filiação à CUT; Projetos – Terra Solidária; Conquista crédito – PRONAF; Primeira viagem para Brasília e aprovação da licença maternidade; Direção da FETRAF-SUL; Congresso e definição para criar Coletivo de Mulheres; Mobilização por causa da seca; “Fomos em 21 dentro do camburão, eu a única mulher”; Escolhida dentre os manifestantes para prestar depoimento; Apoio da família; Conquista da Política do Seguro Agrícola; Projetos para Habitação e Crédito Fundiário; Família de pequenos agricultores; Casamento; Desafios por ser mulher no movimento sindical; Desafios do casamento e festa de casamento; Coordenação da CUT e FETRAF regional e assessoria do mandato deputado federal; Conflito com indígenas; Luta do Coletivo de Mulheres; Dificuldades atuais do movimento sindical.</p>
<p>5. Dilva</p> <p>Organização das mulheres; Sindicalização da mulher; Luta para a mulher possuir bloco de produtor; Aposentadoria para mulher; Participação na Constituinte; Desafios da luta tendo 6 filhos e propriedade rural; Conquista do sindicato combativo; Construção do Coletivo de Mulheres; Desafios e dificuldades do Coletivo de Mulheres; Eleição para vereadora; Farmácia e trabalho com as plantas medicinais; Incêndio do sindicato e culpabilização; Encontro de Mulheres em Constantina.</p>

6. Eni

Funcionária do sindicato;
 Convite para ser dirigente sindical;
 Trabalho no sindicato;
 Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais;
 Constituinte;
 Luta por aposentadoria da mulher;
 Divisão do movimento de mulheres;
 Coletivo de Mulheres;
 Trabalho com medicina alternativa.

7. Vera

Pastoral da juventude rural;
 Organização de grupo de mulheres;
 Atuação direcionada para mulheres;
 Família numerosa e trabalho com a agricultura familiar;
 Estratégias para custear a participação no movimento;
 Organização das mulheres e Constituinte;
 Aposentadoria da mulher rural;
 Construção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais;
 Estratégias usadas para conseguir liberação do pai;
 Pai foi liderança na Frente Agrária Gaúcha;
 Organização dos diferentes movimentos sociais;
 Divergências nas organizações sociais;
 Casamento e atuação no movimento sindical FETRAF;
 Transição do MMTR para Coletivo de Mulheres;
 Luta para documentação das mulheres e sindicalização;
 Luta específicas para mulheres;
 Primeira mulher presidente;
 Articulação da juventude;
 Desafios atuais do movimento sindical;
 Desafios e compreensões sobre movimento de mulheres;
 Encontro de Mulheres em Constantina;
 Trabalho com saúde alternativa;
 Atual trabalho dos Coletivos de Mulheres;
 Desafios atuais dos movimentos sociais

8. Ivete

Sindicato como auxílio à saúde;
Interrupção filha;
 Pai sócio do sindicato;
 Atuação do pai como dirigente sindical;
 Trabalho na propriedade;
 Produção de alimentos para subsistência;
 Vontade de estudar;
 Participação de curso para jovens no sindicato;
 Estudo na FUNDEP;
 Gravidez na adolescência;
 Retorno para casa;
 Trabalho numa fábrica de jeans;
 Retorno aos estudos – EJA;
 Faculdade de administração e dificuldades;
 Trabalho na cooperativa;
 Convite para trabalhar no sindicato;
 Atuação como funcionária e eleição para vice-presidente;
 Gravidez do segundo filho;

<p>Assume como presidente, devido licença do atual dirigente; Eleição como presidente e desafios por ser mulher; Dificuldades da agricultura familiar; Preconceitos por ser mãe e solteira; FETRAF regional e demais atuações em conselhos municipais.</p>
<p>9. Juraci</p> <p>Criação do SUTRAF-AU; Participação do primeiro “encontro das feministas”; Agricultora e participação na comunidade; Auxílio na cooperativa – prestação de contas PAA; Retomada dos Coletivos de Mulheres – 2016; Atuação como coordenadora do Coletivo e direção do SUTRAF-AU; Trabalho no Coletivo de Mulheres; Desafios por ser mulher e participar dos espaços organizativos; Fomento para as mulheres; Formação para as mulheres; Trabalho na cooperativa; Desafios para o futuro; Superações pessoais</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

APÊNDICE C: LINKS DE ACESSO NARRATIVAS VISUAIS

URL do Canal	Tese Tamara	https://www.youtube.com/channel/UCZkJEijc7tjaELkIfqgLvGw
QR Code 1	Memória Coletiva do Movimento de	https://www.youtube.com/watch?v=jgnKn7sxOTs

	Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS	
QR Code 2	A Cooperativa de Habitação Rural da Agricultura Familiar	https://www.youtube.com/watch?v=-JvK40oT7s
QR Code 3	Coletivo de Mulheres	https://www.youtube.com/watch?v=TGWmKZramQ4&t=2s
QR Code 4	As Farmacinhas Alternativas	https://www.youtube.com/watch?v=gNB6Yx1PfMw&t=3s
QR Code 5	Legado sindical de pai para filha	https://www.youtube.com/watch?v=ke-Kv7TBP50&t=6s
QR Code 6	Agricultora Familiar e Dirigente Sindical	https://www.youtube.com/watch?v=5BECHZOy20Y&t=26s
QR Code 7	O 'sentido' de ser dirigente sindical	https://www.youtube.com/watch?v=xtwRqTbsr58&t=176s
QR Code 8	Mulheres em Marcha	https://www.youtube.com/watch?v=50yvY0WSMyQ&t=5s
QR Code 9	Acampamento da Resistência	https://www.youtube.com/watch?v=oAxPsySB2K8
QR Code 10	Agroindústria Slongo	https://www.youtube.com/watch?v=_pbtBRqkQ2E&t=3s
QR Code 11	Cooperfamlia	https://www.youtube.com/watch?v=SPTMf757EPU